



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social

Consciência política e ambiente: a desproteção de parques municipais em Americana (SP) e São Francisco de Paula (RS)

Fábio Ortolano

SÃO PAULO

2019

FÁBIO ORTOLANO

Consciência política e ambiente: a desproteção de parques municipais em Americana (SP) e São Francisco de Paula (RS)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, como exigência para a obtenção do título de Doutor.

Área de concentração: Psicologia Social

Grupo de pesquisa: Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva

São Paulo

2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU
PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO
CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E
PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Nome: ORTOLANO, Fábio.

Título: Consciência política e ambiente: a desproteção de parques municipais em Americana (SP) e São Francisco de Paula (RS)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, como exigência para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Gustavo Martineli Massola
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof^a. Dr^a. Telma Regina de Paula Souza
Universidade Metodista de Piracicaba

Prof^a. Dr^a. Aline Hernandez
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Patrícia Binkowski
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, meu orientador, Alessandro Soares da Silva, que me acompanha desde o início do mestrado e aceitou novamente me orientar mediante a mudança de tema de pesquisa. Sou grato por toda confiança em meu trabalho, bem como pelos incentivos e encaminhamentos acadêmicos. Fico feliz e honrado por ser seu primeiro orientando de doutorado a defender uma tese.

Aos examinadores desse estudo, Telma Regina de Paula Souza, que muito contribuiu na qualificação, sendo uma referência de participação política e sabedoria; Salvador Sandoval, que desenvolveu o modelo analítico utilizado na pesquisa e é um grande mestre no campo da psicologia política; Gustavo Martineli Massola, que desenvolve pesquisa no campo da psicologia ambiental e prontamente aceitou o convite de participação na banca; Patrícia Binkowski, pela recepção e suporte em São Francisco de Paula; Aline Hernandez, que há anos acompanho e admiro como professora e pesquisadora e Eda Tassara, que colaborou com a tese na qualificação.

A Joviniano Pereira da Silva Netto, que muito me ensinou nesse processo de doutoramento e ampliou meu universo interpretativo. Foi um grande parceiro e motivador deste estudo. Estimulou que eu voltasse às raízes para estudar questões que sempre me tocavam, possibilitando um amadurecimento acadêmico.

À minha família, em especial à minha mãe, Neiva Maria Ortolano, e ao meu irmão, Fernando Ortolano, por serem minhas maiores referências afetivas; à Rosangela Volpato, por seu exemplo de garra e carinho; a Antonio Carlos Ortolano, pela generosidade e suporte e a todos aqueles que me ensinaram os valores que carrego na vida.

Aos meus amigos Alexandre Ceconello, Lívia De Sordi, Luisa De Sordi, Leandro Carneiro, Lucas Cutri, Alexandre Poddis, Angela Teberga de Paula, Tainá Aguiar, entre outros que me deram suporte e afeto nesses últimos quatro anos e fazem parte da minha biografia. Em especial, aos meus amigos que compartilharam a vida cotidiana na universidade, no Conjunto Residencial da USP (CRUSP), William Gonzalo Rojas Duran, Denys Silva Nogueira, Gilmar Soares, Kamilla Lima Nascimento e Andressa Siroky.

Aos membros da Associação Amigos da Gruta, por compartilharem um sonho de luta e futuro. Em especial, Eduardo Coienca, Beatriz Moreira Santana Souza (Dona Bia), Irma Rodrigues, José João Alves (Canela) e Angela Tavares, que mesmo saindo do coletivo, faz parte de sua história.

Aos colegas de trabalho do SENAC São Paulo, que sempre me estimulam a aprimorar, por suas determinações e empenhos. Em especial, Daniela Mendes e Maria Cristina Lahr, pela confiança e afeto.

À equipe da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul por me acolher gentilmente em sua sede, bem como à professora Marcia Berreta pela hospitalidade em São Francisco de Paula e acolhida no Laboratório de Gestão Ambiental e Negociação de Conflitos - GANECO.

Aos discentes e aprendizes que me inspiram a ter a profissão que escolhi. Em especial, Ilaiane Barbosa Lima, por seu carinho e auxílio nas transcrições das entrevistas.

À Universidade de São Paulo, ao Instituto de Psicologia, à Superintendência de Assistência Social (SAS) e todas as equipes que me deram suporte;

Aos entrevistados dessa pesquisa, que aceitaram participar desse estudo e contribuírem com a tese e, conseqüentemente, com meu doutoramento.

RESUMO

Ortolano, Fábio (2019). **Consciência política e ambiente: a desproteção de parques municipais em Americana (SP) e São Francisco de Paula (RS)**. 320f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

A dinâmica entre o global e o local se inscreve nas localidades, nas quais os fluxos, as informações e os interesses mercantis operam um conjunto de transformações no espaço, bem como nas identidades e consciências dos atores sociais. Os desafios atuais em salvaguardar e proteger o meio ambiente são emergentes ante o acelerado processo de destruição e exploração dos recursos naturais. Ademais, frente ao contexto de crise política, econômica e social, um conjunto de direitos são postos em cheque, dentre eles, o de um ambiente saudável. Embora a questão ambiental tenha galgado a universalização de suas pautas, por vezes é dissolvida na busca pelo desenvolvimento, pelo progresso e por visar atender as necessidades do mercado. O Parque Natural Municipal da Gruta é uma área de tensão dos biomas Mata Atlântica e o Cerrado, com fendas, estratificação de arenito e sete quedas d'águas. O Parque Natural Municipal da Ronda é compreendido por vários ecossistemas do bioma Mata Atlântica, tendo diversas cachoeiras distribuídas no fundo de vale. Ambos os Parques sofrem com o depósito de lixo e entulho; proliferação e criação de espécies exóticas, ocupações irregulares, descarte de esgoto in natura e ausência de gestão. Desse modo, convém investigar como diferentes atores sociais têm respondido aos conflitos socioambientais decorrentes dos processos de antropização dos ambientes naturais. O objetivo do presente estudo é analisar a consciência política de atores sociais frente aos contextos de desproteção de parques municipais em Americana e São Francisco de Paula. Para tanto, foi utilizado o modelo teórico-analítico, com base nas teorias dos movimentos sociais, disposto num quadro com as dimensões da consciência política. A coleta de dados se deu por meio de pesquisas em fontes primárias e por meio de entrevistas semi-estruturadas com 38 atores envolvidos, sendo que foram utilizadas 26 entrevistas examinadas à luz da análise de conteúdo. Dentre os resultados, destacam-se aqueles relacionados à identidade coletiva, aos interesses antagônicos e adversários e aos repertórios de ação. A maioria dos entrevistados enunciou suas identidades sociais, pouco evidenciando as identidades coletivas. O Estado e suas discontinuidades figuram como principais antagonistas. E cada cidade desenvolve diferentes institucionalidades de luta e resistência, em que os repertórios dividem-se entre institucionalizados e informais. Destarte, as representações dos parques denotam elementos importantes para memória e pertencimento, portanto, inserem-se na constituição da consciência política.

Palavras-chaves: consciência política; psicologia política; psicologia ambiental; Parque Natural Municipal da Gruta; Parque Natural Municipal da Ronda.

ABSTRACT

Ortolano, Fábio (2019). **Political consciousness and environment: the deprotection of municipal parks in Americana (SP) and São Francisco de Paula (RS)**. 320f. Thesis (PhD) –Institute of Psychology, University of São Paulo.

The dynamic between the global and the local is inscribed in the localities, in which flows, information and commercial interests operate a set of transformations in the space, as well as in the identities and consciences of the social actors. The current challenges in safeguarding and protecting the environment are emerging in face of the accelerated process of destruction and exploitation of natural resources. In addition, due to the political, economic and social crisis context, a set of rights are put in check, among them, a healthy environment. Although the environmental issue has galvanized the universalization of its guidelines, it is sometimes dissolved in the pursuit of development, progress and in order to meet the needs of the market. The Gruta Municipal Natural Park is an area of tension of the Atlantic forest and Cerrado biomes, with cracks, stratification of sandstone and seven falls of waters. The Ronda Municipal Natural Park is comprised of several ecosystems of the Atlantic Forest biome, having several waterfalls distributed in the valley bottom. Both Parks suffer from the garbage and rubble deposit; proliferation and creation of exotic species, irregular occupations, the discharge of natural sewage and absence of management. Thus, it is appropriate to investigate how different social actors have responded to socio-environmental conflicts resulting from the processes of anthropization of natural environments. The objective of the present study is to analyze the political awareness of social actors regarding the contexts of deprotection of municipal parks in Americana and São Francisco de Paula. For that, the theoretical-analytical model used was based on theories of social movements, arranged in a framework with the dimensions of political consciousness. The data collection was done through research in primary sources and semi-structured interviews with 38 actors involved, using 26 interviews analyzed in the light of content analysis. Among the results, it was highlighted those related to the collective identity, antagonistic interests and opponents and action repertoires. Most interviewees stated their social identities, with little evidence of collective identities. The State and its discontinuities are the main antagonists. And each city develops different institutions of struggle and resistance, in which the repertoires are divided between institutionalized and informal. Thus, the representations of the parks denote important elements for memory and belonging, therefore, they fit into in the constitution of political consciousness.

Keywords: political consciousness; political psychology; environmental psychology; Parque Natural da Gruta; Parque Municipal Natural da Ronda.

LISTA DE ABREVIACOES

| | |
|---------|---|
| APP | Área de proteção Permanente |
| ACAEDUC | Associação Cultural, Ambiental e Educacional de Proteção do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável |
| CETESB | Companhia Ambiental do Estado de São Paulo |
| CIS | Centro de Integração Social |
| COMDEMA | Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Americana |
| COMUMA | Conselho Municipal do Meio Ambiente de São Francisco de Paula |
| CONAMA | Conselho Nacional de Meio Ambiente |
| DAE | Departamento de Água e Esgoto de Americana |
| DAEE | Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo |
| ECO92 | Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento |
| ETE | Estação de Tratamento de Esgoto |
| FATEC | Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo |
| FEEVALE | Universidade Feevale |
| FEPAM | Fundação Estadual de Proteção Ambiental do Rio Grande do Sul |
| GANECO | Laboratório de Gestão Ambiental e Negociação de Conflitos |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| ICMBIO | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| INPE | Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| MP | Ministério Público |
| PMA | Prefeitura Municipal de Americana |
| PMSFP | Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula |
| PNMG | Parque Natural Municipal da Gruta |
| PNMR | Parque Natural Municipal da Ronda |
| PNUMA | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| SEMA | Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul |
| SEMAS | Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de São Francisco de Paula |
| SEMPA | Secretaria Municipal de Proteção Ambiental de São Francisco de Paula |
| SFP | São Francisco de Paula |
| SISNAMA | Sistema Nacional do Meio Ambiente |
| SMA | Secretaria de Meio Ambiente de Americana |
| SNUC | Sistema Nacional de Unidades de Conservação |
| TAC | Termo de Ajustamento de Conduta |
| UERGS | Universidade Estadual do Rio Grande do Sul |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Localização do município de Americana. | 98 |
| Figura 2 - Localização do PNMG. | 98 |
| Figura 3 - Imagens georreferenciadas do PNMG. | 100 |
| Figura 4 - Localização do município de São Francisco de Paula. | 113 |
| Figura 5 – Localização do PNMR. | 114 |
| Figura 6 - Imagens georreferenciadas do PNMR. | 115 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 - Tipologia dos movimentos ambientalistas. | 46 |
| Quadro 2 - Modelo conceitual da consciência política. (Sandoval, 2015) | 74 |
| Quadro 3 - Modelo conceitual da consciência política atualizado. (Sandoval, 2016)..... | 75 |
| Quadro 4 - Características gerais do PNMG | 97 |
| Quadro 5 - Características gerais do PNMR (Adaptado). | 112 |
| Quadro 6 - Todos os entrevistados | 136 |
| Quadro 7 - Entrevistas analisadas..... | 137 |
| Quadro 8 - Representações das dimensões da consciência política | 144 |
| Quadro 9 - Primeiro passo da análise | 307 |
| Quadro 10 - Segundo passo da análise | 307 |
| Quadro 11 - Terceiro passo de análise..... | 308 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 - Gênero dos entrevistados | 138 |
| Gráfico 2 - Faixa-etária dos entrevistados | 138 |
| Gráfico 3 - Ocupação dos entrevistados | 139 |
| Gráfico 4 - Vínculos dos entrevistados com os parques..... | 139 |

**Consciência política e ambiente: a desproteção de parques municipais em Americana
(SP) e São Francisco de Paula (RS)**

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| Um conto do hoje | 15 |
| Introdução | 17 |
| Capítulo I. A questão Socioambiental | 21 |
| 1.1 A Relação Ser humano–Natureza | 21 |
| 1.2 Desenvolvimento sustentável: uma argumentação <i>bioantropomórfica</i> | 28 |
| 1.3 Marcos regulatórios | 33 |
| 1.4 O sistema ambiental brasileiro..... | 36 |
| 1.5 Desafios atuais | 40 |
| 1.6 Movimentos ambientalistas, participação e Estado | 45 |
| Capítulo II. Consciência política ambiental | 56 |
| 2.1 Psicologia Política e Psicologia Ambiental | 56 |
| 2.2 Consciências política e percepção ambiental..... | 64 |
| 2.3 Modelos da consciência política e discurso político..... | 70 |
| 2.4 Comunidade e identidade..... | 79 |
| 2.5 Memória e pertencimento | 88 |
| Capítulo III. Os parques: histórias, memórias e participação política..... | 96 |
| 3.1 O Parque Natural Municipal da Gruta | 96 |
| A Luta pelo Parque..... | 108 |
| O Processo legal | 110 |
| 3.2 O Parque Natural Municipal da Ronda..... | 112 |
| A Luta pelo Parque..... | 119 |
| O Processo legal | 122 |
| Capítulo IV. Pelas trilhas metodológicas..... | 125 |
| 4.1 A natureza da pesquisa quali..... | 129 |
| 4.2 Pesquisas em fontes primárias | 131 |
| 4.3 Escolha e contato com os parques | 132 |
| 4.4 Os sujeitos da pesquisa | 134 |
| 4.5 O roteiro de entrevista..... | 140 |
| 4.6 Análise de conteúdo..... | 141 |
| Capítulo V. Resultados..... | 144 |

| | |
|---|------------|
| 5.1 Dimensões da Consciência política | 144 |
| Identidade coletiva | 144 |
| Interesses coletivos..... | 148 |
| Crenças e valores sociais..... | 150 |
| Interesses antagônicos e adversários | 165 |
| Eficácia política..... | 179 |
| Emoções e sentimentos de justiça e injustiça..... | 185 |
| Vontade de agir coletivamente | 193 |
| Repertórios e metas de ações | 197 |
| 5.2 Comparativos e representações dos Parques | 201 |
| Parque Natural Municipal da Gruta | 203 |
| Parque Natural Municipal da Ronda | 211 |
| Considerações finais | 222 |
| Referências | 228 |
| Anexos..... | 237 |
| Apêndices..... | 302 |

UM CONTO DO HOJE

Dotado de uma licença poética e audaciosa, esboço uma paródia da incrível e revolucionária fábula de Rachel Carson, da obra *Primavera Silenciosa*.

Era uma vez uma cidade no interior do Brasil onde tudo parecia estar em constante harmonia. Os seres humanos e os animais coabitavam um espaço rico e belo em natureza, um lugar mágico. A formação geológica ensinava sobre a dimensão do tempo e espaço; os cursos d'água e suas quedas aludiam à importância dos ciclos e potência da vida; as árvores e os pássaros revelavam a beleza de pertencer e estar num lugar. Tudo isso compunha uma paisagem cênica impar. Na cidade formava-se um vale, de onde - do alto - se via o horizonte, o amanhecer e o anoitecer em sintonia com um cenário repleto de riquezas biológicas e ecológicas de um país tropical.

Pelo caminho, era possível ver nas gramíneas os orvalhos, sentir o cheiro da terra, o frescor do clima e o barulho das águas. Para chegar à primeira cachoeira, descia-se uma escada lapidada pelo homem, serpenteada pela vegetação e, lá em baixo, encontrava-se uma gruta e um pequeno represamento natural. As crianças brincavam na água, alguns se arriscavam, saltavam e pulavam, outros se penduravam nos galhos e balançavam até se soltarem. Casais, amigos e famílias faziam piqueniques aos finais de semana. Os viajantes que passavam por lá ficavam encantados com o oásis de verão.

Às vezes a neblina dificultava ver o horizonte, nada que tirasse o encanto e os mistérios do lugar. Ao contrário, estimulava a atenção curiosa, remetia os sonhos de infância e a admiração pela vida bucólica, tranquila e silenciosa junto aos sons naturais.

Vários fatos se sucederam naquele lugar. Certa vez, um senhor, munido com pedaço de pau, se defrontou com uma cobra, domando-a para sua segurança. Em dada ocasião, uma pessoa, desacreditada na vida, jogou-se peral abaixo. Numa manhã, em que uma forte neblina pairava sobre o local, um guarda ordenou que um meliante corresse o mais rápido que pudesse em direção ao penhasco para que não morresse à bala e ninguém sabe seu fim. Conta-se também que numa tarde de chuvas fortes um gado teria entrado no córrego e sucumbido à velocidade da água, caindo de cima da maior cachoeira. No passado, as mulheres iam lavar roupa naqueles arroios e as crianças, acompanhadas de amigos e familiares, aprendiam a nadar nos pequenos represamentos. Num entardecer viu-se uma senhora fazendo suas preces e dispendo no curso d'água suas oferendas.

Os dias seguiam como sempre, mamíferos (incluindo os seres humanos), répteis, anfíbios, aves e insetos viviam e transitavam naquele lugar, próximos às nascentes, aos arroios e córregos. Tudo em equilíbrio no bioma com a maior biodiversidade do mundo, a Mata Atlântica.

Eis que tudo começou a mudar, como se um feitiço encerrasse a magia daquele lugar. Os animais começaram a ir embora, proliferaram espécies invasoras, infiltraram pragas e multiplicaram os animais peçonhentos.

As pessoas deixaram de ir para aquele lugar, deram as costas. Não mais o enxergando, começaram a jogar todos os seus dejetos, descartando lixo e entulho, despejando esgoto e até desovando corpos. O lugar foi se desfigurando, não mais visto como aquele lugar colorido e vívido. Passou a ser visto como um buraco, uma sobra urbana, cinza, pálida, suja e fétida. A única vida possível notada passou a ser a marginal, da drogadição, da decomposição, da delinquência e dos descartes.

Com efeito, foram aparecendo novas doenças infectocontagiosas, virais e respiratórias. Mais ainda as pessoas se afastaram, presas e enfermas em suas casas, onde ilusoriamente encontravam a segurança de um bem-estar.

O mato foi crescendo, os grupos de turistas não passavam mais e no imaginário social aquele lugar era cada vez mais perigoso e sujo. Não mais misterioso, passou a ser suspeito. Até mesmo os livros que citavam esse lugar foram esquecidos. Os desejos foram se sobrepondo, a tonalidade da água modificando, os animais e espécimes vegetais se extinguindo. Até o solo foi se desconfigurando, assoreando os cursos d'água, erodindo a terra e dilacerando as fendas com a velocidade da água.

Não foi nenhuma atividade mística ou bruxaria que condenou esse lugar, mas, sim, a própria população que o devastou e – hoje- enxerga suas consequências. Essa cidade existe, pode ser Americana, no interior de São Paulo, ou São Francisco de Paula, no estado do Rio Grande do Sul. Não apenas essas cidades, mas tantas outras Brasil afora. Cenários de um processo conflituoso de antropização do meio natural.

Mediante isso, é importante que os atores sociais tomem uma posição e participem do processo de recuperação e salvaguarda desses lugares, para que voltem a ser lugares de memória, afeto e mágicos. Assim, essa pesquisa busca mostrar como as pessoas constroem a consciência política frente a essas questões, comparando duas localidades distintas que vivem processos de conflitos e problemas semelhantes.

INTRODUÇÃO

(...) E desfaz-se
Por ingrata intervenção de tecnocratas.
Aqui sete visões, sete esculturas
De líquido perfil
Dissolvem-se entre cálculos computadorizados
De um país que vai deixando de ser humano
Para tornar-se empresa gélida, mais nada.
(...)
Sete quedas por nós passaram,
E não soubemos, ah, não soubemos amá-las,
E todas sete foram mortas,
E todas sete somem no ar,
Sete fantasmas, sete crimes
Dos vivos golpeando a vida
Que nunca mais renascerá.

Carlos Drummond de Andrade

No poema “Adeus a Sete Quedas”, publicado em 1982 no *Jornal do Brasil*, Carlos Drummond de Andrade faz uma crítica à construção da hidrelétrica de Itaipu, bem como à visão desenvolvimentista em detrimento das riquezas naturais. Diz o poeta da insensibilidade daqueles que não souberam salvaguardar um patrimônio natural, a flora e fauna local, sua diversidade genética e beleza cênica, preferindo sua destruição justificada pelo progresso e expansão humana. O poema anuncia e denuncia uma relação paradoxal entre o ser humano e a natureza, sua sensibilidade e insensibilidade, seu apeço e sua renúncia, seu afeto e sua indiferença. Revela, portanto, traços psicopolíticos intrínsecos ao fato. O poeta, comovido com a construção da barragem e inundação do Parque Nacional de Sete Quedas, aponta sentidos, sentimentos, significados e antagonismos atribuídos àquela realidade.

O presente estudo traz em seu escopo o Parque Natural Municipal da Gruta, em Americana, São Paulo, com outras sete quedas, com diferenças em escala, configuração topográfica, posicionamento e paisagem, mas também motivo de disputas políticas, econômicas, sociais e simbólicas. Curiosamente, as águas das sete quedas deste Parque formam o córrego da gruta, o qual desemboca no Rio Piracicaba, que, por sua vez, deságua no Rio Tietê, que se liga ao Rio Paraná e, assim, encontra as sete quedas submersas. No curso, deságua no Rio (Estuário) da Prata, encontrando o Oceano Atlântico.

O que será do futuro das sete quedas no interior paulista? Parafraseando o poeta, será que não soubemos amá-las? Será que a população americanense, paulista e brasileira passará por mais um constrangimento póstumo?

Nem todas as respostas são de ambição desse estudo, considerando suas limitações. Serão apresentados alguns sentidos e significados que atores sociais atribuem a esse lugar, com vistas à sua salvaguarda e memória, por meio da construção de suas consciências políticas.

Assim, com a finalidade de desenvolver uma análise comparativa, o presente estudo traz outra localidade em seu escopo, o Parque Natural Municipal da Ronda, em São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul. Nele, forma-se o arroio Rolantinho da Areia, o qual encontra o Rio da Ilha que, por sua vez, deságua no Rio dos Sinos que desemboca no delta do Jacuí, formando, junto a outros três rios, o lago Guaíba que segue para laguna dos Patos, efluindo para o Oceano Atlântico.

Ambos os parques apresentam problemas e conflitos similares no seu processo de antropização, sendo relevante um estudo que analise as formas de luta, respostas e participação, logo, como os atores de cada localidade constroem a consciência política. Assim, tais parques são reconhecidos como lugares de interação e relações sociais que se inscrevem - e escrevem a história e a cultura coletiva, tal qual nos apresenta Ana Fani Carlos (2001) e Fábio Ortolano (2014) que afirmam serem os lugares socialmente construídos, bem como historicamente significados por aqueles que neles vivem.

Ainda que esse estudo esteja focado em âmbitos locais, é preciso compreender que a dinâmica global também se localiza no espaço. As tendências globais têm repercutido em toda parte do globo, sendo os locais cenários de sua materialização, seja por meio dos fluxos de pessoas, informações e mercadorias, ou pela reprodução simbólica de valores, crenças e interesses.

Jorge Machado (2003) relata que o global se estabelece no local, definindo este como “agrupamentos humanos, urbanos e rurais, independente de sua dimensão, com ênfase nas cidades, vistas como atores sociais complexos e multidimensionais da globalização.” (Machado, 2003:42). Dessa forma, é no local, pontua o autor, que o global se estabelece, onde se transforma e faz transformar, onde os signos globais ganham materialidade. O local, com suas especificidades, é como uma célula em redes, onde ocorre a produção, a distribuição e o consumo dos produtos materiais e não materiais. Assim, o autor defende que as cidades são bases criadoras e receptoras das mudanças da sociedade global, por meio de mecanismos da racionalidade econômica a que estão conectadas.

Nesse sentido, estudos sobre as dinâmicas locais representam possibilidades interpretativas e analíticas de como a sociedade global tem se transformado e se materializado no espaço por meio de seus repertórios simbólicos, além disso, são caminhos para compreensão de quais são as respostas subjetivas, de indivíduos, grupos e comunidades diante dessas mudanças.

Está claro que não há como mudar uma conjuntura ou um indivíduo, sem que seu entorno se transforme. Por outro lado, também não é possível alterar uma conjuntura sem que se mude o *nós*. Por isso, é preciso compreender como as comunidades, sujeitos e indivíduos têm percebido as transformações que os acometem. A consciência política é o objeto de estudo dessa pesquisa, com vistas a descrever e analisar como moradores, gestores públicos e ambientalistas de Americana e São Francisco de Paula enxergam o Parque Natural Municipal da Gruta e o Parque Natural Municipal da Ronda, respectivamente.

O Parque Natural Municipal da Gruta por muitos anos foi uma área reconhecida como atrativo turístico na cidade, recebendo grupos de municípios vizinhos e sendo cenário para passeios de moradores locais. Contudo, nas últimas décadas, o avanço populacional e a má gestão pública têm reduzido a área de preservação a um pequeno fragmento de seus biomas naturais, perdendo parte das singularidades que o caracteriza. O Parque Natural Municipal da Ronda também foi um lugar de visitação no passado, inclusive reconhecido como um atrativo local, no entanto, uma série de fatores contribuiu para sua deprecia o, como a constru o de um lixão na área, a contamina o das águas e a eleva o da insegurança. Em ambos os parques, diversos problemas são identificados, como descarte de lixo doméstico e entulho, despejo de esgoto *in natura* nos corpos d'água, ocupa es irregulares, queimadas clandestinas e criminosas, desflorestamento de áreas de amortecimento, entre outros.

Eda Tassara (2016) pondera que vivemos num mundo de desintegra o e desordem que se materializam no espaço. Para ela, o futuro deve ser vislumbrado por meio de "pontes" que harmonizem essa desconstru o social, por meio de instrumentos a favor do social e do humano. Essa visão de totalidade, holística, em detrimento das subjetividades privatizadas   necessária para iniciar uma reflexão a ser trabalhada nesse estudo. A desintegra o dos lugares só pode trazer prejuízos socioambientais, tais como a topofobia ou o topocídio. E, ao que parece, a desintegra o dos espaços naturais e a fragmenta o das áreas de preserva o em favor da mobilidade urbana, dos fluxos dos automóveis e mercadorias e dos descartes humanos assemelha-se a um ensaio para a destrui o. Nesse sentido, as comunidades, os agrupamentos sociais, as redes de convivência e os indivíduos emergem como potências criativas por suas formas de resistência e identidade. A autora defende que as comunidades

devem recuperar os elementos históricos que as constituem, de modo a construir um “pretender a ser”, numa estratégia criativa para construção do futuro por meio de um projeto social.

No exercício de compreender a consciência política de atores sociais em relação ao Parque Natural Municipal da Gruta e ao Parque Natural Municipal da Ronda, serão apresentadas as dimensões da consciência, de modo a discutir que projeto social de futuro os entrevistados apontam. Posto isso, o objetivo desse estudo é analisar a consciência política de atores sociais ante o contexto de desproteção de parques municipais em Americana e São Francisco de Paula. Para tanto, buscar-se-á: a) identificar e apontar quais dimensões da consciência política os entrevistados trazem em seus discursos; b) analisar as dimensões da consciência política com relação aos vínculos com os parques municipais; c) identificar de que modo a memória, o pertencimento e a identidade se relacionam com a consciência política dos entrevistados e d) analisar de que modo essa consciência impacta e é impactada no contexto atual de participação política.

CAPÍTULO I. A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

1.1 A Relação Ser humano–Natureza

Nas últimas décadas observou-se um crescimento da preocupação social com relação aos processos de destruição ambiental. Pode-se dizer que o movimento ambientalista, como será mostrado à frente, tem se tornado um dos mais capilares em nossa sociedade.

Cristina Bonfiglioli (2016) relata que os valores éticos associados ao pensamento ecológico são comumente associados às preocupações com a manutenção das condições biológicas, físicas e químicas do ambiente natural, valores já expressos e defendidos em outros momentos. Tais valores influenciaram um movimento político contracultural nas décadas de 1950 e 1960, os quais são entendidos, hoje, como movimentos ambientalistas. Nesse período, cresceram as preocupações quanto às incertezas do futuro - muitas delas despertadas por resultados científicos e pelos desastres ambientais. À época, aponta a autora, contrapunha-se à vida na cidade, ao consumo e ao trabalho que corrompiam a natureza humana - esta entendida como parte da natureza - vista em sua totalidade *una*. A combinação do viés político e científico, em que se pesa a ciência ecológica e a necessidade de se proteger os recursos naturais, torna-se fundamental nos discursos ambientalistas contraculturais da década de 1960.

Para Bonfiglioli (2016), o termo ecossistema e a importância da ecologia nos Estados Unidos tiveram relação direta com o pós-guerra, influenciando o movimento ambientalista nesse país. Além disso, tinha no movimento pacifista *hippie* sua força política. Com o tempo, o movimento vai perdendo tais aspectos e passa se orientar pela biopolítica, operada pelo Estado e empresas privadas que passam a definir as pautas ambientais. Retomando o histórico, o autor descreve que, na década de 1950, surge a ecologia política nos Estados Unidos, tendo como uma de suas causas o uso dos pesticidas e seus impactos. Já na década de 1960, os efeitos danosos do uso da energia nuclear na Segunda Guerra Mundial são divulgados pela imprensa e ciência. Na década de 1970, grandes acidentes ambientais são noticiados pela mídia de massa. O impacto visual transformou radicalmente o imaginário social de progresso, desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, dos potenciais ganhos que isso tudo poderia representar, tal como a igualdade e felicidade. Assim, se teve a consciência que, apesar do enorme desenvolvimento tecnológico como herança, o mundo se deparava com uma absurda crise social, econômica e ambiental, levando à sua própria exaustão.

Nessa mesma década, surgem os primeiros grandes documentos e fóruns internacionais, os quais marcam a produção de um discurso ecológico no espaço político internacional, institucionalizado em políticas e compromissos globais, os quais serão apresentados adiante. Carlos Porto Gonçalves (1990) pondera que a preocupação ecológica dos anos de 1970 se deu tanto por forças e militâncias internas quanto por conta da pressão internacional em direcionar os recursos onde houvesse respeito ao meio ambiente. Para ele, foi o interesse no capital internacional que motivou a formação de instituições que tratavam das questões ambientais, antes mesmo de ter um movimento enraizado. Inclusive, cita a pressão do Banco Mundial, ao conceder empréstimos para demarcação de terras indígenas.

Bonfiglioli (2016) acrescenta que, nos anos de 1980, sob influência da mídia de massa, sensibilizada com as questões ambientais e com os atentados à sobrevivência humana a partir de desastres ambientais, aumentam os movimentos de ecologia política. Contudo, nesse momento, a noção de ecossistema é levemente usada, por meio de diversos conceitos e palavras iniciadas com o prefixo “eco-”, sem referência ao seu significado.

Uma reflexão interessante trazida por Gonçalves (1990) é que, diferentemente de outros movimentos sociais, como dos camponeses, das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos jovens e dos indígenas, o movimento ecológico não traz uma condição social que se corporifica em sujeitos; por isso, é difuso. Nesse sentido, congrega uma diversidade de atores políticos e bandeiras. Por outro lado, como todos os outros movimentos citados, ele tensiona os modos de vida, sendo transversal a todos eles. Assim, além da concepção de dominação da natureza, vê-se outra forma de dominação, a do ser humano sobre outro ser humano, notando um perfil dominante – homem, branco, europeu, machista e burguês –, por meio da naturalização da subserviência e inferioridade de, entre outros, mulheres, indígenas, negros e homossexuais. Nota que esses conceitos de natureza, que congregam o instituído e os instituintes, devem ser problematizados à luz do reconhecimento de uma diversidade sem hierarquizá-los.

Gonçalves (1990) ensina que a dicotomia entre ser humano e natureza é fruto de uma complexa história do Ocidente, que se alçou hegemônica em suas formas de pensar e práticas sociais. Essa dicotomia começa na Antiguidade Clássica, quando alguns filósofos, como Platão e Aristóteles, mudam o conceito de *physis* como compreensão da totalidade do real, priorizando o homem e a razão em detrimento dos elementos da natureza. Já o paradigma judaico-cristão potencializa tal oposição, colocando o homem como semelhança de Deus, assim dotado de privilégio em relação a todo resto natural. E com Descartes, em seu discurso sobre método, a polarização *homem-natureza, espírito-matéria e sujeito-objeto* é completa,

considerando o pragmatismo do conhecimento e o antropocentrismo científico. “Dominar a natureza é dominar a inconstância, o imprevisível; é dominar o instinto, as pulsões e as paixões.” (Gonçalves, 1990, p. 26)

Por outro lado, Maria Augusta Bursztyn e Marcel Bursztyn (2012) mostram como a relação entre ser humano e natureza sempre os colocou imbricados, negativa e positivamente. Uma série de episódios históricos mostra que a questão ambiental esteve presente nas decisões públicas, portanto, políticas, desde épocas remotas. Da pré-história até o presente momento, os homens sempre precisaram da natureza e interferiram nela. Embora, desde os tempos pré-históricos, os humanos tenham provocado impactos e desequilíbrios ao meio ambiente, antes os processos ocorriam de forma lenta. Contudo, mais recentemente, na modernidade, eles passam a ser mais acelerados e intensos. Os problemas ambientais não são fenômenos recentes, mas, sim, resultados de processos milenares da relação da humanidade com a natureza. (Bursztyn & Bursztyn, 2012, p. 65)

E a relação entre ser humano e natureza também se transformou no tempo e espaço. Os autores fazem uma retomada histórica, sintetizada nesse parágrafo. Na pré-história, no Período Paleolítico (Idade da Pedra lascada), a transformação se deu pelo avanço tecnológico. O surgimento da agricultura e das sociedades agrárias representou a construção de reservatórios de água, a produção de excedentes e a invenção de instrumentos de trabalho, o que possibilitou, por consequência, o sedentarismo. Determinou também a ocupação humana em áreas específicas, como vales, formando as sociedades hidráulicas, próximas aos rios, denotando a importância desse recurso natural. Nesse mesmo período, os homens também ocasionaram eventos de degradação ambiental, como, por exemplo, o desmatamento com o uso do fogo. No Império Romano, a gestão dos recursos florestais foi relevante para utilização massiva da madeira. O período mercantilista marca o fim de uma era de temor do mundo natural, por meio da intensificação do comércio e das viagens de conquistadores e mercadores no século XVI, provocando uma mudança nas teorias e práticas entre o ser humano e a natureza. O conhecimento passa a ser direcionado ao domínio e controle da natureza. Na primeira revolução industrial, do século XVIII, observam-se a mecanização, o desenvolvimento da mineração e da metalurgia (siderurgia), o uso intensificado de energia (carvão e hidráulica) e a urbanização (cidades industriais). No período 1750-1850, a revolução industrial causou profundas mudanças para o homem e o meio. Alimentar a indústria representou transformar o papel da agricultura, mudar a natureza e mudar as condições sociais do trabalho humano. É dentro de tais transformações que a escala de mudanças ambientais antropogênicas se amplia enormemente. Na chamada segunda

revolução industrial, a partir de 1850-1880, a relação com a natureza mudou ainda mais, com a introdução de novas fontes energéticas (Bursztyn & Bursztyn, 2012, p. 66-71). Os autores pontuam que, no bojo das revoluções industriais, mediante o declínio da qualidade de vida em função da poluição e contaminação das vias públicas, provocadas pelas fábricas e ausência de saneamento, emergiram em alguns setores uma conscientização de preservação a partir do início do século XIX. Assim, ocorre um processo de transformação do significado e de busca do domínio para preservação da natureza.

Ao longo da história humana, muitas reflexões colocaram em pauta a preocupação e os interesses em conservar a natureza, seja por respeito ou, ainda, como um alerta para a dependência humana dos recursos naturais. Sua exploração desenfreada interfere drasticamente nos ciclos biológicos e no ambiente, bem como influencia a vida e os comportamentos humanos. Certamente, entre diversos fatores, seu universalismo relaciona-se com consciências individuais, quando, em alguma medida, todos se enxergam parte integrante de e pertencente a um meio. Novos coletivos, grupos e associações formam-se a cada dia na luta pela preservação do meio ambiente, dos recursos naturais e pela salvaguarda de um ambiente saudável ao ser humano e outras espécies. Por outro lado, mediante o modo de produção e consumo da modernidade, o capitalismo, nota-se um crescente avanço da degradação da natureza causado pelo uso rápido e indiscriminado dos recursos naturais (Castells, 1999; Faria, 2002; Neiman, 2002). Isso revela que nem todos se preocupam com o desenvolvimento sustentável e com a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

Assim, considerando o histórico supracitado, falar da relação entre ser humano e natureza pressupõe pensá-la pela ótica do espaço e tempo. A modernidade e o capitalismo trouxeram mudanças irreversíveis nessa relação entre o humano, o tempo e o espaço. Os fluxos de informação, de mercadorias e de pessoas bem como as fronteiras, espaços físicos e virtuais trouxeram novos significados às consciências. A velocidade das trocas, vivências e cursos determina novas formas de percepção dos indivíduos e as dinâmicas espaciais entre o local e o global promovem experiências complexas, geram novas biografias e identidades. Nem mesmo os ciclos biológicos e os ecossistemas passam imunes às interferências humanas, que, sobretudo nas áreas de maior concentração populacional, tendem a se intensificar. A natureza e o ser humano, portanto, vivem mutuamente um processo constante de transformação.

Diante disso, ponderam-se três grandes concepções da natureza. Primeiramente vista como um perigo, cheia de mistérios, como algo a ser transformado e dominado. A segunda associa-se às ideias de tranquilidade, equilíbrio e ecossistema, as quais devem ser

preservadas da destruição humana. E a terceira, mais complexa, está ligada à ideia de justiça social, em que a natureza se associa a outras questões, como direitos humanos, demandas de minorias políticas e desigualdades materiais.

Se o modelo atual de desenvolvimento do capitalismo, a globalização, está sustentado por uma produção de conhecimento científico, técnico e tecnológico (Castells, 1999; Faria, 2002), além de serem instâncias de mediação das relações sociais locais e de articulação entre os locais e o global (Faria, 2002), certamente, são bases de significados da relação entre ser humano e natureza. Nesse sentido, cooptam os sentidos por meio de significados técnicos e oportunos à inteligibilidade de um modo de produção. Faria (2002) pondera que a separação globalizada entre natureza e sociedade faz com que as mesmas percam sua materialidade e também seus significados. A história passa a ser interpretada sem um espaço real. E a natureza se torna apenas uma abstração. Essa separação entre a história social e a dinâmica natural promove um isolamento e uma negação do mundo como ele é, idealizando a natureza e o espaço distante da experiência concreta dos seres humanos. Simbolicamente, a natureza passa ser representada como um paraíso e o ser humano uma ameaça, haja vista que, por não fazer parte de sua dinâmica, alheio, gera desequilíbrio e destruição.

Segundo o autor, essa oposição também projetou a natureza como fonte de recursos, elementos utilizáveis para o consumo humano, mas não como demarcação de ação, vista como parte constitutiva de uma dinâmica, logo, limitada. O desenvolvimento das ciências da natureza e sociais, bem como a construção dos marcadores legais no campo ambiental, produzidos a partir dessa oposição entre sociedade *versus* natureza, contribuiu para uma ideia equivocada dessa relação, criando um mito da natureza intocada (Diegues, 1996; Faria, 2002). Diegues (1996) revela que o modelo de criação de áreas naturais protegidas a partir do século XIX, nos Estados Unidos, representou uma política conservacionista muito utilizada nos países em desenvolvimento, cuja ideologia preservacionista baseava-se na visão do homem como um destruidor. Esse modelo de “ilhas” isoladas entrou em choque nos países tropicais, onde comunidades tradicionais já viviam nesses espaços naturais, inclusive com a prática de um manejo de subsistência sustentável.

O autor, inspirado nos conceitos de *mitos bioantropomórficos* e *mitos modernos* (*neomitos*) de Edgard Morin, os quais congregam uma série de representações, símbolos e imagens conscientes e inconscientes, aponta que o mito moderno (*neomitos*) da natureza intocada refere-se a um conjunto de representações conservacionistas de uma concepção biocêntrica das relações homem/natureza, o qual foi amplamente difundido na modernidade. Contudo, mitos *bioantropomórficos* também existem em várias localidades e culturas, em

que o mundo natural vive em relação intrínseca com as populações e comunidades. Na concepção mítica de sociedades primitivas e tradicionais existe uma simbiose entre o homem e a natureza.

Lopes (2006) define o processo histórico de lutas, defesa e acordos globais como ambientalização, interiorização e naturalização de uma nova questão pública, em que agentes públicos, Estado e sociedade civil passam a reconhecer cotidianamente a pauta ambiental.

O termo “ambientalização” é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo. (Lopes, 2006, p. 34)

Para ele, a incorporação da naturalização das questões ambientais é associada aos processos de interiorização de pessoas e grupos. “A ambientalização dos conflitos sociais está relacionada à construção de uma nova questão social, uma nova questão pública” (Lopes, 2006, p. 34). Para o autor, o processo de ambientalização, como uma resposta ao capitalismo e retomada do tecido social, demanda transformações no Estado e no comportamento das pessoas e grupos na vida cotidiana. Ele prevê uma dinâmica de luta e disputas, bem como de interiorização de direitos e argumentos ambientais. Lopes (2016) aponta que o trabalho de construção institucional, de elaboração e aprovação de leis e demais normativas, de políticas públicas, entre outros, se dá por meio de conflitos sociais.

Agripa Alexandre (2003) corrobora a ideia de que os conflitos são meios em que se constitui a consciência e os avanços ambientais. Nota que, embora o antagonismo dos primeiros ambientalistas e preservacionistas da ecologia possa ser limitado e ingênuo, foram eles que, historicamente, mudaram a conjuntura. Define o movimento ambientalista brasileiro como um movimento histórico, complexo e multissetorial, compreendido por vários atores e agentes, tal como grupos comunitários de profissionais ambientalistas, agências estaduais, organizações não governamentais socioambientais, outros movimentos (como o feminista), cientistas e pesquisadores, partidos, entre outros. Para ele, é preciso entendê-lo e ser um movimento radical. O uso banalizado de valores ambientalistas, como o fazem empresas, mídia e próprio Estado, por meio de jogos de interesse e marketing verde ocasionou a perda do radicalismo do movimento. Entende o autor que, se não forem consideradas as consequências dessa perda, a tendência é que o ativismo ambientalista seja mais banalizado, não sendo mais um movimento, mas, sim, um simples jogo discursivo.

No Brasil, a disseminação da consciência pública sobre essa problemática assume contornos bem diferenciados entre os segmentos sociais. Assim, percebe-se facilmente que, com o passar do tempo, enfraqueceu-se a tônica primordial do movimento ambientalista de base (cuja crítica dirige-se ao consumismo e à

exclusão social que o modelo de desenvolvimento dominante faz disseminar), e que houve um avanço de legitimidade do discurso dentro de outros segmentos preocupados com a crise socioambiental. (Alexandre, 2003, p. 91)

Para Marcelo Faria (2002), o movimento do capital ainda tem se imposto como forma hegemônica de apropriação da natureza, ocasionando uma série de consequências nas localidades, por meio de processos que aceleram a produção e formação do mercado mundial. Logo, a relação entre seres humanos e meio ambiente é mediada pelos interesses mercantis, mudando inclusive as formas de trabalho e de intervenção no meio, de modo que muitas ocupações seguem alienantes. Na contramão, Luciana Garrido e Roseane Meirelles (2014) ponderam que tanto a pedagogia crítica de Paulo Freire quanto a dialética materialista de Marx pressupunham um ser humano integral, não existindo uma dicotomia entre o ser humano e a natureza. Ambas correntes de pensamento consideram o ser humano como um todo, constituído por todas as suas dimensões: social, cultural, política e econômica.

Por outro lado, mais alinhadas ao modo de produção vigente, as universidades têm se estruturado sob essa dicotomia ser humano–natureza, haja vista que as ciências humanas vivem radicalmente separadas das ciências da natureza, tendo muitas vezes suas descobertas isoladas, como se fosse necessário passar por uma alfândega para transitar entre suas fronteiras (Gonçalves, 1990). Sendo a ciência uma busca por conhecer o desconhecido, para o autor, parece paradoxal, para o ator, pretender dominar um método antes de entrar em relação com o que se busca saber. Existe uma relação dialógica entre sujeito e objeto, em que ambos são ativos. A ciência é também instituída como expressão de uma relação social, não podendo estar acima daqueles que a instituíram. O rigor científico e seriedade não podem ser confundidos com dogmatismo. Embora a ciência moderna traga termos como leis, regras, processo e ordem, emprestados de um vocabulário jurídico, e se projete como neutra, não se pode esquecer que o campo jurídico e, conseqüentemente, tais termos, são permeados por tensão, conflito, luta e não neutralidade. Nesse sentido, essa relação entre humanos e natureza é também mediada por um conjunto de saberes produzidos. Gonçalves (1990) coloca que a questão ambiental convoca uma série de saberes, não podendo reduzir ao campo específico das ciências da natureza ou das ciências humanas, pois ela trata do modo como os seres humanos se relacionam com a natureza, implicando relações, mundo físico-químico, orgânico e construído. Além de pressupor um campo transdisciplinar, requer uma comunicação intersubjetiva, uma democracia, haja vista as concepções e posicionamentos que carrega. Assim, contrapõe-se ao modelo atomístico-individualista da ciência moderna,

tornando o indivíduo a unidade de referência e focando nas investigações reducionistas. Ao tratar do ecossistema, o autor traz um exemplo paradoxal de Edgar Morin, que mostra a cadeia alimentar tanto como um fator de destruição como de conservação de espécies, apontando a necessidade de um antagonismo organizacional. Conclui ele que antagonismo e complementariedade não se excluem.

1.2 Desenvolvimento sustentável: uma argumentação *bioantropomórfica*

Ante a rápida destruição das paisagens, o desmatamento e o desflorestamento, o uso demasiado dos recursos naturais e a consciência de sua finitude, o desenvolvimento sustentável aparece como argumento conciliador entre o desenvolvimento econômico e social, unido à preservação ambiental e salvaguarda dos recursos hídricos, minerais, vegetais etc. A consciência das consequências do crescimento populacional, do aquecimento global, da escassez da água em algumas partes do globo, das desigualdades sociais e materiais, bem como as condições precárias de vida atrelada ao subdesenvolvimento e o medo nuclear, também colaboraram para a busca de uma nova forma de desenvolvimento para países e sociedades. Assim, um conjunto de valores, princípios, políticas e normativas têm se constituído nos últimos anos, sobretudo a partir do final do século XX e início do século XXI, encarando, inclusive, o direito a um ambiente saudável como um direito humano.

José Veiga e Lia Zatz (2008) chamam atenção para o uso das palavras e expressões, as quais possuem significados específicos que devem ser reconhecidas no seu contexto histórico, para que não seja esvaziada de significados e sentidos. Segundo eles, a expressão “Desenvolvimento Sustentável” surge no bojo de problemas socioambientais globais como uma nova concepção de desenvolvimento, a qual soma ao progresso econômico e tecnológico os aspectos socioambientais, como educação, saúde e meio ambiente, representando um giro compreensivo. Nessa perspectiva, pouco vale o aumento do produto interno bruto (PIB) e a renda per capita, se não elevar os índices educacionais e de saúde, bem como salvaguardar os recursos naturais para as futuras gerações.

O desenvolvimento sustentável pressupõe uma mudança de mentalidade, hábitos e comportamento das pessoas, uma vez que elas impactam em toda lógica de produção e consumo. Prevê repensar a lógica de produção e uso dos recursos naturais. As desigualdades econômicas, demográficas e sociais dos países impactam diretamente na geopolítica internacional e conseqüentemente nos usos e interações que a humanidade faz com o meio

ambiente e em toda biosfera. Certamente, os movimentos ambientalistas são uns dos que atingem maior capilaridade pelo globo, pois toda a humanidade encontra contingências relacionadas às questões ambientais. O aquecimento global, a irradiação solar, a escassez de água potável e as catástrofes ambientais impactam na vida de todos, certamente em alguns mais do que outros, mas em todos. Nesse sentido, não existe um exílio possível ante um planeta em colapso. Isso produz uma consciência importante, quando os sujeitos se deparam com esses dados.

Repensar o modo de produção se faz necessário, contudo não se limita às políticas falso-ecológicas compartilhadas por inúmeras multinacionais, setores produtivos, propagandas comerciais e partidos políticos, tampouco uma mudança de comportamento restrita à sociedade civil, no que tange à redução do desperdício e à reciclagem. É preciso mais: rever os modos de produção e consumo, o totalitarismo mercantil. Para Veiga e Zatz (2008), o marketing ambiental sustenta-se num oportunismo que aproveita do prestígio que os assuntos ecológicos alçaram na atualidade. Nesse sentido, cooptam os significados coletivos, com a intenção de produzir sentidos deturpados da realidade, por isso referem-se a políticas falso-ecológicas, fingem mudar alguma coisa, quando na realidade mantém-se tudo da mesma forma.

Diante disso tudo paira uma questão polêmica: os problemas e transformações ambientais são fruto da intervenção humana ou mais um processo de mudanças ambientais próprias de um planeta dinâmico? Certo é que, independentemente das hipóteses otimistas e pessimistas, nas últimas décadas as transformações só agravaram e aceleraram os problemas ambientais, conseqüentemente sociais. Uma conta também é exata, a capacidade regenerativa da biosfera não anda na mesma velocidade que a pressão humana, pois as pessoas estão usando os recursos e descartando seus resíduos mais rapidamente do que os ecossistemas podem e conseguem repor. E frente a isso, é preciso uma tomada de posição. Nisso há um consenso, todos querem um mundo melhor e consideram urgentes os esforços para tanto, sendo o desenvolvimento sustentável o caminho. (Veiga e Zatz, 2008). Os autores mostram que o termo sustentabilidade era usado até a década de 1970 apenas pela biologia, para indicar, mediante o extrativismo, um ponto limite de resiliência dos ecossistemas. É no final dessa década que a expressão ganha visibilidade, alçando novas discursividades, além das científicas.

A expressão “desenvolvimento sustentável” foi publicamente empregada pela primeira vez em agosto de 1979, num simpósio das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. Nesse momento, os ambientalistas eram

sistematicamente acusados de serem contra o desenvolvimento. E, numa dessas discussões, algum deles disse a seguinte frase: “Não somos contra o desenvolvimento; apenas queremos que ele seja sustentável”. Bastou isso para que a expressão imediatamente emplacasse, como acontece com boas gírias, boas tiradas, boas marcas, bons provérbios etc. E se tornou mundialmente conhecida quando foi adotada como principal bordão do “Nosso futuro comum”, mais conhecido por “Relatório Brundtland”. (Veiga e Zatz, 2008, p. 38)

O fato nos mostra que o termo só ganhou notoriedade e relevância pois congregou dois conjuntos significados interpretativos e valorativos da sociedade e ambiente, uniu as referências de desenvolvimento, progresso e avanços humanos às ideias de preservação, equilíbrio ambiental e resiliência dos ecossistemas. Em outras palavras, congregou forças argumentativas e discursivas que tivessem força frente às posturas e concepções hegemônicas à época. Segundo os autores, o Relatório Brundtland foi apresentado na Assembléia Geral das Nações Unidas em 1987 e o termo “desenvolvimento sustentável” foi se legitimando como o maior desafio desse século, sendo consagrado na Eco-92, no Rio de Janeiro. Ampliando seu conceito, o desenvolvimento *tem a ver com liberdade, com proteção dos direitos humanos e com o aprofundamento da democracia*. (Veiga e Zatz, 2008, p. 56). E acrescentam: *a noção de desenvolvimento sustentável já é um valor, e um valor positivo, mesmo que utópico. Assim como justiça social, democracia e tantos outros*. (Veiga e Zatz, 2008, p. 59), considerando a utopia não como um sonho e algo impossível, mas, sim, um sentido filosófico, uma esperança e aspiração, um caminho a ser buscado.

E desde sua emergência até a atualidade, o termo segue em disputa entre aqueles que acreditam e outros que desacreditam, congregando um conjunto de significados que ora se aproximam, ora se distanciam, ora se contrapõem entre si. Margaret Baroni (1992) aponta que há variedade de conceituações ambíguas e deficientes sobre desenvolvimento sustentável, em que alguns o definem como querem, outros como sinônimo de sustentabilidade ecológica, em outras palavras, capacidade regenerativa. Uns acreditam que deva haver limites para o crescimento, outros defendem a satisfação das necessidades humanas e melhoria da qualidade de vida. Há também aqueles que defendem a equidade entre todas as gerações, os que acreditam ser uma resposta aos problemas estruturais e socioambientais de países subdesenvolvidos, dentre outras perspectivas. Para ela, no Brasil, o termo tem sido apropriado por muitos de acordo com as suas conveniências, ideologias e projetos. A autora considera que, mesmo diante dessas múltiplas conceituações, das ambigüidades e mal-entendidos, o debate traz consequências positivas, como a consciência de que a conjuntura social impacta nas condições ecológicas, portanto, na sustentabilidade ecológica e na insustentabilidade da relação ser humano e natureza. Acrescenta que o diálogo

sobre o tema *abre as portas para a discussão da equidade social dentro de uma mesma geração quando discute o acesso aos bens das gerações futuras*. (Baroni, 1992, p. 22).

Pensar desenvolvimento sustentável demanda um pensamento complexo, portanto, uma conceituação atenta aos múltiplos fatores, não propostas genéricas ou setoriais demais, tal como conclui Baroni (1992). Sustentabilidade ecológica, desenvolvimento sustentável, crescimento sustentável e sustentabilidade muitas vezes são empregados e entendidos como sinônimos e não são, guardam sentidos e repertórios argumentativos muito distintos. Herman Daly (2004) defende a ideia de que o crescimento sustentável é impossível, visto que, para ele, é impossível sair da pobreza e evitar a degradação ambiental por meio do crescimento econômico. Segundo o autor, o crescimento e desenvolvimento trazem significados distintos, uma vez que crescimento pressupõe aumentar de tamanho e desenvolvimento significa mudança, tornar-se diferente. Assim, defende que o termo desenvolvimento sustentável deve ser diferenciado de crescimento sustentável, pois este representa uma contradição, uma contraposição aos princípios da sustentabilidade, justificando que crescimento econômico ultrapassa o ponto de equilíbrio, a resiliência dos ecossistemas e, portanto, é um *slogan* vazio. Baroni (1992) pensa o mesmo, *se o crescimento econômico não leva nem à sustentabilidade ecológica nem à remoção da pobreza, é claramente um não objetivo para o desenvolvimento sustentável*. (Baroni, 1992, p. 18).

Ilustrando esse paradoxo entre crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade, Ricardo Abramovay (2010) cita uma pesquisa que mostra a agricultura brasileira orientada à expansão, a qual se depara com um entrave ao seu crescimento: as restrições decorrentes das áreas protegidas. Tais restrições ao uso da terra, medidas sustentáveis, foi amplamente difundidas pela Confederação Nacional da Agricultura como ameaça ao desenvolvimento brasileiro. Contudo, acrescenta o autor, tal pesquisa, bem como a Confederação, não considera elementos importantes como que mesmo em áreas protegidas é possível outras formas de exploração econômica e que, “ao se excluir a Amazônia, nos outros biomas brasileiros a superfície agrícola útil no Brasil corresponde à de países com importância agrícola equivalente à sua” (Abramovay, 2010, p. 103). Nesse sentido, não se vê a Amazônia como um lugar intocável, mas, sim, um lugar valorizado, passível de oferecer recursos naturais de modo sustentável. Para o autor, em se tratando de Brasil, o desenvolvimento sustentável perfaz um horizonte estratégico do qual a humanidade deve tirar seus princípios e agir de modo a preservar e renovar os ecossistemas para seu uso, dependendo esse processo da própria cooperação humana nos usos dos ecossistemas de que precisam. Acrescenta que, apesar da redução na desigualdade de renda nos últimos anos, persistem as formas mais

graves de desigualdades no acesso à educação, justiça, segurança, entre outros. Além disso, o Brasil está aquém dos investimentos necessários para as inovações tecnológicas e científicas que melhorariam os sistemas produtivos. O autor dá alguns exemplos de ações que contribuíram, por exemplo, para a redução do desmatamento da Amazônia, como as rígidas políticas de fiscalização, a negativa de crédito bancário aos proprietários de terras que não tivessem alinhados com os compromissos ambientais, o aumento da demarcação de áreas protegidas e indígenas e a formação de instâncias de negociação compostas por atores diversos em setores como o agronegócio. Assim, o desenvolvimento sustentável da Amazônia prevê uma mudança de orientação, diferente da que se opera atualmente, em que os setores privado e público enxergam os biomas apenas como fronteiras agrícolas do agronegócio ou como jazidas minerais e fontes dos recursos energéticos. É preciso, assim, um conjunto de ações diferentes dessa perspectiva de crescimento, mas que seja capaz de identificar, por meio dos avanços da ciência e tecnologia, novas fontes e formas de uso de seus recursos, equacionando o desenvolvimento regional e a conservação ambiental, considerando a preservação do bioma, das comunidades tradicionais e de espécies ameaçadas. Conclui que o Brasil “não está diante de uma questão ambiental e sim do desafio de formular uma verdadeira estratégia de desenvolvimento sustentável” (Abramovay, 2010, p. 113). Para ele, uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil demanda uma coalizão social capaz de transformar a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos em fontes de ganhos econômicos.

Pedro Jacobi (1999) considera que, havendo vontade política, é plausível viabilizar ações governamentais pautadas em princípios sustentáveis conjugados a resultados e expectativas do desenvolvimento socioeconômico. Mediante a globalização, lança um olhar em torno das dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram para garantir equidade e articular as relações entre o global e o local. Para ele, é fundamental que o local responda às problemáticas globais, sobretudo dando respostas aos seus problemas sociais, uma das dimensões mais complexas de resolução. Para tanto, deve-se investir na participação e na democracia. Relata que no decorrer do processo de redemocratização os movimentos sociais ganharam força, gerando novas formas de pressão ao Estado, sendo que, na década de 1990, além da participação se institucionalizar, novas ações solidárias surgiram como alternativas centradas em questões éticas ou de revalorização da vida humana. Acrescenta que a participação é um meio fundamental de institucionalizar relações que reconheçam os direitos dos cidadãos e uma força potencial de incorporação de grupos sociais e de valores socioculturais diferentes dos que prevalecem nos poderes instituídos.

Nesse sentido, a participação social se caracteriza como um importante instrumento de fortalecimento da sociedade civil (...) se enquadra no processo de redefinição entre o público e o privado, dentro da perspectiva de redistribuir o poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não têm acesso. (Jacobi, 1999, p. 37).

Esse caminho de fortalecimento social só é possível quando a participação não é meramente protocolar, compulsória ou pro forma. Assim, é mister reconhecer o papel da participação nos processos de construção do desenvolvimento sustentável, como estratégia programática de institucionalização de princípios que envolvam a tríplice perspectiva do desenvolvimento sustentável, a economia, a social e a ambiental, dialogando com todas elas, cabendo ao Poder Local o compromisso e dever de fomentar políticas públicas intersetoriais que considerem as transversalidades e estimulem a participação e garantam o acesso às informações e ao conhecimento.

1.3 Marcos regulatórios

As questões ambientais e as preocupações com o meio ambiente já fizessem parte de algumas sociedades e culturas. A preservação da natureza e a busca pela qualidade ambiental são ideias do século XIX, mas limitava-se a elites ilustradas no que tange as manifestações (Manuel Castells, 1999). Foi no século XX que a questão foi internacionalizada. Segundo Maria Augusta Bursztyn e Marcel Bursztyn (2012), na década de 1940 ocorreram diversos debates com vistas à proteção da natureza, à criação de uma organização internacional e ao preparo a uma conferência científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos Naturais. Assim, ocorre em 1948, a primeira grande reunião de caráter ambiental em escala internacional. Contudo, foi na segunda metade do século XX, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, que países europeus, os Estados Unidos e algumas nações em desenvolvimento passaram internalizar o ambientalismo na construção de suas identidades e formas de sociabilidade, adquirindo uma visibilidade massiva. (Castells, 1999; Tavolaro, 2000)

Sérgio Tavolaro (2000) corrobora esse histórico apontando que, embora a primeira onda significativa de ação ambiental tenha ocorrido entre o final do século XIX e início do XX, com a elaboração das primeiras legislações ambientais e o planejamento do uso da terra, apenas na segunda metade desse último século, nos anos de 1970, a questão emerge por meio de grupos que lutavam diante dos problemas ambientais, incluindo-os na agenda política. Foi

também nessa década, aponta o autor, que fundamentalmente surgiram no Brasil as associações ambientalistas mais críticas ao modo de desenvolvimento ocidental, polarizadas com o Estado até 1990, quando passou a desenvolver uma ação multissetorial.

José Sérgio Lopes (2006) descreve que, a partir da Conferência de Estocolmo, organizada pela ONU em 1972, uma nova questão pública foi ganhando força no Brasil e no mundo, a da preservação do meio ambiente. A Conferência de Estocolmo foi o primeiro grande encontro mundial em que se tratou das questões ambientais no cenário global, para além da comunidade científica. Ela inaugura uma série de iniciativas em prol do meio ambiente e intenções para sua proteção. Nesse encontro foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo é coordenar as ações internacionais de proteção ao meio ambiente e de promoção do desenvolvimento sustentável. Na década seguinte, em 1985, foi formalizada a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio. Na ocasião, algumas nações se reuniram na Áustria preocupadas quanto aos possíveis impactos que poderiam ser causados com o fenômeno da redução da Camada de Ozônio. A Convenção estipulou à comunidade internacional princípios relacionados à proteção da camada estratosférica, prescrevendo obrigações aos governos, ditando-lhes medidas jurídico-administrativas para reduzir os impactos. A Convenção de Viena conduziu, em 1987, ao Protocolo de Montreal, que versa sobre substâncias que destroem a Camada de Ozônio. Como tratado internacional em vigor desde 1989, o documento impôs obrigações específicas aos países signatários, sobretudo a erradicação do uso e de emissão do CFC (clorofluorcarbono). Foi o primeiro compromisso ambiental de âmbito internacional, inicialmente com algumas dezenas de países e, posteriormente, com 150 signatários.

Duas décadas depois, em 1992, ocorre um dos eventos mais importantes em âmbito global, em que se congrega um conjunto de Estado-nações, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Eco-92 ou Rio-92, no Rio de Janeiro. Seus principais desdobramentos foram a Carta da Terra, a Declaração de Princípios sobre Florestas, Declaração do Rio e a Agenda 21. Tal agenda, um instrumento de planejamento e orientação para a construção de sociedades sustentáveis no século XXI, “concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica” (Brasil, 2012). Ela representa um conjunto de compromissos internacionais a serem cumpridos pelas nações em escalas locais e globais, desde a preservação de florestas e recursos hídricos às questões climáticas. Isso denota uma série de novos significados à pauta, com destaque à justiça social, a qual considera as desigualdades como fatores de prejuízos ambientais.

Na sequência, uma série de outros eventos internacionais vai acrescentando novos acordos, recomendações e normativas globais. Em dezembro de 1997, é assinado o Protocolo de Quioto, um tratado internacional com compromissos para a redução do efeito estufa. O mesmo foi ratificado em 1999. O aquecimento global é, por muitos cientistas, considerado um fenômeno antropogênico, ou seja, derivado da ação humana. O objetivo é diminuir gases do efeito estufa, estabelecendo metas de emissão. Essas metas não são homogêneas a todos os países, sendo primeiramente responsabilidade dos países desenvolvidos, que se industrializaram primeiro e emitiram mais gases. A proposta compreende que os países em desenvolvimento, por um tempo, não teriam as mesmas condições, considerando o direito de desenvolver-se. Com efeito, alguns países não ficaram satisfeitos, dentre eles os Estados Unidos, que não ratificam o protocolo. Em 2002, é realizada a Rio+10, em Johannesburgo, na África do Sul. No encontro, foram reafirmadas as metas relativas à erradicação da pobreza, promoção da saúde, expansão dos serviços de água e saneamento, defesa da biodiversidade e destinação de resíduos tóxicos e não-tóxicos (Brasil, 2012). Em 2012, ocorre a Rio+20, mais um encontro internacional que teve como objetivo revisar e renovar os compromissos estabelecidos duas décadas atrás na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, bem como avaliar as lacunas e novos temas emergentes (Brasil, 2012).

No Brasil, apesar de, em 1821, José Bonifácio sugerir a criação de um órgão para preservar as florestas, o Serviço Florestal foi criado cem anos depois, em 1921 (Veiga e Zatz, 2008). Depois disso, observam-se articulações sociais desde a década de 1930, contudo é a partir dos anos de 1970, quando a questão ambiental ganha espaço nos Estados Unidos e Europa e em meio ao Regime Militar, que as associações ecológicas, conservacionistas e ambientais começam a expandir.

Outra fonte importante do movimento ambientalista no Brasil, aponta Gonçalves (1990), foram os exilados políticos, que, ao retornarem da Europa, onde essas discussões estavam em ascensão, trouxeram essa pauta nos engajamentos políticos. Um exemplo foi o agrônomo José Lutzemberger, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Segundo Urban (2001), a primeira reunião nacional sobre políticas de proteção ao ambiente natural aconteceu na década de 1930, cujos subsídios desse encontro impactaram na elaboração do Código Florestal de 1934. Segundo a autora, em 1958 é criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), cujo objetivo era proteger os recursos naturais e implantar áreas de proteção da natureza, posicionando-se contra o desenvolvimento a qualquer custo. Muitas das associações que surgiram na década de 1970

tiveram apoio da FBCN. Nessa década, dois fatos tornaram-se marcos no movimento brasileiro. Um deles, o ato do artista plástico Emilio Muguel Abellá, em 1973, com máscara contra gases, chama atenção para a poluição em São Paulo; o outro, a campanha do Almirante Belart, em 1974, contra a construção da hidrelétrica de Itaipu, propondo uma obra alternativa para salvar as sete quedas (Urban, 2001). No bojo desses e outros fatos, se dá a institucionalização da questão ambiental no Brasil, sobretudo na década de 1980. Primeiramente, é criada a Secretaria de Meio Ambiente, ligada ao Ministério do Interior, em 1973, bem como instituições de controle ambiental (Cetesb) em São Paulo e Rio de Janeiro, em 1975. A Política Nacional de Meio Ambiente é instituída em 1981; em 1986, os Estudos de Impactos Ambientais EIA-Rima passam a vigorar nos processos de licenciamento. Em 1988, é aprovada a nova Constituição Federal, conhecida como a constituição cidadã, alinhada a princípios internacionais e com um capítulo sobre Meio Ambiente. Três anos depois da Rio-92, em 1995, um grupo de lideranças ambientalistas de diversas regiões do Brasil se reúne para tratar dos rumos do movimento ambientalista no Brasil.

Esse breve relato, embora não dê conta de registrar todos os fatos que compreenderam os movimentos ambientalistas no mundo e no Brasil, retrata as institucionalidades e caminhos percorridos na história em defesa dessa pauta.

1.4 O sistema ambiental brasileiro

Como visto, a preocupação com a destruição da natureza não é um fenômeno atual. Nos Estados Unidos, foi criado o primeiro parque natural do mundo em 1872, o Parque Yellowstone, motivando a criação de outros parques nacionais ou reservas florestais no Canadá, África do Sul, Austrália, México e Nova Zelândia no mesmo século. Esse modelo de criação de áreas protegidas, como será apontado, torna-se um horizonte norteador das políticas ambientais brasileiras. O primeiro Parque Nacional, o de Itatiaia, foi inaugurado apenas na década de 1930. Apesar dos esforços presentes na história, apenas na segunda metade do século XX o sistema ambiental brasileiro é ordenado, composto por uma série de normativas, autarquias e departamentos públicos responsáveis pela salvaguarda, preservação, planejamento, gestão e fiscalização ambiental.

A Política Nacional do Meio Ambiente ou **Sistema Nacional do Meio Ambiente** (SISNAMA) foi criada pela Lei 6.938 de 1981, regulamentada pelo Decreto 99.274 de 1990,

congregando os órgãos e instituições ambientais da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Seu organograma é compreendido pelo Órgão superior, um conselho do governo; um órgão consultivo e deliberativo, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama); o órgão central, o Ministério do Meio Ambiente; os órgãos executores, o Instituto Chico Mendes (ICMBio) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); os órgãos seccionais, os estados e os órgãos locais, os municípios.

O **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis** (IBAMA) foi criado em 1989, a partir da fusão de outras instituições públicas na área ambiental. É uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), tendo como atribuição o licenciamento, fiscalização, monitoramento e controle ambiental, exercendo o poder de polícia ambiental.

O **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade** (ICMBio) é uma autarquia criada em 2007, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, responsável por implantar, gerir, proteger, monitorar e fiscalizar as unidades de conservação federais. É responsável também por pesquisas, proteção, preservação e conservação da biodiversidade. Surgiu de uma reestruturação do IBAMA, anteriormente responsável por tais atribuições.

Além dessas instituições, as Forças Armadas, vinculadas ao Ministério da Defesa, também têm suas responsabilidades e compromissos no que tange à fiscalização, controle e educação ambiental. Um exemplo de sua atuação é a fiscalização da poluição hídrica, causada por embarcações, plataformas e as suas estruturas de apoio, por meio de ações de patrulha ou também de inspeções realizadas junto ao IBAMA e ICMBio nas divisas, florestas e unidades de conservação.

Além das instituições, as normativas também fazem parte do quadro ambiental brasileiro, dentre elas, para exemplificar algumas, destacamos o Código Florestal Brasileiro, a Lei dos Crimes Ambientais e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

O **Código Florestal Brasileiro** é nome dado à Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, a qual adotava as florestas nacionais e outras formas de vegetação como sendo de utilidade às terras que revestem, como bens de interesse comum a todos os brasileiros, restringindo alguns usos da terra, seus recursos vegetais nativos e hídricos. Atualmente, essa Lei foi vetada e substituída pela Lei 12.651 de 2012, Lei de Proteção da Vegetação Nativa, chamada informalmente de "Novo Código Florestal".

A Lei 9.605 de 1998, conhecida como a **Lei dos Crimes Ambientais**, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de más condutas e atividades danosas ao meio ambiente, compreendendo os crimes contra a fauna, como, por exemplo, a caça e

contrabando; contra a flora, como danificar uma floresta de proteção permanente; relacionados à poluição, que resulte ou possa resultar em danos aos humanos e outras espécies; contra o ordenamento urbano, como a destruição de uma biblioteca; contra a administração, como sonegar informações num licenciamento, dentre outros.

O **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**, Lei 9.985 de 2000, ampliada pelos Decretos 4.340, de 2002, e 5.746, de 2006, estabelece um plano estratégico nacional de áreas protegidas com critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Define as categorias, os usos e os atributos referentes a cada tipo de unidade de conservação (UC), bem como as formas de salvaguarda, proteção e conservação. Dentre seus objetivos, elencam-se:

Contribuir para a conservação das variedades de espécies biológicas e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; Proteger as espécies ameaçadas de extinção; Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; Proteger as características relevantes de natureza geológica, morfológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados; Proporcionar meio e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; Favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza; e Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (Brasil, SNUC, 2000)

Para tanto, as unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: as proteção integral e as de uso sustentável. O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: I - **Estação Ecológica**, cuja finalidade é a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas; II - **Reserva Biológica**, que prevê a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites; III - **Parque Nacional**, que institui a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica; IV - **Monumento Natural**, que visa preservar sítios naturais raros; V - **Refúgio de Vida Silvestre**, que busca assegurar a existência ou reprodução de espécies ou comunidades de flora e fauna.

Já o Grupo das Unidades de Uso Sustentável é compreendido pelas seguintes categorias: I - **Área de Proteção Ambiental**, em geral extensa, com certo grau de ocupação

humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida; II - **Área de Relevante Interesse Ecológico**, em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional; III - **Floresta Nacional**, área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica; IV - **Reserva Extrativista**, área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo; V - **Reserva de Fauna**, área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos; VI - **Reserva de Desenvolvimento Sustentável**, área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais; e VII - **Reserva Particular do Patrimônio Natural**, área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. (Brasil, SNUC, 2000, p. 9-11)

Pedro Schenini, Alexandre Costa e Vanessa Casarin (2004) explicam que as unidades de conservação podem ser classificadas como típicas, integrando o SNUC, e atípicas, as quais não fazem parte do sistema. Dentre as atípicas, os autores citam a Área de Preservação Permanente (APP), a Reserva Legal, as Áreas de Servidão Florestal e as Reservas Indígenas, entre outras. Área de Preservação Permanente, prevista na Lei 12.651/12, é uma área protegida, que pode ser coberta ou não por vegetação nativa. Sua função ambiental é preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade e o bem-estar das populações humanas. A Reserva Legal, disposta na mesma Lei, refere-se a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de garantir o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliando na conservação e a reabilitação dos processos ecológicos, promovendo a conservação da biodiversidade e salvaguardando a proteção de fauna silvestre e da flora nativa. Áreas de Servidão Florestal, previstas pela medida provisória no 2166-67 de 2001, trata-se da área em que o proprietário rural voluntariamente renuncia, em caráter permanente ou temporário, os direitos de supressão ou exploração da vegetação nativa, localizada fora da reserva legal e da área com vegetação de preservação permanente. Dessa forma, os proprietários podem transformar o que seria uma área improdutiva em um ativo rentável. E reservas indígenas são terras doadas, adquiridas ou desapropriadas pela União, destinadas à posse permanente dos povos indígenas.

Os parques da presente pesquisa inserem-se na categoria de Parque Nacional, ou seja, de proteção integral. Por serem de administração local, recebem o nome de Parque Natural Municipal. Contudo, cabe ponderar ser possível requalificá-los, adequando as formas de manejo, visto que a manutenção dessa categoria nas condições que os parques se encontram, em certa medida, não integra o SNUC. Nesse sentido, um trabalho acadêmico, de Maristela da Rosa, em 2015, propõe que o Parque Natural Municipal da Ronda mude de categoria para Refúgio da Vida Silvestre (REVIS), também de proteção integral. Já no caso de Americana, considerando sua atual conjuntura, uma série de medidas para seu manejo, preservação e conservação deveria ser tomada de modo a manter tal titularidade ou tornar-se uma unidade de conservação de uso sustentável.

1.5 Desafios atuais

Segundo a Global Witness, a América Latina é líder mundial no que tange à violência direcionada aos defensores da terra e do meio ambiente, sendo o Brasil o país que mais registrou assassinatos em 2017, sobretudo de pessoas que lutam pela proteção da Amazônia. O relatório mostra que os setores que mais atacam os defensores ambientais e da terra são o agronegócio, a mineração e o extrativismo, a caça ilegal, a extração de madeira e as águas e barragens, tendo como prováveis agressores gangues criminosas, soldados, policiais, forças paramilitares e caçadores ilegais, ou seja, desde civis criminosos às milícias e poderes constituídos.

Em números absolutos, o Brasil tem sido o país mais perigoso para os defensores da terra ou do meio ambiente na última década, com uma média de 42 mortes por ano desde 2012. (Global Witness, 2018).

E esses não são os únicos números da violência. De acordo com o relatório da Anistia Internacional de 2017/218, acerca dos Direitos Humanos no mundo, avançaram os conflitos por terras e as invasões de garimpeiros e madeireiros ilegais nos territórios dos povos indígenas, agravando as agressões e resultando no assassinato de vários indígenas. Segundo a Anistia Internacional, ao menos 22 indígenas da etnia Gamela foram atacados no município de Viana, no Maranhão, em um único episódio, em abril de 2017.

E, para piorar, mostra o relatório, algumas instituições e políticas foram minadas pelos poderes constituídos. Mais recentemente, já no início do atual governo, em 2019, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) transferiu para o Ministério da Agricultura a atribuição de

identificar, delimitar e demarcar terras indígenas e quilombolas. Certamente, uma ameaça para tais grupos, haja vista a pressão do agronegócio por conta das limitações que tais áreas impõem.

Vale lembrar que vários eventos afetam as questões ambientais e os movimentos ambientalistas, tais como as guerras, as crises econômicas, as conjunturas políticas, os regimes autoritários e os interesses midiáticos. Segundo matéria do portal *Congresso em Foco*¹, Jair Bolsonaro (PSL), mesmo antes das eleições, defendia mudanças nas políticas ambientais, consideradas por ele rígidas demais, não atuando em prol do Brasil, mas, sim, de questões extraterritoriais. Justamente uma incompreensão e ignorância no que se refere ao meio ambiente, o qual transcende os territórios, espaços politicamente e socialmente constituídos. Segundo Agência do Estado, via Portal R7², o ICMBio vai focar na regularização fundiária, ainda sob pressão em se fundir novamente com o IBAMA.

Outro dado polêmico, relacionado ao atual presidente da República, foi a anulação da multa que o mesmo recebeu do IBAMA por pesca ilegal em 2012. A revogação ocorreu após um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) ao final de 2018. Na primeira semana de sua posse, em 2019, é emitido um ofício deliberando a nulidade das decisões administrativas referentes ao caso, segundo jornal *O Estado de São Paulo*³. Três meses depois, o chefe de operações aéreas da Diretoria de Proteção Ambiental, José Olímpio Augusto Morelli, quem multou Bolsonaro, é exonerado de seu cargo no IBAMA, como mostra o portal *G1*⁴.

Tais exemplos coadunam com um resultado apresentado pela Global Witness, de que alguns fatores são também as causas dos ataques contra defensores em todo o mundo, tal como o enfraquecimento da legislação e instituições, a corrupção e a impunidade. Segundo a ONG internacional, já o governo anterior, de Michel Temer, enfraqueceu sistematicamente as legislações, instituições e orçamentos orientados a proteção de defensores e prevenção de conflitos. Acrescenta que tais medidas têm beneficiado grandes empresas em detrimento das

¹ Portal Congresso em Foco. Bolsonaro critica Ibama e Icmbio e diz que acabará com “política tacanha e mesquinha”. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/meio-ambiente/bolsonaro-critica-ibama-e-icmbio-e-diz-que-acabara-com-politica-tacanha-e-mesquinha/> Acesso em: agosto de 2019.

² Portal R7. Sob Bolsonaro, ICMBio vai focar regularização fundiária. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/sob-bolsonaro-icmbio-vai-focar-regularizacao-fundiaria-31122018> Acesso em: setembro de 2019.

³ O Estado de São Paulo. Ibama anula multa aplicada a Bolsonaro. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,parecer-da-agu-obriga-ibama-a-anular-multa-contra-bolsonaro,70002673402> Acesso em: setembro de 2019.

⁴ G1. Servidor do Ibama que multou Bolsonaro por pesca irregular é exonerado de cargo de chefia. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/03/29/ibama-exonera-servidor-que-multou-bolsonaro-por-pesca-irregular.ghtml> Acesso em: setembro de 2019.

populações, em destaque as indígenas, bem como tem fortalecido um poderoso lobby do agronegócio, enfraquecendo as instituições de proteção do direito à terra.

Em 2017, Michel Temer, presidente à época, sancionou uma medida provisória que regularizou a grilagem e anistia os grileiros. Segundo a WWF (World Wide Fund for Nature) Brasil⁵, a medida transforma um conjunto de leis ligadas à regularização fundiária. Acrescenta que, ainda que impacte em áreas urbanas e rurais de todo país, os impactos serão piores na Amazônia.

Um dado positivo, ao menos até o momento, é o desmatamento da Mata Atlântica. De acordo com a Fundação SOS Mata Atlântica⁶ no período entre 2016 e 2017 o desflorestamento caiu 56,8% em relação ao período anterior (2015-2016). Foi o menor valor total da série histórica do monitoramento, realizado pela Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Em contrapartida, outra pesquisa aponta que, nesse mesmo intervalo, 2016-2017, o desmatamento no Cerrado cresceu, segundo o próprio INPE⁷. Na Amazônia, os dados também não são bons: entre 2017-2018, o desmatamento na Amazônia brasileira registrou um aumento de 13,7%, segundo dados do INPE compartilhados pelo Greenpeace⁸.

Em 2012, visando construir diversas usinas hidrelétricas e regularizar posses de propriedades rurais, a presidente à época, Dilma Rousseff, assinou uma Medida Provisória, posteriormente convertida em Lei, que dispunha sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais. Em 2018, segundo a WWF Brasil⁹, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade invalidá-la, considerando inconstitucional reduzir Unidades de Conservação por meio de medida provisória.

⁵ WWF Brasil. Temer sanciona medida que regulariza a grilagem na Amazônia. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?59403/Temer-sanciona-medida-que-regulariza-a-grilagem-na-Amaznia> Acesso em: janeiro de 2019. Acesso em: setembro de 2019.

⁶ Fundação SOS Mata Atlântica. Dados mais recentes. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/projeto/atlas-da-mata-atlantica/dados-mais-recentes/> Acesso em: janeiro de 2019.

⁷ INPE. INPE divulga dados sobre o desmatamento do bioma Cerrado. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/noticias/inpe-divulga-dados-sobre-o-desmatamento-do-bioma-cerrado> Acesso em: janeiro de 2019.

⁸ Greenpeace. Desmatamento na Amazônia cresce 13,7%, o maior dos últimos 10 anos. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/desmatamento-na-amazonia-cresce-137/> Acesso em: janeiro de 2019.

⁹ WWF Brasil. STF proíbe redução de Unidades de Conservação por medida provisória. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/politicaspUBLICAS/?64484/stf-proibe-reducao-de-unidades-de-conservacao-por-medida-provisoria Acesso em: janeiro de 2019.

Ante os custos para proteção e conservação, conseqüentemente à gestão, manutenção e fiscalização, em 2018, segundo o *Estado de São Paulo*¹⁰, o Ministério do Meio Ambiente lançou um plano de concessão de sete parques nacionais à iniciativa privada, na expectativa de aumentar suas receitas, potencializar o turismo, gerando empregos e melhorando a economia do entorno. Embora o argumento de que o turismo seja uma alternativa para a pressão do agronegócio, da indústria madeireira, da mineração e do extrativismo, as parcerias público-privadas podem representar uma armadilha, se estiverem limitadas aos lucros e desenvolvimento econômico ou, ainda, se restringirem o acesso de determinados segmentos sociais por critérios socioeconômicos.

Em novembro de 2015 ocorreu o maior desastre ambiental do Brasil, em Mariana, no estado de Minas Gerais: o rompimento da barragem de Fundão, administrada pela mineradora Samarco, pertencente à multinacional Vale. Milhões de m³ de lama de rejeitos de minério de ferro foram jogados no Rio Doce, causando um prejuízo ambiental e social incalculável, toneladas de peixes mortos, devastação vegetal, famílias desabrigadas e sem fonte de renda, pessoas mortas, dois estados afetados e ninguém foi punido até hoje.

Três anos depois, em janeiro de 2019, rompeu outra barragem da Vale, da Mina Feijão, em Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte, também no estado de Minas Gerais. O rompimento de rejeitos no Córrego do Feijão provocou outro mar de lama tóxica, devastando tudo que tinha pela frente, com impactos humanos mais graves. Matou diversas pessoas, incluindo funcionários e terceiros da mineradora.

Nesse mesmo ano, o portal do *Greenpeace Brasil*¹¹ aponta que, de acordo com o Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), o desmatamento na Amazônia Legal aumentou 54% no primeiro mês do ano, se comparado com o mesmo mês do ano anterior. Foram detectados 108 km² de desmatamento na Amazônia Legal. Segundo a matéria, curiosamente, os municípios da Amazônia que elegeram Bolsonaro no 1º turno foram os que mais desmataram nos últimos 17 anos.

Ainda que governos anteriores também tenham registros de prejuízos ambientais, nenhum deles aproxima-se das ameaças que o atual representa. Tanto que num evento inédito, sete ex-ministros do Meio Ambiente, de diferentes partidos, se manifestaram contra

¹⁰ Estado de São Paulo. Sete parques nacionais serão abertos para concessão de serviços. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/sete-parques-nacionais-serao-abertos-para-concessao-de-servicos/> Acesso em: janeiro de 2019.

¹¹ Portal Greenpeace Brasil. Desmatamento cresce no primeiro mês de 2019. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/desmatamento-cresce-no-primeiro-mes-de-2019/> Acesso em: setembro de 2019.

os retrocessos do governo Bolsonaro. Chefes da pasta do Meio Ambiente nos governos Temer, Dilma, Lula, Fernando Henrique e Itamar Franco, motivados pelo corte de 95% do orçamento de clima do ministério, assinaram documento criticando Ricardo Salles, conforme aponta o portal *O Globo*¹².

Outros fatos deflagraram as imposições direcionadas às instituições ambientais. Em abril de 2019, Bolsonaro instituiu o Decreto 9.760, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelecendo novos procedimentos às instituições de fiscalização, criando um Núcleo de Conciliação Ambiental, o qual poderá anular a infração.

Na prática, deslegitima o papel do fiscal. Com efeito, o Ibama aplicou um terço a menos de multas a infratores ambientais em 2019 se comparado com o mesmo período de 2018 (de janeiro à agosto), segundo dados do próprio órgão, divulgados pela BBC News Brasil¹³. Em contrapartida, o desmatamento da Amazônia subiu 88% se comparando junho de 2019 com junho de 2018, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), divulgados pelo Jornal Nacional, Portal G1¹⁴. Um mês após a divulgação de tais pesquisas, o diretor do INPE, Ricardo Galvão, é exonerado do cargo, como mostra matéria do Estadão¹⁵.

Em maio desse mesmo ano, o presidente assinou o Decreto 9.806, que altera a constituição do Conselho Nacional de Meio Ambiente, principal órgão colegiado da área, responsável por normatizações e critérios de licenciamento no país. Reduz de 96 para 23 membros titulares, diminui a participação da sociedade civil e instituições privadas, aumentando a proporção de representantes do governo. Retira, assim, o assento do ICMBio, autarquia responsável pela gestão das unidades de conservação, de representações indígenas, bem como dos ministérios públicos, comissão de meio ambiente da câmara dos deputados e da Agência Nacional de Águas, segundo Jornal Nacional, Portal G1¹⁶.

¹² Portal O Globo. Em encontro inédito, sete ex-ministros do Meio Ambiente denunciam 'desmonte' da pasta no governo Bolsonaro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/em-encontro-inedito-sete-ex-ministros-do-meio-ambiente-denunciam-desmonte-da-pasta-no-governo-bolsonaro-23650311> Acesso em: setembro de 2019.

¹³ BBC News Brasil. Queimadas disparam, mas multas do Ibama despencam sob Bolsonaro. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49430376> Acesso em: setembro de 2019.

¹⁴ Jornal Nacional, Portal G1. Inpe registra em junho aumento de 88% de desmatamento na Amazônia. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/07/04/inpe-registra-em-junho-aumento-de-88percent-de-desmatamento-na-amazonia.ghtml> Acesso em: setembro de 2019.

¹⁵ Estadão. Exoneração de Ricardo Galvão do Inpe é publicada no 'Diário Oficial'. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral/exoneracao-de-ricardo-galvao-do-inpe-e-publicada-no-diario-oficial,70002958256> Acesso em: setembro de 2019.

¹⁶ Jornal Nacional, Portal G1. Governo diminui participação da sociedade civil no Conselho Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/05/29/ministerio-diminui->

Posto isso, chama-se atenção para os desafios em construir uma consciência ambiental capaz de fazer frente a essas pressões que operam num jogo assimétrico de poder, no qual um totalitarismo mercantil corrói toda barreira natural ou humana em benefício de seus fluxos.

Susan Gumes (2005) defende a ideia de que os problemas de hoje demandam a tomada de três consciências: a antropológica, da unidade na diversidade; a ecológica, união com a biosfera e a cívica, da solidariedade e convívio entre os filhos da terra. Para ela:

(...) o intuito da conscientização ambiental, para os povos dos países subjugados, deveria possuir, em suas bases, o princípio de recuperação do poder de autodeterminação, das vias de desenvolvimento e dos modos de vida. Portanto, três princípios regerão os trabalhos de conscientização ambiental: 1- Autodeterminação; 2-Liberdade de expressão e ação; 3- Reflexividade. (Gumes, 2005, p. 353)

Outro desafio é estudar os grupos e movimentos sociais que não alçaram ou ainda não atingiram suas metas e eficácia política (Sandoval, 2018). Nesse sentido, torna-se relevante estudar as ações coletivas que ainda não lograram grandes conquistas e avanços, contudo, que represente potências para transformação social e intervenção no meio, de modo a responder os desafios atuais.

1.6 Movimentos ambientalistas, participação e Estado

A natureza, depositária de carga simbólica, inequívoca às mais diversas sociedades humanas, parece, com o advento da modernidade, ter se distanciado quase que definitivamente do ser humano para, então, ser resgatada e sobrevalorizada, não só como fonte de sobrevivência, mas como detentora de significado para novas tentativas de dar unidade e sentido a um mundo que, ao menos em parte, caracteriza-se pela dissolução de velhas referências de significação em meio a crescentes processos de racionalização. (Tavaloro, 2000, p. 63)

A busca e retomada da natureza aparece, assim, junto à racionalidade moderna, a qual já produziu saberes e tecnologias suficientes para apontar e responder às consequências do impacto humano no planeta e para as futuras gerações. Eis os desafios dos movimentos sociais, em especial o ambientalista: dar unidade e sentido ao mundo. Ainda que tal constatação seja comum aos ambientalistas, uma diversidade de percepções implica na leitura da conjuntura e do meio ambiente contemporâneo e moderno. Sérgio Tavaloro (2000)

[participacao-da-sociedade-civil-no-conselho-nacional-do-meio-ambiente.ghtml](#) Acesso em: setembro de 2019.

defende que é preciso considerar a fragmentação no próprio movimento ambientalista, reconhecendo que a natureza não é uma referência comum a todos no que tange aos significados. Na realidade, é concebida de diversas maneiras, em distintas formas de sociabilidade e racionalização.

Para Castells (1999), coaduna com a ideia de que o movimento ambientalista é diverso, tendo ele logrado muitos avanços no final do século XX, ao adquirir várias plataformas. O verdejar do ser, uma revolução interior dos atores sociais e indivíduos, faz ações coletivas terem grande capilaridade. Assim, para ele, o movimento ambientalista é descentralizado, multiforme orientado à formação de redes e de alto grau de penetração. Define o ambientalismo como um comportamento coletivo que visa a corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural. O ambientalismo, continua o autor, é a ecologia na prática e a ecologia, o ambientalismo na teoria.

Ao esboçar uma tipologia dos movimentos ambientalistas, Castells (1999) apresenta cinco tipos de ações coletivas e seus respectivos objetivos, identidades e adversários, conforme o quadro abaixo.

| Tipologia dos movimentos ambientalistas | | | |
|--|--|--|-------------------------|
| <i>Tipo(exemplo)</i> | <i>Identidade</i> | <i>Adversários</i> | <i>Objetivo</i> |
| Preservação da Natureza (Grupo dos Dez, EUA) | Amantes da natureza | Desenvolvimento Não-Controlado | Vida selvagem |
| Defesa do próprio espaço (“Não no meu quintal”, EUA) | Comunidade local | Agentes poluidores | Qualidade de vida/saúde |
| Contracultura, ecologia profunda (Earth first! Ecofeminismo) | O ser verde | Industrialismo, tecnocracia e patriarcalismo | “Ecotopia” |
| Salve o planeta (Greenpeace) | Internacionalistas na luta pela causa ecológica | Desenvolvimento global desenfreado | Sustentabilidade |
| Política Verde (Die Grünen) | Cidadãos preocupados com a proteção do meio ambiente | Estabelecimento político | Oposição ao poder |

Quadro 1 - Tipologia dos movimentos ambientalistas. Fonte: O Poder da Identidade. (Castells, 1999)

Embora não seja nosso objetivo reproduzir como tais movimentos se caracterizaram, tal como Castells (1999) o fez, cabe remontar uma breve apresentação, de modo a ilustrar a

forma como eles se constituíram. O **Grupo dos Dez** foi uma aliança entre diversas organizações estadunidenses que se uniram, no início da década de 1980, para preservação da vida selvagem, sendo elas diversas entre si, havendo um equilíbrio entre os conservacionistas e ecologistas radicais mediante os interesses comuns. “**Não no meu quintal**” foi uma organização criada em 1978 por meio de um movimento contra substâncias tóxicas despejadas nas Cataratas do Niágara, em Nova York. Representou uma mobilização de comunidade local em defesa de seu espaço. Já o *Earth first!*, também estadunidense, foi um movimento extremista partidário da insubordinação civil e de sabotagem ecológica contra a construção de barragens no final da década de 1970. As Ecofeministas defendiam o respeito absoluto à natureza como fundamento de libertação do patriarcalismo e do industrialismo, criticando as táticas machistas dos movimentos. O *Greenpeace* é a maior organização ambiental do mundo e certamente uma das responsáveis pela popularização e visibilidade das questões ambientais globais. Foi fundado em Vancouver, no Canadá, em 1971, alertando sobre o desaparecimento da vida na Terra. Sua estratégia foi testemunhar os fatos por meio da comunicação e pressionar ações subsequentes. Na década de 1990, suas principais pautas foram as substâncias tóxicas; os recursos energéticos e a atmosfera; as questões nucleares e a ecologia oceânica e terrestre. O **Die Grünen** não se enquadrava no modelo da política tradicional, tratando-se de uma estratégia política. O Partido Verde alemão foi fundado em 1980 com base na coalizão de movimentos populares, a rigor não ambientalista, mas que foi muito eficaz. O Die Grünen apresentava-se como “partido antipartido”, com um novo conceito de poder ou “contrapoder”. Assim, observam-se diversas formas de mobilização, *scripts* de atuação e estratégias de lutas nesses movimentos sociais, desde grupos mais radicais, a movimentos de contracultura, associativismos e de visibilidade massiva. Cada qual desenvolve uma relação, linguagem e formas de diálogo com o Estado, seja ocupando suas instituições ou lhe fazendo frente por meio de pressões midiáticas, mobilizações artísticas e culturais, demandando ações civis públicas ou forçando sua posição.

Manuel Castells (1999) faz uma síntese das principais linhas de discursos presentes no movimento ambientalista em torno de quatro temas principais: a) *a relação entre ciência e tecnologia*; b) *o ambientalismo é um movimento com base na ciência*; c) *os conflitos sobre a transformação estrutural são sinônimos da luta por redefinição histórica do tempo e espaço*; d) *o movimento ambientalista é provavelmente o protagonista do projeto de uma temporalidade nova e revolucionária*. Segundo ele, é por meio das lutas por apropriação da ciência, do tempo e do espaço, que os ecologistas inspiram a construção de uma nova identidade, sendo que essa identidade sociobiológica também congrega as culturas históricas.

Ela pode facilmente se constituir e sobrepor às tradições, mas dificilmente coexistirá com a identidade do estado nacionalista. Trata-se da única identidade global proposta a todos os seres humanos. Refere-se a uma perspectiva espiritual e o princípio básico de toda política verde. Assim, o *verdejar do ser* é uma revolução cultural e subjetiva, na qual tempo, espaço e identidades são construídos por meio de novos significados. Assim, pondera que o ambientalismo não pode ser considerado meramente um movimento de conscientização. Desde o início, procurou exercer influência na legislação e nas atitudes tomadas pelos governos. O pragmatismo vem proporcionando ao ambientalismo uma vantagem em relação à política internacional, as pessoas percebem que são capazes de exercer influência, logo, uma dimensão da consciência política, a eficácia.

(...) o conceito de justiça ambiental, como noção ampla que reafirma o valor da vida em todas as suas manifestações, contra os interesses de riqueza, poder e tecnologia, vem conquistando gradativamente as mentes e as políticas, à medida que o movimento ambientalista ingressa em um novo estágio de desenvolvimento. (...) Alguns dos agrupamentos da ala mais conservadora do movimento ambientalista têm agido com extrema cautela em relação a uma linha de ação demasiado ampla, que pode desviar o movimento de seu foco original. (...) Contudo, o que vem ocorrendo com o ambientalismo vai além da questão estratégica. O enfoque ecológico à vida, à economia e às instituições da sociedade enfatiza o caráter holístico de todas as formas de matéria, bem como do processamento de informações. (Castells, 1999, p. 166)

Para Zygmunt Bauman (2003), é da natureza dos direitos humanos a questão ambiental. Embora os direitos humanos possam ser vivenciados em separado, são todos eles obtidos por lutas coletivas e garantidos coletivamente. Assim, há uma complexidade que o constitui. E associados ao ideal de justiça, preveem considerar tanto o reconhecimento, quanto a redistribuição. Sendo o reconhecimento o direito à participação social, em que pese condições iguais de estima social; e a redistribuição o compartilhamento dos direitos, a proximidade entre os diferentes e equidade material da vida. Contudo, o autor alerta que o sentido de injustiça mudou o sentido nos dias de hoje, configurando-se na impossibilidade de uma vida cheia de prazeres e num comparativo com o outro e não de condições já vividas. A felicidade se tornou uma das principais motivações para participação na vida em sociedade, um supremo princípio ético. Posto isso, diante de um contexto de individualização, competição e condições sociais não seguras, os laços com ou outro, mesmo semelhantes, são frágeis e transitórios. Defende ele que estabelecer laços humanos demanda tempo e perspectivas de futuro juntos. Nesse sentido, a comunidade de interesses, estética, está condenada a dissolver-se antes mesmo de solidificar-se. Uma consequência disso é que os

problemas também são individualizados, sendo inadequado sustentar-se na comunidade, uma vez que não há sentido em procurar respostas coletivas a problemas individuais. Para ele, é preciso dissociar as demandas por reconhecimento dos direitos redistributivos, permitindo que as ansiedades e medos individuais sejam canalizados para esfera pública, portanto, coletiva.

Essa dissociação, em certa medida, parece ganhar força nos movimentos ambientalistas, quando passam a se apropriar, em suas pautas, de questões de minorias políticas, uma vez que o ambiente saudável só é possível considerando as desigualdades fazendo frente a elas. Contudo, observa-se uma armadilha aos movimentos sociais, quando, em uma sociedade, tudo é mediado pelas imagens (Debord, 1997), quando se faz delas o principal repertório de lutas, agora individualizadas, destituídas de uma identidade coletiva e comunal, mas mais próxima a uma comunidade temporária, tal qual nos define Bauman (2003). Sendo provisórias e desprovidas de sentido, essas comunidades são carregadas de um excesso de imagens e símbolos pautados por um marketing orientado pela cultura massiva, a qual coopta esses movimentos por uma lógica de mercado, comercial. Assim, considerando a questão ambiental como uma dimensão dos direitos humanos, deve ser considerada processual, histórica e complexa, produto de transformações sociais e coletivas, envolvendo direitos redistributivos e de reconhecimento, ponderando as armadilhas que as estruturas de poder impõem aos indivíduos e coletivos, sem que sejam conduzidos a um projeto de futuro e destino individual.

Doug McAdam, John McCarthy e Mayer Zald (1999) apontam que os estudos sobre os movimentos sociais, sob diversas perspectivas, têm congregado três grandes eixos de estudos: a) a estrutura de oportunidades políticas e as pressões usadas pelos movimentos; b) as formas de organização, formais e informais e c) os processos coletivos de interpretação, atribuição e construção social mediados entre a oportunidade e a ação, em outras palavras, *oportunidades políticas, estruturas de mobilização e processos de enquadramento*. Uma das leituras das *oportunidades políticas*, apontam os autores, é a relação da política institucionalizada, o sistema político, e os movimentos sociais. Diferentes abordagens e recortes são adotados nesses estudos, contudo, há uma convicção comum de que os movimentos sociais advêm de oportunidades e pressões políticas próprias do contexto nacional em que se inscrevem. Quanto às *estruturas de mobilização*, podem ser compreendidas por meio de diferentes linhas de trabalho sobre as dinâmicas organizacionais das ações coletivas. Uma linha foca na teoria da mobilização de recursos, investigando, por exemplo, movimentos sociais conformados por profissionais. Para ilustrar, tem-se no Brasil

o movimento pela luta antimanicomial, conduzida por muitos profissionais da saúde e assistência social, os quais militam por uma reforma psiquiátrica, contrapondo-se ao tratamento asilar. Outra linha orienta-se nos processos políticos, sobre o papel crítico, por exemplo, desempenhado por alguns agentes sociais, como a vizinhança, as instituições locais, os grupos informais e os locais de trabalho. Como exemplo, têm-se os estudos de organizações e associações de bairros. Os autores descrevem que alguns dos temas mais importantes, seriam: 1) *análises comparativas das estruturas organizativas*; 2) *a determinação da relação entre a forma organizativa e o tipo de movimento* e 3) *a influência que podem exercer nos movimentos sociais as estruturas estatais ou a cultura organizativa de um país*. Disto decorre um elemento mediador, os *processos de enquadramento*, os significados e conceitos compartilhados entre as pessoas, os quais mobilizam para a ação, seja a percepção de eficácia, seja a de um dano que impulse agir. Inserem-se nesse aspecto os sentimentos e emoções, a cultura, valores e ideais e, certamente, a consciência política.

Os autores apontam que a maioria dos pesquisadores foca em um desses fatores e chamam atenção para o estudo de suas intersecções, para uma melhor compreensão das dinâmicas inerentes aos movimentos sociais, daí pondera-se a relevância de estudos que utilizam o modelo analítico da consciência política de Salvador Sandoval, por congregar todas essas dimensões. Os autores chamam a atenção para uma perspectiva comparada, quando se analisam movimentos que nascem em distintos lugares, logo, a partir de diferentes oportunidades políticas, tal qual esse estudo se propõe, comparando dois grupos de atores sociais, de diferentes localidades, com oportunidades que podem assemelhar-se e distanciar-se. Ponderam também a importância de compreender as distintas estruturas de mobilização em ações coletivas num mesmo lugar, com comportamentos díspares entre eles.

Sidney Tarrow (1999), um dos mais notáveis estudiosos americanos contemporâneos da ação coletiva, coloca que a estrutura global do Estado canaliza o conflito de formas diversas, sistemas mais abertos tendem a facilitar a ação coletiva, funcionando por meio de canais institucionalizados; já sistemas mais fechados carecem de uma receptividade institucional e os movimentos usam uma estratégia de confrontação. O autor traz as ideias de Alexis de Tocqueville, pensador político, historiador e escritor francês, para quem os Estados centralizados e fortes se engrandecem, delimitando e eliminando as formações corporativas próprias da sociedade civil, tendo como exemplo a França antes da Revolução. Por outro lado, descreve, em Estados reduzidos, a sociedade civil é mais forte, podendo desenvolver formas de participação mais livres, amplas e moderadas, favorecendo o florescimento de uma democracia liberal e resistindo às confrontações violentas, tal qual lhe parecia os Estados

Unidos no século XIX. Contudo, Tarrow (1999) crê que a imagem construída por Tocqueville era exagerada, ignorando algumas relações necessárias ao pensar a relação entre os Estados e as ações coletivas. Na realidade, o Estado estadunidense, embora fosse diferente dos modelos europeus centralizados, não poderia ser visto como um não-Estado ou um Estado ausente, ao contrário, ao final do século XVIII, era um Estado muito eficaz. Nessa época, os movimentos sociais seguiam funcionando exclusivamente em nível local. Contudo, movimentos regionais e nacionais desenvolveram-se rapidamente.

Tarrow (1999) mostra que a guerra e os impostos demandavam uma infraestrutura de Estado consolidado e que os movimentos surgiram em consequência dos conflitos e estruturas de oportunidades criadas nesse processo de consolidação do Estado, criavam-se redes de cidadãos mais organizados e com melhores estruturas cognitivas. Ou seja, não é o modelo de Estado que constitui os movimentos, ainda que os influencie. Para ele, os processos de construção estatal se transformam em oportunidades para os movimentos. Ademais, com a globalização, não seria razoável supor que os movimentos ficariam limitados a um único tipo de Estado. Além disso, os Estados mudam profundamente e essas mudanças influenciam notadamente nas oportunidades e nos limites dos movimentos sociais. Em síntese, os movimentos surgem como resultado da criação de oportunidades. Desde o século XVIII, os eles têm sido um fenômeno transnacional em decorrência da globalização, logo, desvinculados dos Estados-Nação.

Chantal Mouffe (2015) reconhece o conflito e antagonismo como elementos centrais do político, assumindo e afirmando o dissenso como marca fundamental da democracia, ao invés do consenso, como prevê o senso comum. Para ela, três motivações põem os indivíduos em ação: os interesses, as razões e as paixões. A autora diferencia o “político”, espaço de poder, conflito e antagonismo, da “política”, o conjunto de práticas e instituições por meio das quais se cria a ordem. A autora defende que a crença na possibilidade de um consenso universal e racional orientou o pensamento democrático num caminho errado. Em vez de instituições e procedimentos conciliatórios de valores e interesses contraditórios, ela acredita numa esfera pública *agonística* capaz de confrontar projetos políticos, sem considerar sua exclusão e aniquilação. A tarefa da democracia é transformar o antagonismo em *agonismo*, domesticando-o. Em vez de um inimigo a ser excluído, tem-se um adversário reconhecido. Acrescenta que o político hoje em dia é tratado como uma questão moral: em vez de trazer a dicotomia esquerda e direita, fica-se entre certo e errado, o que para ela é um equívoco. Para ela, o desafio que se coloca à política democrática é manter sob controle o surgimento do antagonismo, introduzindo formas distintas de nós/eles, pois esse reconhecimento entre nós

e eles é condição para a construção de identidades políticas e pode se tornar um campo de antagonismo. Logo, é ilusão crer em sociedades e sistemas sem antagonismos. Toda ordem social é uma política como hegemonia, em outras palavras, toda sociedade é um conjunto de práticas que tentam estabelecer a ordem por meio de contingências, ou seja, relações submetidas a jogos de força e poder. Toda ordem se baseia na exclusão das outras possibilidades e apresenta uma estrutura específica de relações de poder. Assim se institui a ordem hegemônica, que pode ser contestada por outras que a desarticulem e, assim, se tornem uma nova hegemonia. Acrescenta que mesmo em sociedades extremamente individualistas a necessidade de identificação coletiva nunca desaparece, sendo ela e, portanto, os afetos fundamentais no campo político e na democracia. Sendo assim, a política sempre pressupõe partidarismos, paixões, afetos e emoções.

Mouffe (2015) apresenta o conceito de democracia dialógica, de Anthony Giddens, que, na modernidade reflexiva, é sustentada por meio de relações e emoções, em que os indivíduos e grupos entram e permanecem unidos conforme os próprios interesses e devido às recompensas que os outros trazem, haja vista que a globalização, a reflexividade e a destradicionalização criam espaços dialógicos que precisam ser preenchidos, seja por uma confiança ativa, seja até mesmo por fundamentalismos. A autora discorda de Anthony Giddens, para quem, na modernidade reflexiva, a noção de adversário é eliminada. Para tanto, faz a diferenciação entre a categoria *antagonismo*, relação entre inimigos, e *agonismo*, relação entre adversários; para ela, a última é mais apropriada. A contradição precisa ser reconhecida como legítima, seja progressista, tradicionalista ou fundamentalista. O adversário deve ser derrotado por meio da construção de uma nova hegemonia, não excluído. “Autores da modernização reflexiva defendem a perda da importância das identidades coletivas e a obsolescência do modelo adversarial” (Mouffe, 2015, p. 52).

Para ela, a posição centro-esquerda, na qual as polarizações são dissolvidas na social-democracia, por não enfrentar os conflitos fundamentais e não fazer uma crítica ao capitalismo moderno, é incapaz de desafiar a hegemonia neoliberal. A autora lembra o caso da social-democracia e seu alinhamento ao neoliberalismo, citando, como exemplo, a redistribuição de renda subordinada a pauta neoliberal, modernizando o Estado de Bem-Estar Social. O Estado não mais dá suporte aos menos favorecidos mediante as desigualdades, mas confere oportunidades que todos individualmente respondam suas necessidades. Comenta que a dissolução entre esquerda e direita faz emergir o apelo moral e o terrorismo frente ao mundo unipolar. O terrorismo evidencia as ilusões do discurso globalizante universalista, conveniente ao neoliberalismo e a hegemonia ocidental. Em sua crítica à ideia pós-política,

ou seja, às políticas de coalizão e dissolução da dicotomia esquerda e direita, a autora traz o exemplo de um partido austríaco (Partido da Liberdade Austríaco – FPÖ) que, nos anos finais da década de 1980, assume o poder simplesmente por se contrapor aos consensos no imaginário social, justamente por se apresentar como *anti-establishment*. Da inexpressividade, tornou-se hegemônico. Desse modo, ela mostra a ascensão de outros partidos de direita populista mundo a fora como reação aos partidos tradicionais de coalizão, canalizando e absorvendo as reivindicações democráticas, ainda que seus posicionamentos e condutas destoem delas.

Tal caminho interpretativo pode dar pistas para uma leitura da atual ascensão ultraconservadora de direita observada no Brasil e no mundo, na qual, entre outros fatores, como a disseminação de informações falsas, elegeu um presidente inexpressivo politicamente, sem qualquer relevância social em quase três décadas de vida pública. Em outras palavras, ao que parece, sua candidatura, além de congrega os interesses neoliberais, foi uma consequência do *anti-establishment*, conciliando pautas moralizadoras e extremistas.

Como respostas, os movimentos sociais, ambientalistas e de outras frentes, devem se orientar e lutar por uma ordem mundial. E entre uma ordem mundial cosmopolita ou multipolar, a segunda opção é a defendida por Mouffe (2015), como um caminho possível para democracia agonística. A autora tenciona a ideia de governança global, de uma negociação consensual e a esperança revolucionária da multidão imersa num neoliberalismo hegemônico. Para ela, é preciso uma visão multipolar e uma concepção mista dos direitos humanos, não hegemônica e universalista. Assim, caberia aos movimentos ambientalistas construir esses múltiplos polos, reconstruindo hegemonias constantemente.

Historicamente esses movimentos têm se desenvolvido a partir de diversas oportunidades políticas e que tem estabelecido diferentes relações com os Estados e governos. Em certa medida, têm tanto universalizado suas pautas, quanto têm se inscrito nas localidades, a partir de lutas particulares. No Brasil, é possível observar tanto as consequências da ambientalização internacional, quanto as transformações decorrentes de conjunturas políticas locais, as quais impactam na identidade coletiva presente nos movimentos. Angela Alonso, Valeriano Costa e Débora Maciel (2007) apontam que o processo de redemocratização, a Assembleia Constituinte e a Rio-92 deram os parâmetros para que ambientalistas e ativistas se formassem em movimento e enfrentassem dilemas comuns, constituindo, ao longo desse processo, uma identidade compartilhada.

Diferentes gêneros de experiência social e política conferem, portanto, feições particulares a cada grupo e definem distintos estilos de ativismo. No nosso caso, identidades ambientalistas emergiram a partir de quatro contextos de micromobilização. (Alonso, Costa e Maciel, 2007, p. 167).

Segundo eles, as identidades ambientalistas no Brasil foram construídas por movimentos diversos, alguns na perspectiva conservacionistas, outros ampliando a forma de atuação e participação ou caracterizando-se como de contracultura. Os autores apresentam quatro contextos de micromobilização: 1) a formação da FBCN, sobretudo por membros conservacionistas que trabalhavam no Estado, conferindo a ela um papel decisivo na formação da burocracia ambiental até 1970; 2) a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan). Também formada por pesquisadores de ciências naturais com interesse profissional no tema e muitos deles com contato prévio com associações conservacionistas locais; 3) o Movimento Arte e Pensamento Ecológico (Mape) surgiu em São Paulo, em 1973, formado por artistas plásticos, escritores e jornalistas. Novos grupos que deram um caráter mais político à questão ambiental, ampliando a participação e formas de atuação; e 4) a Associação Paulista de Proteção Natural (APPN), em 1976, tendo por membros profissionais liberais e pequenos empresários, como um protesto comunitário, reativo e contra uma obra governamental: a construção de um aeroporto internacional na região sudoeste da Grande São Paulo. Os autores apontam que os grupos de ativistas brasileiros se articulam por meio de dois instrumentos cognitivos e estratégicos de intervenção (*frames*) distintos: um conservacionista e outro socioambientalista. Desde a emergência de diversos grupos na década de 1970, estes se diferenciavam entre esses dois *frames*. Após campanhas conjuntas, como a luta pela redemocratização, a campanha contra utilização de energia nuclear e o Adeus Sete Quedas, em meados dos anos 1980, estava configurada a primeira coalizão estável entre grupos de ativistas, tornando-se dominante o socioambientalismo. Baseados na Teoria dos Novos Movimentos Sociais e na Teoria do Processo Político, os autores apontam que o processo de redemocratização foi uma mudança na estrutura de oportunidades, ampliando as possibilidades de mobilização desde a segunda metade da década de 1970, com a diminuição da perseguição e censura, bem como articulação com outros movimentos. Já a Constituinte ratificou as associações como principal maneira de ação coletiva e estratégia de mobilização, pois consolidou vínculos e compromissos entre grupos de ativistas. A Rio-92 trouxe um *frame* ao movimento: o desenvolvimento sustentável e o neoconservacionismo. (Alonso, Costa e Maciel, 2007). O neoconservacionismo se dá pela substituição da tônica política por uma abordagem técnica

da questão ambiental, formulada por especialistas das associações profissionais dos anos 1990. Assim, apontam os autores que, do mesmo modo que, na Europa, o movimento ambiental brasileiro caminhou rumo a sua profissionalização e, conseqüente, despolitização da questão ambiental.

Certamente, uma figura emblemática do movimento no Brasil foi Chico Mendes, um seringueiro, sindicalista, ativista político e ambientalista que lutou, sobretudo na década de 1980, pela preservação da floresta e das seringueiras nativas e em prol da subsistência de seringueiros da Bacia Amazônica. Organizou várias ações em defesa da posse da terra pelos moradores locais e associação dos povos da floresta como estratégias para a reforma agrária. Recebeu vários prêmios internacionais e foi assassinado em 1988 a mando de fazendeiros locais.

CAPÍTULO II. CONSCIÊNCIA POLÍTICA AMBIENTAL

O homem é a natureza que toma consciência de si própria e esta é uma descoberta verdadeiramente revolucionária numa sociedade que disso se esqueceu ao se colocar o projeto de dominação da natureza. (Carlos Walter Porto Gonçalves, *Os Descaminhos do Meio Ambiente*, 1990).

2.1 Psicologia Política e Psicologia Ambiental

A presente pesquisa, construída na área da Psicologia Social, se insere na bilateralidade e confluência de dois campos teóricos, a Psicologia Política e a Psicologia Ambiental. Em síntese, nota-se que ambos os campos se constituem na interseccionalidade. José Manuel Sabucedo (2000) postula que a Psicologia Política nasce como um campo interdisciplinar, Silva (2015) complementa a definindo como um campo de estudo que se institui nos interstícios das disciplinas, aberto ao diálogo e à mudança, dinâmico e diverso. Emílio Díaz (2005); Hartmut Günther (2005), Jean-Paul Thibaud (2005) e Gabriel Moser (2005a, 2005b) definem a psicologia ambiental como sendo interdisciplinar, contudo, o último autor faz uma distinção entre o funcionamento científico, que é monodisciplinar e a intervenção pessoa-ambiente, a qual combina múltiplas disciplinas. Eda Tassara, Hector Ardans e Nicole De Oliveira (2013) definem que a psicologia socioambiental é um campo teórico construído na confluência de disciplinas como a psicologia, a sociologia e a antropologia. Ou seja, tais campos apresentam uma característica em comum, ultrapassam as fronteiras das disciplinariedades: “(...) tal postura multilateral é ainda mais importante quando se tenta fundir a pesquisa acadêmica e a ação política ao lidar com as intervenções ambientais” (Hartmunt Günther, 2005).

Desse modo, interseccionando os dois campos, serão trabalhados tanto os elementos subjetivos de um fenômeno político, a participação, quanto a relação pessoa-ambiente que se estabelece na construção das consciências.

Louise Lhullier (1998) apresenta Gustave Le Bon, Wilhelm Wundt, Sigmund Freud, Erich Fromm, Wilhelm Reich, Max Weber, Theodor W. Adorno e Émile Durkheim como alguns dos precursores da Psicologia Política. Na década de 1970 um conjunto de acontecimentos marca a institucionalização da Psicologia Política (Lhullier, 1998, Sabucedo, 2000), ganhando visibilidade e identidade. Silva (2012) ensina a psicologia política nasce dos estudos das massas e multidões, posteriormente, ampliando seu escopo de investigação

visto que as disciplinas do conhecimento não dão conta de compreender os elementos políticos e subjetivos intrínsecos nas múltiplas realidades.

Alguns autores consideram Harold Lasswell o pai da Psicologia Política (Lhullier, 1998, Sabucedo, 2000), contudo, Sabucedo (2000) considera discutível a eleição de um pai para o campo, quando muitos autores, a partir de diferentes abordagens figuraram na história. Enquanto Lasswell desenvolveu seus estudos sobre comportamento político num nível de análise centralizada no indivíduo, Adorno focou seus estudos nos termos políticos ao tratar da personalidade autoritária, assim, conferir uma paternidade é priorizar uma abordagem (Sabucedo, 2000). O autor aponta que psicologia norte-americana defende uma concepção de Psicologia Política em que se priorizam os aspectos psicológicos individuais, sobre os sociais e políticos.

Barracho (2011) define que a Psicologia Política acentua a subjetividade da vida política, as atitudes, opiniões e representações sociais dos cidadãos. Na América Latina, o fim de diversas ditaduras e a abertura democrática orientou os estudos psicopolíticos na emergência e desenvolvimento do campo, sobretudo na década de 1980, buscando respostas concretas aos problemas políticos (Lhullier, 1998). No Brasil e América Latina, a psicologia política congrega um conjunto de pesquisadores de diversas áreas, tal como da psicologia, da ciência política, da história, do direito, da comunicação, dentre outras (Lhullier, 1998; Silva, 2015).

Para Silva (2012), a Psicologia Política não se trata de uma psicologia comprometida com a política, ainda que o campo esteja empenhado com seu papel político-social; tão pouco seria somente a análise dos aspectos individuais contidos na política. A Psicologia Política, portanto, pressupõe a investigação dos elementos políticos e subjetivos contidos nas realidades, problemáticas sociais, ações coletivas, movimentos sociais, opinião pública etc. Investiga as subjetividades implícitas e explícitas na política. Em outras palavras, a Psicologia Política não é a mesma coisa que uma psicologia do político, ela congrega outros saberes, de outras disciplinas, em seu bojo.

Um dos grandes problemas na psicologia da política é que promove uma redução da política à psicologia, através da psychologização dos fenômenos políticos e da desconsideração das condições sociais e históricas em que eles ocorrem. (Lhullier, 1998, p. 211).

Maritza Montero (2015) define que a psicologia política deriva de uma psicologia social orientada para o conhecimento de fenômenos políticos, não sendo a única abordagem, derivando também da psicologia clínica, do estudo de figuras públicas e da ciência política. Nesse sentido, sua principal contribuição seria dar explicações de fenômenos políticos por meio de teorias psicológicas, contudo, não parece um campo fechado, com condições definidas. A autora pondera ser um espaço multidisciplinar dedicado a descrever, analisar e explicar os fenômenos que dizem respeito à vida pública. Defende a Psicologia Política comprometida, como um campo em construção, em constante transformação, que mostra as várias faces da sociedade sob um olhar crítico, não permitindo o esquecimento, gerando a necessidade de mudança, pela liberdade e para democracia. Assim, constitui-se num campo interdisciplinar, que congrega diversos modelos teóricos e estratégias metodológicas (Sabucedo, 2000) para os estudos psicopolíticos.

Pode-se dizer que há várias psicologias, inclusive a do senso comum (Ana Bock, Odair Furtado e Maria de Lourdes Teixeira, 2008), esta considerada em uma das dimensões da consciência política, nas *crenças e valores sociais*. Contudo, não é nessa Psicologia que esse estudo se insere, mas, sim, sustentada numa Psicologia científica, a qual congrega uma série de abordagens e múltiplos objetos de estudo, sejam os comportamentos humanos, a personalidade, o inconsciente, a consciência, o desenvolvimento humano, dentre outros. A Psicologia pode ser definida como o campo que estuda o sujeito em sua relação com o mundo (Lhullier, 1998).

Nesse sentido, cabe considerar a complexidade que envolve esse campo, que se institucionaliza a partir de diversas escolas de pensamento com bases epistemológicas diversas, as quais definem o objeto da psicologia conforme a perspectiva teórica que lhes é própria. Por esse motivo, é importante ponderar que a Psicologia Política nos seus diversos objetos de estudo, por ser interdisciplinar, pode aproximar-se de várias psicologias, tendo em comum a atenção aos elementos subjetivos, ou seja, ideias, símbolos, significados, emoções e representações construídos pelos sujeitos e coletivos. A presente pesquisa insere-se não apenas na Psicologia Social, uma vez que investiga as interações dos indivíduos inseridos em grupos sociais, como também nos campos da Psicologia Política, ao estudar a consciência política, memórias e identidades implicadas na participação, e da Psicologia Ambiental, considerando que essas relações ocorrem num ambiente, tempo e espaço.

Quanto à política, poderia ser tomada por diversos objetos de análise e estudo, seja o marketing político, a opinião pública, a corrupção, a violência, as políticas públicas, o controle da informação, as disputas ideológicas, as questões de gênero, raça e sexualidade, a

injúria e a discriminação, a participação política e os movimentos sociais, sendo que, numa análise psicopolítica, interessam os elementos subjetivos intrínsecos a esses temas. Por política entende-se toda ação humana relacional mediada pelos sujeitos na vida em comum, que envolve o poder, seja por sua disputa, legitimação, manutenção ou desconstrução. Assim, a política não é um elemento natural, mas sim socialmente construído. Lhullier (1998) considera a política toda “atividade humana que se dá na esfera das disputas pelo poder entre grupos organizados” (Lhullier, 1998, p. 208). Todo problema político, mesmo que acometa apenas o indivíduo ou grupo, é um problema de todos.

Nesse estudo, o fenômeno político estudado é a participação política. Entende-se que participação política refere-se a comportamentos e atitudes, uma tomada de decisão, de indivíduos e coletivos, frente aos contextos, estruturas e instituições que os acometem. A participação política é um direito humano previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em seu artigo 21, dita: “Todo o homem tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos” (ONU, 1948). Existem várias formas de participação política, não apenas por meio de processos eleitorais, como muitas vezes se compartilha no senso comum. Dalmo Dallari (1984) apresenta que a participação possui dois aspectos: um de caráter individual, como falar, debater, escrever, denunciar e cobrar; e outro de caráter coletivo, como as lutas armadas, as guerrilhas urbanas, a organização partidária, as reuniões coletivas, o associativismo, a formação de grupo e os movimentos sociais.

Montero (2004) especifica definindo que a participação pressupõe estar envolvido a algum ato ou fenômeno social, ao compartilhamento de circunstâncias e emoções, sendo condição para o fortalecimento e liberdade. Sobre participação comunitária, acrescenta que: a) é uma ação conjunta de um grupo que compartilha interesses e objetivos; b) se contextualiza e se relaciona com a história da comunidade; c) é um processo que implica a produção e intercâmbio de conhecimento; d) é uma ação socializadora e conscientizadora que impacta nos padrões de conduta; e) envolve organização, direção, tomada de decisão; f) estabelece padrões democráticos de comunicação, g) pressupõe solidariedade e diversos graus de compromisso com os projetos comunitários e seus objetivos, entre outras características.

Cíntia Okamura et. al. (2005) postulam que a participação não se restringe a reivindicações políticas, sendo muitas vezes confundida como tal. Para eles, é um processo de aprendizado.

A participação é um processo lento, demorado e histórico que se dá em diferentes níveis, como processo de aprendizado não linear, com avanços e recuos envolvendo muitos e diferentes atores, pessoas e instituições, com diferentes interesses, em tomada de decisões a curto, médio e longo prazo. (...) Pode ser advinda de fora, de agentes conscientizadores e chegar a ser efetiva em termos de poder público adquirindo modo próprio, desenvolvendo autonomia (Okamuta et. al., 2005).

Seja de caráter individual ou coletivo, comunitário ou não, inserido em reivindicações políticas ou num processo de aprendizado não linear, a participação política é fruto de uma consciência construída por indivíduos e grupos. Assim, o estudo da consciência política possibilita compreender as diversas formas de participação e suas motivações subjacentes. E, certamente, o meio, o espaço e o tempo, interferem nessas formas de motivação, nas relações pessoa-ambiente. Dessa forma, nesse estudo, vislumbra-se a relevância das intersecções entre a Psicologia Política e a Psicologia Ambiental, cujos postulados são acessados ao analisar as dimensões da consciência política que levam à participação.

Várias áreas e campos do conhecimento têm se dedicado ao estudo das relações entre os seres humanos com o meio, a psicologia ambiental e socioambiental, a geografia humana, a arquitetura, a sociologia ambiental, o direito ambiental etc. Contudo, cada uma delas traz delimitações e escopos próprios de investigação.

Para Bernardo Hernández (1995), qualquer aproximação do estudo da conduta humana, do comportamento de indivíduos, deve-se constatar que a mesma é explicada a partir da interação de características psicológicas, juntamente com o ambiente, físico e social, onde têm lugar as relações sociais. O autor reconhece uma diversidade temática e metodológica na Psicologia Ambiental, destacando alguns temas históricos, como a cognição ambiental; a análise das preferências ambientais; a qualidade de vida e os efeitos das condições ambientais e o ambiente organizacional. Mostra que se têm estudado, sobretudo, questões residenciais, institucionais e escolares, bem como conceitos tal qual a satisfação, as preferências, os significados e a identidade. Para ele, ainda são escassos os estudos que se relacionam com as mudanças ambientais de caráter global para um conhecimento psicossocial, haja vista a ênfase em investigações específicas. Ao mesmo tempo, cresce o número de pesquisas ocupadas com os aspectos simbólicos do meio, atentas a aspectos mais macros.

Angel Fernández (1995) afirma que as relações entre as pessoas e seu ambiente estão mediatizadas por fatores psicológicos, representações, emoções, sentimentos, afetos etc. Assim, é de suma importância, pondera o autor, conhecer os aspectos valorativos de cunho afetivo-emocionais associados às representações do ambiente. Tais representações dos

lugares não se limitam a aspectos cognitivos, informações espaciais, mas dizem respeito também aos significados valorativos e afetivos que os sujeitos conferem aos lugares. Em outras palavras, não apenas a materialidade da vida impacta nas percepções e representações, mas também as subjetividades. Para ele, todo ambiente produz algum tipo de impacto que repercute no estado emocional nos sujeitos. O ambiente tanto alude ao conhecimento de aspectos funcionais e estruturais, quanto a seu valor simbólico e afetivo. A estima, o apego, o apreço, a empatia, a simpatia, a identificação e o valor são emoções e reações subjetivas de cada indivíduo, ou seja, apontam para variadas impressões pessoais. Para Psicologia Ambiental, o sujeito tem um papel ativo e não passivo e a conduta está relacionada ao tempo e espaço, afirma Fernández (1995). Aponta que, antes mesmo de estar em um lugar ou visitá-lo, incide-se a dimensão afetiva, a qual pode afetar no conhecimento e conduta espacial. Contudo, ela não é estanque e pode transformar-se. Como exemplo, pode-se considerar uma viagem a um destino desconhecido, em que o indivíduo segue carregado de expectativas e representações simbólicas atreladas a um imaginário do lugar, as quais vão determinar positivamente ou negativamente sua experiência, quando o turista for planejar o que fazer e, assim, concretizar, contudo, no decorrer da viagem, as representações podem se transformar ou serem reforçadas.

Emílio Díaz (2005) descreve que a Psicologia Ambiental é tanto a ciência básica, que explica o comportamento, a experiência e o ambiente, quanto sua aplicação ou práxis, com a finalidade de otimizar a relação pessoa-ambiente. Observa que há um alto grau de variação das investigações na área. Acrescenta que sua perspectiva como campo interdisciplinar atraiu, desde sua emergência, pesquisadores de diferentes disciplinas, portanto, com métodos diversos. Assim, a psicologia ambiental no mundo parece estar alinhada por um pluralismo metodológico.

Hartmut Günther (2005), ao indagar-se sobre as questões metodológicas frente ao referencial interdisciplinar, considera dois pontos: 1) não há teoria e método capaz de sozinhos explicarem o comportamento humano, assim, diferentes perspectivas podem se complementarem; 2) o referencial da Psicologia Ambiental não apenas considera múltiplas abordagens teóricas e metodológicas, mas uma abordagem multilateral para as relações entre os campos de estudo, convocando as territorialidades científicas e suas contribuições mútuas.

Gabriel Moser (2005a) postula que nas relações pessoa-ambiente sempre há que se focar em ambos, sendo o ambiente em essência multidisciplinar. Para ele, a pesquisa da Psicologia Ambiental é centrada na monodisciplina, em que a construção de uma teoria demanda conceitos disciplinares, de paradigmas próprios. Contudo, as intervenções na

relação pessoa-ambiente, sua práxis, são complexas, portanto, congregando mais disciplinas. Moser (2005b) defende que o objeto da Psicologia Ambiental está condicionado à relação do campo com uma abordagem pluridisciplinar e com a política ambiental. Contudo, alerta que face à diversidade de abordagens, as várias *Psicologias Ambientais* podem ser perigosas, uma vez que ameaçam a unidade da disciplina, pondo em risco sua sobrevivência. Considerando que a Psicologia Ambiental tem como objetivo estudar a relação indivíduo-ambiente, nas dimensões espaciais e temporais, esse princípio relacional oferece um quadro de análise da disciplina, assim implica reconhecer-se como uma Psicologia do espaço e tempo, bem como do lugar. Para ele, a Psicologia Ambiental deve conter ambas as frentes ao mesmo tempo, tanto endossando o posicionamento disciplinar acadêmico quanto um posicionamento aplicado com múltiplas disciplinas (Moser, 2005b). Assim, salvaguarda-se seu quadro analítico, reconhecendo as contribuições de outras disciplinas.

Jean-Paul Thibaud (2005) define que existe o ambiente perceptível e o não perceptível, assim, existem elementos contextuais e do ambiente que os indivíduos podem não ter consciência ou notar. O autor defende que mesmo que a Psicologia Ambiental mantenha sua especificidade, ela deve interagir com outros campos de pesquisa, ampliando seu universo interpretativo, sendo interdisciplinar nos estudos sobre percepção e ambiente sensorial. Segundo ele, a Psicologia Ambiental deve mostrar que as pessoas não são sujeitos isolados, não estão trancafiadas em suas subjetividades ou separadas umas das outras ao lidar com o ambiente, ou seja, deve mostrar que os indivíduos constituem sua percepção por meio de inter-relações.

Thibaud (2005) postula que a Psicologia Ambiental deve levar em conta as dimensões sensoriais do ambiente, a experiência cotidiana e os métodos interdisciplinares. Nesse exercício, o presente estudo, ao analisar a consciência política, aproxima a Psicologia Ambiental da Psicologia Política, quando aborda tangencialmente as percepções que os entrevistados trazem de lugares que interagem.

Gabriel Moser (1998) conta que a Psicologia Ambiental surge como disciplina na década de 1970, nos Estados Unidos, momento em que o movimento ambientalista emergia globalmente. Posteriormente, após uma década, aparece na França. Segundo ele, a Psicologia Ambiental estuda a pessoa em seu contexto, tendo como tema central as inter-relações entre pessoa e seu ambiente físico e social, considerando que as dimensões sociais e culturais sempre estão mediando a percepção dos indivíduos, bem como suas atitudes. Nessa dinâmica, não se estuda nem o indivíduo *per se*, nem o ambiente *per se*, mas ambos imbricados, seja no microespaço, como os lares, ou o macro espaço, as cidades e lugares. Em outras palavras,

a Psicologia Ambiental estuda como os indivíduos percebem o ambiente, tal como são influenciados por ele, em diferentes escalas de interação e mediados pela cultura e história e memória.

A Sociologia Ambiental, por exemplo, é o campo de estudo sobre as relações do ser humano com a sociedade e o meio, tendo contribuído com a Psicologia Ambiental. Em seu desenvolvimento, foi ampliando seu escopo de estudo, buscando compreender a construção social dos problemas ambientais. Mediante o aumento dos conflitos ambientais em escala, frequência e em quantidade, três fenômenos passaram a ocorrer na sociedade, a negação, a adaptação e a resistência aos problemas ambientais, temas interessantes à sociologia ambiental. Assim, a revitalização do campo está associada ao crescimento das percepções ambientais (Neiman, 2002).

Eda Tassara, Hector Ardans e Nicole De Oliveira (2013) definem a psicologia socioambiental como um campo teórico permeado pela intervenção, esta entendida como uma estratégia de ação social que prevê a indissociabilidade entre a psicologia, a educação e o ambiente. Os autores apontam, entre outros pontos, que a Psicologia Socioambiental é parte da Psicologia Social, situada na confluência entre a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia, tendo como paradigma eleito a Teoria Crítica, que considera a pesquisa como uma ação política e social. Envolve a busca pela recuperação dos vínculos entre identidade, política e ética e se pauta numa metodologia que envolve vários métodos e a pesquisa-ação. E os processos desenvolvidos no espaço da pesquisa são reconhecidos como laboratórios sociais, um campo de desenvolvimento de uma clínica psicossocial da identidade.

Os autores apontam alguns elementos básicos para um projeto de intervenção socioambiental, tal como: 1) *um campo socioambiental configurado por um problema/problemática*, 2) *um grupo de atores dispostos a se engajarem no planejamento participativo frente ao problema/problemática* e 3) *composição de técnicos e facilitadores no grupo*. Posto isso, deve ser feito um diagnóstico e o levantamento de três questionamentos: Qual é a problemática? Por que é considerada uma problemática? Para quem é uma problemática? Considerando isso tudo, deve alinhar-se em algum horizonte utópico e emancipatório dos indivíduos envolvidos (Tassara, Ardans e Oliveira, 2013). Ou seja, é um campo que se institui na práxis.

Assim, vários temas são possíveis à Psicologia Ambiental, tal como é para Psicologia Política. Moser (1998) mostra que um fio condutor para análise da inter-relação do indivíduo e seu contexto pode ser o estresse, a razão que o indivíduo faz entre sua capacidade de respostas ante um desafio observado no meio. Acrescenta que as dimensões

espaço e tempo são essenciais nessa abordagem, como já apresentado, considerando as referências do passado e a projeção ao futuro. Para ele, a relação entre indivíduo e espaço; indivíduo e tempo são cruciais à Psicologia Ambiental. O tempo e o espaço representam, assim, referências para pensar a história, as gerações e a consciência ambiental, faz com que o indivíduo se posicione e se reconheça de algum lugar.

Moser (1998) pondera que há diferentes níveis para abordagens, sendo que para compreender o efeito de uma cidade sobre o indivíduo, é preciso saber sobre sua satisfação com relação à moradia, à vizinhança, ao bairro e, desse modo, à cidade, pois o macro também se constitui do microambiente.

Diante de uma sociedade em constante transformação e complexa como a que se vive hoje é preciso criatividade para resolução de novos conflitos e dilemas socioambientais, cada vez mais emergentes. Tal criatividade transformadora só pode advir de um conjunto de ideias, oriundas de diversas fontes e pessoas, desde a ciência aos conhecimentos populares e à práxis cotidiana. Para Hernández (1995) esse é um compromisso comunitário da Psicologia Ambiental. A perspectiva comunitária do campo se caracteriza por analisar as relações entre o ambiente físico, os problemas humanos e participação cidadã, haja vista que a conservação e melhoria do meio implicam a participação, a qual aponta para necessidade de uma construção coletiva de soluções aos problemas ambientais. Para o autor, três aspectos são necessários à Psicologia Ambiental: *a dimensão temporal do comportamento humano*; *a geração de modelos teóricos e empíricos capazes de integrar fatores psicológicos e variáveis contextuais*, os quais impactam em condutas individuais, bem como ações coletivas e políticas e, por fim, *considerar a dimensão intencional e responsável da conduta humana*. Assim, entende-se que o presente estudo, atende a essas necessidades, uma vez que analisa a consciência política que se constitui num tempo e espaço, por meio de dimensões subjetivas e contextuais que implicam na participação ativa de atores políticos.

Assim, alinha-se ao que postula Fernandez (1995), ao ajuizar que, para compreender os significados que as pessoas atribuem ao meio ambiente, não basta atentar-se aos aspectos objetivos, é necessário compreender os componentes subjetivos desse significado ou representação que mediatizam a relação entre o sujeito e seu entorno.

2.2 Consciências política e percepção ambiental

A obra *Primavera silenciosa*, de Rachel Carson, publicado em 1962, certamente foi um marco na consciência pública ambiental estadunidense e do mundo. A obra desencadeou uma série de debates sobre os limites tecnológicos e do desenvolvimento, pois denunciava os danos ambientais decorrentes do uso excessivo de substâncias tóxicas, como pesticidas químicos, descrevendo os impactos nos processos celulares de plantas, animais e, por consequência, aos humanos, prevendo um futuro apocalíptico (Linda Lear, 2010).

Rachel Carson (2010), de maneira inteligente e perspicaz, inicia a obra com *uma fábula para o amanhã*, questionando o silenciamento dos pássaros na primavera, em conjunto a uma série de desgraças em dada localidade imaginária, a qual poderia ser qualquer lugar. A fábula estimula novas representações simbólicas atreladas ao espaço, assim, significa um giro nas percepções das pessoas, inferindo em suas consciências. Segundo Zysman Neiman (2002), a expansão da consciência ambiental nos anos de 1970 correspondia uma série de imagens e fatos que se observavam à época. A percepção pública surgiu por meio de três agentes, os especialistas, os ambientalistas e a mídia, sendo determinantes para o crescimento do ambientalismo.

Certamente a consciência política é atravessada pela percepção, logo a consciência ambiental está intimamente ligada aos processos sensoriais e de leitura do ambiente por meio de imagens, paisagens e representações que os atores sociais trazem consigo. Ainda que esse estudo não se dedique ao aprofundamento teórico no campo de estudos da percepção, o qual demandaria debruçar-se em outras literaturas que fogem do seu escopo, cabe pontuar algumas aproximações entre a percepção ambiental e a consciência política ambiental, uma vez que a consciência é constituída, dentre outros fatores, pela percepção.

Considerando a percepção como o processo de organizar e interpretar dados sensoriais, Renato Mecedo (2000) entende que mesmo os seres de uma mesma espécie diferem em sua percepção. Para ele, as experiências, expectativas, motivações e emoções também influenciam no que é percebido. Logo, as afetividades, o imaginário e a memória vão compor a percepção. João Hoeffel e Almerinda Fadini (2007) ponderam que as percepções de diferentes atores são moldadas com referência nos contextos histórico e cultural. Yi-Fu Tuan (2012) defende que as atitudes em relação à vida são múltiplas, existindo um conjunto de diferenças que, para além das variações individuais bioquímicas e fisiológicas, interferem em distintas percepções por meio dos mundos pessoais, tais como temperamento, sexo e idade.

Mecedo (2000) acrescenta que tal diversidade é importante quando não competimos pelos mesmos suprimentos a todo tempo, permitindo o compartilhamento do ambiente

pacificamente. Para ele, no curso da vida diária, as percepções das pessoas se alteram e se adaptam conforme o meio que as cercam, cultural e natural. O grau de percepção ambiental oscila entre os atores em função de seu estado psicológico. A tendência é darmos relevância aos dados de realidade que coadunam com nossas crenças, foco e conhecimento. Assim, explica que existe primeiramente uma experiência imediata, mediada pelo aparato sensorial, neural do sistema nervoso; depois esse insumo é categorizado, interpretado e analisado pela mente, conferindo respostas emocionais como medo, repulsa ou felicidade. A percepção ambiental é um processo no qual os significados são captados e os sentidos são percebidos pelas experiências *in loco* de realidades, ocorrências, fenômenos, fatos e processos no ambiente.

Macedo (2000) e Tuan (2012) definem que o ambiente é percebido por meio de nossas ações e experiências pessoais, contudo, a cultura também influencia na interpretação individual, envolvendo a criação, a educação, o trabalho, entre outras dimensões. Evidenciam que os conceitos e significados de cultura e meio ambiente se sobrepõem do mesmo modo que homem e natureza, ambos estão imbricados. Eda Tassara e Hector Ardans (2007) pontuam que as biografias individuais vão determinar os imaginários dessa relação entre ser humano e natureza, cultura e meio ambiente. “São as biografias individuais que vão determinar a forma desses olhares e a natureza das imagens que virão compor os imaginários” (Tassara e Ardans, 2007, p. 221).

Olhar o mundo significa, portanto, apreender espaços compostos por cenários naturais e/ou construídos pela ação humana; ou seja, nos dias contemporâneos, significa olhar cenários que englobam, necessariamente, a sua origem planetária e as formas de organização humana neles contidos. (Tassara e Ardans, 2007, p. 221)

Ademais, as percepções não se restringem aos indivíduos, podendo ser compartilhadas em grupos, coletivos e culturas, logo, diferentes culturas desenvolvem distintas percepções sobre o meio ambiente. As percepções são históricas e culturalmente determinadas (Hoeffel e Fadini, 2007). Autores como Yi-Fu Tuan (2012), Renato Macedo (2000), Lucy Machado (1999) e Maria Teresa Luchiari (1997) apontam diferenças entre a percepção de visitantes e nativos do mesmo meio ambiente, ao se comparar suas leituras do meio. Cada qual focaliza alguns aspectos distintos do meio ambiente, seja para qualidade de vida, subsistência ou consumo.

Lucy Machado (1999) diz que apreendemos a realidade por meio dos sentidos comuns e especiais, como o sentido de forma, de harmonia, equilíbrio e espaço. Cada imagem e ideia sobre o mundo são compostas pela experiência pessoal, aprendizado, imaginação e memória,

por meio de lentes culturais, pessoais e fantasiosas, sendo todos arquitetos e artistas da paisagem. Nesse sentido, corpo, mente, emoção e vontade, devem ser relacionadas à percepção do meio ambiente (Machado, 1999; Macedo, 2000; Tuan, 2012).

Nesse sentido, a atividade perceptiva compreende a experiência individual, fazendo com que as pessoas leiam, interpretem e se apeguem aos lugares, espaços socialmente construídos, e às suas paisagens, desenvolvendo pertencimento. Tal afirmação é facilmente notada quando pessoas se sentem aconchegadas em suas cidades de origem quando retornam após um tempo fora ou ainda quando recordam de lugares que viveram experiências saudosas, desejando voltar um dia.

Machado (1999), em seu estudo sobre a percepção em relação à Serra do Mar Paulista, articulou uma série de indicadores, tais como identidade; significado; fisionomia; delimitação espacial; utilidade; proteção; responsabilidade; preservação; consequências da ação humana; conservação; valor afetivo, ecológico, econômico, histórico e turístico e de lazer. Nota que as referências da paisagem vivida levantadas por moradores implicam um laço afetivo pela Serra do Mar, por conter bens essenciais à vida. A autora, analisando os aspectos formadores da topofilia, cita a percepção, as atitudes e os valores, evidenciando que a percepção da Serra do Mar é positiva e seletiva. Em síntese, os resultados por ela apresentados mostram diferentes destaques com relação à paisagem, alguns pontuaram o relevo, outros a vegetação; quanto à atitude, todos se posicionaram pela proteção e preservação ante a retirada da vegetação. O valor ecológico, turístico e histórico é consensual e as ocupações humanas são entendidas como desastrosas. Ademais, os instrumentos legais e de educação ambiental sofrem um descrédito. Em outras palavras, a pesquisa mostra percepções diversas com relação à paisagem, pontos em comum no que tange aos valores, leitura das ocupações e avaliação das políticas públicas.

Em sua obra sobre topofilia, Tuan (2012) explica que patriotismo significa amor pela terra pátria ou terra natal e que nos tempos antigos era estritamente um sentimento local. Segundo o autor, os gregos concebiam o patriotismo a partir de pequenas áreas. Acrescenta que por meio das relações com o meio ambiente e suas percepções, as pessoas podem construir vários sentimentos, seja de topofilia, topofobia, topocídio e pertencimento. A topofilia pode ser entendida por um sentimento de valoração do lugar, um apreço, carinho e pertencimento, como o amor à cidade natal, o afeto por uma praia e a afeição à um lugar da infância; já a topofobia está relacionada à noção de “paisagem do medo”, à aversão, ao desprezo e à depreciação moral, por exemplo as áreas com risco de enchentes e sem saneamento, os lugares com altas taxas de violência e as periferias que destoam esteticamente

dos padrões construtivos e urbanísticos. O topocídio refere-se à aniquilação de lugares, como observado nos espaços destruídos por disputas religiosas e outras guerras. Um exemplo no Brasil é o ataque feito aos templos e terreiros de religiões de matriz africana ou afro-brasileira, em que fundamentalistas ou facções criminosas invadem e destroem tais lugares.

Luciana Garrido e Roseane Meirelles (2014), num estudo sobre a percepção sobre meio ambiente de alunos das séries iniciais do ensino fundamental, notam que a maioria dos alunos pesquisados apresenta uma percepção naturalista do meio ambiente, e em seus desenhos, representaram mais os elementos da flora (árvores, grama e flores) do que aos elementos da fauna ou à presença humana. Nota-se, assim, um olhar hegemônico e dicotômico que polariza ser humano e natureza, uma visão deturpada, haja vista que o primeiro faz parte do segundo.

Outro elemento importante ao se pensar como se constrói a percepção na natureza na atualidade é a produção de imagens, signos simbólicos de interpretações e representações que implicam na leitura do meio. Na modernidade, segundo Guy Debord (1997), se acumulam espetáculos, nos quais nos constituímos por meio de performances, mediadas pela construção de imagens. Nesse sentido, a percepção do ambiente está relacionada a essa construção social e individual dos lugares e das paisagens, mediadas por imagens. Nesse sentido, constrói-se uma realidade inventada simbolicamente nessas imagens.

Nesse sentido, é preciso uma consciência crítica daquilo que se representa como natureza e meio ambiente, bem como da relação pessoa-ambiente. Para Lana Nobrega, Terezinha Elias e Karla Ferreira (2018), a conscientização é o processo de aprofundamento de uma consciência crítica sobre os temas e situações do cotidiano, logo, pressupõe uma reflexão complexa da realidade política, social, psicológica e ambiental. Podendo representar um compromisso histórico em contribuir com a construção de novas realidades.

Para Susan Gumes (2005), compreender a conscientização socioambiental, depende da contextualização e interação de aspectos socioculturais, bem como as forças potenciais do psiquismo humano. A autora defende que é preciso se atentar às questões da modernidade, à globalização, à sustentabilidade, ao multiculturalismo e à “modernidade reflexiva”, termo este cunhado por Giddens (2002). Assim, a autora defende que estudos pertinentes à dinâmica social contemporânea e à conscientização ambiental podem ser descritos pelo pensamento sistêmico e complexo. Gumes (2005) define que ao apreender o mundo e o saber ambiental, os indivíduos assumem uma racionalidade capaz de promover novos caminhos civilizatórios.

Por outro lado, a racionalidade ambiental refere-se a novos princípios éticos, valores culturais e potenciais produtivos necessários às mudanças para a sustentabilidade; trata-se de um saber ambiental que vem da apropriação de um mundo que requer novos direcionamentos, uma civilização com outros sentidos, uma espécie que precisa de espectros de pensamento reflexivos, criativos, críticos e atuantes. (Gumes, 2005, p. 346)

Para Gumes (2005), a consciência se origina num processo mental retroativo entre indivíduo, sociedade e ambiente, a partir de reconstruções internas com implicações e disposições sociais para essas construções, com base em imagens e sentimentos que o efetivam. Segundo ela, uma consciência ampliada, de comportamentos e atitudes, depende de níveis de conscientização mais simples.

Ainda que o problema da neurobiologia não se coloque nesse estudo, cabe apresentar o modo como ela entende a consciência. António Damásio (2015) define que a consciência, mesmo que entendida como a percepção que um organismo tem de si mesmo e o cerca, abriu caminho para evolução humana, orientando a criação, a organização social e política, a arte, a moral, a ciência etc. É também uma função biológica crítica que permite identificar sentimentos. A consciência possibilita o pensamento, os sentimentos e as atitudes, como a empatia, por exemplo. Para ele, a consciência faz-se reconhecer o impulso da vida e o interesse no *self*, em outras pessoas e aperfeiçoar a arte de viver. A consciência é o meio pelo qual o cérebro engendra os padrões mentais as imagens, de qualquer modalidade sensorial, de um objeto. Ela é, assim, o padrão mental unificado que reúne o objeto e o *self*.

O autor ainda pondera que a consciência é um fenômeno inteiramente privado, de primeira pessoa, que ocorre como parte do processo privado, denominado de mente. Contudo, consciência e mente estão vinculadas aos comportamentos externos, assim, baseiam-se numa relação entre o público e o privado.

Damásio (2015) define que a consciência pode ser separada em dois tipos, simples e complexa. Para ele, o tipo mais simples é a *Consciência Central* - sentido do *self* concernente a um momento e lugar, sendo marcada pelo presente e não exclusiva aos humanos. Já a *Consciência Ampliada*, mais complexa, envolve outras temporalidades, como o passado e o futuro, diz de um sentido do *self* ligado à identidade da pessoa, histórica e temporal, aludindo sua memória e previsão de futuro, está presente em alguns não humanos também. Ela depende da memória convencional e operacional. Em seu ápice, é sofisticada pela linguagem nos humanos. Seus alicerces são formados pela consciência central. O autor ainda faz a distinção entre consciência e consciência moral, sendo a consciência o conhecimento de

qualquer objeto ou ação do *self* e a consciência moral a capacidade em discernir o bem e o mal em ações e objetos, sendo uma percepção crítica e valorativa.

Segundo Gumes (2005), a consciência socioambiental é uma ação intermediária entre o nível intelectual e o agir na realidade, processo de cidadania, a qual é internalizada no âmbito pessoal e expressa posteriormente na realidade social, portanto, envolve tanto a consciência simples quanto a ampliada. A autora sintetiza “que a percepção forma imagens, que geram conceitos pela consciência, que determinam valores, que formam a visão de mundo, e esta o modo de vida, incorrendo assim em atitudes e ações diante dela” (Gumes, 2005, p. 352). Logo, participação e consciência são influenciadas pela percepção e imagens e representações dela construídas.

2.3 Modelos da consciência política e discurso político

Diversos autores (Prado, 1994; Silva, 2001, 2008, 2012; Ansara, 2008; Costa, 2012; Ferro, 2014; Pudenzi, 2014; Riba Hernandez, 2014; Silva & Ferreira Júnior, 2015; Puccini, 2018) têm recorrido ao modelo da consciência política de Salvador Sandoval no campo da psicologia política para compreensão da participação de atores envolvidos na cena política, ações comunitárias em movimentos sociais. Assim, considera-se um instrumento importante na leitura da ação pública, das formas de participação e, portanto, para compreensão de como indivíduos constroem a consciência política.

Para Salvador Sandoval e Alessandro Silva (2016), o modelo analítico é composto por articulações teóricas que envolvem e aproximam vários autores e suas reflexões, dentre eles, Charles Tilly, em se tratando de movimentos sociais e ações coletivas; Alain Touraine, sobre a consciência operária e identidade; William Gamson, sobre as formas de participação e consciência política; Henry Tajfel, abordando a identidade social e política e Barrington Moore, acerca da justiça social.

Segundo Sandoval e Silva (2016), somada às crenças, à cultura e às experiências vividas, a consciência política é constituída tanto pela identidade social, aquela orientada pela biografia, papéis e pertencimento, quanto pela a identidade coletiva, esta uma especificação da identidade social que ocorre por meio da politização do sujeito. Assim, cumpre entender como os indivíduos, por meio de suas interações sociais, constroem essa identidade coletiva, ou quando esta aparece como potência a ser desenvolvida no caso de grupos em que as pessoas ainda estão desarticuladas entre si.

Silva (2001) aponta que a realidade é refletida generalizadamente pelo indivíduo, o particular (o sujeito) reduz sua capacidade reflexiva do reconhecimento do universal (o ato social), sendo estabelecida uma relação mediatizada pelo *outro generalizado*. Para ele, este *outro generalizado* não pertence imediatamente ao sujeito, mas à comunidade; sendo a interiorização da atitude de toda a comunidade. Segundo o autor, o *self* e a consciência de si nascem e se estruturam por meio das interações sociais, mediante as experiências singulares no processo social. Nesse sentido, *eu* e *mim* são partes do mesmo processo de formação do *self*, logo, de formação da consciência, conclui. Daí entende-se que a consciência é estruturada num processo social por meio da individuação, processo de singularização de cada sujeito em relação ao todo, pelo modo como o sujeito absorve e afirma as regras, valores e acordos societais em relação ao seu *self*. Para o autor, *quanto mais articulados estiverem o eu e o mim, formando um self completo, mais política poderá ser esta consciência desenvolvida pelo sujeito* (Silva, 2001, p. 76).

Logo, a consciência política pressupõe autonomia e emancipação. Nesse processo, existe um diálogo constante entre as memórias e experiências, uma mediando outra. Posto isso, convém entender de que modo a memória e as experiências contribuem para essa emancipação e autonomia dos sujeitos. Certamente, como visto na literatura dos movimentos sociais, o sentido de eficácia política experiência da ação pública é uma dimensão da consciência política, portanto, impacta na autogestão de indivíduos e grupos, favorecendo, assim, o desenvolvimento da autonomia. A memória e o pertencimento favorecem a emancipação, uma vez que consciente de suas histórias e afetos, as pessoas e coletivos se mobilizam em lutas identitárias e de resistência.

Sandoval e Silva (2016) ponderam que a capacidade crítica do indivíduo é adquirida mediante suas experiências com o Estado e na construção da identidade coletiva com o grupo de pertença, sendo condição para o modelo analítico da consciência política. Para eles, a consciência de si é política, uma vez que no processo de interiorização das estruturas sociais, das instituições, durante a apropriação do outro generalizado, o *eu* faz a leitura das estruturas e instituições com o qual o *mim* teve contato e busca interiorizar. Os autores ponderam que a construção de significados não se dá mediante a passividade dos sujeitos, eles são constantemente negociados junto às estruturas e internamente.

Assim, deve-se compreender que a consciência política se dá num processo relacional entre os indivíduos, os coletivos, as instituições e o Estado. Por meio dessa dinâmica relacional, em que se defrontam interesses e normas, bem como se constituem as identidades, é que se forma a consciência política. Ao considerar dois exemplos de movimentos

ambientalistas mencionados acima, o *Greenpeace* e o *Die Grünen*, partido verde alemão, observa-se que, certamente, a consciência política dos integrantes desses movimentos estava diretamente ligada à relação que tinham com o Estado – por exemplo, no primeiro caso, dando visibilidade aos problemas ambientais e os governos a assumirem suas responsabilidades, e, no segundo, tensionando a estrutura partidária, como base nos movimentos sociais, ou seja, ambos enxergavam no Estado um antagonista. No Brasil, nota-se o reconhecimento desse adversário em diversos movimentos, como, por exemplo, aquele que se contrapõe à construção da Usina de Belo Monte, a qual está sendo construída na bacia do Rio Xingu, próximo ao município de Altamira, no estado Pará. O alagamento afetará tanto os recursos naturais quanto as comunidades indígenas que ali residem. Tanto projeto desenvolvimentista dos anos de 1980, quando foi feito o projeto, quanto o Estado brasileiro são vistos como antagonistas por ambientalistas e defensores da terra e dos direitos indígenas. Logos, esses interesses divergentes fazem parte da consciência política ambiental construída por esses atores.

Silva (2001) define que a consciência política está relacionada à reciprocidade entre sujeito e sociedade, bem como à mediação da identificação e apropriação da atitude do grupo de pertença, sendo essa relação de reciprocidade, identificação e pertença carregada de posturas políticas do “eu” – tal como reage ao outro e ao social. Assim, reforça o caráter político, tal como previsto no modelo analítico. “Sandoval procura discriminar, enfatizar, na consciência seu caráter político” (Silva, 2001, p. 81).

Esse processo de reação ao outro e ao social que constitui a consciência política é percebido em todos os movimentos sociais, quando os indivíduos vivem um processo complexo de apropriação e ressignificação, sendo convocados a se posicionarem frente às bandeiras coletivas. No movimento feminista, nota-se a desconstrução contínua de posturas machistas e misóginas cristalizadas na cultura, inclusive, reforçadas por todos, independentemente do gênero; nos movimentos LGBTQ+ (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, *queers* e outras sexualidades e gêneros dissidentes da norma) vive-se o dúbio sentido da visibilidade, que tanto pode significar empoderamento e afirmação quanto representar insegurança e enquadramento em modelos e scripts disponíveis numa cultura da imagem; no movimento negro, observa-se a ressignificação do corpo e das palavras; nas lutas trabalhistas, o desafio em decidir pela aderência ou não a uma greve e nos movimentos ambientalistas, quando os sujeitos se deparam com uma leitura de si como antagonista, quando o ser humano é posto em oposição à natureza.

Salvador Sandoval (1994, 2001, 2015) tem definido o conceito de consciência como o pensar dos indivíduos correspondente aos seus olhares das realidades das quais participam. Apresenta um modelo e constructo analítico interdisciplinar para o estudo da consciência política como um fenômeno dos movimentos sociais e da participação política.

O mapa da consciência política elaborado por Sandoval compreende dimensões sociopsicológicas inter-relacionadas entre si de significados e informações, que levam às formas de ações individuais e coletivas. As variadas dimensões revelam a predisposição daqueles que, em sociedade, tornam-se atores políticos. O diagrama elaborado por Salvador e utilizado por outros pesquisadores foi desenhado originalmente com sete dimensões, definidas em: 1) *identidade coletiva*; 2) *crenças, valores e expectativas sobre a sociedade*; 3) *sentimentos de interesses coletivos e seus adversários*; 4) *eficácia política*; 5) *sentimentos de injustiça*; 6) *vontade de agir coletivamente* e 7) *propósitos persuasivos de ação ou metas e repertórios de ação*.

Segundo Salvador (2015), a dimensão *identidade coletiva* representa os sentimentos de pertença e identificação das pessoas com grupos e categorias sociais. Para ele, o uso banalizado do termo identidade ao tratar dos movimentos sociais, desde a representação coletiva às imagens forjadas com fins de visibilidade, tem comprometido sua compreensão conceitual, compreendendo a identidade coletiva como o processo dos indivíduos estabelecerem uma identificação psicológica, solidariedade e pertença grupal enquanto atores políticos.

A dimensão *crenças, valores e expectativas sociais* revela as noções de ideologia política e visão de mundo dos indivíduos, são os significados e representações sobre a natureza, estrutura, instituições sociais e suas relações. Envolve, segundo o autor, o sentimento de pertença ou não, inclusão e exclusão das categorias sociais da vida comum. Crenças e valores sociais estão relacionados à espontaneidade da vida cotidiana, assim, pressupõe a consciência do senso comum (Sandoval e Silva, 2016).

A dimensão *interesses antagônicos e adversários* está associada à mobilização das ações coletivas por meio de construções materiais e simbólicas. Para o autor, um dos elementos da consciência política é a identificação de direitos difusos, antagônicos de outros grupos e atores.

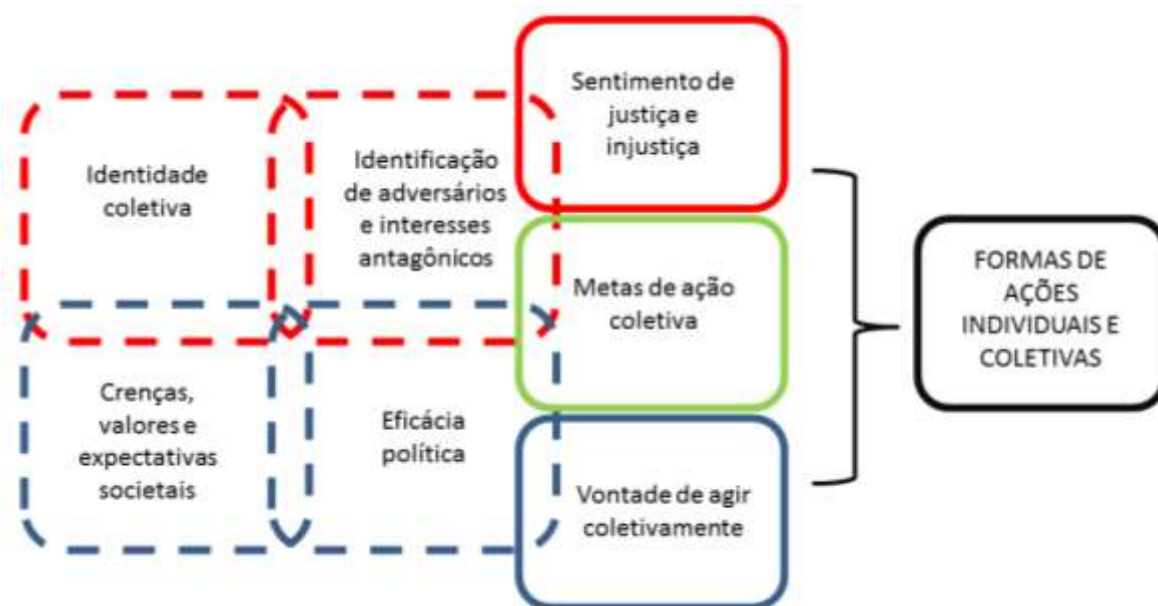
A *eficácia política* refere-se ao sentimento de capacidade autoatribuída de intervir numa situação política. Sandoval (2015) nos aponta que a eficácia política está associada à noção de causalidade social. Esta causalidade pode estar ligada a um fato natural, divino ou histórico, sendo as reações individuais nesses casos frequentemente conformistas e

submissas; pode estar focada no próprio indivíduo, na sua capacidade de lidar com situações específicas e soluções particulares e, também, localizada nas ações de outros grupos e indivíduos, as quais podem alçar a transformação. Para o autor, a terceira interpretação de causalidade é que faz com que os indivíduos se sintam atores de mudanças.

A dimensão *sentimentos de justiça e injustiça*, baseada na ideia de justiça social, está ligada à noção de reciprocidade, ao equilíbrio das relações, sendo uma das representações mobilizadoras de participação, aponta Sandoval (2015).

A *vontade de agir coletivamente* é a dimensão que diz do compromisso e predisposição dos indivíduos em assumirem pautas e ações coletivas. Certamente envolve outras dimensões, tal como o sentimento de injustiça e sentimento de eficácia. Segundo o autor, envolve custos e benefícios, ganhos e perdas e os riscos percebidos pelo engajamento.

A dimensão *repertórios e metas de ações* compreende como os indivíduos percebem uma correspondência entre as metas do movimento e os repertórios individuais, sentimentos de eficácia, justiça e interesses. Para o autor, esse é um dos grandes desafios dos movimentos sociais, como congregar objetivos e estratégias coletivas com aspirações e capacidades individuais.

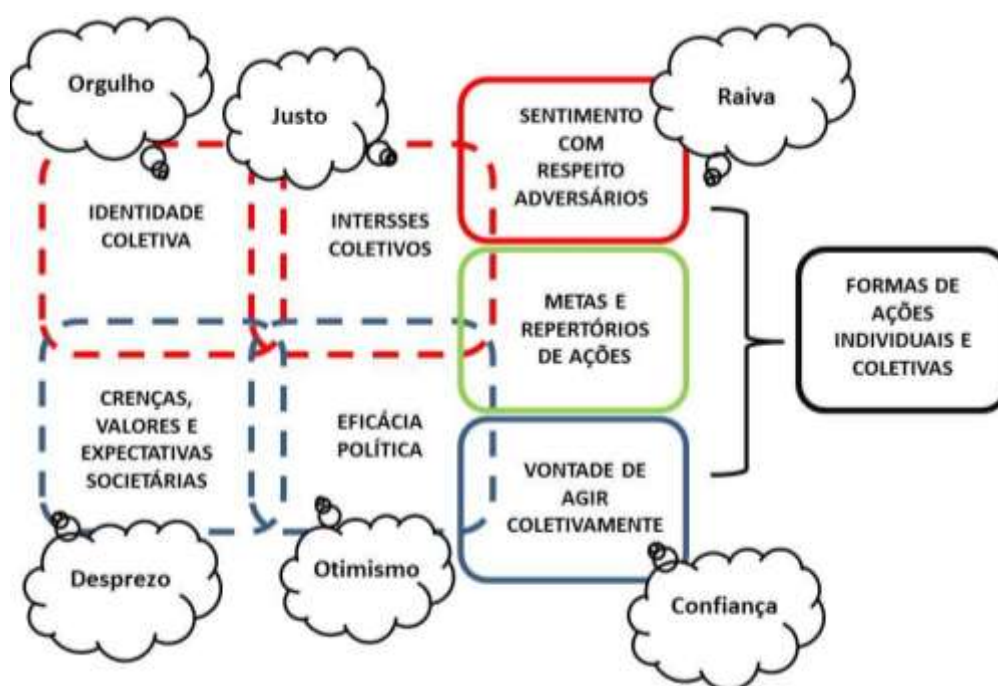


Quadro 2 - Modelo conceitual da consciência política. (Sandoval, 2015)

Contudo, Sandoval & Silva (2016) apontam que mais recentemente, no início do século XXI, nota-se uma preocupação com a falta de atenção ao papel das emoções nos movimentos sociais, ações coletivas e processos de participação, sendo um tema essencial

nesse processo. Posto isso, segundo os autores, haja vista a necessidade de se estudar os impactos das emoções na consciência política e nos movimentos sociais, Sandoval apresenta uma revisão do modelo analítico, contemplando a integração das emoções, as quais passam a ser uma nova dimensão, referindo-se a todos os sentimentos emotivos de predisposição ao engajamento. E os sentimentos de justiça e injustiça que figuravam como uma dimensão separada passam a compor essa dimensão transversal as demais. São baseados na ideia de justiça social, ligada à noção de reciprocidade, ao equilíbrio das relações.

Emerge em separado, assim, uma nova dimensão, *os interesses coletivos*, os quais antes figuravam junto às demais dimensões, como as metas e repertórios de ação; as crenças e os valores sociais, a identidade coletiva, a vontade de agir coletivamente ou mesmo em contraposição aos interesses antagônicos.



Quadro 3 - Modelo conceitual da consciência política atualizado. (Sandoval, 2016)

Assim, o modelo revisado passa a congregiar sete dimensões da consciência política, somadas às emoções, transversais a todas elas, a saber:

1. **Identidade coletiva** representa os sentimentos de pertença e identificação das pessoas com grupos e categorias sociais;
2. **Crenças, valores e expectativas sociais** revelam as noções de ideologia política e visão de mundo dos indivíduos, seus significados e representações;

3. **Interesses antagônicos e adversários** associados à identificação de direitos difusos, antagônicos de outros grupos e atores;
 4. **Eficácia política** refere-se ao sentimento de capacidade autoatribuída de intervir numa situação política;
 5. **Interesses coletivos** que dizem respeito aos interesses compartilhados com o grupo de pertença ou ao bem comum;
 6. **Vontade de agir coletivamente** diz do compromisso e predisposição dos indivíduos em assumirem pautas e ações coletivas;
 7. **Repertórios e metas de ações** compreendem como os indivíduos percebem a correspondência entre as metas do movimento e os repertórios individuais;
- + **Emoções e sentimentos de justiça e injustiça** são todas as emoções de predisposição ao engajamento. Em específico os sentimentos de justiça e injustiça são baseados na ideia de justiça social, ligada à noção de reciprocidade.

A consciência política, por se constituir no campo das inter-relações, é influenciada pelas discursividades que operam no cotidiano e na vida pública, logo, o discurso político representa um elemento importante de atenção. Das cenas políticas, emergem os discursos, orientados por argumentos válidos aos interesses e ideologias que os servem.

Um exemplo disso nota-se no último pleito eleitoral brasileiro, em que muitas campanhas políticas foram construídas com base em mensagens falsas. Calúnias e mentiras foram compartilhadas aos milhões pelas redes sociais como verdades e disso decorrem dois pontos de observação: primeiro, que, conforme nos apresenta Spink e Medrado (1999), os enunciados representam atos de linguagem que conferem o surgimento de um “estado das coisas”, logo, dão existências simbólicas ao que se nomeia e explica, moldam o que é compreendido, assim, impactam na leitura da realidade; segundo, que reforçaram uma polaridade, movida por emoções, que limita a crítica e a reflexão. Assim, tais representações, mediadas nesse fluxo de informações, inferem nas formas de participação política, e o retrato da última eleição reforça isso, ao evidenciar as mobilizações públicas sob o efeito dessas informações. E mais, interferem nos processos de identificação e subjetivação.

Um exemplo é como as redes sociais impactam hoje a vida das pessoas e seus processos de identificação e subjetivação. Informações e imagens compartilhadas em alta velocidade e em números elevados impactam em leituras na maioria das vezes reducionistas e simplistas. O mesmo processo nota-se nos telejornais, por meio dos quais é possível

acreditar que a vida e a humanidade são desastres que não podemos transformar. Nesse contexto, a ciência, por exemplo, perde valor ao abordar os problemas estruturais da violência ou das representações dos afetos. Com efeito, nota-se um niilismo social presente nos discursos políticos.

Para Patrick Charadeau (2013), o discurso político são máscaras que os sujeitos utilizam, carregadas de simbologias e artifícios para seduzir seus interlocutores. Segundo o autor, a máscara pode ter sentidos contrários, conforme a cultura que a lê, não necessariamente escondendo a realidade. Aponta que o mundo ocidental a transformou, por meio das representações, num signo de dissimulação e fraude. Contudo, em outras tradições, define o ser em sua essência imutável, sendo símbolo da identificação, não havendo oposição entre verdadeiro e falso, autêntico e artifício. Acrescenta que os sentidos das pessoas nascem de atos de linguagem que se dão no encontro com o outro, em função do que se imagina do outro, sendo a identidade uma construção desse encontro. Nesse sentido, a máscara representa o *ser presente*, a imagem diante do outro. Em outras palavras, essa máscara pode ser como um trecho da música “Baianidade Nagô”, de Evandro Rodrigues, que diz: *eu queria que essa fantasia fosse eterna, quem sabe um dia a paz vence a guerra e viver será só festejar*. Na qual revela uma imagem frente ao outro que se encontra. O discurso político é um lugar de jogo de máscaras que congrega o dito e o não dito. Assim, ensina que a palavra política se institui num espaço social.

Charadeau (2013) apresenta que o discurso político, assim como a consciência política, congrega um conjunto de conceitos e dimensões. Cita *apalavra política*, que congrega um conjunto de significados sociais, linguagem, poder, ação e verdade; a *ação política*, ação humana que determina a vida social ao organizá-la e confrontá-la; as *instâncias políticas e cidadãs*, nas quais, respectivamente, é realizada a ação política e nas escolhas dos representantes do poder; os *valores*, ideais nas relações de trocas cujo domínio é coletivo e o *campo político*, como governo da palavra, pois intervém nas discussões, no espaço da ação e no espaço da persuasão. Ou seja, o discurso, tal qual a consciência, é construído no campo das inter-relações.

Acrescenta que na segunda metade do século XX, a midiaticização faz ser abolida a fronteira entre o público e o privado, logo, o político é exercido em ambas as esferas, ainda que elas sejam distintas. Para ele, a política é um espaço de ação que depende de espaços de discussão e persuasão, que para serem válidos devem ser divididos em domínios, apontando quatro principais: o jurídico, o econômico, o midiático e o político, os quais, apesar de suas especificidades, são interdependentes e interagem uns com os outros. Ou seja, o discurso

político pressupõe inter-relações nas quais operam o poder, a linguagem e a ação política em diferentes domínios.

Para o autor, o discurso político define uma forma de organização da linguagem em seu uso e seus efeitos psicológicos e sociais, no interior de determinado campo de práticas políticas. Para ele, o discurso não esgota todo conceito político, mas não há política sem discurso, pois é por meio dele que se elaboram os pensamentos, os diálogos, as discussões e, assim, visa a estabelecer relações, persuadir, demarcar posições, defender ideias etc. O discurso político é um sistema de pensamento, envolvendo atos de comunicação em que os atores buscam construir opinião, obter adesões e rejeições, consensos e dissensos, sendo, ao mesmo tempo, lugar de engajamento, justificção de posicionamento e influência sobre o outro.

A prática de política concerne mais particularmente à gestão da vida coletiva na qual estão implicadas diferentes instâncias (de governança e cidadania) que regulam suas relações mediante um jogo de poder e contra-poder. (Charadeau, 2013, p. 45)

Assim, considera-se que a prática política, própria da vida coletiva, demanda o uso do discurso político, haja vista as relações existentes e os jogos de interesse e poder. O discurso político une opinião, julgamento reflexivo, crenças e leituras da realidade. Advém de uma tomada de posição, do ato de decisão. Resulta da palavra política que se constitui pela linguagem e ação nas instâncias, política ou cidadã, que estão implícitas e com os valores que carregam.

Eis que se nota uma armadilha, quando o discurso político se desprende de uma visão holística e *agonística* da realidade. Num contexto em que as pessoas são movidas exclusivamente por suas crenças, valores e paixões, a única verdade possível é a conveniente, mesmo que momentânea e efêmera. Nos dias atuais, muitas vezes pouco importa quem profere o discurso, seja qual for seu lastro de conhecimento. Nesse sentido, o discurso político é banalizado e confundido com retóricas políticas ou informações falsas. Isso implica uma vulgarização da política, dos jogos de forças em disputa e da concretude da vida, não se olha para sua complexidade.

Ao que parece, essa banalização do discurso político é fruto de uma ordem maior que impera nas sociedades e culturas atuais, nesse lugar temporal e histórico que os atores se encontram. No mundo globalizado, o rápido fluxo de informações e a cultura do consumo instantâneo produziram uma série de outras experiências efêmeras, impactando nas relações

humanas e suas interações no meio, inclusive, nas ações públicas e nos movimentos sociais. Tanto é que, muitas vezes, orientados por uma performance e produção simbólica mediada pela imagem, alguns participam de atos públicos alienados apenas ao processo de dar visibilidade à sua ação.

Tais atores, imersos na modernidade líquida (Bauman, 2003) ou, em outros termos, na pós-modernidade (Harvey, 2005), compartilham um alto fluxo de informações, organizando-se em redes, nas quais, para o bem e para o mal, as verdades e certezas dissolvem-se na mesma velocidade em que são produzidas, acarretando consequências políticas, sociais e subjetivas, as quais trarão consequências às comunidades e identidades, como será apresentado adiante.

2.4 Comunidade e identidade

Manuel Castells (1999), Anthony Giddens (2002), Zygmunt Bauman (2003) e David Harvey (2005) evidenciam as mudanças sociais consequentes da modernidade, suas transformações e as falhas de tudo aquilo que ela prometeu, bem como seus impactos na construção das identidades e dos arranjos sociais. O mundo globalizado e os fluxos de informações, bem como as dinâmicas de reestruturação do modo de produção vigente, o capitalismo, tem mudado drasticamente as relações, as instituições e o Estado.

Para Castells (1999), mediante a tecnologia da informação, reestruturação do capitalismo e organização da sociedade em rede, o mundo e a vida vêm sendo moldados pela tendência conflitante entre a globalização e as identidades. São reflexos da sociedade e dos caminhos da transformação. Aqueles que são excluídos ou que resistem à individualização da identidade relacionada à vida nas redes globais, neoliberais, de riqueza e luta por poder, enxergam nas comunas culturais alternativas de identificação, reconhecidas como fontes de solidariedade num mundo hostil. Contudo, na contraditória pluralidade do multiculturalismo, elas podem tanto levar os indivíduos aos paraísos comunais quanto aos infernos celestiais.

Harvey (2005) define que a pós-modernidade é uma recusa das narrativas da modernidade, como a verdade e a racionalidade. Para ele, enquanto a modernidade oferecia garantias, como a segurança, a racionalidade e a organização, mediante sua ausência e consciência de fracasso, a pós-modernidade oferece uma esperança centrada nos indivíduos, uma ideologia própria ao neoliberalismo. Nesse contexto, as relações entre os atores sociais, instituições, indivíduos e Estado, também mudam. Explica que enquanto o Estado moderno

era sólido, organizado, responsável pela justiça social e garantidor da qualidade de vida das pessoas; na pós-modernidade, o Estado é reduzido, considerado ineficaz, dissolvendo suas funções na iniciativa privada, sob forte influência e controle do mercado.

Existem vários exemplos que ilustram essa transformação do Estado à luz do neoliberalismo, em que se individualizam as responsabilidades, seja a educação e o ensino privado ou a saúde pública e os planos de saúde, dentre outros, quando direitos sociais são entregues à iniciativa privada, num processo de descrédibilidade e sucateamento dos serviços e equipamentos públicos. Atualmente, um direito social está em pauta no Brasil, a reforma da previdência, sendo alvo de interesses e argumentos antagônicos. Em síntese, a previdência brasileira, como parte da seguridade social, é tida como um direito assegurado pelo Estado, contudo, a sugestão de reforma neoliberal quer destituir o Estado de sua responsabilidade, alegando, com argumentos rasos, a sua impossibilidade financeira de sustentá-la. Numa das propostas, transfere-se a previdência para iniciativa privada, conferindo lucro aos bancos e fundos de investimento, ou seja, passando a responsabilidade dos provimentos futuros aos indivíduos, sem diversas seguranças, hoje garantidas pelo Estado. Assim, transfere os recursos do Estado para a iniciativa privada.

Bauman (2003) pontua que na modernidade líquida nada é fixo, nem as instituições, nem as relações, nem o trabalho, tão pouco as habilidades necessárias. Exemplificando isso, em sua análise crítica, calcada no materialismo, Ricardo Antunes (2018) mostra como o trabalho é cada vez mais precarizado e moldado segundo os interesses de empresários e detentores dos meios de produção, sendo cooptado na dinâmica de reestruturação do capitalismo global. Limita a relação entre o ser humano e suas transformações no meio à exploração de sua força alienada. O trabalho, cada vez mais flexível e provisório, cria um novo proletariado refém de um totalitarismo mercantil. Nessa conjuntura, ao trabalhador resta apenas o privilégio da servidão, sendo esta consentida e voluntária, diferente de todos os outros modos de sujeição. E certamente, trazendo reflexos à construção identitária, dificultando a construção de identidades coletivas. Bauman (2003) completa que não apenas o mundo do trabalho se transforma, mas toda conjuntura social é modificada. Nada é sólido, esvai-se, dissolvendo-se em liquidez, por isso, a chama de modernidade líquida. Nada mais é capaz de garantir a estabilidade e a durabilidade. Nada é mais confiável e confortável que o projeto de futuro e destino individual.

Para Giddens (2002) a modernidade é marcada pela cultura do risco, fazendo parte da consciência das pessoas em seus processos de subjetivação, risco da guerra, da catástrofe ecológica e dos totalitarismos. A modernidade em transformação opera em uma ordem pós-

tradicional, na qual a autoidentidade se torna um empreendimento reflexivamente organizado. Explica que, ao romper com as práticas tradicionais, a modernidade, em seus novos formatos, se orienta nas potencialidades individuais, oferecendo ao indivíduo uma identidade mutável, por meio de um projeto reflexivo do eu e da manutenção de narrativas biográficas continuamente revisadas por meio de múltiplas escolhas em estilos de vida, o qual ganha centralidade na vida cotidiana.

Na vida social moderna, a noção de estilo de vida assume um significado particular. Quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é constituída na dialética local e global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções. (Giddens, 2002, p. 12-13)

O rompimento, ainda que parcial e em curso, com uma ordem tradicional, ao mesmo tempo em que promove certa autonomia pessoal, retira também uma sensação de firmeza das coisas, podendo constituir-se em grande fonte de inseguranças e ansiedade para o indivíduo, segundo Giddens (2002). Para ele, promove uma insegurança ontológica, tendo suas origens psíquicas no medo da perda. E, certamente, num mundo orientado pela meritocracia, pelo projeto individual e busca constante da felicidade, potencializada pelas imagens virtuais, o horror ao fracasso soma-se a tal insegurança. Não à toa, nos dias atuais, multiplicam-se os diagnósticos de transtornos mentais, doenças psíquicas, psicossomáticas e psicossociais atreladas ao modo de vida.

Contudo, essa autoidentidade reflexiva não parece um caminho objetivo. Telma de Paula Souza (1984) pondera que mediante não a concretização da democracia em todas suas dimensões, a reflexividade moderna é impossibilitada por um totalitarismo mercantil. Para ela, a identidade pode representar um princípio organizativo nas sociedades plurais, permitindo o pertencimento. Contudo, o mecanismo de formação identitária, por meio da política da diferença, comporta tanto o totalitarismo, quanto o individualismo coletivista. Em sociedades complexas, plurais e individualizadas, a valorização da diferença ganha sentido porque permite que essa diferenciação seja realizada pelo ato da escolha. Assim, é possível encontrar comunidades de pertencimento que excluem a integração com outras comunidades. Logo, se vê uma arapuca nesse processo: o projeto de vida e destino individual de uma autoidentidade construída pela reflexão traz caminhos contraditórios para uma vida compartilhada, podendo reforçar um pertencimento oportuno, na qual a diferenciação representa segregação e não integração e inclusão.

Nesse sentido, nenhum agregado humano é percebido como comunidade, uma vez que não passam de uma união de biografias sem um lastro histórico de união duradoura em seu tecido, mais parecem arranjos temporários. A ausência dos vínculos históricos faz desaparecerem as comunidades. Bauman (2003) diz que a separação dos bem-sucedidos traz à baila *o distanciamento, a indiferença, o desengajamento e, em verdade, à extraterritorialidade mental e moral daqueles que pensam [e parecem ser] diferentes* (Bauman, 2003, p. 49).

Jurandir Freire Costa (1997), ao tratar o lado privado da violência pública, mostra como a violência é fruto dessa separação e distanciamento e traz elementos privados e subjetivos. Para ele, o alheamento em relação ao outro leva à desconstrução do sujeito como ser moral, o que significa não o ver num horizonte ético, anulando sua humanidade. Aponta três tipos de indiferenças: 1) das elites para com os pobres e miseráveis; 2) em reação, dos desfavorecidos em relação às elites e 3) das elites com elas mesmas, em que o alheamento ao outro traz em seu bojo a irresponsabilidade em relação a si.

Para Bauman (2003) essa separação nunca é solitária. Nesse sentido, isolam-se em bolhas culturais, territoriais e sociais junto àqueles que são parecidos e próximos. Nas cidades, observamos essas bolhas por meio das territorialidades, seja nos condomínios ou nas fronteiras entre os bairros. Implicam também questões étnicas, de classe social e outros marcadores sociais da diferença.

O autor traz o exemplo dos viajantes globais, supostamente cosmopolitas, quando na realidade o cosmopolitismo das elites globais é um contrassenso, pois é uma zona livre de comunidade e abertura de canais entre tradições. É lugar de mesmice e não de descobertas, como muitas vezes é descrito. Outro exemplo, a forjada aproximação entre diferentes em viagens de experiência ou de voluntariado, muitas vezes, plastificando as tradições e reforçando generalizações culturais e estereótipos. Reduz-se a produtos consumidos como fetiches da individualização da experiência ou de turistas alentados pelo “complexo do branco salvador”, em referência aos colonizadores que sobrepujam sua cultura aos povos colonizados, tidos como inferiores. Essas práticas mostram que a separação não é apenas material, mas também simbólica e que, embora se mostre como aproximação, muitas vezes não é verdadeira e sincera. Outros exemplos dessas bolhas culturais e territoriais são os condomínios residenciais e os grupos fechados numa única orientação ideológica nas redes sociais.

Bauman (2003) defende que o fato de existir um projeto individual nas sociedades capitalistas e competitivas, não significa que a comunidade não esteja no discurso das elites

globais. Ela aparece destituída de seus princípios, mas atraente aos interesses econômicos. Ao invés de ética e munida de solidariedade entre os diferentes, ela é estética, de luta por identidades provisórias, momentaneamente oportunas e interessantes. Esses dois modelos são confundidos e misturados nos discursos em moda hoje, atesta o autor. Pode-se observar desde comerciais com apelo identitário à venda de empreendimentos residenciais de luxo. Para ele, a palavra comunidade congrega um conjunto de significados e sensações sempre associada com coisas boas, abarcando o conforto, a tranquilidade, a segurança e o aconchego. Refere-se a um paraíso perdido, repleto de imaginação, diferente da realidade. Figura como uma construção do nosso desejo e de esperança ante um cenário inexorável de competições, escassez de recursos e desprezos, de uma vida individualizada, ou seja, de uma insegurança ontológica, tal como pondera Giddens (2002).

O vazio institucional dos Estados-Nação e a ausência de garantias, confiança e segurança num mundo globalizado fazem com que as pessoas busquem soluções biográficas para problemas sistêmicos e complexos (Bauman, 2003). Já que as comunidades de outrora não parecem mais possíveis nesse mundo de desintegração e destituição do outro como sujeito moral, crescem as demandas pelas identidades, outros signos de segurança e pertencimento. Diante da existência coletiva ameaçada e de um convívio desconstruído nos discursos do senso comum, vinculados pela mídia, as pessoas buscam nas identidades formas de resistência e poder. Em outras palavras, o autor mostra que as identidades emergem como alternativa à comunidade em colapso.

Contudo, em seu processo constitutivo, por sustentar-se nas especificidades e na diferença, por meio de uma construção solitária dos indivíduos, as identidades edificam-se em comunidades-cabides. Assim, o que marca a modernidade é a individualização, mesmo que em coletivo, em contraposição à comunidade do passado.

E isso não é um tema recente, Castells (1999) postula que um dos debates mais antigos da sociologia urbana diz respeito ao desaparecimento da comunidade em razão da urbanização e suburbanização. Logo, convém ponderar se as referências do passado também não são representações de imaginários pessoais e sociais, em a comunidade mais represente significados coletivos e sentidos pessoais do que propriamente sua materialidade no tempo e espaço. É importante notar que na medida em que as sociedades se complexificam, os arranjos sociais se transformam, certamente, moldados a partir de projetos que congreguem mais forças para edificá-lo. Logo, a comunidade ou qualquer outro arranjo social, sempre será um projeto em disputa.

Assim, identificam-se duas dimensões que compreendem as inter-relações, os projetos de arranjos sociais e as identidades, ambos influenciados pelas culturas, geopolítica e informações. Do mesmo modo que os arranjos podem ser constituídos de diversas formas, sejam eles comunidades ou comunidades-cabide ou comunas culturais, as identidades também não possuem uma única forma e origem.

Castells (1999) entende a identidade como o processo de construção de significado com base em atributos culturais inter-relacionados, podendo haver múltiplas identidades para um indivíduo e/ou ator coletivo, definindo três formas e origens: a) *identidade legitimadora*, introduzida pelas instituições dominantes no intuito de expandir e racionalizar sua dominação; b) *identidade de resistência*, criada por atores em posição e condições desvalorizadas pela lógica de dominação e c) *identidade de projeto*, quando atores sociais constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, buscando a transformação e toda conjuntura social.

Para Joanildo Burity (2001), a globalização introduz um *terceiro* na relação entre o local e o regional; entre o local e o nacional, desterritorializante e desinstitucionalizante. Representa um novo regime da relação entre o geral e o particular, o universal e o singular, como um princípio de antagonismo e diferenciação. Todavia, Castells (1999) postula que as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, agrupando-se, gerando ao longo do tempo, pertencimento e, em alguns casos, uma identidade cultural, comunal. Para ele, as comunas culturais da era da informação parecem ser a alternativa para construção da identidade na sociedade de rede. Acrescenta que tendem a ser reação a três ameaças: à globalização, à formação de redes e à flexibilidade e crise da família patriarcal. Defende que normalmente o fundamentalismo, o nacionalismo e as comunas territoriais são reações às incertezas sociais.

Quando o mundo se torna grande demais para ser controlado, os atores sociais passam a ter como objetivo fazê-lo retornar ao tamanho compatível com que podem conceber. Quando as redes dissolvem o tempo e espaço, as pessoas se agarram a espaços físicos, recorrendo à sua memória histórica. Quando o sustentáculo patriarcal da personalidade desmorona, as pessoas passam a reafirmar o valor transcendental da família e da comunidade como sendo a vontade de Deus. (Castells, 1999, p. 85).

Nessa linha de raciocínio, ao que parece, a ascensão dos fundamentalismos religiosos, dos isolamentos em comunidades de semelhantes e dos extremismos políticos, é uma reação às inseguranças de um mundo e ordem que centralizaram as responsabilidades de futuro e

destino nos indivíduos. Contudo, as comunas culturais, ao mesmo tempo em que podem representar paraísos de pertencimento e segurança, também podem significar infernos celestiais, isoladas e alheias aos outros (Castells, 1999).

Castells (1999) define que sujeitos não são indivíduos, mesmo sendo constituídos deles. Referem-se ao *ator social coletivo pelo qual os indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência* (Castells, 1999, p. 26). Costa (1995) define que o *Sujeito é coletivo*, congregando uma pluralidade identificatória e vários “eus”. O sujeito é sentido e pensamento, uma rede de crenças e desejos postulados por atos linguísticos. “O sujeito é uma tessitura, um movimento constante de redescrições de si e dos outros” (Costa, 1995, p. 04). Logo, entende-se que esse sujeito congrega um conjunto de crenças, valores e pensamentos, mediados pela linguagem e materializados na experiência da vida. Assim, a ideia de sujeito parece se alinhar às referências de identidade coletiva, aquela que é politicamente construída por meio de inter-relações, sendo um elemento essencial na consciência política, na participação e na construção de um projeto de futuro.

Alain Touraine (1997) lança uma questão, diante do espaço e tempo comprimidos, dos fluxos capitalistas, do enfraquecimento das instituições e perda de nitidez dos limites e normalidade, podemos viver juntos? E responde: isso já é feito. Contudo, mediante a massificação de gestos, objetos e signos, pela cultura vigente, somos incapazes de nos comunicarmos para além do que ela disponibiliza. Nesse contexto, não mais construímos identidades a partir dos papéis sociais, mas, sim, por aquilo que a cultura de massa dispõe para identificação e pertencimento.

(...) o que corresponde ao triunfo desta cultura global que acaba de ser evocada, quer à reconstrução de identidades não sociais, baseadas nas pertencas culturais e não em papéis sociais. Quanto mais difícil é definir-se como cidadão ou trabalhador nesta sociedade globalizada, mais é tentador definir-se pela etnia pela religião ou pelas crenças, pelo gênero ou pelos costumes, todos definidos como comunidades culturais. (Touraine, 1997, p. 50-51)

Para ele, vive-se hoje um processo de retorno às comunidades, agora agrupamentos de identidades, associações baseadas numa pertença comum. Os indivíduos tomam consciência de si como pertencendo a uma tradição, história, a um ser que resiste à globalização e a queda das instituições. Para Sousa (2010), é a partir das “ruínas das sociedades modernas e de suas instituições”, apontada por Touraine, que são retomados os sentidos de comunidade e de pertencimento em dimensões que ultrapassam seus sentidos de

origem. Tal retorno às comunidades parecem ser as comunidades-cabides, concebidas por Zygmund Bauman, ou as comunas culturais, definidas por Manuel Castells.

Frente aos desafios comunais, adaptações sociais e respostas ao mundo moderno, outras respostas visam a equacionar as separações culturais e projetos individuais. Bauman (2003) pontua que alguns buscam refúgio no multiculturalismo, reconhecido como a coabitação de culturas diferentes em harmonia, sendo um manifesto e argumentação a favor da reconciliação frente aos distanciamentos paradoxais de um mundo global. Contudo, alerta que no multiculturalismo as culturas podem coexistir, mas dificilmente acessam os benefícios de uma vida compartilhada. Assim, o multiculturalismo figura mais como um princípio ético, sendo a universalidade da cidadania condição preliminar de qualquer política de reconhecimento significativo.

Em outras palavras, é preciso reconhecer as distintas culturas, sua autodeterminação, o direito de participação de todos e o compartilhamento de direitos universais. Contudo, não parece uma tarefa fácil, uma vez que, tal como nos pondera Bauman (2003), a insegurança tende a transformar o multiculturalismo em multicomunitarismo. Assim, a segurança é uma condição para diálogo entre culturas, em que se pese o não alheamento ao outro.

O multiculturalismo está envolvido num contencioso, numa disputa que vai além do manejo de uma diversidade que simplesmente se dá, como mera constatação empírica. Para além ou na base das demandas lançadas ao estado, ao mercado e a outros atores sociais, há movimentos de retorno ao passado, de reconstrução ou de invenção de identidades coletivas, bem como há cobranças por redefinição de padrões societários. (Burity, 2001, p. 03).

Joanildo Burity (2001) enxerga no multiculturalismo, além das disputas que se dão no jogo de poder, a possibilidade de reconstrução e invenção de identidades coletivas, chamando atenção para uma problemática a ser equacionada. Para ele, é preciso equilibrar o conflito entre a localização da cultura e a desterritorialização introduzida pelos fluxos globais, haja vista que há centralidade nos fluxos e hegemonias culturais. Explica que existe uma edição das referências locais pela globalização.

[A globalização] (...) desencadeia uma lógica que não exige o fim das referências locais, mas as reinscreve num terreno em que estas não mais podem se definir pelo isolamento nem tampouco pela territorialidade. Sendo assim, a globalização tanto forma como deforma, tanto exige como resiste à identidade enquanto signo do local, do singular, do autêntico, do emancipatório. (Burity, 2001, p. 04).

Burity (2001) evoca três desafios às políticas multiculturais que se põem em defesa da identidade. O desafio da abertura, reconhecendo-a como processual e heterogênea em si; o desafio da flexibilidade, considerando sua autoavaliação para transformação e o desafio da política, reconhecendo a dimensão política e de negociações que a caracteriza. Para ele, a afirmação e a defesa ou contestação de identidades fazem parte da lógica da globalização, uma vez que se justificam e se edificam pela diferença. Nesse sentido, as identidades não mais estão vinculadas a um enraizamento local e pertencimento territorial, mas a novas formas de identificação coletiva próprias de um mundo globalizado. Assim, o pertencimento não mais ligado ao território, passa estar vinculado à cultura.

Contudo, o território não pode ser um elemento desimportante, pois é nele que as disputas aparecem e ganham materialidade. A memória, o enraizamento e o pertencimento estão em constante tensão com o global que se localiza. A ideia de território ajuda a compreender os processos de resistência, quando a cultura também se constitui diferentemente nas localidades, tendo inclusive a possibilidade de trazer características próprias de determinados lugares, conferindo espaços para novas narrativas, direitos e legitimidades.

Dentre as possibilidades disponíveis na cultura, o pertencimento tanto pode ser construído através da sociabilidade, quanto pela mídia e engajamento em movimentos sociais. Para Mauro Sousa (2010), o sentimento de pertencimento tem sua complexidade impactada pelos meios de comunicação que interferem no imaginário social. As mídias oferecem as possibilidades de busca de identidade no contexto de ausência de um comum aglutinador. Em contrapartida, observam-se os movimentos sociais, os quais parecem possibilitar a construção de pertencimento. Castells (1999) pondera que os movimentos sociais, as ações coletivas, são frutos da história que é percebida, são reflexos daquilo que é a sociedade, o humano, com múltiplos destinos e perspectivas de futuro. Assim, congregam uma historicidade que os sujeitos podem enquadrar e ressignificar por meio da memória.

Assim, convém conhecer quais são os repertórios sociais que dão contingência aos movimentos ambientalistas, quais os vínculos de pertencimento e suas memórias frente ao mundo em que as identidades territoriais parecem raras e que os laços comunais têm se modificado. Cabe, assim, identificar que projeto de arranjo social trazem em seu bojo.

2.5 Memória e pertencimento

Memória e pertencimento são elementos subjetivos e intersubjetivos que se constituem no tempo e espaço pelos sujeitos e coletivos, portanto, construídos na inter-relação histórica que se inscreve no ambiente em que vivem.

Leila Martins (2002) defende que a memória é um relevante recurso para a construção de uma identidade social, bem como para o entendimento de problemas ambientais locais. Para ela, a memória não se limita às recordações elaboradas em processos internos dos indivíduos, mas, sim, fazendo parte de uma ordem maior, social, histórica e cultural. O presente estudo alinha-se a essa perspectiva, entendendo que a memória é uma construção relacional, na qual as recordações pessoais são construídas e simbolizadas a partir de memórias e representações coletivas, culturalmente possíveis. É, portanto, um fenômeno presente nas dinâmicas sociais e históricas de sujeitos que interagem na cena social.

A autora pondera que a percepção é o ponto inicial do que é percebido, o resto é recordação que se comunica com a imaginação e o pensamento construtivo, os quais juntos formam a memória. Para Maurice Halbwachs (1990), embora advenha dos indivíduos sua emergência, as lembranças são coletivas. A reconstrução da memória é grupal e institucional.

Halbwachs (1990) ilustra como a memória se constitui coletivamente por meio de uma viagem, citando a ida à Inglaterra, em que os olhares e leituras daquele lugar advinham de outras perspectivas que se somavam às suas próprias, como o olhar de um pintor, um arquiteto, um historiador etc. Além disso, todas essas leituras estavam associadas ao apego em grupos que já fizera parte, assim, traz a relevância dos afetos para formação da memória. Posto isso, em contrapartida, pondera outra dimensão importante em relação à memória, que é o esquecimento, o qual se dá pelo desapego de um grupo. Assim, o esquecimento é um fenômeno social que ocorre quando não há pertencimento com fatos, relações e lugares. Para ele, quando as reminiscências são vagas e reduzidas é porque o grupo é efêmero, dando o exemplo das turmas escolares para um professor. O efeito da descontinuidade não se dá apenas materialmente, explica, mas porque não pensamos mais e não dispomos de meios para reconstruir sua imagem.

Nesse sentido, a lembrança se insere em grupos de referência, mediadas pelo pertencimento, seja físico ou simbólico. *A memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito.* (Schmidt e Mahfoud, 1993, p. 288). Esse grupo de referência é que dá contingência às lembranças sociais, denotando um processo coletivo inserido num contexto social. É um movimento e diálogo entre os sujeitos e aqueles que

testemunharam algo em comum. É por meio do outro em quem se apoia e complementa que se produzem as imagens e representações e, assim, se dá o trabalho da memória. Em contingência com o outro, os sujeitos dispõem de referências alheias que se somam as suas próprias. *A memória é este trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os "quadros sociais" nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si.* (Schmidt e Mahfoud, 1993, p. 289).

Para Halbwachs (1990) a memória individual não está inteiramente fechada e isolada. Ela pode, para confirmar algumas de suas lembranças, apoiar-se na memória coletiva. Esta, por sua vez, compreende as memórias individuais, congregando pontos em comum, mas não se confundindo com elas. Para ele, a memória individual está ligada à consciência pessoal, contudo, os indivíduos recorrem às palavras, imagens e ideias coletivas, ainda que não se confunda com a memória dos outros, que sejam iguais. Em outras palavras, é um processo relacional. A memória individual existe, contudo, enraizada em quadros sociais. Portanto, a memória não é estática e fixa, é processual e móvel, estimuladas e orientadas por sentimentos, emoções e grupos de pertencimento. *O que acontece na memória é um processo de reconstrução vinculado ao cotidiano vivido e em função dos interesses do presente.* (Martins, 2002, p. 2)

Acrescenta Halbwachs (1990) que tanto a memória individual, quanto a coletiva são limitadas ao tempo e espaço, contudo, os limites não são os mesmos, podendo a memória coletiva ser mais restrita e remota. Assim, difere-se uma memória interna, pessoal e autobiográfica e outra externa, social e histórica. A primeira se sustenta na segunda, sendo esta mais ampla. Ambas estão imbricadas.

Vale ponderar que a memória coletiva e a memória histórica, apoiam-se em regras de reconstrução distintas, podendo levar a leituras distintas do passado. Maria Luisa Schmidt e Miguel Mahfoud (1993) explicam que enquanto a memória coletiva adapta as imagens de fatos antigos às crenças e às necessidades do presente, portanto sempre ressignificando o passado, sob a forma de uma história viva; a memória histórica se dá por uma construção lógica e descrita por pontos de vistas do passado, buscando solucionar rupturas, a fim de produzir representações e imagens unitárias do percurso humano. (Schmidt e Mahfoud, 1993, p. 292-293). A memória histórica é temporal, a coletiva congrega múltiplas temporalidades. (Jean Duvignaud, 1990. p. 15).

Ulpiano Meneses (1992) aponta que a memória como tema acadêmico e bandeira política denota a emergência de uma consciência política, bem como traz indicadores empíricos para compreensão de fenômenos sociais e processos históricos. Contudo, para ele,

sua compreensão tem se limitada à sua reificação, à ligação com passado e sua fisiologia, negligenciando, por exemplo, a amnésia social e a gestão da memória social. Acrescenta que a memória não é o mesmo que referências objetivas, reduzida às recordações, já previsto e acabado. É, na verdade, um processo de construção e reconstrução. O esforço social e preservá-la e assegurar sua estabilidade denota sua fluidez e mutabilidade. Segundo o autor, a memória de grupo e coletivos também é adaptativa, se organiza e reorganiza num processo constante.

Embora tenha suas raízes no passado, a elaboração da memória está no presente, para responder as solicitações do presente, em que recebe os incentivos e se efetiva.

A memória é filha do presente. Mas, como seu objeto é a mudança, se lhe faltar o referencial do passado, o presente permanece incompreensível e o futuro escapa a qualquer projeto. (Meneses, 1992, p. 14)

Assim, a memória coletiva é processual também. Meneses (1992) define-a como não espontânea, dependendo de uma constante reavivada, podendo várias memórias coletivas coexistirem. O autor pondera que além de compreender mecanismos de retenção, depósito e armazenamento, a memória, por outro lado, também representa seleção, esquecimentos e descartes. E a seleção e o esquecimento ocorrem de diversas formas, desde o apagamento de fatos históricos em estratégias discursivas e até mesmo por meio do silenciamento de minorias políticas, dos excluídos e marginalizados socialmente.

Consta ponderar que o desapego grupal, tal como nos ensina Halbwachs (1990), também pode se dar como consequência desse apagamento histórico e silenciamento de segmentos sociais, o fato, por exemplo, de ignorar a importância de mulheres e negros na memória histórica no Brasil produz tanto a invisibilidade, quanto o desapego. Como resposta, o movimento feminista traz a importância da sororidade, a aliança e união entre mulheres, baseada na empatia, solidariedade e companheirismo, ante uma cultura que as coloca como inimigas. O movimento negro tem reivindicado e reedição da memória histórica, a qual deve reconhecer a memória coletiva, ressignificando alguns termos, por exemplo, ao invés de dizer escravos, que denotaria algo constitutivo de suas identidades, o mais adequado seria falar povos escravizados, haja vista que não foi uma escolha, mas uma opressão alheia, assim, fica registrado na linguagem e discurso a desnaturalização da prática à época.

Meneses (1992) destaca as condições de memórias, os padrões e conveniências de lembranças, os critérios de credibilidade e utilidade, os quais são socialmente construídos, marcadamente no espaço e tempo, permeadas por pressões, repressões e possibilidades de

manifestação. O exemplo mencionado acima de uma das lutas do movimento negro é um exemplo disso. A memória coletiva é agenciada por agentes ativos e passivos, gerida socialmente, pressupondo, assim, negociações, conflitos e disputas por significação.

Pierre Nora cunhou o conceito de *lugares de memória*, definindo-os como materiais, simbólicos e funcionais. Nora (1993) pontua que os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, advém de uma aceleração da percepção histórica ante a efemeridade da atualidade. Para ele, não teríamos a necessidade que consagrar as memórias em lugares se ainda a habitássemos.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. (Pierre Nora, 1993, p. 9)

Para o autor, a história é a reconstrução incompleta do que não existe mais, uma representação do passado, já a memória é um fenômeno atual, vivida no presente. Acrescenta que a memória é múltipla, coletiva e individualizada. Ao passo que a história pertence a todos e a ninguém, é universal e se liga as continuidades temporais. Ademias, esses lugares são definidos e estabelecidos por jogos de poder.

Meneses (1992), ao falar de *lugar de memória*, diz da articulação das práticas, referenciais, agentes e conteúdos da memória, trazendo uma crítica aos lugares de memória forjados nas sociedades como forma de legitimação da cultura e fetichização da memória como mercadoria. Tais lugares forjados se sustentam na alienação dos sujeitos.

Por outro lado, contrária a essa alienação, nota-se a emergência da consciência política. E nessa direção está uma série de reivindicações da memória como bandeira política de movimentos sociais, inclusive reivindicando outros formatos museológicos, de modo a reconstruir novas memórias, diferentes daquelas hegemonicamente compartilhada, portanto, reconhecendo novas legitimidades.

Michael Pollak (1989) traz a ideia de enquadramento de memória, atentando-se aos limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente, devendo atender certas justificações, pois sem justificação, seria violência e injustiça. Para ele, esse enquadramento, um exercício político, se dá pelo material histórico. A história oficial é um enquadramento da memória. E esse enquadramento encontra seus limites na coerência dos fatos e no compartilhamento de suas referências individuais e coletivas.

Pollak (1989) define que a memória coletiva reúne diversos elementos constitutivos, dentre eles, as imagens, as paisagens, os personagens e os sons. Reúne o que é comum a um

grupo, diferente de outros, reforçando o pertencimento. Portanto, diz da identidade coletiva e das fronteiras socioculturais. Assim, por meio da adesão afetiva ao grupo, gera coesão social.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (Pollak, 1989, p. 8)

O autor defende que a reconstrução de si, por meio da memória, o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros.

Soraia Ansara (2008) define que a consciência política pode ser instigada pela memória, proporcionando formas de ação coletiva, podendo a consciência política ser determinante na elaboração de uma memória política. Acrescenta que a recuperação da memória histórica é um processo de construção de uma memória política, por meio da conscientização. A autora corrobora a ideia de que memória coletiva não equivale a soma das memórias individuais, ao contrário, defende que os grupos têm um papel significativo na reconstrução da memória. Do ponto de vista psicossocial, que envolve as relações, entende-se que o pertencimento, a identificação e o compartilhamento de emoções e experiências são essenciais para a construção da memória.

Ansara (2008) aponta que o processo intergrupar contribui para a construção de diferentes e múltiplas memórias, assim, quanto maior a identificação com o grupo, mais consistente será a memória sobre os eventos vividos pelo grupo. Para ela, a memória coletiva é construída por significações e interpretações de fatos mediados por instituições sociais, bem como pela ideologia, influenciando na consciência. Inspirada na psicologia da libertação de Martín-Baró, acrescenta que a memória coletiva além de compreender a transmissão geracional de experiências e tradições, serve como estratégia de resistência e luta política, sobretudo para aqueles que se veem excluídos da experiência cidadã, logo, como uma forma de emancipação.

Dessa maneira, a memória coletiva é um meio de construção da consciência política para indivíduos e coletivos, ajuíza a autora, uma vez que os sujeitos não mais se limitam ao fatalismo, assumindo para si seus destinos. Alinhado a essa ideia, Alessandro Silva (2011) postula que a memória e a consciência política podem ser elementos precursores das ações coletivas, constituindo-se práticas estratégicas para a construção de políticas públicas. Ansara (2008) ensina que toda memória política é coletiva, contudo, nem toda memória

coletiva é política. A memória política pressupõe um rompimento com o caráter ideológico e alienante da memória oficial, contrapondo-se claramente às versões instituídas e fixadas pela história oficial, por meio dos dispositivos das elites de poder. Assim, acredita-se que é por meio da participação em que os sujeitos constroem a consciência política que pode transformar a memória coletiva em política.

Ansara (2008) acrescenta que *não se pode forjar um projeto histórico novo sem conhecer o passado* (Ansara, 2008, p. 33). Nesse sentido, destaca-se a relevância da consciência política, muitas vezes ligada a processos de resistência, que não limita a memória à transmissão de conhecimento e práticas entre gerações, mas traz em seu bojo as estratégias de luta. A memória está ligada ao processo de conscientização, ela possibilita estabelecer comparações com tempos, espaços sociais e acontecimentos políticos, aponta a autora.

(...) as comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades. Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado. Elas constroem abrigos, mas não paraísos. (Castells, 1999, p. 84).

Assim, é preciso retomar as memórias atreladas aos lugares, de modo a entender as formas de pertencimento ali construídas. Compreender se essas memórias são coletivas e/ou políticas e se estão atravessadas por um processo de conscientização política.

Laís Mourão Sá (2007) define que a noção de pertencimento abordada nos discursos de educação ambiental não é um conceito racionalmente definido e formal, portanto limitado. Mostra que a noção aparece, dentre outros temas, nas discussões acerca da relação entre ética e sustentabilidade. Para ela, existem dois pontos importantes para a construção do conceito de pertencimento: *o enraizamento físico e biológico do sujeito humano e sua condição cultural propriamente humana*. (Sá, 2007, p. 249). Acrescenta a autora que é necessária a construção de uma ideia de pertencimento a partir da autocompreensão como coexistente em um cosmos. A autora descreve que em relações de solidariedade e competição, os seres vivos mantêm as cadeias alimentares e os ciclos da vida. Nesse sentido, aponta ela, o indivíduo é visto em sua dupla identidade, egoísta e ecológica. As relações de pertencimento são relações intersubjetivas, as quais o ser individual estabelece diante da solidão e necessidades de afeição, nutrição e proteção. Além dos aspectos biológicos, o ser humano ainda se defronta com a cultura e, assim, o conceito de pertencimento é ampliado.

Para Sá (2007), a consciência ecológica é o resgate da condição de pertencimento na práxis humana, sendo o conhecimento produzido entre sociedade e natureza. Para ela, é

importante reconhecer que as relações de pertencimento envolvem identidades egoístas e ecológicas e, portanto, podendo ser os indivíduos simultaneamente autônomos e dependentes.

Além dessa perspectiva ecológica para compreensão dos mecanismos de pertencimento, notam-se outras referências em relação ao espaço e territorialidades, bem como às subjetividades e cultura.

A priori, esse conceito – pertencimento – pode nos remeter a, pelo menos, duas possibilidades. Uma vinculada ao sentimento por um espaço territorial, ligada, portanto, a uma realidade política, ética, social e econômica, também conhecida como enraizamento; e outra, compreendida a partir de um sentimento de inserção do sujeito sentir-se integrado a um todo maior, numa dimensão não apenas concreta, mas também abstrata e subjetiva. (Lestinge, 2004, p. 40)

No que se refere ao enraizamento, Sandra Lestinge (2004) pontua que as raízes construídas entre os sujeitos e os lugares impactam nas crenças e valores atribuídos ao ambiente, bem como na relação com a realidade local e mundial. Mostra que o desenraizamento e a falta de pertencimento geram conflitos sociais, que refletem processos de adoecimento, descompromisso com o coletivo, niilismo, dentre outras reações. Sobre o pertencer e ser, a autora traz algumas reflexões ilustrativas do pertencer como *lutas comunitárias pela preservação da cultura*; do pertencer como uma *relação humana com a natureza*; do pertencer como *poéticas do ser, sonhos e tempo*; do pertencer como *morada* e do pertencer como *identidade*.

Para Mauro de Sousa (2010), a necessidade de pertencimento é tão complexa como a da objetivação que fundamenta tal necessidade. O sentimento de pertencimento diz de diversas motivações e sentidos, sustentados pela busca de participação em grupos, tribos e comunidades. No pertencimento, é processado um enraizamento, gerando identidade social.

Para Martin Heidegger (1981), o homem é aquilo que percebe em relação com seus entes no cotidiano vivido. Nesse sentido, seu pertencimento acontecerá diante de sua existência em relação com os entes-envolventes e os outros. No prefácio da obra do referido autor, “Todos nós... ninguém”, Solon Spanoudis (1981), ao apresentar os conceitos heideggerianos, pondera que “ser-no-mundo” refere-se às múltiplas maneiras que os homens vivem, os modos que se relacionam e atuam com os entes que a eles se apresentam. Para o autor, “ser-com” é parte constitutiva do “ser-aí”, ser existente, significa junto, na presença do outro. Nesse sentido, o “ser com os outros” é como se vive, sente e pensa com o outro semelhante. É um modo de participar com o outro, não ser igual, acrescenta. Esse é o

sentido ontológico de pertencimento, no qual o ser cotidiano é “a gente”, uma vez que pressupõe inter-relações com o outro e o ambiente.

O ser-com e a facticidade de ser-com-os-outros não estão fundados em vários “sujeitos” juntos. O ser-só “no meio” de muitos não quer significar que com relação ao ser eles estejam meramente “presentes” junto de nós. (...) Ser-com é característica de cada ser-aí, na medida que eles são desvelados através de seu mundo para o ser-com. Até mesmo só ser-aí possui a estrutura essencial de ser-com; é o ser-aí-com como possibilidade de encontrar com os outros. (Heidegger, 1981, p. 39)

Na leitura de Heidegger (1981) o ser-com é uma característica da existência humana, a qual demanda reconhecer os outros. O ser cotidiano visto como “a gente” não são apenas sujeitos juntos; mas a constituição de cada ser, que por meio da empatia e ética ontológica de se reconhecer no outro.

Gustavo Massola e Bernardo Svartman (2018), revisando a conceituação de enraizamento, apontam seu caráter polissêmico, envolvendo formas específicas de entrelaçamento entre tempo, espaço e socioambiente. Definem que o termo indica vínculo entre a identidade psicossocial e o socioambiente e tem contribuído para os estudos no campo da Psicologia Ambiental. Os autores dividem seis correntes interpretativas para o enraizamento, a saber: 1) *habitação por longo período em um mesmo lugar*; 2) *Estar em casa*; 3) *familiaridade que provém da frequência recorrente a um lugar*; 4) *uma forma não consciente de vínculo com um lugar que é sentido como casa ou lar*; 5) *uma relação com o passado e com a tradição do grupo ou do povo que fundamenta o sentido de identidade pessoal* e 6) *o desenraizamento*, como seu oposto. Ponderando os autores que há um pressuposto de que o enraizamento está ligado à participação, ponderam três aspectos:

só pode ser enraizado o indivíduo que participa e age livremente; só pode ser enraizado o indivíduo que partilha sua existência com uma coletividade organizada e livre e essa participação exige ao mesmo tempo a preservação da memória coletiva e de uma perspectiva futura que deem sentido à existência pessoal e coletiva (Massola e Svartman, 2018, p. 86).

Para eles, a Psicologia não se limitaria, portanto, ao indivíduo, abarcando uma totalidade que congrega o indivíduo, o grupo e o ambiente físico, espacial, temporal e histórico. A participação ativa supera a alienação, conscientizando por meio do sentimento de enraizamento.

Assim, considera-se que o pertencimento advém da existência (Heidegger, 1981), em que os sujeitos interagem o outro e, assim, constituem a si mesmos. É construído nas relações como com ambiente físico e social (Lesting, 2004; Sá, 2007), por meio de diversos processos de enraizamento (Massola e Svartman, 2018), construindo sentido e significados que se associam à memória pessoal e coletiva. Os quais, unidos, podem converter-se em memória política e, assim, elemento de uma consciência política ambiental.

CAPÍTULO III. OS PARQUES: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O tempo nos parques é íntimo, inadiável, imparticipante, imarcescível.
Medita nas altas frondes, na última palma da palmeira
Na grande pedra intacta, o tempo nos parques.
O tempo nos parques cisma no olhar cego dos lagos
(...)
O tempo nos parques gera o silêncio do piar dos pássaros
Do passar dos passos, da cor que se move ao longe.
É alto, antigo, presciente o tempo nos parques.
É incorruptível; o prenúncio de uma aragem
A agonia de uma folha, o abrir-se de uma flor
(...)
Porque imóvel, elementar, autêntico, profundo
É o tempo nos parques.

Vinicius de Moraes, *O tempo nos Parques*, 1954.

3.1 O Parque Natural Municipal da Gruta

O Parque Natural Municipal da Gruta, conhecido também como “Gruta Dainese” ou “Sítio da Gruta”, está situado no município de Americana, estado de São Paulo. É uma unidade de conservação de proteção integral de acordo com o Decreto 6.980/06, alterado posteriormente pelo Decreto 7.003/06. Contudo, ao que parece não está inscrito na Secretaria estadual de Meio Ambiente, o que denota um problema jurídico-legal do município que não cumpre as normativas previstas.

| | |
|---|---|
| Nome da unidade de conservação: Parque Natural Municipal da Gruta | |
| Gerência Executiva, endereço, telefone: Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Rua Florindo Cibin, 435 - Jardim São Paulo CEP: 13465-230 Telefone: (19) 3471-7770 E-mail: meioambiente@americana.sp.gov.br | |
| Unidade Gestora responsável: Prefeitura Municipal de Americana | |
| Endereço da sede | Não possui atualmente |
| Telefone | Não possui atualmente |
| E-mail | Não possui atualmente |
| Site | Não possui atualmente |
| Superfície da UC (ha) | 490 |
| Municípios que abrange e percentual abrangido pela UC: | Americana/SP (100%) |
| Estado(s) que abrange: | São Paulo - SP |
| Coordenadas geográficas aproximadas (latitude e longitude): | Lat. Norte Long. Leste -22.704269, -47.350109 -22.716977, -47.352384 Long. Oeste Lat. Sul -22.722004, -47.357888 -22.730712, -47.353285 |
| Data de criação e número do Decreto: | Decreto 6.980/06, alterado posteriormente pelo Decreto 7.003/06 |
| Biomás | Biomás: Mata Atlântica e Cerrado. |
| Atividades ocorrentes | |
| Educação ambiental | Não possui atualmente |
| Fiscalização | Não possui atualmente |
| Pesquisa | Psicologia social, Gestão ambiental, Levantamento técnico de flora e fauna. |
| Visitação | Caminhada, lazer e pesquisas científicas. |
| Atividades conflitantes | Moradias em área ocupada, criação de animais, trânsito de automóveis em rua irregular, incêndio, retirada de água e despejo de esgoto/resíduos sólidos. |

Quadro 4 - Características gerais do PNMG

O município de Americana está localizado na região metropolitana de Campinas do estado de São Paulo, com 133,912 km². Tem uma população estimada em 233 mil pessoas em 2017, tendo como densidade demográfica em 2010, aproximadamente, 1.572 hab./ km² (IBGE).



Figura 1 - Localização do município de Americana no estado de São Paulo. Fonte: IBGE Cidades

O Parque Natural da Gruta está localizado na região noroeste do município, conforme mostra o mapa abaixo.



Figura 2 - Localização do PNMG no município de Americana, sem escala. Org.: Fábio Ortolano, 2018. Em: MyMaps Google

É o maior parque urbano do município, com aproximadamente 490 mil m² de área preservada em seus biomas originais, a Mata Atlântica e o Cerrado. O Parque é ímpar por sua beleza cênica, por suas características geológicas e topografia formada por diversas fendas e uma gruta, nas quais são observados afloramentos d'água e estratificações de arenito (Ortolano & Silva Netto, 2016).

Foi ao final da década de 1970 e início de 1980 que teve início a mudança da fisionomia da área, após a aprovação do loteamento de propriedade de Gentile Dainese, Pedro Dainese e Henrique Antônio Dantas da Gama, por meio da Lei 1.439, de 1976.

Seu córrego é um afluente do Rio Piracicaba e o solo tem predominância arenosa. No local há sete quedas d'água, cujas alturas variam de 5 a 18 metros. É possível encontrar espécies de epífitas (bromélias e orquídeas) e espécimes de jequitibá, árvore-símbolo do Estado de São Paulo, configurando-se numa área de transição de Mata Atlântica e Cerrado. (Ortolano e Silva Netto, 2016a).

As imagens abaixo apresentam alguns aspectos das paisagens e fisionomias do Parque.



Queda D'água "do Funil".
-22.722816, -47.353754



Queda D'água da Gruta.
-22.722955, -47.354130



Fisionomia do Cerrado no PNMG.
-22.720122, -47.353511



Fisionomia da Mata Atlântica no PNMG
-22.719812, -47.354092

Figura 3 - Imagens georreferenciadas do PNMG. Fotografias: Fábio Ortolano, 2016.

O Parque apresenta relevância na recarga do manancial hídrico e no controle de enchentes, atuando na qualidade do ar na região. Abrangendo cinco bairros do município em seu entorno, os quais compreendem uma população de, aproximadamente, 38.000 habitantes (Balan, 2015).

A área é constituída de espécies vegetais naturais diversas que propicia nichos ecológicos para diversas espécies de aves, mamíferos, répteis e anfíbios. Num levantamento de fauna e flora, em 2007, realizado pelo Grupo de Estudos da Fauna da Faculdade de Americana (GEFAU), foi constatada a presença de mamíferos como Tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*), o Gambá-de-orelha-preta (*Didelphismarsupialis*) e a Capivara (*Hydrochaerishydrochaeris*). Foram visualizadas, aproximadamente, cinquenta tipos de aves, dentre elas, o Pica-pau-de-cabeça-vermelha (*Dryocopus lineatus*), o Tucano-toco

(*Rhampastos toco*) e a Garça-vaqueira (*Bulbucus ibis*). Foram identificados nove répteis, como a Cascavel (*Crotalus durissus*), a Jararaca (*Bothrops jararaca*) e o Lagarto, teiú (*Tupinambis meriani*), bem como quatro anfíbios, como a Perereca (*Hypsiboas bischoffi*) e o Sapo cururu (*Chaunus schneideri*). Além desses e outros registrados no inventário supracitado, em campo, foi visualizado um Opilião (*Opiliones*), da classe dos aracnídeos. Quanto à flora, foram identificadas espécies típicas do Cerrado, tal como a Candeia (*Gochnatiapolyomorpha*) e a Pau-terra-de-flor-miudinha (*Qualea parviflora*), bem como espécies comuns da Mata Atlântica, como o Jequitibá (*Cariniana estrellensis*) e a Perobapoca (*Aspidospermacylindrocarpon*). (Secretaria de Meio Ambiente, 2007).

O Parque tem grande importância para recarga do aquífero e manancial, além de contribuir para reprodução das espécies identificadas no inventário de fauna e flora. Certamente, o afloramento observado no Parque refere-se ao aquífero Tubarão, conforme apontada as dimensões e locais de afloramento superficial por Vidal (2002).

Nas últimas décadas, por conta do avanço populacional em suas áreas limítrofes, o Parque vive uma série de problemas que se arrastam por anos. Despejo de esgoto sem tratamento no córrego e em algumas quedas d'água, soterramento e canalização de nascentes, ocupação irregular, erosão e voçoroca, desflorestamento de área de amortecimento e da mata ciliar, assoreamento do córrego, descarte de entulho e lixo doméstico, roubo dos alambrados, queimadas clandestinas, cultivo de espécies exóticas com interesses privados, criação de logradouros dentro do parque, entre outros.

As Moradias precárias conciliam parte dessas atividades irregulares. Situada ao final da Avenida Serra do Mar, a Comunidade do Zincão tem se formado numa área de amortecimento do Parque, onde deveria ser a Praça Pico da Neblina. Os barracos começaram a ser construídos por volta de duas décadas atrás, por trabalhadores que atuavam no lixão do Zincão, no Parque da Liberdade, e não tinham condições de acesso às outras moradias. No decorrer dos anos, sobretudo nos últimos meses, a comunidade tem aumentado, totalizando, aproximadamente, 400 famílias, segundo entrevistados dessa pesquisa. Na área, não há saneamento básico e a água encanada atende apenas alguns barracos. Os demais usam água da nascente do Parque e todos descartam o esgoto sem tratamento no córrego da Gruta.

Apesar dos usos depreciativos, da ausência de gerenciamento e ineficiência de preservação do Poder Público e sociedade civil, nota-se a relevância da área para memória local. Possui expressão histórica como local turístico desde a década de 1970. Uma edição histórica sobre o município, publicada em 1975, aponta o potencial da área para visitação e lazer. Outro material, um guia de ruas, avenidas e logradouros de Americana de 1978, da

Associação Comercial e Industrial, também cita a “Gruta Dainese” como um lugar visitado aos finais de semana por americanenses de toda parte.

O Plano Diretor de recuperação cita o uso da área por grupos escolares e população:

Há trinta anos, a área da Gruta Dainese era utilizada como local de passeios escolares e recreação da população do município. Com a aprovação de loteamentos ao redor da gruta, deu-se início à degradação ambiental do local. Essa ocupação desordenada, sem o devido cumprimento quanto à obrigatoriedade de preservação da qualidade hídrica dos mananciais, promoveu o crescente desmatamento, a impermeabilização do solo e o despejo de esgotos residenciais, a montante e ao longo do Córrego da gruta, levando a um avançado estado de degradação, refletindo-se na qualidade da água, do assoreamento do manancial e da erosão em boa parte da área, ou, em última instância, na qualidade de vida de toda a população, diretamente afetada e também de toda a cidade, principalmente para os extratos mais pobres que têm poucas opções de lazer. (Plano Diretor de recuperação do Parque da Gruta Dainese, Câmara dos vereadores, 2005).

O Plano Diretor de recuperação do Parque nasce de um grupo de estudos instituído na Câmara Municipal de Americana em 2005. Assim como o aumento populacional sem o planejamento adequado por parte do Poder Público, o documento reconhece os problemas ambientais decorrentes do não gerenciamento e plano de manejo. Além disso, o Plano considera duas áreas distintas em termos institucionais, o Parque Natural propriamente dito, com aproximadamente 120 mil m², e a área de lazer de seu entorno, envolvida no seu ecossistema. Embora o Poder Público reconheça algumas áreas privadas do entorno como APA – Área de Proteção Ambiental, isentando os proprietários de impostos sobre o terreno, não há fiscalização e respeito ao código florestal, inclusive em áreas de amortecimento, próximas à maior queda d’água. Outros problemas são identificados no Plano, quando ora descrevem o parque como uma APA e ora como Unidade de Conservação, desconsiderando que a titularidade determina os tipos de uso e gestão. Infelizmente, apesar do interesse à época em se instituir um grupo de estudo e trabalho, os desdobramentos se limitaram a normativas que não se cumpriram pelo Poder Público, sobretudo o executivo nas gestões subsequentes, conforme será apontado no subcapítulo acerca do processo legal. O próprio documento reconhece os problemas institucionais da Prefeitura de Americana:

Observou-se uma infinidade de erros e irregularidades, tais como áreas remanescentes, sistema viário projetado, porém não existente e sem condições de implantação, vias implantadas irregularmente, e lotes particulares encravados na área pública de lazer. Põe-se também em dúvida a confiabilidade das medidas dadas a essas áreas. (Plano Diretor de recuperação do Parque da Gruta Dainese, Câmara dos vereadores, 2005).

Certamente uma das vias implantadas irregularmente é a Rua Índia e o sistema viário projetado deve ser a interligação da Avenida Florindo Cibin. O Plano considera imprescindível a participação da população diretamente envolvida no processo de recuperação/restauração e gestão para que as medidas sejam eficazes. Contudo, resta saber como nos últimos anos o Poder Público têm inserido a população nas ações de educação ambiental. Não existe qualquer gerenciamento e gestão do parque por parte do Poder Público, apenas algumas atividades de educação ambiental junto à população do entorno. O Plano prevê algumas medidas para o Parque, a saber: a) Construção de sistema coletor e afastamento do esgoto sanitário; b) Isolamento do Parque; c) recomposição arbórea e d) infraestrutura para visitação.

Além do trabalho desenvolvido pelo legislativo local, outras iniciativas não articuladas entre si têm se acumulado ao longo dos anos em prol do Parque, desde ações de reflorestamentos e recomposição vegetal por meio de indenizações por compensação ambiental às ações de coletivos e ambientalistas locais. Algumas dessas iniciativas, levantadas por meio de fontes primárias, serão apresentadas de modo a retomar um breve histórico dos últimos anos.

Em 1976 inicia-se o processo de loteamento do entorno, a princípio com áreas destinadas para chácaras no entorno, mas com o tempo os lotes foram subdivididos sem a fiscalização do poder público. Em 1985 o parque foi fechado mediante sua degradação. Foi colocado alambrado em suas fronteiras, aquelas que não faziam divisa com residências. Em 1992 foram feitas algumas obras, aterramento de valas, pequeno plantio e colocação de alambrados, pois alguns haviam sido danificados ou furtados.

Em 2000, é denunciado o despejo de esgoto sem tratamento e a destruição do parque. Em 2001, é formada uma comissão especial de estudo na Câmara dos vereadores com vistas à buscar soluções para “Gruta Daniese”. No mesmo ano, uma estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Daniela Domingues, e a Unidade de Desenvolvimento Físico e Urbanístico da, à época, Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, elaboraram projetos de revitalização para área, discriminando áreas de preservação, lazer e infraestrutura.

Em 2002 foi anunciado um investimento de 900 mil para recuperação do Parque no mesmo ano, reparando algumas áreas de erosão. Em 2003, um termo de ajustamento de conduta (TAC) é assinado entre a Prefeitura de Americana, o Departamento de Água e Esgoto e o Ministério Público do Estado de São Paulo para providências quando ao esgoto residencial descartado sem tratamento na sub-bacia da região da Gruta, numa área com,

aproximadamente, quarenta mil habitantes. A vigência do termo era até dezembro de 2008, sem que se tenha tido resolução até o encerramento do prazo.

Em 2005, a Prefeitura de Americana, junto à Secretaria de Meio Ambiente, CETESB, Fórum de Entidades, instituições de ensino locais e CONDEMA, publica uma Carta de Compromisso Ambiental, na qual, em seu artigo 55 prevê um plano de recuperação do córrego da Gruta. Assim, foi formada uma comissão de trabalho e estudo na Câmara Municipal de Americana, a qual deliberou a formação de uma comissão consultiva pelo Poder executivo para elaboração de um Plano Diretor por seis meses. No mesmo ano, uma ONG não identificada faz plantio de algumas mudas na área do Parque. Em 2006, é aprovado o Decreto 6.980 /06 que transforma a área num Parque Natural Municipal, uma unidade de conservação de proteção integral, juntamente com outras quatro áreas do município. Posteriormente, tal normativa é alterada pelo Decreto 7.003/06, com a extração de alguns artigos. No mesmo ano, um acordo público-privado é assinado entre a Prefeitura de Americana, o governo do estado e a Companhia Energética de São Paulo (CESP), para plantio de cem mil mudas nativas. Também em 2006, a AutoBanfica responsável pelo plantio e acompanhamento de trinta mil mudas como medida compensatória. Vale ponderar que certamente essa medida compensatória foi possível mediante a instituição do parque como unidade de conservação. Ainda nesse ano, foi organizada pela Prefeitura a “Caminhada da Gruta”, com vistas a sensibilizar a população pela preservação da área.

Em 2007, o grupo de estudos da fauna (GEFAU), vinculado à Faculdade de Americana (FAM), organiza um estudo de fauna, percorrendo toda a área. Nesse estudo, dentre outros dados, identificam quatro espécies de mamíferos de pequeno porte, o tatu, o gambá, o morcego e a capivara (Ver a síntese adaptada no apêndice 01). Convém ponderar que em visitas de campo do presente estudo, também foi registrada a presença de um oplião, espécie de aracnídeo típico de caverna, próximo a uma das quedas d’água. Em 2008, é publicada uma nota na Revista *Atropoespeleologia*, da Sociedade Brasileira de Espeleologia, sobre um lixo encontrado no Parque por ambientalista durante plantio de árvores.

Em 2009, a Prefeitura de Americana, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, fez a remoção das hortas clandestinas dentro da área do parque. Numa das visitas a campo, em conversa com uma das ambientalistas que cuida da área, foi lembrada a história de uma das senhoras que usava a terra para plantio de hortaliças. Ao ser removida da área, mudou-se para outro bairro e logo faleceu. Tuan (2012), ao falar sobre topofilia, descreve que a familiaridade e afeição ao lugar é um processo importante de consciência histórica, do passado. Para ele, o lar, o lugar que vivemos faz parte de nosso *self* e, portanto, quando extraído de nós promove

o vazio, a perda e a perplexidade diante do mundo. Em 2010, a prefeitura de Americana iniciou outra colocação de alambrado no entorno do Parque, sobretudo nas áreas de amplo acesso, nas avenidas Estados Unidos e Serra do Mar.

Em 2011, a professora e ex-diretora escolar, Angela Tavares, lança dois livros sobre a gruta, um com uma coletânea de depoimentos, poemas e textos sobre a “Gruta Dainese” e outro um suplemento para educadores. No mesmo ano, é publicado no jornal O Liberal um artigo intitulado “Gruta Dainese: pelo direito à memória”. Em abril desse ano, se forma outra comissão especial de estudo para avaliar as obras de infraestrutura realizadas no Parque, como pista de caminhada e iluminação pública. O relatório parcial da comissão de estudo, publicado em 2012, traz poucas informações sobre o andamento das obras, apenas cita reuniões realizadas com a administração municipal e que foram enviados questionamentos ao executivo por meio de ofícios e solicitam prorrogação do prazo.

Em 2014, a pesquisadora Doralice Balan, da Faculdade de Tecnologia de Americana (FATEC), apresenta um trabalho científico sobre bioensaios e ecotoxicidade no V Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, tendo como escopo o Parque da Gruta. No mesmo ano, outra estudante de arquitetura, Beatriz Rezende, desenvolveu seu Trabalho de Conclusão de Curso sobre o Parque. A estudante pondera que os bairros do entorno cresceram “de costas” para a “Gruta”, não tendo relação de pertencimento. Em 2015, é anunciada a construção da estação de tratamento de esgoto por meio de um acordo junto ao governo federal, via Ministério das Cidades e pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) II, a qual trataria o esgoto despejado no córrego do Parque. Contudo, a obra segue parada, por conta de débitos municipais. No mesmo ano o coletivo “Olhos da Gruta” entrega uma denúncia de má gestão da área junto à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (ver anexo 01). A partir desse coletivo, é fundada a OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) “Associação Cultural, Ambiental e Educacional de Proteção do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (ACAEDUC) Amigos da Gruta” e é criada uma página no *facebook* para divulgação de informes e ações. Em setembro desse ano organizam um ato no Parque para coleta de lixo, plantio de espécies nativas e distribuição de mudas. Também em 2015, uma Comissão Especial de Inquérito das Receitas, da Câmara de Americana, apontou suposto desvio de cerca de R\$ 1 milhão em verbas para obras na gruta, contudo, o prefeito à época negou. A pesquisadora Doralice Balan apresenta outro trabalho científico sobre o Parque, desta vez sobre percepção ambiental, no VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental.

Em 2016, a associação “Amigos da Gruta”, em parceria com a Prefeitura Municipal de Americana, retira lixo e entulho nas margens do Parque, faz o plantio de mudas numa área de amortecimento próximo à maior queda d’água e distribui material informativo para população do entorno. No mesmo ano, outros dois atos foram organizados pela OSCIP, um novamente no dia da árvore e outro em dezembro em contraposição à obra de prolongamento da Florindo Cibin dentro do Parque, evento este acompanhado por uma emissora de televisão. São elaborados dois trabalhos científicos sobre o Parque, de autoria de Fábio Ortolano e Joviniano P. da Silva Netto, um artigo publicado numa revista científica de turismo, Rosa dos Ventos, e o outro, um resumo acadêmico, apresentado no V Simpósio Científico de Gestão Ambiental, os quais fazem parte de um projeto voluntário de Educação Ambiental Crítica, realizado por tais membros da associação. E a associação cria uma página virtual¹⁷ para divulgação de materiais acadêmicos, atos, manifestos e registros de campo/visitação. Em novembro desse ano é realizada uma audiência pública, por meio do requerimento 806/2016 (ver anexo 02), de autoria do vereador Celso Zoppi. Participaram representantes da CETESB, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Planejamento e da Associação Amigos da Gruta sobre a construção de uma via dentro do Parque. Os representantes do Poder Público não apresentam o projeto da obra em plenária, apenas disponibilizam um material simples impresso para quem quisesse ver. Não satisfeito, o vereador autor do requerimento que chamava a audiência pública, solicita outra reunião para apresentação do projeto. Mesmo com diante das posições contrárias na audiência, bem como na reunião, os agentes públicos seguiram na defesa da obra. Foi protocolado o pedido de uma cópia do projeto de construção de via dentro do Parque (ver anexo 03), sem resposta da Prefeitura. Nesse ano várias mídias abordaram o caso de ampliação de via dentro do Parque. O portal G1¹⁸ publicou a pauta exibida na EPTV, filiada local da TV Globo, sobre a obra de interligação da Avenida Florindo Cibin e as polêmicas envolvidas ao projeto do Poder Público, autorizado pela CETESB. O Portal e a TV O Liberal¹⁹ noticiam a realização da audiência pública sobre o projeto de via, algumas singularidades do Parque e o posicionamento contrário da ACAEDUC. O Portal

¹⁷Página da ACAEDUC Amigos da Gruta. <http://amigosdagruta.blogspot.com/> Acesso em: dezembro de 2018.

¹⁸G1. Expansão viária causa polêmica em área de preservação de Americana. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/11/expansao-viaria-causa-polemica-em-area-de-preservacao-de-americana.html> Acesso em: janeiro de 2019.

¹⁹ Portal e TV O Liberal. Câmara faz audiência sobre impactos na Gruta Dainese. Disponível em: <http://liberal.com.br/cidades/americana/camara-faz-audiencia-sobre-impactos-na-gruta-dainese-470406/> Acesso em: janeiro de 2019.

Todo Dia²⁰ traz o posicionamento da analista ambiental Márcia Gonçalves Rodrigues, do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), solicitando bom senso do Poder Público, ao fazer uma obra numa das raras e limitadas áreas de preservação na região. Ainda em 2016, foi entregue uma carta aberta ao Ministério Público de São Paulo, junto à promotoria de Americana (ver anexo 04), denunciando a falta de gestão ambiental na área, o não respeito do Código Florestal, da Lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, da Lei de Proteção do Cerrado Paulista.

Em 2017, a área que perfaz a continuidade da Avenida Florindo Cibin, no traçado em que o Poder Público visa construir a obra, é atingida por uma queimada, destruindo parte da vegetação. No mês de julho do mesmo ano, uma nova Comissão Especial de Estudo para preservação da Gruta Dainese é instituída na câmara dos vereadores, por meio do Decreto Legislativo 807/2017. Contudo, passado os 180 dias de sua vigência, nenhum relatório foi apresentado em plenário, prorrogando-se os prazos. Após a prorrogação e encerramento da comissão de estudos, em 2018, foram constatados dois termos de rescisão contratual e reconhecimento de dívidas do município junto ao Estado de São Paulo, decorrentes do não cumprimento de convênio em 2010 e 2014. O convênio previa o investimento de 08 milhões na área, mas foi cancelado devido à inexecução parcial dos serviços de recuperação da Gruta Dainese, bem como à não prestação de contas adequada referente aos recursos repassados. Um termo no valor de 873 mil e outro de 533 mil, totalizando, 1,4 milhão, em valores aproximados. Para tanto, as Leis 6.171 e 6.172 de 2018 (ver anexos 05 e 06), autorizam o Poder Executivo celebrar o termo de rescisão, bem como o reconhecimento e parcelamento de débito com o Estado de São Paulo. Após deliberação dos membros, ficou definido que a comissão não prorrogar o prazo, queixando-se os vereadores não terem tido apoio do Poder Executivo. O vereador Gualter Amado protocola um requerimento questionando o Poder Executivo quanto ao anúncio da construção de um parque natural chamado “Uga-Uga”, na Avenida Rafael Vitta. A proposta é que seria feito por meio de uma parceria público-privada, quando o Parque da Gruta é uma demanda e promessa mais antiga. Também em 2018 ocorre uma ação conjunta entre a empresa Suzano Papel e Celulose, a Associação Amigos da Gruta e a Prefeitura de Americana. É feito o plantio de mais de mil mudas de árvores nativas numa área desflorestada do Parque. Nesse mesmo ano, Lidiani Rodrigues, desenvolve um projeto de parque urbano como trabalho de conclusão de curso em arquitetura e urbanismo.

²⁰ Portal Todo Dia. Instituto rejeita a intervenção. Disponível em: http://portal.tododia.uol.com.br//_conteudo/2016/11/cidades/125503-instituto-rejeita-a-intervencao.php
Acesso em: janeiro de 2019.

Em 2019, em comemoração ao dia internacional do meio ambiente, novamente um grupo de voluntários, organizados pela Suzano Papel e Celulose vai até a área para cuidar das mudas plantadas no ano anterior e repor aquelas que haviam morrido. No mesmo ano, com a retomada da obra de interligação dos bairros Parque das Nações e Parque da Liberdade, foi denunciado junto ao jornal local O Liberal esse histórico contra a obra. Em investigação, denunciam que a Prefeitura não tinha a outorga para transpor o Córrego da Gruta emitida pelo Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE) do Estado. Dois meses após a retomada das obras, o município faz a solicitação.

A Luta pelo Parque

A transformação da área num Parque em 2006 não teve efeito no que se refere a sua salvaguarda enquanto patrimônio ambiental e cultural. Mesmo após ser instituída a unidade de conservação, o espaço continuou sendo um ambiente de usos depreciativos, apesar de suas singularidades e relevância histórica. Contudo, mesmo não tendo sido efetivada a conservação, nota-se um processo de transformação da área. Iniciativas públicas e desdobramentos legais a partir dos anos 2000 mostram uma série de disputas e lutas pelo Parque, tanto da parte da população quanto do Poder Público.

No breve histórico dos últimos anos, mencionado acima, nota-se os interesses científicos pelo Parque, os projetos urbanísticos, as ações de reflorestamento e recomposição da flora, algumas obras públicas, as iniciativas comunitárias e algumas polêmicas. Cabe destaque às iniciativas do Poder Legislativo local, que desde 2001 têm formado comissões de estudos e trabalho tendo como escopo o Parque Natural Municipal da Gruta, fazendo visitas *in loco* para acompanhamento das obras públicas no seu entorno, identificação dos pontos de despejo de esgoto sem tratamento etc. Quanto ao poder executivo, destaca-se a formação de uma comissão para elaboração do Plano Diretor de Recuperação da Gruta, um estudo de flora e fauna em parceria com a Faculdade de Americana (FAM) e a aprovação dos Decretos que reconhecem legalmente a área como uma Unidade de Conservação, sendo um instrumento para sua preservação. Em consulta aos documentos no Ministério Público de Americana, constatou-se uma série de denúncias sobre o descarte de lixo na área, protocoladas por instituições e munícipes.

De modo a sistematizar os esforços da Associação Amigos da Gruta, serão apresentadas algumas das ações desenvolvidas desde sua fundação.

Em agosto de 2015, são protocoladas denúncias de mau gerenciamento da área no Ministério Público, Secretaria de Meio Ambiente de Americana e Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Em janeiro de 2016, a associação protocola um pedido de vistas do projeto de construção de via dentro do Parque, sem nunca receber qualquer resposta. Em março de 2016, é protocolada outra denúncia no MP de Americana sobre descarte de resíduos sólidos, novo ponto de despejo de esgoto *in natura* por rompimento de tubulação, proliferação de escorpião e depredação do paredão de arenito da Gruta.

Em agosto de 2016 é publicada na página virtual da ACAEDUC uma carta aberta à sociedade americanense, à sociedade paulista, à sociedade brasileira, ao Ministério Público do Estado de São Paulo, à Justiça Federal e aos gestores municipais de áreas naturais protegidas, bem como entregue ao MP local, sobre os impactos ambientais numa área de amortecimento do Parque, como o deslocamento de terra para o talude da margem direita da maior queda d'água, soterramento da vegetação e erosão em áreas públicas e privadas. Em outubro do mesmo ano é usada a tribuna livre da câmara dos vereadores para chamar atenção à obra anunciada pela Prefeitura do início das obras de prolongamento da Avenida Florindo Cibin cortando o Parque e aos prejuízos ambientais, sem que tivesse ocorrido uma discussão com a municipalidade. Já em novembro, foram realizadas uma audiência pública e uma reunião na Câmara dos vereadores, em que os técnicos da Prefeitura de Americana apresentaram a proposta da obra. A Associação Amigos da Gruta se posicionou contrária ao projeto.

Uma vez não tendo surtido efeito as ações locais, inclusive encaminhadas ao Ministério Público de Americana, foi protocolado em janeiro de 2017 um pedido de intervenção junto à Direção de Controle da CETESB (ver anexo 07) e outro à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (ver anexo 08). A resposta foi encaminhada no início de 2018.

Em resposta, a CETESB contesta a interpretação de que a supressão de árvores do Cerrado fere a lei de proteção desse bioma no estado de São Paulo, haja vista ser uma área de tensão com outro bioma, logo, não se aplica a lei. Em relação à denúncia de interferência em queda d'água e nascentes, a Agência disse não encontrar indícios desses elementos em campo, devendo a *localização geográfica do mesmo ser realizada pelo município para verificação de possível intervenção e tomadas ações pela municipalidade referente ao fato, uma vez que a obra não foi licenciada pela CETESB, mas apenas as intervenções supressões.* (Carolina A. L. Beraldi/Agência Ambiental de Americana da CETESB, 2018) (ver anexo

09). Encaminha-se que o reclamante apesente uma petição junto ao CONDEMA referente ao fato.

Entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018, a associação “Amigos da Gruta”, por meio das redes sociais, denuncia o atropelamento de gambás-da-orelha-preta (*Didelphisaurita*) na Rua Índia, logradouro irregular dentro do Parque. Além disso, a associação protocola uma solicitação de responsabilização do Poder Público pela mortalidade dos marsupiais junto ao Ministério Público (ver anexo 10) e à Comissão Especial de Estudos da Câmara, uma vez que as mortes têm ocorrido numa rua que fragmenta o Parque, é irregular, sem licença ambiental. No processo arquivado no Ministério Público, a resposta foi que não há dados estatísticos sobre a mortalidade desses animais e que a rua irregular trata-se de um logradouro feito pelos próprios moradores.

Em 2018, foi solicitado o levantamento e dados referentes à ocupação do Zinção junto à Prefeitura (ver anexo 11), situada dentro e às margens do Parque da Gruta. Contudo, não foi entregue nenhuma resposta.

Em 2019, o secretário de meio ambiente de Americana, junto a um deputado estadual, vai à Brasília encontrar-se com o ministro do Meio Ambiente. Segundo o secretário, seria necessário mais de 10 milhões para recuperação do Parque da Gruta e que, por orientação do ministro, deveria mudar a categoria do parque, passando de Parque Natural Municipal para Área de Proteção Ambiental, ou seja, de proteção integral para uso sustentável. Ainda que não pareça uma questão fechada, considera-se que mudar a categoria para uma tipologia menos restritiva pode potencializar os riscos numa área muito antropizada e com forte pressão urbana.

O Processo legal

Desde o processo de loteamento da região do Sítio da Gruta e formação dos bairros do entorno do Parque, a área dos corpos d’água é preservada. Os primeiros documentos públicos encontrados sobre área a partir dos anos 2000, a reconhecia como uma Área de Proteção Ambiental. A APA representa uma área natural destinada à conservação dos recursos bióticos, culturais e estéticos, importantes ao local em que está inserida e para proteção dos ecossistemas regionais. Não implica na desapropriação de terra e admite seu uso sustentável.

As Áreas de Proteção Ambiental eram regulamentadas pela Lei 6.902 de 1981. Atualmente as denominações mudaram, sendo as APAs reconhecidas como Unidades de Conservação, normatizadas por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da

Natureza (SNUC), Lei 9.985/00. O SNUC é alterado pelo Decreto nº 4.340 em 2002 e, posteriormente, pelo Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Assim, ficam compreensivas as alternâncias de designações em referência à área no Plano Diretor do Parque.

Certamente, alinhados à nova nomenclatura e classificação, em 2006, ao instituir legalmente o Parque, o Poder Público o nomeia como Parque Natural Municipal da Gruta por meio do Decreto 6.980/06. As Unidades de Conservação, segundo o SNUC, são divididas em dois grupos, as de proteção integral e de uso sustentável. Os Parques Naturais inserem-se na categoria de Parques Nacionais, de administração local, seja do município ou estado, e são de proteção integral.

No Decreto 6.980/06 (ver anexo 12) foi elaborado com nove artigos, prevendo que as quatro unidades de conservação instituídas estivessem alinhadas às legislações em todos os níveis federativos, ficou vedada qualquer forma de parcelamento do solo em toda área do Parque; o acesso, circulação e visitação deveriam ser determinados por regulamentos próprios; o plano de manejo seria elaborado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA, a colocação de equipamentos públicos deveria ser aprovada por órgão competente e permitiram os seguintes usos: a) estudos científicos; b) lazer e recreação; c) educação ambiental; d) turismo ecológico; e e) administração.

Contudo, tal normativa foi alterada pelo Decreto 7.003/06 (ver anexo 13), extraindo sete artigos e restando apenas o primeiro que dispõe sobre a criação de quatro unidades de conservação no município e o segundo sobre a vigência após a publicação. Não está claro se a extração dos artigos se deve ao abrandamento da proteção do Parque com vistas a interesses futuros ou a ciência de que a formalização de unidades de conservação já pressuporia o atendimento das normativas previstas no SNUC.

Ocorre que, por negligência e/ou irresponsabilidade e/ou desinteresse e/ou ignorância da parte dos representantes públicos da administração municipal, as unidades de Conservação não foram inscritas na Secretaria de Meio Ambiente, não foi elaborado qualquer plano de manejo e desde a criação das Unidades de Conservação por meio do Decreto, elas seguem sem qualquer gestão e gerenciamento.

3.2 O Parque Natural Municipal da Ronda

O Parque Natural Municipal da Ronda (PNMR), conhecido como “Parque da Ronda” está situado no município de São Francisco de Paula – RS, próximo ao perímetro urbano, numa área de transição do planalto para a depressão central ou planície costeira, formando alguns vales, denominados cânions, cujas características naturais, além da beleza cênica, são significativas para resguardar a diversidade biológica, geológica e geomorfológica dessa região.

O nome Parque da Ronda, em referência às cascatas homônimas, deve-se à área circundada pelas fendas que se formam no solo e o córrego dessas quedas d’águas, onde, no passado, os tropeiros deixavam os gados pastando, perfazendo um espaço de vigia desses animais (Julio Jomertz, 51 anos, atual coordenador de gestão do Parque).

| | |
|--|---|
| Nome da unidade de conservação: Parque Natural Municipal da Ronda | |
| Gerência Executiva, endereço, telefone: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Av. Júlio de Castilhos, 444, Bairro Centro, São Francisco de Paula/RS. CEP 95400-000. Telefone: (54) 3244 1398. | |
| Unidade Gestora responsável: Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula | |
| Endereço da sede | R. da Ronda, São Francisco de Paula - RS, 95400-000 |
| Telefone | Fone: (54) 3244-1386 |
| E-mail | Não possui atualmente |
| Site | Não possui atualmente |
| Superfície da UC (ha) | 1.448 |
| Municípios que abrange e percentual abrangido pela UC: | São Francisco de Paula/RS (100%) |
| Estado(s) que abrange: | Rio Grande do Sul – RS |
| Coordenadas geográficas (latitude e longitude): | Lat. Norte -29,43787486 Long. Oeste -50,56302802 Long. Leste -50,50319008 Lat. Sul -29,49795407 |
| Biomass e ecossistemas | Bioma: Mata Atlântica. Ecossistemas: Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Semidecidual e Estepe Gramíneo-lenhosa. |
| Atividades ocorrentes | |
| Educação ambiental | Não possui atualmente |
| Fiscalização | Não possui atualmente |
| Pesquisa | Psicologia Social, Socioambiental, Botânica, Zoologia, Ecologia, Levantamento Fundiário, Psicologia Política, Geoparques e Sociologia Política. |
| Visitação | Caminha, rapel e pesquisas científicas. |
| Atividades conflitantes | Ocupações, silvicultura (pinus), agricultura, pecuária, estradas, caça, retirada de madeira, queimadas e falta de saneamento. |

Quadro 5 - Características gerais do PNMR (Adaptado).

São Francisco de Paula é um município do Rio Grande do Sul, situado no nordeste do estado, com 3.264,490 km². Tem uma população estimada em 21.679 pessoas em 2017, tendo como densidade demográfica em 2010, aproximadamente, 6 hab./ km² (IBGE)



Figura 4 - Localização do município de São Francisco de Paula no estado do Rio Grande do Sul. Fonte: IBGE Cidades.

O Parque Natural Municipal da Ronda está localizado ao sul do município, e ao sudeste do centro urbano. Vale ponderar a proporção da área do parque em relação à mancha urbana, o que mostra ser um parque de grandes dimensões para o porte da cidade.

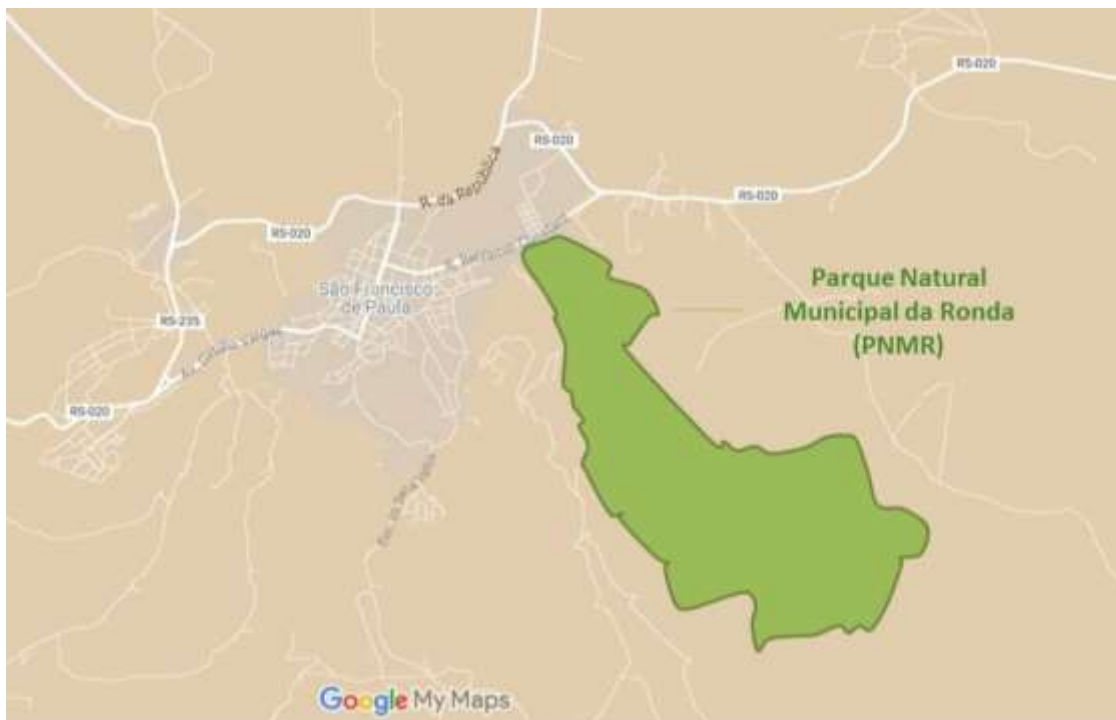


Figura 5 - Localização do PNMR no município de São Francisco de Paula, no estado do Rio Grande do Sul.
Fonte: IBGE Cidades.

Inicialmente foi criado o Parque das Cachoeiras e estabelecido o Parque Ecológico Municipal em 1996 por meio do Decreto 1761/96 (ver anexo 14). Posteriormente, em 2006, foi criado o Parque Municipal da Ronda, por meio do Decreto 166 de 2006 (ver anexo 15).

O Parque, enquanto unidade de conservação, foi instituído por meio da Lei Municipal nº 2.425 de 2007 (ver anexo 16), alterada pela Lei Municipal nº 2744 de 2011 (ver anexo 17), esta que dispunha sobre a superfície da área do PNMR. Está sob gerência executiva da Secretaria Municipal de Proteção Ambiental, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula, não tendo sede administrativa.

De acordo com o Plano de Manejo - PM (Geoprospec, 2012), o Parque possui, aproximadamente, 1400 hectares, sendo uma das maiores unidades de conservação municipais do Rio Grande do Sul, o que confere sua relevância em nível regional. O PNMR não possui conectividade direta com as demais Unidades em seu entorno, porém está localizada na mesma Bacia hidrográfica de algumas, sendo esta uma unidade de paisagem bastante utilizada em avaliações ecológicas.

Além da grande importância regional e da significativa área que ocupa o Parque Municipal Natural da Ronda, possui uma importância estratégica do ponto de vista das formações vegetais que protege, principalmente porque suas geomorfologias, belezas cênicas e tamanho, fazem com que a vegetação seja amplamente

diversificada. A maior parte do parque é coberta por vegetação nativa, em diferentes estágios sucessionais, sendo inclusive encontradas áreas com vegetação primária nos fundos de vales e porções mais íngremes do terreno. (Geoprospec, 2012, p. 13)

As imagens abaixo identificam aspectos da paisagem e ecossistemas presentes no Parque Natural Municipal da Ronda.



Fisionomia/Mosaico de ecossistemas no PNMR.
-29.44279, -50.55584



Queda D'água "Rondinha".
-29.44256, -50.55576



Parque das Oito Cachoeiras
-29.45485, -50.56001



Fisionomia Estepe Gramíneo-lenhosa no PNMR
-29.44095, -50.5539

Figura 6 - Imagens georreferenciadas do PNMR. Fotografias: Fábio Ortolano, 2018.

Diferentemente de Americana (SP), onde está situado o PNMG, São Francisco de Paula (RS) possui um conjunto de outras unidades de conservação, de administração estadual e federal, de múltiplas configurações, que, contudo, oportunamente são exemplos e referências de gestão e manejo.

No PNMR são observados os ecossistemas Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Semidecidual e Estepe Gramíneo-lenhosa, pertencentes ao bioma Mata Atlântica.

Com relação à fauna, o PM aponta que são encontradas espécies de anfíbios; répteis; aves, como o papagaio-de-peito-roxo e mamíferos, tais como o veado-virá (*Mazamagouzoubira*), o gato-do-mato-pequeno (*Leopardustigrinus*), o bugio-ruivo (*Alouattaclamitans*) e a cutia (*Dasyproctaazarae*), espécies ameaçadas de extinção.

No PM, é apontado como atividades conflitantes: Moradias, silvicultura (pinus), agricultura, pecuária, estradas, caça, retirada de madeira e incêndio.

Tal como subcapítulo anterior, em que foi retomado um breve histórico do PNMG, nessa seção, será apresentado um levantamento de ações relacionadas ao Parque da Ronda, elaborado a partir de consulta em fontes primárias e campo de pesquisa.

Apensar de um imaginário depreciativo da área, tal como no caso de Americana, o Parque da Ronda, sobretudo sua cascata, há muitos anos representa um lugar relevante para o município. Nas pesquisas, o material mais antigo encontrado, data de 1971, uma monografia de Plínio A. Lucena, cujo título é “São Francisco de Paula”, na qual apresenta um histórico, caracterização e atrativos da cidade, dentre eles, a Cascata da Ronda. “(...) ótimo ponto a ser visitado, não só pela proximidade à cidade, como pela sua beleza e paisagem que a cerca”. (Lucena, 1971, p. 38)

No ano mesmo ano de criação do Parque, em 1996, é publicada a obra “São Francisco de Paula: ontem, hoje e amanhã”, a qual, na seção de economia e turismo, traz alguns pontos turísticos, dentre eles a Cascata da Ronda.

Próxima do centro, constitui-se em excelente área para implantação de uma trilha ecológica com uma extensão de, aproximadamente, 4,5 km. Para os amantes do turismo-aventura é o ponto de saída para uma trilha que leva ao Lago São Bernardo. (SFP, 1996, p. 52)

Em 2000, um livro de Iva da Silva, intitulado “São Francisco de Paula: a história, o povo, curiosidades e beleza”, menciona a Cascata da Ronda como um ponto turístico em meio a grandes rochas e muita beleza natural. E, em 2012, o livro de Maria Lucia da Silva Teixeira, “São Francisco de Paula: nossa terra, nossa gente”, cita o Parque das Cachoeiras e a Cascata da Ronda. Convém mencionar que esta obra já considera a titularidade criada pelo Decreto Municipal nº 1.761.

A cidade não possui um jornal impresso de circulação local, contudo, porém a Revista “Usina da Cultura”²¹ é apontada como um meio de comunicação de boa capilaridade no município. No portal encontram-se artigos da redação e textos de colaboração. Em pesquisa em sua página na internet, no campo de busca, com a palavra “Ronda”, foram encontrados sete textos que mencionavam o Parque. Quatro deles mencionam a área como um atrativo turístico da cidade; outro falava sobre o cuidado com o descarte de óleo em bueiro, apontando o conseqüente descarte na Cascata da Ronda; outro cita uma articulação e viabilização de aplicação de medidas compensatórias no valor de mais de 600 mil reais para o Parque Municipal da Ronda e outro sobre um empreendimento privado de turismo integrante do Parque Natural Municipal da Ronda. Nos textos não constam as datas de publicação.

Na década de 1990 foi descartado lixo doméstico e restos de produção industrial na área, sendo um lixão municipal até 2005. Entre os anos de 2005 e 2006, os recursos hídricos do Parque foram estudados pro meio do projeto MONALISA. Este começou como um conjunto de ações de monitoramento da Bacia do Rio Sinos, contudo, no seu processo de desenvolvimento, foi ampliado, tornando-se um levantamento, cadastro, identificação de situações que influenciavam na qualidade e na quantidade dos recursos hídricos disponíveis da bacia. Foi organizado pelo Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – COMITESINOS, em parceria a diversas instituições, dentre elas as universidades do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), financiado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria Estadual do Meio Ambiente-SEMA. (COMITESINOS, 2007²²). Em 2006 foi firmado um TAC entre a prefeitura e a FEPAM. Em 2007, foi realizado um trabalho de caracterização ambiental do Parque da Ronda para disciplina “Planejamento e Controle de Recursos Hídricos” da UERGS, compreendendo a caracterização dos usos de solo no entorno; a avaliação do conhecimento e do comprometimento do setor público; a análise da opinião pública a respeito do Parque; a identificação dos pontos de impactos antrópicos em dois afluentes do Arroio Rolantinho da Areia e a identificação da mastofauna de médio e grande porte.

Em 2008, Ecoserra produziu um documentário sobre o Parque, “Parque Natural Municipal da Ronda: um passeio entre contrastes”²³, apresentando suas características

²¹ Revista Usina da Cultura. <http://usinadacultura.com/> Acesso em: março de 2018.

²²Projeto MONALISA. Disponível em: <http://www.comitesinos.com.br/projeto-monalisa> Acesso em: março de 2018.

²³Ecoserra. Parque Natural Municipal da Ronda: um passeio entre contrastes. Disponível no Canal CircuitoTV2: <https://www.youtube.com/watch?v=RKN22xsHZPU> Acesso em: março de 2018.

ambientais, paisagens e belezas cênicas e alguns dos problemas identificados. O Eco Serra se constitui num conjunto de ações em educação ambiental organizado pelo Grupo de Condutores Ambientais de São Francisco de Paula. No mesmo ano, Emerson Mücke da Rosa elabora um relatório de estágio supervisionado do curso superior de Tecnologia em Meio Ambiente, da UERGS, sobre impactos nas áreas de preservação permanente das nascentes e trechos iniciais de cursos d'água da parte superior da sub-bacia hidrográfica do Arroio Rolantinho da Areia, área onde o Parque de insere.

Em 2009, foi feita a reformulação da poligonal do parque pela Prefeitura de São Francisco de Paula, em parceria à UERGS, sob coordenação do projeto e geoprocessamento de Iuri Buffon. No mesmo ano, Ecléia Branquel Freitas apresenta um relatório de estágio supervisionado do curso superior de Tecnologia em Meio Ambiente, da UERGS, sobre a identificação de conflitos pré-implantação do Parque Natural Municipal da Ronda.

Em 2010, foi publicado um estudo na *Revista de Ciências Ambientais*, de autoria de Emerson Mücke da Rosa, Iuri Buffon e Lucas Guilherme Hahn Kehl sobre a qualidade de áreas de preservação permanente ripárias em São Francisco de Paula, realizado na parte superior da Sub-Bacia Hidrográfica do Arroio Rolantinho da Areia, onde está situado o Parque da Ronda. No mesmo ano, Magali Blume, Ciliana Rechenmacher e Jairo Lizandro Schmitt publicam um artigo sobre o padrão de distribuição espacial de samambaias no interior florestal do Parque da Ronda na *Revista Pesquisas, Botânica* nº 61.

Em 2011, foi elaborado um diagnóstico socioeconômico e ambiental do Parque Natural Municipal da Ronda pela empresa *AGROS Assessoria Agrônômica LTDA*, contratada pela Prefeitura de São Francisco de Paula, por meio do contrato de prestação de serviço nº 043/2011 via Secretaria de Proteção Ambiental - SEMPA. No documento, consta a caracterização do Meio Biofísico, os interesses histórico-culturais e a percepção da situação das comunidades da região em relação ao Parque.

Em 2012, o Laboratório de Gestão Ambiental e Negociação de Conflitos - GANECO (UERGS/SEMA) publica uma coletânea de artigos, organizada por Rodrigo Cambará Printes, a partir de estudos realizados por seus pesquisadores entre os anos de 2008 e 2011, na região nordeste do Rio Grande do Sul. Nessa obra, encontra-se o artigo da Ecléia Branquel Freitas, sobre a identificação de conflitos pré-implantação do Parque Natural Municipal da Ronda, parte de seu relatório de estágio, já mencionado.

Em 2015, Maristela da Rosa apresenta um artigo como requisito de titulação para especialização em Educação para Sustentabilidade, da UERGS, sobre os impasses de gestão e sugestões para a negociação dos conflitos socioambientais. No trabalho, ela sugere a

mudança de categoria do Parque, considerando mais adequado transformá-lo num Refúgio da Vida Silvestre (REVIS), outra modalidade de unidade de conservação de proteção integral. Outra proposta da autora é que se altere a poligonal do Parque, de modo a não incluir a área de ocupação.

Em 2016, o estudante de arquitetura da UFRGS, Leandro Salvador, desenvolve seu Trabalho de Conclusão de Curso no PNMR, compreendendo algumas edificações, um jardim filtrante e projetos de infraestrutura para o Parque.

No mês de novembro, foi organizada uma “charla” (roda de conversa) na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), como parte de uma disciplina do Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade, denominada “Conflitos Ambientais e Projetos de Desenvolvimento”, sobre o Parque Natural Municipal da Ronda. No encontro, participaram professores e alunos dessa universidade dialogando sobre o contexto do Parque e as pesquisas que estavam sendo desenvolvidas na área.

Em 2017, o Conselho do Parque começa a ser instituído, sendo composto por: um órgão ambiental do poder público municipal; um órgão ambiental do poder público estadual; um órgão ambiental do poder público federal; uma organização da sociedade civil de cunho social; uma organização da sociedade civil da área ambiental; uma organização da sociedade civil da área de turismo; uma escola do entorno da Unidade de Conservação; uma instituição de ensino superior pública; uma instituição de ensino superior privada; uma representação municipal de turismo; uma representação dos proprietários rurais; um representante da comunidade diretamente afetada; um representante de trabalhadores rurais da agricultura; uma representação dos madeireiros e uma representação de comitê de bacia.

Em 2018, é apresentado o Projeto de Lei nº026/2018 que institui o Conselho Deliberativo e parque e é anunciada a construção de dois mirantes numa matéria online²⁴, sugerindo o lugar como atrativo turístico.

A Luta pelo Parque

Certamente as produções acadêmicas mencionadas acima representam forças em prol do Parque, inclusive se configurado argumentos técnicos em prol de sua salvaguarda e

²⁴ Jornal Novo Hamburgo. Parque da Ronda: opção de lazer para quem quer respirar natureza <https://www.jornalnh.com.br/conteudo/2018/04/noticias/regiao/2256651-parque-ronda-opcao-de-lazer-para-quem-quer-respirar-natureza.html> Acesso em: março de 2018.

institucionalização. Ainda assim, optou-se por colocá-las no histórico do Parque, como parte de sua memória.

Desde que a área se transformou em parque, em 1996 e uma unidade de conservação, em 2007, poucas ações foram efetivas para sua efetividade, tanto no que se refere à sua proteção, quanto ao gerenciamento dos conflitos no local. Talvez, o principal fato tenha sido o término do descarte de resíduos sólidos na área conhecida como antigo lixão da cidade, em 2005.

Nesse sentido, cabe destacar o papel do Ministério Público do Rio Grande do Sul - Promotoria de Justiça de SFP, por meio do qual, uma série de denúncias e inquéritos motivaram ações ou respostas do Poder Público no que se refere a área do Parque.

No Ano de 2006, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental “Henrique Luis Roessler” – FEPAM institui um Termo de Compromisso Ambiental – TCA nº 021/2006 junto ao município de São Francisco de Paula, o obrigando a adotar medidas em relação ao descarte de resíduos sólidos em área degradada, no caso, a área do antigo lixão da cidade, dentro do PNMR. O termo previa que o município tinha 180 dias para apresentar um projeto, por meio de um relatório técnico e fotográfico, com um cronograma de ação, que deveria incluir a pavimentação de vias internas, o cercamento e manutenção do sistema de controle de acesso e a implantação de contornamento vegetal e, posteriormente, em 360 dias, um relatório técnico de execução com, dentre outras exigências, a realização de 70% dos trabalhos de recuperação da célula de contenção dos resíduos depositados no local. Ao final de 540 dias, deveria o município ter executado 100% das ações e num prazo de 720 dias cumprir outras obrigações, como instalação do sistema de drenagem e análise dos lixiviados e cobertura orgânica.

Uma vez não atendida essas exigências, a promotoria de SFP inicia um processo de cobrança em relação ao cumprimento do TCA. Acatando a solicitação do promotor, a FEPAM encaminha uma solicitação de informações acerca do cumprimento do termo, emitida no final de 2010, na qual a prefeitura responde em janeiro de 2011 com um pedido de audiência com o responsável pela FEPAM para verificarem a possibilidade de readequação do TCA, visto que o termo havia sido assinado em outra gestão. Em outubro do mesmo ano, a FEPAM solicita à Prefeitura que envie um relatório técnico para cumprimento da TCA de 2006.

Em outubro de 2013, o Conselho de Meio Ambiente do município – COMUMA encaminha três ofícios em relação ao PNMR. O primeiro, à Prefeitura, nº 01/2013, cobrando o cumprimento da Política dos Resíduos Sólidos, bem como a denúncia de descarte de mudas de compensação na área do Parque, obtendo uma resposta de que foi solicitada à Secretaria

de Obras a retirada dos resíduos e que a mesma não mais destinará os restos de poda na área; que foi providenciado o cadeamento do portão de acesso. O segundo ofício, nº 02/2013, também à Prefeitura, considerando as normativas do Sistema nacional de Unidades de Conservação, solicitando assumir, dentre suas atribuições, como conselho provisório do PNMR. E o terceiro ofício, nº 03/2013, junto à promotoria de SFP, cobrando o cumprimento da Política dos Resíduos Sólidos, bem como nas áreas do PNMR, solicita a tomada de providências. Em resposta à promotoria, em 2014, o Secretário de Proteção Ambiental da SEMPA, alega que não há mais deposição irregular na área do Parque e que os resíduos ali encontrados, foram levados a locais adequados.

Também em 2013, a promotoria de SFP solicita informações quanto à cessão de área da União ao município. No mesmo ano o vereador Alexandre Coruja solicita informações referentes ao Parque da Ronda junto ao Prefeito (ver anexo 18). Questiona ele, dentre outras coisas, se há conselho do parque, como está o plano de manejo e se existe algum gestor. Em resposta (ver anexo 19), a Secretaria Municipal de Proteção Ambiental diz que o conselho terá que ser criado, que o plano de manejo está à disposição na secretaria e em forma digital e não possui recursos humanos e gestor.

Em 2014, a promotoria instaura um inquérito civil para investigar as irregularidades ambientais e fundiárias no PNMR (ver anexo20). E solicita informações à Prefeitura quanto às ocupações nas áreas da União, as quais estão sobre sua concessão e dentro do polígono do Parque. A SEMPA responde a promotoria que 1.248 há são de propriedades privadas e 200 ha são de propriedade da União, cedidas ao município, onde há uma ocupação com, aproximadamente, 140 moradias.

No mesmo ano, considerando uma série de irregularidades e questões sociais, o COMUMA encaminha um ofício ao prefeito de SFP, nº 06/2014 pedindo que seja revista a poligonal do Parque e que mude sua categoria, passando a ser um Refúgio da Vida Silvestre (REVIS), sendo readequado seu Plano de Manejo.

Também em 2014 a promotoria solicita à coordenação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul uma cópia dos trabalhos científicos sobre o Parque da Ronda para fins de investigação (ver anexo21).

Em 2015, uma construção dentro da área do Parque é denunciada por não ter licença ambiental. A responsável é autuada e a obra é embargada, contudo, ignora a auto de infração e finaliza a construção. É aberta uma Ação Civil Pública pelo Município, aplicando uma multa. A promotoria de SFP defere pela tutela do município e desocupação da área, por tratar-se de uma Unidade de Conservação, encaminhada ao Juiz de Direito. Este considera o risco

de dano irreparável ou de difícil reparação na área, bem como a localização da construção em área de banhado e que a ré foi beneficiada com um imóvel popular, por meio de programa social e teria vendido, determina que a mesma desocupe o imóvel em dez dias. A ré recorre à Defensoria Pública, contestando a multa. Considerando as condições socioeconômicas da Ré e que a área pertence à União, estando o município pleiteando um direito alheio (da União), a Defensoria solicita a reconsideração do caso e orienta que o município pode valer-se da reintegração de posse junto à Justiça Federal. Dois meses depois, o município requer ao Juiz de Direito que seja cumprida a desocupação e demolição. Curiosamente, no processo, há uma autorização da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social concedida à CORSAN (Companhia Riograndense de Saneamento) e RGE (Rio Grande Energia), concessionárias de abastecimento e energia elétrica, respectivamente, de atenderem dois endereços, um deles da ré. Convém ponderar os interesses privados das concessionárias em fornecer água e energia, mesmo em áreas irregulares. (Ver todo o processo no anexo 22)

No mesmo ano, a promotoria solicitou informações à FEPAM quanto ao plantio de espécies exóticas (Silvicultura) na área do Parque e envia um mandado de notificação à Secretaria de Proteção Ambiental.

Convém mencionar também que nos últimos dois anos o Grupo de Estudos “Observa Campos” da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) tem desenvolvido um conjunto de estudos sobre a área, bem como junto às comunidades do entorno.

O Processo legal

Em 1996, por meio do Decreto Municipal nº 1.761, cria-se o Parque das Cachoeiras e estabelece Parque Ecológico, considerando uma área próxima ao Moinho Velho, de aproximadamente 150 hectares, de propriedade do município; bem como a implantação de trilhas para visitação. Contudo, posteriormente, tal normativa foi substituída pelo Decreto Municipal nº 166, de 12 de abril de 2006, a qual cria o Parque Municipal da Ronda, considerando a área de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; a necessidade de se criar unidades de conservação e a beleza cênica do local, considerando o lugar denominado como “Ronda”. Em seu artigo 2º, dita:

Integra o Parque Municipal da Ronda uma área de terras de aproximadamente 1200 ha, com representação de área dos campos de cima da serra e área de Mata Atlântica, fazendo frente à Avenida Benjamin Constant, pelo lado norte; limitando-se aos fundos com uma estrada vicinal, que liga a Estrada da Roça Nova com a

Estrada do Caconde, ao sul; limita-se ao leste com a cota 900, deste dita estrada Vicinal até a cerca de uma propriedade do Sr. Dinarte Monteiro Guimarães e seguindo até a propriedade da “SOGIPA” Sociedade Ginástica Porto – Alegrense; limita-se ao oeste com o Arroio Rolantinho da Areia e com a área de propriedade de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul. (São Francisco de Paula, 2006)

No ano seguinte, a normativa teve maior aporte legal por meio da Lei Municipal nº 2.425, de 27 de março de 2007, denominando-se Parque Natural Municipal da Ronda, inserindo-se na categoria de unidades de conservação de proteção integral do SNUC.

No mesmo ano, é feita a inscrição do Parque no Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). O Sistema, criado pelo Decreto nº 34.256/1992, foi atualizado pelo Decreto nº 53.037/2016, considerando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), congregando o conjunto de Unidades de Conservação federais, estaduais, municipais e particulares criadas no território do Estado.

Em 2011, a Lei Municipal nº 2.744, altera a definição da superfície do Parque, considerando 1.448,2021 hectares, a partir de um memorial descritivo do levantamento georreferenciado e fundiário da área, executado pela empresa “Agros – Assessoria Agrônômica”, com base em estudo de redefinição da poligonal, mencionado acima.

Patrícia Binkowski e Tulio Garcia de Souza (2017) relatam que no início de 2017, algumas instituições do município tencionaram para que houvesse a constituição de um Grupo de Trabalho (GT) para impulsionar a formação do conselho consultivo do PNMR, com a participação Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMUMA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Secretaria Municipal de Proteção Ambiental (SEMPA). Segundo os autores, o grupo de trabalho se reuniu em quatro reuniões que culminaram com a edição de um edital para cadastramento das entidades interessadas em compor o Conselho Consultivo. Assim, inicia-se o processo de criação do conselho do Parque da Ronda, considerando em sua composição um órgão ambiental em cada nível de poder, municipal, estadual e federal; uma organização da sociedade civil de cunho social; outra de cunho ambiental; outra da área de turismo; uma escola do entorno; uma instituição de ensino superior pública e outra privada; um representante municipal de turismo; dos proprietários rurais; da comunidade diretamente afetada; dos trabalhadores da agricultura; dos madeireiros e do comitê de bacias.

Em 2018, o Parque foi inscrito no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Tal plataforma de dados é mantida pelo Ministério do Meio Ambiente, tendo como principal objetivo a disponibilização de um banco de dados com informações oficiais das

Unidades de Conservação. No mesmo ano, em 31 de outubro, foi instituído o conselho gestor do Parque, de caráter consultivo, por meio da Lei Municipal 3.406/2018. (Ver anexo 27).

Em 2019 foram nomeados os novos conselheiros do Parque da Ronda por meio do Decreto 1.846/2019. (Ver anexo 28).

CAPITULO IV. PELAS TRILHAS METODOLÓGICAS

Não é possível compreender o ambiente fora da agência humana e, igualmente, não é possível apreciar complementemente as percepções, atitudes e ações, tanto dos indivíduos quanto dos grupos, divorciado de um contexto socioambiental. (David Uzzell, 2005, 186-187).

Alinhando-se aos postulados de David Uzzell (2005), para quem uma abordagem holística da pesquisa sobre ambiente-comportamento, ou seja, entre ambiente-consciência-participação, deve considerar suas relações simbióticas e mutuamente reforçadoras, pois tais elementos constituem-se entre si, a presente pesquisa traçou em suas trilhas metodológicas os pressupostos do referido autor, a saber: a) *não há métodos sem teoria*, esse estudo orienta-se nas teorias dos movimentos sociais; b) *o papel que os métodos representam em um diálogo interdisciplinar*, considera-se a relevância em se congregar múltiplos saberes oriundos de diversas disciplinas e campos do conhecimento; c) *compartilhar métodos não deveria ser uma transação unilateral*, por isso, utiliza-se a abordagem multilateral entre dois campos de conhecimento, a psicologia política e a ambiental e d) *a pesquisa interdisciplinar em um contexto ético*, considerando a responsabilidade e compromisso com os campos supracitados, bem como com o papel da ciência em relação à sociedade.

Alberto Oliva (2010) divide a ciência em dois tipos, as ciências *formais*, como a matemática, de natureza dedutiva e as ciências *empíricas*, ciências naturais e sociais, que estudam fenômenos por meio de metodologias qualitativas, quantitativas ou quali quantitativas. Para ele, existem alguns critérios que legitimam uma pesquisa científica, a *verificabilidade*, a *concepção falsificacionista* (enunciados teóricos sujeitos à refutação), a *sustentação de hipóteses* e os *paradigmas*. O presente estudo, empírico, ancorado nas teorias dos movimentos sociais, visa a sustentar a hipótese de que a consciência política de atores sociais está ligada aos processos de desproteção de parques municipais de duas cidades brasileiras.

Em tempos que os fluxos de informações têm tensionado diversos saberes, ficam latentes as possibilidades de rupturas entre as diversas maneiras de ler e compreender as múltiplas realidades e fenômenos pela ciência. Diversos saberes têm orientado as múltiplas epistemologias e formas de entendimento da vida, da humanidade e do mundo. Dentre eles, destacam-se três que se espraíram ao longo da história, o greco-romano, sustentado na argumentação e retórica; o judaico-cristão, justificado pela determinação divina, cujo

conhecimento e respostas são objetivados a partir de Deus – *o caminho, a verdade e a vida*; e os científico-modernos, sustentados pela comprovação e busca da verdade.

Com o tempo, o saber deixou de ser apenas uma forma de poder social - baseado no poder dos mitos, das religiões e das filosofias na representação das relações sociais – e se transformou também numa forma de poder sobre a natureza. A ciência moderna procura promover a aliança da explicação com a dominação. (Oliva, 2010)

A ciência moderna, organizada em disciplinas, métodos e campos interdisciplinares sistematiza o conhecimento, tomado como crença verdadeira justificada e comprovada por meio de teses, teorias e explicações.

Considerando que todo conhecimento advém de discursividades e saberes possíveis em seu tempo, nota-se que o paradigma dominante nasce de uma revolução científica no século XVI, desenvolvido nos séculos seguintes pelas ciências naturais e utilizado no século XIX pelas ciências sociais (Santos, 2008, p. 20-21). Assim, vale lembrar que tal paradigma – moderno - emergiu juntamente com um modo de produção, o capitalismo, logo, certamente os saberes nele produzidos possuem uma relação intrínseca com tal regime político, econômico e social.

Por modernidade, assume-se o conceito de Anthony Giddens (1991), que a define como um estilo, costume de vida e organização social que emergiu na Europa a partir do século XVII, de caráter multidimensional no âmbito das instituições, ligada à ordem capitalista, ao industrialismo, ao controle racionalizado da informação e do poder militar. A modernidade é marcada pela racionalidade, por instituições e tradições bem definidas, tendo o conhecimento científico um lugar privilegiado. Assim, calcada em tradições teóricas e disciplinas rígidas, a ciência foi firmando como uma discursividade legitimadora da verdade. Contudo essa modernidade também é tensionada, requalificada pelo mesmo modo de produção (Giddens, 1991; Castells, 1999; Bauman, 2001; Harvey, 2005). E juntamente com as transformações políticas e sociais, do modo de produção e de vida, o conhecimento também muda.

Assim, entender as ciências é conhecer sua prática e seus contextos, bem como compreender os caminhos metodológicos do cientista. A prática daquele que faz ciência constitui-se na construção de teorias, explicações e modelos que se convertem em tradição científica. Para Thomas Kuhn (2006), a ciência evolui por meio de paradigmas. Estes são modelos e interpretações de fenômenos, objetos e mundo, universalmente reconhecidos por uma comunidade acadêmica, congregando teorias que o sustentam. Segundo o autor, a ciência “tem se caracterizado pela contínua competição entre diversas concepções de

natureza distintas” (Kuhn, 2006, p. 23). Ou seja, tem em sua base uma referência ao paradigma greco-romano, valendo-se de argumentos que devem ser comprovados, podendo se tornar teoria. A ciência social é sempre uma ciência subjetiva e não apenas objetiva, portanto, de difíceis consensos paradigmáticos.

Boaventura de Souza Santos (2008) pondera que a dicotômica diferenciação entre ciências naturais e ciências sociais na ciência moderna deixou de ter sentido e utilidade. Para ele, o paradigma moderno dominante e sua racionalidade tem dado lugar a outro paradigma emergente que tende a ser um conhecimento não dualista que polariza natureza e cultura; matéria e mente; objetivo e subjetivo; individual e coletivo etc. Defende ele que esse paradigma seja além de científico, um paradigma social.

Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente). (Santos, 2008).

Segundo o autor, na ciência moderna, o conhecimento disciplinar caracteriza-se pela especialização, fragmentando-o e servindo a regimes tecnocráticos em sua aplicabilidade. No paradigma emergente, todo conhecimento local é total, “reconstitui os projetos cognitivos locais, salientando-lhes a sua exemplaridade, e por essa via transforma-os em pensamento total ilustrado” (Santos, 2008, p. 76-77). Em outras palavras, tem como horizonte uma totalidade universal, holística. Para ele, diferente do paradigma dominante e em crise, a fragmentação pós-moderna não é disciplinar, mas, sim, temática.

Posto isso, entende-se que as disciplinas, as quais antes acomodam bem os objetos de estudos da modernidade, passam a serem complementadas com novas formas de produção do conhecimento, haja vista as limitações que as acometem. Assim, surgem diversos tipos de abordagens, campos teóricos nos interstícios dessas disciplinas, emergindo estudos interdisciplinares ou pluridisciplinares ou transdisciplinares, bem-vindos para o estudo de *temas*, tal qual nos define Santos (2008).

Em 1994 foi elaborada e adotada a Carta da Transdisciplinaridade no Congresso Mundial da Transdisciplinaridade, em Portugal. Considerando a proliferação das disciplinas e a impossibilidade de um olhar global do ser humano; que somente uma compreensão da dimensão planetária dos conflitos atuais poderá salvar nossa espécie; que o distanciamento entre o saber e o ser leva à ascensão de um novo obscurantismo; que o crescimento do saber, sem precedentes na história, aumenta a desigualdade entre seus detentores e os que são

desprovidos dele; dentre outros, dita: *Qualquer tentativa de reduzir o ser humano a uma mera definição e de dissolvê-lo nas estruturas formais, sejam elas quais forem, é incompatível com a visão transdisciplinar.*(I Congresso Mundial da Transdisciplinaridade, 1994). Acrescenta no Artigo 3º:

A transdisciplinaridade é complementar à aproximação disciplinar: faz emergir da confrontação das disciplinas dados novos que as articulam entre si; oferece-nos uma nova visão da natureza e da realidade. A transdisciplinaridade não procura o domínio sobre as várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e as ultrapassa. (I Congresso Mundial da Transdisciplinaridade, 1994).

Basarab Nicolesco (1999) pondera que o crescimento sem precedente dos conhecimentos na atualidade torna necessária a adaptação das mentalidades e novos saberes e faz a distinção entre pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Para ele, a pluridisciplinaridade refere-se ao estudo de um objeto por várias disciplinas, a interdisciplinaridade tem uma ambição diferente, que é a transferência de métodos de uma disciplina para outra e a transdisciplinaridade diz respeito àquilo que está entre as disciplinas, através e além delas, nos interstícios.

Assim, a transdisciplinaridade parece um caminho necessário para compreensão da vida, do ser humano e do mundo, os quais cada vez mais se complexificam e, assim, aumentam os distanciamentos entre os saberes e suas finalidades à sociedade. Sendo assim, o presente estudo, assumindo tal abordagem, reconhece na transdisciplinaridade um princípio ético para a ciência, contrapondo-se aos corporativismos científicos e alinhado ao paradigma pós-moderno emergente. Isso não significa desprestigiar os saberes específicos das disciplinas, inclusive, porque eles são utilizados nessa pesquisa, contudo, há que se consideraras complementariedades.

Alessandro Silva (2015) postula a Psicologia Política se institui como um campo que figura nos interstícios das disciplinas e o presente estudo se inscreve nas fronteiras da Psicologia Política e da Psicologia Ambiental, inserido num programa de pós-graduação em Psicologia Social, elegendo a consciência política seu *tema* de estudo.

Considerando que as teorias são conhecimentos construídos cientificamente sobre determinados assuntos e que elas visam a explicar ou compreender um fenômeno, nota-se que elas representam explicações possíveis sobre as múltiplas realidades. Essa pesquisa congrega um arcabouço teórico que busca viabilizar a compreensão da consciência política. Nesse sentido, o enquadramento para análise e interpretação está delimitado às dimensões da

consciência política e os temas que a envolve, como identidade coletiva; participação política; pertencimento e memória. Para tanto, pontua-se os objetivos abaixo.

Objetivo geral: analisar a consciência política de moradores, gestores públicos e ambientalistas frente à desproteção do Parque Natural Municipal da Gruta, em Americana (SP) e do Natural Municipal da Ronda, em São Francisco de Paula (RS).

Objetivos específicos: a) Identificar e apontar quais as dimensões da consciência política os entrevistados trazem em seus discursos; b) analisar as dimensões da consciência política com relação aos vínculos com os parques municipais; c) identificar de que modo memória, o pertencimento e a identidade se relacionam com a consciência política dos entrevistados e d) analisar de que modo essa consciência impacta e é impactada no contexto atual de participação política.

4.1 A natureza da pesquisa quali

Considerando que toda investigação começa com uma questão, a presente pesquisa traz como pergunta: *como diferentes atores sociais constroem a consciência política frente a problemas socioambientais semelhantes?* Para respondê-la, foi elaborado um corpus teórico, dividido em dois capítulos, *a questão ambiental*, capítulo I, e *consciência política ambiental*, capítulo II; foi realizada uma pesquisa documental sobre as histórias, memórias e instituição dos parques pesquisados, apresentada no capítulo III, realizadas diversas ações de campo, como registros fotográficos, visitas in loco e entrevistas, as quais foram trabalhadas nos resultados, estes apresentados no capítulo V.

A pesquisa qualitativa se ocupa com o nível e elementos de realidade que não são quantificáveis. Ela congrega os significados, sentidos, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Bem como relações, representações e intencionalidades (Minayo, 2013, p. 21). Enquanto as pesquisas quantitativas buscam deduzir regularidades, estabelecer uma normalidade amostral e construir modelos, a pesquisa qualitativa pode aprofundar significados e sentidos. Em contraposição a perspectiva positivista, que busca uma objetividade nos fenômenos estudados, esse estudo reconhece a subjetividade como fundamental da vida social e constitutiva da objetividade das ciências sociais. Posto isso, visa a compreender a consciência política de diferentes atores sociais.

Maria Cecília Minayo (2013) define que a pesquisa social é construída por teoria, método e criatividade, sendo permeada por uma ideia reguladora de alta abstração, não apenas um sinônimo de modelos e normas. Assim se configura a cientificidade, um misto de

teorias, métodos e resultados, bem como de invenção, retificação de caminhos e abandono de certas vias. Para ela, o objeto das ciências sociais é histórico, visto que cada sociedade existe e se constitui num determinado tempo e espaço, diferente de outras. Logo, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características de qualquer questão social. Outro ponto levantado é que nas pesquisas sociais existe uma identidade entre sujeito e objeto de estudo. Logo, o observador é da natureza do objeto, ele mesmo faz parte da observação, sendo, portanto, ideológica e não neutra, pois na investigação social, pesquisador e campo estão imbricados.

Esta pesquisa, embora seja uma prática teórica, está vinculada ao pensamento e ação, os quais contribuem com a leitura e análise do estudo, atualizando-o frente à realidade. Assim, é importante registrar que meu trabalho como pesquisador está imbricado com minha participação social, haja vista que parte do breve levantamento histórico presente me reconheço como sujeito ativo do processo. Enquanto lia o referencial teórico e fazia o levantamento documental; organizava e aplicava as entrevistas e escrevia o trabalho, concomitantemente, participava de ações junto à ACAEDUC Amigos da Gruta, participei da audiência pública e usei a tribuna livre da câmara, fiz denúncias no Ministério Público e dei depoimentos para algumas mídias em relação aos Parques e minha pesquisa.

Posto isso, compartilha-se a ideia de metodologia como o caminho do pensamento unido à prática exercida na abordagem da realidade, envolvendo a teoria da abordagem (método), os instrumentos de pesquisa (técnicas) e a criatividade (experiência e sensibilidade) do pesquisador. (Minayo, 2013).

O processo de desenvolvimento da pesquisa consistiu-se em quatro etapas de trabalho, a saber: a) *fase exploratória*, em que foram desenvolvidas as pesquisas em fontes primárias, as quais figuraram como um arcabouço documental para reconstituição histórica dos parques e suas memórias; b) *trabalho de campo*, reconhecimento do meio, visitas *in loco* nos parques municipais, registros em diário de campo e fotográficos, vistas às bibliotecas públicas; o contato, convite e encontro com os entrevistados e a realização das entrevistas semiestruturadas em lugares diversos; c) *análise e tratamento do material empírico e documental*, o qual incluiu a transcrição das entrevistas e análise e a elaboração de uma cronologia dos conteúdos documentais e d) *Elaboração da tese*, edição do texto e mapa conceitual.

4.2 Pesquisas em fontes primárias

As pesquisas em fontes primárias foram realizadas por meio de visitas às bibliotecas municipais de Americana e de São Francisco de Paula; à livraria Miragem, em SFP; aos Ministérios Públicos locais e na biblioteca do jornal *O Liberal*, em Americana.

Em relação ao PNMG, foram exploradas cinco bases de busca, o acervo da Biblioteca Municipal e do Jornal *O Liberal*, bem como em buscadores digitais dos jornais *O Liberal*, *Todo Dia* e *Correio Popular*. Visitou-se primeiramente, em agosto de 2016, o acervo da Biblioteca Municipal de Americana, a qual possui exemplares dos jornais locais arquivados por tema. Nas pesquisas sobre a “Gruta Dainese”, foram encontrados treze registros, cadastrados nos assuntos geografia, ecologia, recuperação, incêndio, protesto e turismo. Os textos eram de três jornais, a saber: *O Liberal*, *Correio Popular* e *Todo Dia*. Em seguida, foram realizadas três visitas no acervo do jornal *O Liberal*, por ser a mídia impressa de maior circulação municipal, pesquisando as edições impressas entre 2005 e 2006, por serem os anos de formação de comissão de estudo e criação do Parque, respectivamente. Optou-se por apenas dois anos de modo a ter uma ideia da incidência e interesse de pauta associadas ao Parque. Foram encontrados 07 registros em dois anos. Por último, fez-se um levantamento nos buscadores digitais dos jornais encontrados na Biblioteca Municipal, *O Liberal*, *Todo Dia* e *Correio Popular*. As matérias disponíveis nesses portais estavam vinculadas à seção de cidades ou opinião, tratando de assuntos como: reflorestamento, abandono, investimentos, ação social de Organizações Não-Governamentais, obras, turismo, depósito de entulho, esgoto, parcerias público-privadas, desvio de recursos, queimada e ocupação. Também foram encontradas matérias mais recentes no Jornal *O Liberal*. (Ver algumas das matérias no anexo 24). Além das mídias, foram encontradas referências em 04 obras, duas delas sobre o Parque da Gruta, de 2011, de autoria de Angela Tavares e duas obras históricas, da década de 1970. Uma refere-se a um guia da associação comercial e industrial de Americana, de 1978 e a outra uma edição comemorativa da Prefeitura sobre a história, os atrativos e as instituições da cidade de 1974-75, quando a Vila de Americana completou seu centenário. Ambas fazem referência à Gruta Dainese como atrativo turístico (Ver anexo 25).

Para as pesquisas relacionadas ao PNMR, uma vez que a cidade não possui um jornal de circulação local, em 2018, foi procurado no buscador de notícias do Google matérias a partir de termos como: “Parque da Ronda”, “Cascata da Ronda”, “Parque Natural Municipal da Ronda”, “Parque São Chico” e “Parque São Francisco de Paula”. Foi

encontrada apenas uma matéria de turismo, intitulada “São Francisco de Paula oferece belezas naturais e boa gastronomia”, no portal *Jornal do Comércio*²⁵, de Porto Alegre, em 2018, em que se cita a Cascata da Ronda e o parque das 08 Cachoeiras, sem mencionar que este faz parte do Parque da Ronda. Também foi pesquisado no Portal *Revista Usina da Cultura*, em que foram encontrados 07 textos que mencionavam o Parque, sem data de publicação, com temas como turismo, descarte de óleo, compensação ambiental e empreendimento privado. Em março de 2018 visitou-se a biblioteca de São Francisco de Paula e a Livraria Miragem, sendo encontrados poucos registros sobre o Parque da Ronda. Dentre eles, livros sobre a história local e obras autorais. Tanto na monografia de Plínio Arruda, de 1971, intitulada “São Francisco de Paula”, quanto na obra homônima, “SFP: ontem, hoje e sempre”, de 1996, organizada pela Prefeitura, o parque é referenciado como um atrativo turístico local e nomeado Cascata da Ronda. Já nos livros “Conservação da Biodiversidade e desenvolvimento sustentável em São Francisco de Paula”, de 1998 e “São Francisco de Paula: nossa terra, nossa gente”, de 2002, o parque é apresentado como Parque das Cachoeiras. (Ver anexo 26). Também foram pesquisados os processos no Ministério Público de São Francisco de Paula (Ver anexos 20, 21 e 23) e solicitada documentação à câmara. Foi encontrada apenas uma requisição de solicitação de informação referente ao Parque no ano de 2013 (Ver anexo 18).

Outras fontes primárias foram utilizadas no presente estudo, de modo a evidenciar os desafios da atualidade. Para tanto, optou-se por selecionar matérias de portais de grande impacto e reconhecimento no país.

4.3 Escolha e contato com os parques

O trabalho de campo possibilitou uma aproximação com as realidades locais, bem como dos diversos atores sociais contemplados nesse estudo, constituindo um conhecimento empírico relevante às análises das consciências.

A escolha do Parque Natural Municipal da Gruta deve-se a minha proximidade com a área desde a infância, quando frequentei durante os primeiros anos de escola. Na adolescência, estive algumas vezes com amigos e por volta dos anos de 2005 e 2006 fui até a câmara dos vereadores solicitar providências com relação ao parque. Na ocasião, junto a

²⁵Jornal do Comércio. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=200804> Acesso em: março de 2018.

um fotógrafo da prefeitura e a guarda ambiental fomos fazer algumas imagens do Parque a pedido do gabinete do vereador, à época, Luciano Correa (PV). Ao acaso, descobriu-se o descarte irregular de resíduos químicos de uma tinturaria e flagrou-se o descarte de material roubado. Em 2011, conheci a Angela Tavares, uma professora que estava lançando um livro sobre a Gruta. Em 2015, entrei em contato com ela falando do interesse em formar um coletivo em defesa do Parque, ela indicou outras pessoas para compor o coletivo e passamos a nos encontrar para sua instituição. Nesse ínterim, considerando a escassez de estudos acadêmicos sobre a área, comecei a reunir informações e coletar dados para um estudo. Em parceria com o Joviniano Netto, elaboramos dois trabalhos, um resumo expandido apresentado num seminário de gestão ambiental e um artigo publicado numa revista de turismo. À época não tinha como objeto de estudo no doutorado a consciência política, pois seguia no campo dos estudos da sexualidade, temática que estudei no mestrado e continuei por 16 meses no doutoramento. Esse envolvimento com o coletivo e interesse por pesquisar o parque da Gruta e seus conflitos sociais culminaram na mudança do tema e objeto de pesquisa. Assim, foi decidido estudar a consciência política das pessoas ligadas ao Parque da Gruta. Entre 2015 e 2018, foram feitas diversas visitas para registro fotográfico, identificação do campo, denúncias, participação em audiência etc.

Em conversa com professoras Aline Hernandez e Patrícia Binkowski, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, respectivamente, meu orientador notou que os problemas socioambientais de uma unidade de conservação em São Francisco de Paula, no Rio Grande do Sul, eram similares aos de Americana, em São Paulo. Assim, na qualificação, sugeriu um estudo comparativo. Considerou-se a importância de ser um estudo comparativo, haja vista o escopo de uma pesquisa de doutoramento. Aceitei a proposta e dei início aos novos levantamentos e pesquisas documentais referentes ao parque sulista. Em março de 2018, fui à São Francisco de Paula e estive lá por três semanas, alojado na Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, visitando o Parque, fazendo as entrevistas e levantando as fontes primárias. Foram três visitas no parque, uma juntamente com o gestor responsável pelo parque, Julio Jomertz, outra junto a um estudante do curso de gestão ambiental da UERGS, Samuel Presa, os quais foram entrevistados, e uma vez sozinho para mais registros fotográficos.

4.4 Os sujeitos da pesquisa

Nesse estudo psicopolítico é preciso identificar quem são os interlocutores que trazem os sentidos e significados para análise. Quanto aos entrevistados, optou-se por referi-los como atores sociais, pois são pessoas que compartilham problemas socioambientais que ocorrem nas localidades onde vivem, portanto, nas cenas de suas vidas, entendidas como um conjunto de tramas e atuações, em outras palavras, contextos inscritos no tempo e espaço. Ademais, considera-se que tais atores desenvolvem diversos tipos de participação e intervenção no público, logo, por diferentes institucionalidades e scripts. Não serão designados como grupos sociais, pois embora os diversos entrevistados estejam associados por uma questão socioambiental, não formam um grupo específico, muitos deles atuando e agindo isoladamente, sem a apresentação de uma filiação grupal. Embora o conceito de atores não seja comum nos campos de estudos em que essa pesquisa se insere, optou-se por mantê-lo por designar pessoas que atuam em por meio de seus papéis sociais que assumem, atravessadas por scripts e que desenvolvem narrativas em cena.

Nelma Baldin e Elzira Munhoz (2011) apontam que, de modo geral, em se tratando de educação ambiental, as comunidades urbanas ou próximas a centros urbanos têm níveis variados de consciência acerca dos problemas ambientais, sendo um desafio capturá-las e iniciar um processo de sensibilização. Esses vários níveis de consciência certamente impactam na participação política (Ansara, 2008; Silva, 2011). Logo, se é um desafio capturá-la para sensibilização também o é para essa participação.

O presente estudo analisa a consciência política de atores sociais que, embora sejam ativos e participativos em suas localidades, não alçaram forças que confluíram num movimento social expressivo em ambas as cidades. Nesse sentido, é interessante analisar a consciência política de diferentes atores sociais, considerando os múltiplos lugares de fala, percepção e pertencimento. Sandoval (2015, 2018) aponta que os estudos sobre participação e consciência política têm privilegiado a análise de casos de participantes atuantes de alguma forma num movimento social, contudo, o grande desafio é analisar a consciência em casos de desmobilização.

Foram 18 entrevistados em Americana e 20 entrevistados em São Francisco de Paula, totalizando 38 entrevistas, em que se buscou equilibrar participantes da sociedade civil e do Poder Público.

Alguns entrevistados foram escolhidos de modo a contemplar uma variedade de atores sociais ligados aos parques desde seus processos de institucionalização, às lutas

sociais, às pesquisas, aos conflitos neles existentes e por proximidade de habitação, sempre por indicação ou referências encontradas no campo. Também foi utilizada a metodologia *snowballsampling*, ou “bola de neve”, na qual os entrevistados apontam pessoas relevantes para contribuição no estudo ou mencionam em suas entrevistas. Baldin e Munhoz (2011) definem que a *snowballsampling*, ou “bola de neve”, é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais em que os participantes indicam outros a participarem da pesquisa, os quais, por sua vez, sugerem outros novos participantes e, assim, sucessivamente. Para elas, o objetivo é atingir o ponto de saturação, quando os conteúdos começam a ficar repetitivos, sem novas informações relevantes à pesquisa. E, de fato, foi o que aconteceu. No diário de campo, foram registradas algumas repetições, o que orientou na seleção das entrevistas a serem analisadas.

As autoras acrescentam que tal amostragem pode ser muito útil em pesquisas formativas, em que um dos objetivos é também conhecer a população estudada. Amostragem em bola de neve *é um método tipicamente utilizado com populações raras ou desconhecidas*. (Dewes, 2013, p. 10). Neste estudo não se trata de populações raras, contudo, os atores contemplados, por estarem dispersos entre si, não denotam uma amostra já estudada. Aliás, são poucos os estudos sociais em relação aos parques. Em Americana é praticamente inexistente, justificando a relevância da presente pesquisa.

Outra característica da amostra em bola de neve é o fato de que por meio das cadeias de informantes pode-se assegurar maior heterogeneidade entre os entrevistados, pois se pode chegar a pessoas pertencentes a diversos grupos. Assim, trata-se de uma amostragem orientada pelos participantes do estudo. Como pontos fortes, Dewes (2013), define o acesso às pessoas que talvez não encontrasse por outros métodos, bem como o bom custo-benefício e eficácia relevantes à pesquisa. Como pontos negativos, aponta o autor, por não ser um método probabilístico, não se pode fazer nenhuma inferência sobre a população, o que limita as conclusões; além disso, também pelas indicações, pode se tornar, ao contrário, homogênea, limitando alguns traços e características. Neste estudo, a amostragem garantiu a heterogeneidade dos entrevistados, como será apresentado adiante.

Cabe ponderar que o presente estudo se ateve em orientar os respondentes indicar pessoas que tivessem diferentes papéis em se tratando dos parques e que essa não foi a única técnica de seleção. Invariavelmente, alguns nomes apareciam nas entrevistas e, conforme algumas perguntas e respostas, optava-se por reconhecer como uma indicação ou não, visto que uma diversidade de atores era prevista na pesquisa.

Embora durante a entrevista os entrevistados tenham aceitado manter suas identidades na pesquisa, no termo livre esclarecido, as alternativas ficaram dúbias, pois na redação, ao invés de escrever “manter”, foi colocado “preservar”, opção que todos escolheram. Diante disso, ajuizou-se melhor preservar os nomes dos entrevistados escolhidos para análise, colocando codinomes fictícios quando citadas e mencionadas suas opiniões.

| | Americana | São Francisco de Paula |
|----|--|---|
| 01 | Antonio, 60 anos, servidor público, caseiro do parque. | Alice, 38 anos, gestora de outras UCs ligadas à SEMA. |
| 02 | Bárbara, 82 anos, dona de casa e membro da associação Amigos da Gruta. | Arthur, 64 anos, comerciante e morador de SFP. |
| 03 | Bento, 58 anos, membro da associação Amigos da Gruta. | Caio, 30 anos, pesquisador e servidor público. |
| 04 | Bernardo, 54 anos, Presidente do COMDEMA e Diretor do DAE. | Cíntia, 42 anos, pesquisadora e servidora pública. |
| 05 | Carlos, 50 anos, arquiteto e ex-secretário de meio ambiente. | Diego, 40 anos, empresário e administrador do Parque das Oito Cachoeiras. |
| 06 | Cecília, 46 anos, bióloga da SMA e moradora do entorno. | Durval, 75 anos, aposentado e proprietário de área dentro do parque. |
| 07 | Claudia, 42 anos, moradora da ocupação do Zinção. | Eduardo, 40 anos, guia de turismo e empresário. |
| 08 | Clovis, 49 anos, servidor público na secretaria de meio ambiente. | Gabriel, 34 anos, guarda-parque do estado e filho de proprietário de área dentro do parque. |
| 09 | Fátima, 62 anos, professora e pesquisadora. | Jéssica, 25 anos, moradora da ocupação da Vila Jardim. |
| 10 | Giovani, 43 anos, vereador e membro da última comissão de estudos do parque. | João, 43 anos, servidor na prefeitura e morador da ocupação da Vila Jardim. |
| 11 | Ivan, 52 anos, vereador, morador no entorno e membro da última comissão de estudos sobre o parque. | Jorge, 36 anos, estudante de gestão ambiental. |
| 12 | Marco, 43 anos, professor e morador do entorno. | Kamila, 36 anos, servidora pública e pesquisadora. |
| 13 | Pedro, 38 anos, biólogo, pesquisador e membro do COMDEMA. | Leila, 57 anos, presidente do COMUMA e representante do sindicato rural. |
| 14 | Raquel, 57 anos, moradora da ocupação do Zinção. | Lucas, 30 anos, arquiteto que fez um projeto para o Parque em TCC. |
| 15 | Ronaldo, 46 anos, secretário de Meio Ambiente. | Marcelo, 39 anos, secretário de Meio Ambiente. |
| 16 | Rosângela, 56 anos, professora, escritora e ex-diretora no estado. | Oscar, 73 anos, ex-secretário de meio ambiente. |
| 17 | Rubens, 62 anos, ex-vereador e membro de comissões de estudos anteriores sobre o parque. | Ricardo, 39 anos, promotor de justiça. |
| 18 | Vagner, 41 anos, advogado e representante da OAB no COMDEMA | Roberto, 51 anos, servidor público da prefeitura. |
| | | Valter, 52 anos, prefeito de São Francisco de Paula. |
| | | Vânia, 50 anos, professora e pesquisadora. |

Quadro 6 - Todos os entrevistados com os codinomes, ocupação e vínculo com os parques

Todos estes entrevistados trouxeram contribuições para o campo e para as minhas percepções, sendo de suma importância à pesquisa. Contudo, nem todas as entrevistas foram

analisadas, haja vista o tempo disponível para transcrição e análise. As mesmas poderão ser trabalhadas futuramente em outras produções acadêmicas e desdobramentos desse estudo, ou até mesmo num levantamento futuro das representações no que tange à consciência política dos entrevistados não contemplados. Nesse momento, optou-se por escolher treze participantes de cada município, usando como critério de seleção amaior diversidade de representações abarcadas possíveis, variando entre representantes do poder público, de outras instituições e moradores do entorno, todos com alguma relação a um dos parques dessa pesquisa. Também foi utilizado o critério do tempo de entrevista e das repetições entre entrevistados, desconsiderando aquelas de menor tempo ou com considerações similares.

| | Americana | São Francisco de Paula |
|----|--|---|
| 01 | Antonio, 60 anos, servidor público, caseiro do parque. | Caio, 30 anos, pesquisador e servidor público. |
| 02 | Bárbara, 82 anos, dona de casa e membro da associação Amigos da Gruta. | Cíntia, 42 anos, pesquisadora e servidora pública. |
| 03 | Bento, 58 anos, membro da associação Amigos da Gruta. | Durval, 75 anos, aposentado e proprietário de área dentro do parque. |
| 04 | Carlos, 50 anos, arquiteto e ex-secretário de meio ambiente. | Eduardo, 40 anos, guia de turismo e empresário. |
| 05 | Claudia, 42 anos, moradora da ocupação do Zinão. | Gabriel, 34 anos, guarda-parque do estado e filho de proprietário de área dentro do parque. |
| 06 | Clovis, 49 anos, servidor público na secretaria de meio ambiente. | Jéssica, 25 anos, moradora da ocupação da Vila Jardim. |
| 07 | Fátima, 62 anos, professora e pesquisadora. | João, 43 anos, servidor na prefeitura e morador da ocupação da Vila Jardim. |
| 08 | Giovani, 43 anos, vereador e membro da última comissão de estudos do parque. | Jorge, 36 anos, estudante de gestão ambiental. |
| 09 | Marco, 43 anos, professor e morador do entorno. | Kamila, 36 anos, servidora pública e pesquisadora. |
| 10 | Pedro, 38 anos, biólogo, pesquisador e membro do COMDEMA. | Oscar, 73 anos, ex-secretário de meio ambiente. |
| 11 | Raquel, 57 anos, moradora da ocupação do Zinão. | Ricardo, 39 anos, promotor de justiça. |
| 12 | Rosangela, 56 anos, professora, escritora e ex-diretora no estado. | Roberto, 51 anos, servidor público da prefeitura. |
| 13 | Rubens, 62 anos, ex-vereador e membro de comissões de estudos anteriores sobre o parque. | Vânia, 50 anos, professora e pesquisadora. |

Quadro 7 - Entrevistas analisadas com os codinomes, ocupação e vínculo com os parques

Foram 09 mulheres (35%) e 17 homens (65%) selecionados, sendo 34% do poder público, 11% de outras instituições da sociedade civil e 31% moradores do entorno. Quanto

às áreas de ocupação trabalhista, atuam como servidores públicos, professores (os quais também são servidores públicos, mas julgou-se importante diferenciar), do lar e outras. O perfil segue abaixo.

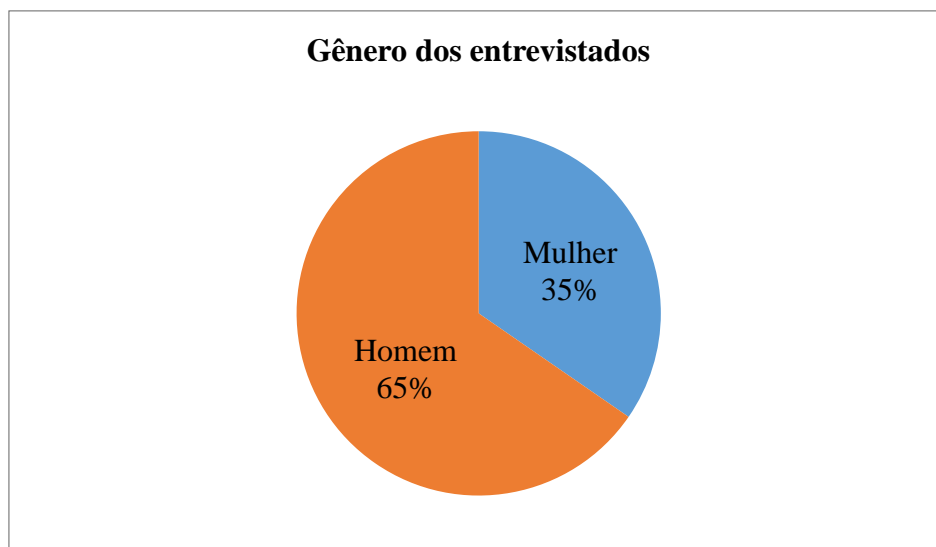


Gráfico 1 - Gênero dos entrevistados

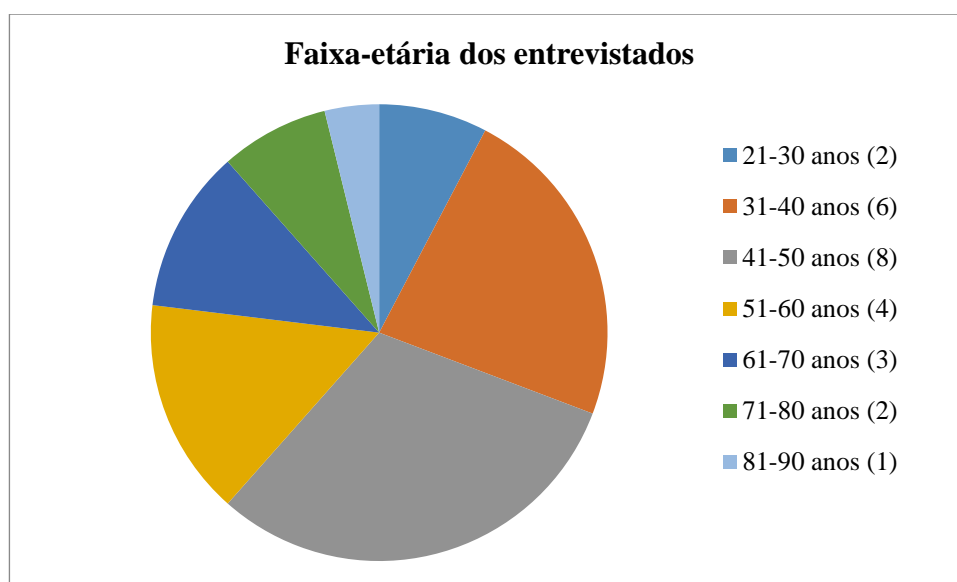


Gráfico 2 - Faixa-etária dos entrevistados

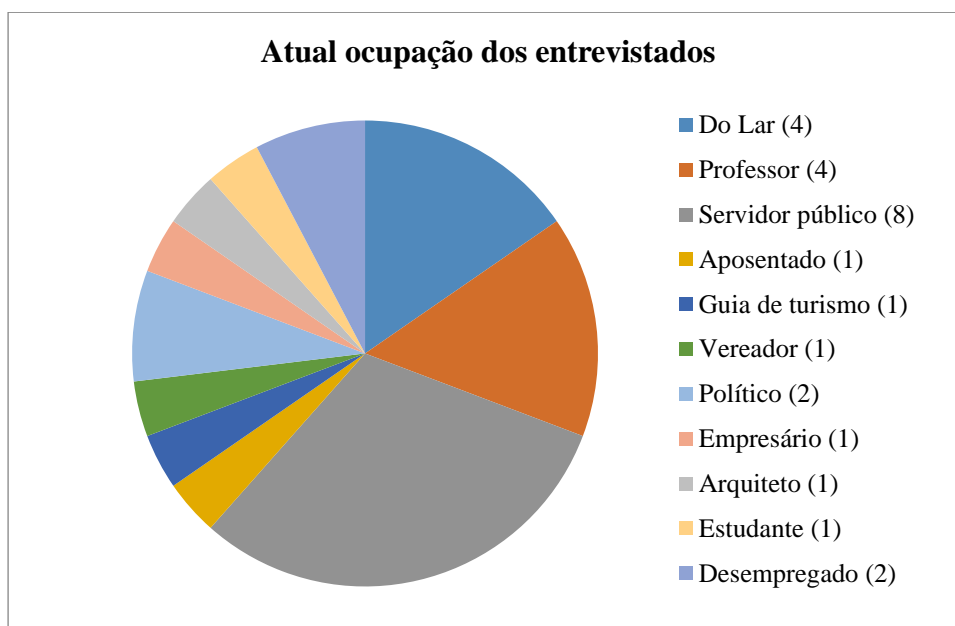


Gráfico 3 - Ocupação dos entrevistados

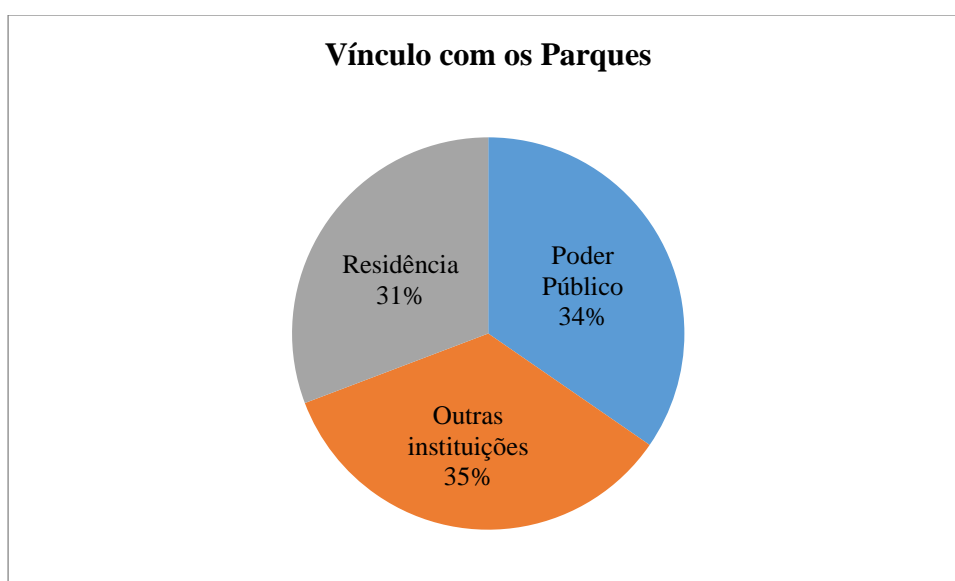


Gráfico 4 - Vínculos dos entrevistados com os parques

4.5 O roteiro de entrevista

As entrevistas, tomadas no sentido amplo de comunicação verbal, foram estratégias de coleta de dados, conteúdos e representações no campo. Por meio de uma combinação entre questões abertas pré-definidas relacionadas ao objeto de estudo e a autonomia dos entrevistados em discorrer sobre as questões feitas e complementá-las como quisessem ou ainda inserir novos conteúdos, caracterizou-se como semiestruturada.

Segundo Minayo (2013), as entrevistas são fontes de informação que fornecem dados primários e secundários de duas naturezas: a) dados que poderiam ser encontrados em outras fontes, como censos, estatísticas e registros civis; b) referem-se a informações levantadas com o diálogo, com reflexões dos sujeitos sobre a realidade, portanto, dados subjetivos. É nessa segunda fonte de informação que esse estudo circunscreve.

Com base nos estudos sobre percepção ambiental de Machado (1999) e consciência política de Silva (2009) e Costa (2012), foram elaboradas as seguintes questões para as entrevistas semiestruturadas.

1. Qual seu nome, idade e ocupação?
2. O que é o Parque para você?
3. Como se chega ao Parque?
4. Qual o significado as pessoas dão ao Parque?
5. Como, então, o Parque se apresenta aos olhos de quem o observa?
6. Até onde vai o Parque?
7. Para que serve o Parque?
8. Você contribui na preservação do Parque?
9. Como cuidar do Parque?
10. Quem deve cuidar do Parque?
11. Você quer que as futuras gerações conheçam o Parque como ele é hoje?
12. As pessoas podem usar a área do Parque?
13. Do que você gosta no Parque?
14. O que você identifica como riqueza ecológica do Parque?
15. Você exploraria o Parque? De Que forma?
16. Qual a importância de uma Unidade de Conservação?
17. Quais são suas principais preocupações com o Parque?
18. Existe algum conflito em relação ao Parque?
19. Conhece alguém ou alguma instituição defenda e preserve o Parque?

20. O Parque se tornou uma Unidade de Conservação em 2006, de lá para cá, o que mudou?
21. De quem é o Parque, quem é beneficiado ou prejudicado por ele?
22. Quais são os desafios do Parque?

Tais questões foram primeiramente aplicadas num teste piloto em março de 2017. Foi realizada uma entrevista com as questões supracitadas e todos os procedimentos protocolares e, na sequência, apresentada uma breve análise na qualificação, em abril do mesmo ano. Uma vez feito o piloto e validação do instrumento, manteve-se o questionário. Contudo, vale ponderar que no processo de desenvolvimento das análises foi notada a necessidade de outras questões, o que não apareceu no piloto, uma vez que a respondente deste caso era muito participativa em relação ao parque urbano que ela estava associada, no caso, o Parque da Aclimação, em São Paulo.

As entrevistas foram realizadas conforme os passos apresentados por Minayo (2013), considerando as formalidades e atenção ao processo de interação entre pesquisador e entrevistados, bem como nos processos de escolha, apresentação e convite de participação. Aos respondentes, foi entregue o termo de consentimento livre esclarecido (ver apêndice 02), no qual registravam o aceite em participar voluntariamente da pesquisa e indicavam se gostariam que mantivesse suas identidades ou que fosse utilizado um codinome, nome fictício. Assim, era apresentada a pesquisa, seus objetivos e importância para o campo de estudo; o credenciamento do pesquisador junto ao programa de Psicologia Social da Universidade de São Paulo; os motivos da pesquisa; a justificativa da escolha dos entrevistados e a garantia do anonimato caso assim os entrevistados quisessem.

As entrevistas de São Francisco de Paula foram realizadas, sobretudo, no GANECO, na sede da SEMA. Algumas na prefeitura de SFP, outras três em lugares à escolha dos entrevistados, como seus lugares de trabalho e residência. Em Americana foi mais diverso, cada entrevistado foi num lugar, a maioria deles no local de trabalho e alguns em suas residências.

4.6 Análise de conteúdo

Segundo Gomes (2013), a análise de conteúdo surgiu no início do século XX, num contexto em que predominava o behaviorismo (análise do comportamento), como uma técnica de pesquisa quantitativa, voltada para descrição objetiva. A técnica foi difundida,

aponta ele, por meio de pesquisas norte-americanas sobre a imprensa, como por exemplo, as propagandas em meio à primeira guerra mundial, e tensionada no século passado, entre aqueles que priorizavam a dimensão quantitativa, apontando a frequência dos conteúdos; e os que defendiam a perspectiva qualitativa, preocupados com a presença e ausência de conteúdos nas mensagens. Contudo, há também a leitura que se contrapõe a essa polaridade e vê a técnica como sendo híbrida. Acrescenta que no avanço das técnicas de análise de conteúdo, foram ampliadas as formas para analisar as mensagens, dando a possibilidade de analisar a partir de uma perspectiva qualitativa; fazendo das inferências um meio para ir além da mensagem, transpondo as aparências do que está sendo comunicado.

Bardin (2016) indica que há várias maneiras de se analisar os materiais de pesquisa, tal como a avaliação ou análise representacional; análise de expressão; análise de enunciação e análise temática. Para este estudo, foram feitas as análises temática e representacional. Na análise temática, o conceito central é o tema, o qual nesse estudo compreende-se a partir das dimensões (*subtemas*) da consciência política ou consciência política ambiental (*tema*), junto à categoria específica referente às representações dos parques (*subtema* identificado no estudo). Na análise representacional identificam-se as representações construídas em comum entre os integrantes da pesquisa, suas conjugações, similitudes e discordâncias, de modo a encontrar traços comuns e não meramente opiniões individualizadas.

Para análise, é preciso identificar a relação entre as unidades de registro e as unidades de contexto, em que conjunturas foram produzidas. A unidade de registro deste estudo são as entrevistas, as frases e afirmações que os entrevistados fazem à luz dos temas da pesquisa. As unidades de contexto referem-se aos contextos das mensagens, os lugares de fala e onde foram realizadas -que dizem do discurso político - e as observações no campo.

O trato dos dados se deu em três momentos. a) transcrição das entrevistas; b) ordenamento e categorização dos dados segundo o mapa da consciência política e c) a análise propriamente dita.

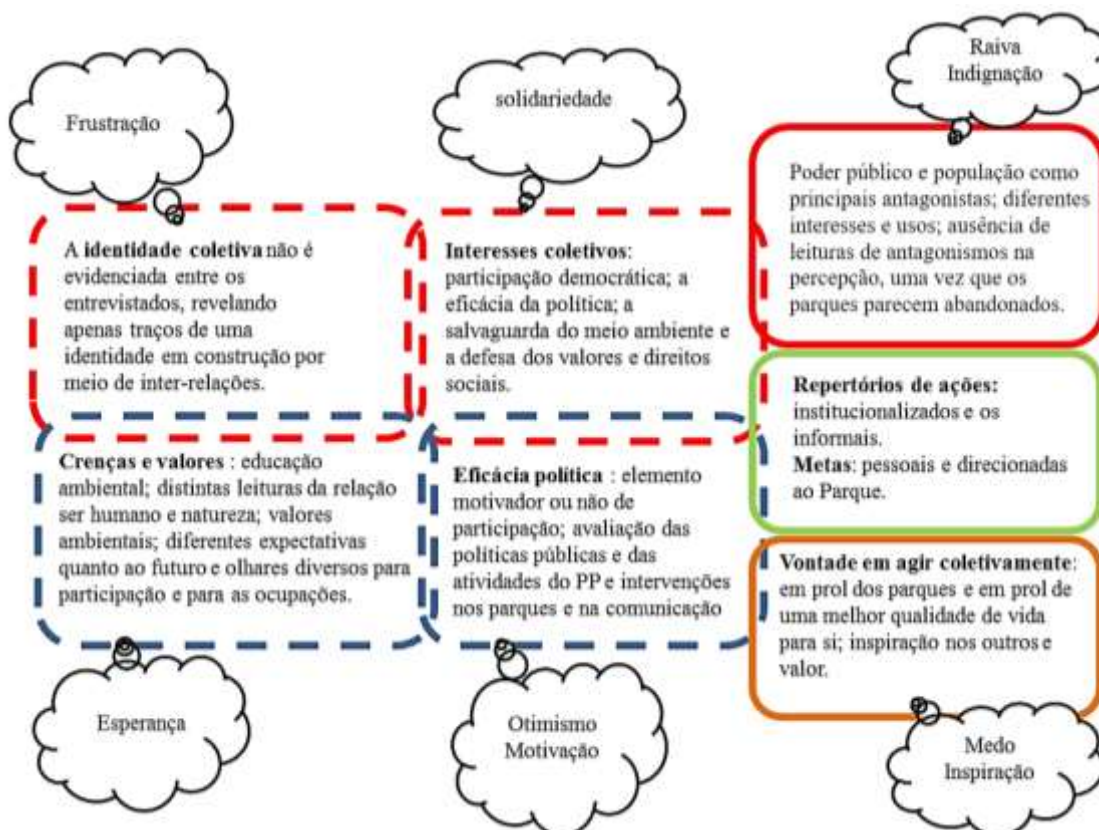
O ordenamento e categorização dos conteúdos, segundo o mapa da consciência política, foram feitos entre as oito categorias dispostas no modelo analítico, *identidade coletiva; crenças, valores e expectativas societais; interesses antagônicos e adversários; eficácia política; emoções, incluso os sentimentos de justiça e injustiça; vontade de agir coletivamente; repertórios e metas de ações; interesses coletivos* e a criação de uma categoria própria à esse estudo, *representações dos parques*, em referência a construção de memória coletiva em relação a essas áreas. A categorização se deu em três fases (ver apêndice 03): na primeira, separaram-se os conteúdos entre as categorias; na segunda, foram elencados os

subtemas mais evidentes dentro de cada categoria; e, na terceira, traçados os pontos e elementos de convergência e divergência entre os entrevistados, identificando as representações sociais.

CAPITULO V. RESULTADOS

5.1 Dimensões da Consciência política

De modo a evidenciar as principais representações encontradas e interpretadas nesta pesquisa no que tange as dimensões da consciência política dos atores entrevistados, segue a inclusão delas no quadro analítico.



Quadro 8 - Representações das dimensões da consciência política

Identidade coletiva

Chamo de identidade coletiva o processo de “construção” de um sistema de ação. A identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por certo número de indivíduos (ou grupos, em um nível mais complexo) que concerne às orientações de suas ações e o campo de oportunidades e constrangimentos no qual esta ação tem lugar. Por “interativa e compartilhada”, compreendo que estes elementos são construídos e negociados por meio de um recorrente processo de ativação de relações que atuam os atores juntos. A identidade coletiva, como um processo, se refere a uma rede de relacionamentos ativos entre atores que interagem, se comunicam, se influenciam mutuamente, negociam e tomam decisões. (Melucci, 1996, p. 70).

Esse processo de construção de um sistema de ação, apontado por Alberto Melucci (1996), em que existem negociações entre atores, construindo, assim, uma identidade compartilhada, não parece um elemento constitutivo comum da consciência política dos atores desta pesquisa. A maioria dos entrevistados, em ambas as cidades, enunciaram suas identidades sociais, pouco aprofundando e evidenciando as identidades coletivas. Ao se apresentarem e tratarem de suas atuações, falaram, sobretudo, dos papéis que assumem em suas biografias, como professores, pesquisadores, políticos, técnicos especialistas, do lar, estudantes etc. Poucos mencionaram uma identidade compartilhada e interativa, fruto de negociações políticas. Melucci (1996) define que a identidade coletiva contém três elementos constitutivos, as definições cognitivas de grupo, a relação ativa entre os atores em interação e as emoções implicadas e investidas nesse processo. Ao que parece, embora os atores dessa pesquisa compartilhem algumas definições cognitivas de movimentos sociais e tragam emoções às suas práticas, no geral lhes falta um engajamento ativo junto a outros, de modo a negociar, comunicar e definir tal identidade.

É importante lembrar que, tal como pondera Salvador e Silva (2016), a identidade coletiva é uma especificação da identidade social quando o sujeito é politizado. Isso não quer dizer que os entrevistados não intervenham na esfera pública ou que não interpretem e interpelem os contextos políticos, contudo, no geral, ao narrarem seus processos de participação e leituras da conjuntura, poucos trouxeram contingências políticas que constituíssem suas identidades compartilhadas. No geral, a identidade coletiva não é referenciada, ainda que suas biografias sejam permeadas por uma rede de relacionamentos ativos que se influenciam e significam mutuamente.

Pode-se dizer que as entrevistas mostraram, sobretudo, traços de identidade coletiva, os quais em confluência podem efetivá-la ou deixá-la mais notória entre os atores sociais. Tais traços aparecem por meio de quatro diferentes perspectivas, a saber: a) ligados à atuação profissional; b) via ocupação política; c) por meio da participação comunitária e d) pelo pertencimento a grupos de ação coletiva.

Em paralelo à atuação profissional, destacam-se as narrativas de entrevistados que consideram sua importância no todo e que é preciso unir forças para um objetivo comum. Rosângela (56 anos, Americana) cita sua participação junto às comunidades escolares que participou, bem como no entorno onde essas instituições estavam inseridas. Além de seu pioneirismo, militância e dedicação com a pauta ambiental, a entrevistada percebe-se vinculada a uma luta coletiva. A propósito, foi a única entrevistada que demonstrou uma identidade coletiva notória. Ricardo (39 anos, São Francisco de Paula) fala de seu trabalho

com perfil investigativo e permeado pelo direito ambiental, tema pelo qual se interessa. Embora não faça referência a um grupo de pertencimento, ao pressionar o Poder Público a cumprir suas responsabilidades, tem buscado suporte e parcerias em outras instituições e pessoas, reconhecendo que seu trabalho como parte de um processo. Nesses casos, em que a consciência política é construída por meio do trabalho, ela é evidenciada pela abertura e interesse em dialogar com outras instituições, considerando um sistema de ação coletiva.

Rubens (62 anos, Americana) evidencia como a identidade coletiva pode ser construída junto à ocupação política. Menciona ele duas bandeiras com quais se dedica, a causa das pessoas com deficiência e o meio ambiente. Por identificar-se com essas pautas, articula-se politicamente junto a outros atores a fim de avançar nesses temas. Evidencia a apropriação de interesses coletivos, em que grupos sociais estão articulados para sua defesa.

Sendo a participação comunitária um meio de construção da consciência política (Montero, 2004), pode também, por conseguinte, produzir a identidade coletiva. Duas entrevistadas se veem com lideranças nas localidades onde vivem, contudo, não enxergam um movimento articulado e organizado em que estejam inseridas. Raquel, que se nota como uma liderança na ocupação do Zinção, assume o papel de líder, mas não se vê como parte de um movimento. *“Todo mundo só indica eu, é pra fazer uma coisa, ‘ah, não tem, fala com a Raquel’, ‘não, vamos fazer isso’”* (Raquel, 57 anos, Americana). Jéssica (25 anos, São Francisco de Paula) já se candidatou ao cargo de vereadora e participa como conselheira do Parque representando a ocupação da Vila Jardim, apresentando um perfil proativo junto aos seus pares.

Os laços de pertencimento a grupos de ação coletiva também denotam traços de identidade coletiva para cinco entrevistados, nesse caso, os quais mais se aproximaram de uma ideia de *nós* político. Em comum, todos apontam a importância do associativismo, do trabalho colaborativo e seus feitos em conjunto. Carlos (50 anos, Americana); Bárbara (82 anos, Americana); Bento (58 anos, Americana); Eduardo (49 anos, SFP) e Caio (30 anos, SFP), todos eles identificaram-se com os grupos de afeto e ação política, como a Associação Amigos da Gruta, o Projeto Eco Serra e um coletivo de assentados, reconhecendo a importância dessas coletividades.

Apenas dois entrevistados apresentaram uma identidade coletiva demarcada, um se reconhecendo como comunista, uma minoria política que está em constante negociação com as estruturas sociais e outra se reconhecendo como ambientalista crítica, ponderando sua práxis cotidiana. Os demais entrevistados, ainda que tenham ponderado a importância de trabalhos conjuntos e compartilhados, não trouxeram referências de uma identidade coletiva

capaz de congregar interesses comuns e de negociações, de modo a se apresentarem como um *nós*, articulando interesses comuns.

Ao que parece, por não haver um movimento articulado entre eles, suas ações centram-se em atividades isoladas, assim, é compreensível que emergjam mais as identidades sociais que as coletivas. Assim, coadunam com a ideia de Bauman (2003) de que uma das marcas da modernidade é a individualização em contraposição à comunidade, em que ganha força a busca por soluções biográficas ou isoladas para problemas sistêmicos. Tanto é que, mesmo nos caminhos em que se notou a construção de uma identidade política, o que se destaca são as ações pessoais, não negociações e identidades compartilhadas.

Considerando a diversidade de identidades sociais em cena, haja vista que não há um movimento articulado nas cidades, a formação de uma rede de ação com múltiplos agentes e instituições poderia ser um caminho para construção de uma consciência política, em que os atores negociam as pautas e interesses, de modo a emergir uma identidade coletiva. Outro caminho seriam as negociações conjuntas com Estado, não particularizadas. As denúncias, por exemplo, não podem estar a cargo de uma única pessoa ou instituição.

No geral, as narrativas parecem mais alinhadas a uma identidade legitimadora, tal qual define Castells (1999), moldada pelas instituições dominantes e racionalizada por elas. As institucionalidades de defesa dos parques, por exemplo, estão todas dentro de um script de atuação esperado, não há provocações que causem rupturas a ponto de contestar a conjuntura. Nesse sentido, não se observa outros tipos de identidades, como as de resistência ou as de projeto. Os entrevistados que fazem parte de coletivos que visam a se instituir trazem elementos que apontam para uma identidade de projeto, mas não é evidente.

Cabe reconhecer que as identidades sociais incluem diversos papéis e que cada um destes demanda atitudes, posturas e comportamentos, com sorte que a consciência política pode advir de vários processos de inter-relação. Giovani (43 anos, Americana) pontua que além de político, é comerciante e munícipe concomitantemente. Assim, não necessariamente a consciência é fruto de sua atuação como representante público, podendo identificar-se mais como morador local.

Uma estratégia de mobilização frente à desproteção dos parques municipais seria conciliar esses traços de identidade coletiva, estimulando práticas associativas junto aos grupos de pertencimento, com a construção de um projeto de futuro, de modo a criar um denominador comum – negociado - junto aos desejos e expectativas coletivos, formando uma identidade compartilhada.

Interesses coletivos

Os interesses coletivos aparecem transversalmente às demais dimensões da consciência política, muitas vezes mencionados nas falas como não dito, em ajuizamentos ante aos interesses antagônicos ou junto às expectativas e crenças sociais, à vontade de agir coletivamente e aos valores que associam à coletividade. Quatro conjuntos de representações congregam os interesses coletivos, a participação democrática, a eficácia da política; a salvaguarda do meio ambiente e a defesa dos valores e direitos sociais.

Quanto à participação democrática, foi apontada a transparência pública, a credibilidade dos representantes públicos, a paridade participativa nos espaços decisórios e de interesse social, de modo que a população faça parte das negociações. Tais representações coadunam com o postulado de Jacobi (1999), para quem a democracia possibilita que os movimentos sociais ganhem força e gerem novas pressões ao Estado. Além disso, confirmam que o processo de redemocratização conferiu aos movimentos ambientalistas uma consciência de participação e de defesa de tal regime como orientação identitária, tal como definiram Alonso, Costa e Maciel (2007).

Considera-se também que essa participação democrática se dê por diálogos e aproximações de diferentes atores sociais, envolva a população e caminhe-se junto em direção aos objetivos comuns. Menciona-se que essa participação ocorre de diversas formas, dentre elas tensionando as formas hegemônicas de organização social e leituras de cidade almejadas e planejadas. Pondera-se que o engajamento pode levar ao senso de propriedade pública e trazer para uma consciência ambiental mais próxima da realidade. Sendo assim, a experiência democrática aproxima os atores de onde estão inseridos. Coloca-se a importância do controle por meio dessa participação, sendo um interesse de todos, gerando corresponsabilidade e senso de limites ao Estado. Dessa forma, reconhecem a relevância do trabalho conjunto entre poder público e sociedade, de modo que as políticas públicas tenham mais continuidade. Vânia (50 anos, SFP) julga que essa é uma maneira da população cuidar de si própria e de se priorizar demandas daquilo que quer ou necessita. Tendo a participação política tanto o caráter individual, quanto coletivo (Dallari, 1984), convém considerar que, num Estado democrático, ambas as formas de atuação, individual e coletiva, são necessárias e importantes. Assim, visto que a participação é reconhecida por meio de ações individualizadas, é importante canalizar forças para outros caminhos também, como as lutas coletivas, os associativismos e a reivindicação de princípios comunitários.

Sobre a eficácia política como um interesse coletivo, aponta-se o cuidado com os recursos públicos, aplicando-os adequadamente. A política deve estar a serviço da qualidade de vida e do humano e não cooptada por interesses e demandas pessoais. Nesse sentido, aponta-se a necessidade de desburocratizar a ação pública. Jorge (36 anos, SFP) chama atenção que para resolver os conflitos, é preciso a busca de soluções criativas, não apenas levantar os problemas. Logo, é preciso um alinhamento de linguagem, da comunicação a fim de se estabelecer o diálogo, a emergência de ideias. Assim, o fato de engajar-se com alguma pauta ambiental e coletiva com fins pragmáticos é um caminho para o atendimento desse sentido de eficácia. E faz sentido essa representação dos entrevistados, haja vista que como tem ensinado Castells (1999), o pragmatismo do movimento ambientalista tem proporcionado uma vantagem em relação aos avanços e pautas ambientais, por congregar leituras de mundo, conhecimento e práticas de intervenção.

No que tange à salvaguarda do meio ambiente como um bem comum, os entrevistados identificam os parques e as áreas naturais como patrimônios humanos e naturais, ou seja, os reconhecem como bens compartilhados, como heranças geracionais. Isso invoca um objetivo coletivo ao pensar nas futuras gerações. Além disso, muitos ponderam que o turismo representa essa valoração social da área natural. Falam da importância de áreas verdes para o bem de todos, das belezas naturais, da biodiversidade, das florestas e seus recursos. Isso denota que os entrevistados parecem estar mais próximos a um *frame* socioambientalista, que se tornou hegemônico na década de 1980 (Alonso, Costa e Maciel, 2007), visto que os entrevistados, no geral, associam a preservação ao uso humano, a exemplo, o turismo. Isso não quer dizer que não apareceram perspectivas conservacionistas ou neoconservacionistas. Inclusive, sobretudo, em São Francisco de Paula, por ser uma localidade com muitas unidades de conservação, um neoconservacionismo é notado, para alguns fica clara a demarcação de autoridades profissionais relacionadas à área ambiental.

No tocante à defesa de valores e direitos sociais, aponta-se a consideração do próximo como sinônimo de respeito à natureza; a igualdade; a solidariedade; a comunhão; o associativismo; o direito ao meio ambiente saudável; a garantia do bem-estar das comunidades humanas, animais e vegetais; o lazer como um direito do cidadão; os direitos das minorias políticas; os direitos básicos como habitação, o saneamento e o acesso à água potável. É da natureza dos direitos humanos a questão ambiental (Zygmunt Bauman, 2003). Assim, fala-se do acesso de todos, da acessibilidade nos parques. Apontam as questões materiais para tanto, dando destaque à infraestrutura e equipamentos públicos; a segurança; a limpeza e a organização. Também é problematizada em algumas entrevistas a contraposição

de estereótipos como um interesse coletivo, ao falar da mudança de estigma das pessoas de baixa renda, associadas à periculosidade dos parques. Ou ainda de que apenas elas causam danos às áreas naturais.

Posto isso, observa-se interesses coletivos diversos, que podem ser reivindicados por diferentes estratégias de luta, para mobilizações coletivas ou mesmo como valores e expectativas sociais.

Crenças e valores sociais

No que tange às crenças e valores sociais, notam-se as expectativas com relação à educação ambiental; as distintas leituras da relação ser humano e natureza, bem como de modelos de salvaguarda de áreas naturais; alguns valores ambientais; diferentes expectativas quanto ao futuro para as novas gerações em relação à percepção do parque e olhares diversos para as formas de participação política e para as ocupações.

Nota-se uma série de expectativas com relação à educação ambiental. Ao falar sobre as expectativas com relação ao Parque da Ronda, um dos entrevistados aponta que em *primeiro lugar, a educação das pessoas é fundamental, das gerações*. (João, 43 anos, SFP). Outra entrevistada defende a educação transformadora, como um projeto político que impacte na realidade. Para ela, existem contrapontos entre a educação ambiental, que pressupõe uma metodologia de campo e reflexiva, e a educação formal, estruturada num modelo bancário, depositário de conhecimento, muitas vezes não relacional e crítico. *A educação bancária, depositária de conteúdos, baseada num currículo não se comunica com a realidade e, portanto, não leva à reflexão*. (Rosângela, 56 anos, Americana). Acrescenta-se que o ensino formal precisa se transformar, julgando-se que a educação ambiental deva estar nos currículos escolares desde os anos iniciais até a graduação, abrangendo todas as faixas-etárias. As professoras e os professores precisam antes serem sensibilizados e educados para serem multiplicadores, contudo, notam-se alguns limites, *o município tem vários problemas com relação à formação de professores*, (Vânia, 50 anos, SFP), logo, a educação ambiental representa uma oportunidade de formação desses profissionais. Os entrevistados acreditam que essa demanda seja papel tanto do poder público quanto de outras instituições e atores:

Olha, eu acho que tem que começar pelo poder público e acho que também poderia ser em parceria, talvez, com estudantes das faculdades, da área ambiental da própria área de turismo e fazer visita monitorada. Acho que isso seria uma forma

de você levar conscientização para as pessoas. Poderia abordar, abranger crianças, adolescentes e adultos. Acho que na própria grade curricular, no caso das escolas municipais, poderia estar enfocando o sítio da gruta. (Rubens, 62 anos, Americana).

Acrescenta ele que o sentimento de pertencimento, por meio da educação ambiental, ajudaria na preservação, julgando que atualmente as pessoas não se sentem donas daquela área, no caso, o Parque da Gruta. Outros entrevistados coadunam com a ideia de que falta sensibilização da população. E a troca de conhecimentos acumulados possibilita mudanças de percepção, bem como novas consciências ambientais, podendo gerar o pertencimento. Uma entrevistada traz um exemplo disto, ao contar sobre sua primeira visita no Parque da Ronda e a mudança de percepção após a mediação em aula:

Cheguei na aula à noite e falei com o professor, “nossa, que lugar bonito”. E ele “que pena que é totalmente contaminado, totalmente poluído. As primeiras quatro cachoeiras são muito poluídas”. Daí, depois com outro olhar de novo, com outro olhar, comecei a achar lixo, pneu, porque daí parece que onde tem acúmulo de lixo, as pessoas acabam colocando mais, então, se torna rotina isso acontecer. Tem que se fazer um trabalho de envolvimento das pessoas, de pertencimento. (Kamila, 36 anos, SFP).

Além das instituições educacionais, acredita-se no papel das Organizações não governamentais (ONGs) nessa tarefa. *O desafio era cuidar daqui, mas às vezes pode até criar uma ONG, tipo escola, né, para ensinar muito jovem que vai crescendo, o que é o botânico, o que é uma área do parque.* (Antônio, 60 anos, Americana). Os entrevistados apontam que a educação ambiental está relacionada com os valores das pessoas. *A consciência ambiental envolve reconhecer que o homem é mais um na natureza.* (Fátima, 62 anos, Americana). Os parques podem mudar a consciência de muitas pessoas sobre o meio ambiente e o desafio é valorizá-los para tanto, junto à população e ao poder público. *Enquanto não houver a valorização, ela vai continuar em segundo plano.* (Gionani, 43 anos, Americana). A educação ambiental traz proximidade às questões socioambientais, faz com que as pessoas se tornem mais conscientes de suas responsabilidades. Um dos entrevistados faz um comparativo entre uma floresta já valorizada no imaginário social em detrimento a outra área natural, negligenciada pelas pessoas. Questiona ele essa seletividade e falta de coerência.

Porque na cabeça de todo mundo, “ah, nós temos que preservar Amazônia”, tá lá longe. A gente tem que preservar a gruta, “esse mato só serve para atrair bicho e esconder bandido”. Então, uma unidade de conservação serve para quebrar essa

mudança. Por que lá tem que ser preservado e aqui não? (Pedro, 38 anos, Americana).

Nesse sentido, a educação ambiental aparece como uma estratégia para conscientização das pessoas e que os Parques e as unidades de conservação são lugares relevantes para tal prática, que por vezes são raros, sobretudo, em áreas urbanas, tal como pondera um dos entrevistados.

Acho que uma estratégia é através da levar a comunidade pra conhecer o lugar, desenvolvendo a questão ambiental, desenvolver essa consciência do meio ambiente, que falta aqui pra nós, seria um bom lugar pra começar esse trabalho com a comunidade, né. (Eduardo, 40 anos, SFP).

Essa estratégia confere uma continuidade às ações e ambições de preservação, haja vista que há um intercambio geracional e troca de conhecimentos acumulados. A educação ambiental é útil *para que as próximas gerações continuem com o trabalho de recuperação*. (Ricardo, 39 anos, SFP). Os entrevistados parecem estar todos alinhados e de acordo que uma Unidade de Conservação pressupõe esse compartilhamento de informações e formação. Um entrevistado reconhece as UCs, da educação ambiental e contemplação como espaços de sintropia, que representa o ordenamento de um sistema.

Eu gosto da ideia do parque, a ideia de conservação, a ideia de poder trazer as pessoas para dentro, a ideia de formar aqui um Centro de Educação. Entenderem que a evolução do planeta, eu acho que ela vai só até um certo ponto. (...) Os recursos são finitos, se as pessoas não entenderem que existe uma sintropia, uma relação que demorou milhões de anos(...) eu sou entusiasta da contemplação para o entendimento. (Roberto, 51 anos, SFP).

Desse modo, por essas leituras, as Unidades de Conservação atendem sua função, que além de preservar, é educar a sociedade. Ela só se efetiva dessa forma. *Se não for uma área de educação, de formação, a unidade não tem. Deve ser um lugar para entender a vida, porque está ali sua função*. (Vânia, 50 anos, SFP). A entrevistada acrescenta que, na sua experiência, faz diferença quando se entende o lugar, seja pela história, paisagem, a formação vegetal etc. Logo, para ela, não dar a informação, não explicar o parque é perder uma oportunidade de explicar o mundo que habita, sendo um desserviço de um parque. As Unidades de Conservação têm importância nos espaços onde estão inseridas e cada espaço tem uma história, logo, uma função social, além de ambiental.

Embora uma entrevistada tenha algumas ressalvas para com os interesses econômicos e o turismo, inclusive, ponderando que primeiramente se deve considerar a comunidade local

e depois o visitante, a maioria dos entrevistados enxerga o turismo como uma possibilidade para essa educação ambiental, bem como uma forma de geração de renda. Para um dos entrevistados *o lazer e o ganho econômico são consequências do objetivo principal* (Jorge, 36 anos, SFP). O entrevistado pondera os lados negativos e positivos, considerando outra função dos parques, a integração do país e mostrar suas riquezas.

O turismo é fundamental, porque é ele que fará a transferência de conhecimento, de técnicas, de soluções, né. Então, eu não vejo as coisas, ainda que saia, tudo tem seu lado prejudicial, eu procuro ver o lado positivo. Os parques também têm essa função, de integrar o país, de mostrar “olha, isso aqui nós cuidamos, mas pertence a todos nós. (Jorge, 36 anos, SFP).

A educação e as atividades correlatas, como o turismo, o lazer e a contemplação, são oportunidades para criar a identidade dos parques, considerando três funções básicas: preservar e proteger; promover estudos, por meio de pesquisas que geram conhecimento e a educação ambiental.

Mas a principal [função] é a preservação, tu ter um ambiente ameaçado, tu tem um ambiente relevante, tu vai proteger esse ambiente para que ele continue, né, relevante, continue tendo vida, pra que tudo que depende dele continue funcionando. Essa é a principal de uma unidade de conservação, né. Mas, segundo, não menos importante, é a produção científica, quer dizer, tu ter um lugar pra pesquisar como os sistemas naturais funcionam, como agem, né. E o terceiro é a educação ambiental, né, que não é menos importante. Então, *tu promover* educação e o conhecimento é a garantia que *tu vai* realmente conseguir preservar. (Jorge, 36 anos, SFP).

Assim, pondera-se que o desafio do parque é fazer com que as pessoas tenham consciência do quanto ele é importante ao ponto dele se tornar um parque, ser reconhecido como tal. O papel da educação ambiental é fazer com que as pessoas entendam o porquê o parque é importante, possibilitando a identificação, o pertencimento e a efetividade do parque. Isso implica a participação das pessoas, sendo uma das estratégias quando o Parque ainda não está estabelecido.

Mais do que todo processo jurídico e científico, é preciso ações, e só executa ações quem realmente se identifica, né, com o lugar e acredita naquele lugar, que consegue visualizar ele. Então, o que faz a diferença dele acontecer ou não acontecer, é a gestão que ele tem, quem são seu gestores, quem está à frente disso, juntando essas informações e tentando executando algo pra que aquilo aconteça. Quando ele está estabelecido, ele é muito mais fácil, né, porque tu já tem o

procedimento, uma rotina, algo construído, só precisa manter, então, ele é bem mais fácil. (Jorge, 36 anos, SFP).

Além das funções previstas para os Parques, como a educação ambiental, uma série de percepções em relação ao ser humano e natureza, bem como em se tratando dos modelos de parques, aparece relacionada às consciências dos atores sociais. Se por um lado, alguns acreditam numa relação dicotômica entre ser humano e natureza, defendendo um modelo preservacionista de parques; por outro lado, existem aqueles que reconhecem o ser humano como parte constitutiva da natureza e que, portanto, devem ser inseridos nas ações de preservação dos parques. A maioria dos entrevistados alinha-se a segunda perspectiva.

Um exemplo da leitura dicotômica é identificar nos seres humanos uma ameaça. Para um dos entrevistados, cercar é uma forma de garantir a segurança e preservação da área, defendendo a ideia de que um parque deva ser intocado pela intervenção humana.

Então, ela está praticamente limitada a ser uma área, assim, quase intocável, né. Que nós queríamos que fosse, realmente, intocável, mas aí tem que ter muito... ali são 200 hectares que pertencem a união, é complicado. (Oscar, 73 anos, SFP).

A área da união, citada pelo entrevistado e que considera complicada, já não é mais intocada, pois é onde está situada a ocupação da Vila Jardim. Logo, parece um desafio complexo buscar esse princípio inicial, considerado um consenso à época. *Era uma questão fechada, ser uma área intocada.* (Oscar, 73 anos, SFP). Havia uma metodologia de salvaguarda do parque prevista, de modo a garantir esse modelo de proteção, considerando tanto uma natureza intocada, quanto a manutenção e o controle. Outra entrevistada alinha-se a essa ideia, de que o ser humano parece um sujeito predatório, alegando que *um parque, ele tem que ser cercado primeiramente, aí as pessoas num judia, num maltrata os bichos, num maltrata as arve [árvore]* (Raquel, 57 anos, Americana). Essa ideia de área intocada faz alusão ao que Diegues (1996) diz dos mitos modernos da dicotomia entre ser humano e natureza que colocaram estes em oposição, inclusive, reforçando o modelo de áreas de conservação preservacionistas que emergiram nos Estados Unidos.

Contudo, a compreensão ser humano-natureza nem sempre é objetiva, uma entrevistada traz uma contradição em sua fala. Primeiramente, alega que fechar o parque não garante sua segurança e sim sua manutenção e cuidado, com pessoas responsáveis para tanto. Entretanto, diz que gostaria de cercar sua área, um pedaço onde cultivava árvores frutíferas, para ser mais preservada contra furtos.

Os entrevistados trazem consideram a complexidade em preservar e limitar os usos nas unidades de conservação. Ainda que se defenda o uso como forma de conservação e preservação, considerando que um ambiente isolado é refém de maus usos e utilizações depreciativas, é necessária a intervenção do poder público, pois *onde o poder público é ausente, é terra de ninguém*. (Roberto, 51 anos, SFP). Defende ele que a proposta de preservacionismo seja importante numa primeira fase de conscientização da população.

Quando eu tive a visita do pessoal do Ministério do Meio Ambiente, a primeira placa que tu chega na entrada do parque, tá escrito 'Parque Natural Municipal da Ronda, acesso restrito'. Ele diz, assim, isso é a primeira ação, a segunda ação tu vai dizer assim 'Parque Natural Municipal da Ronda, sejam bem-vindos', só que nós temos que restringir, por enquanto, que ele está sendo feito mau uso, as pessoas tem que entender que uma unidade de conservação tem regras, tem que ter um status de, de, como eu vou te dizer, assim, tu tem que mudar os seus hábitos para entrar ali, são regras, tu tem que te comportar conforme tá previsto dentro de todo uso dessa estrutura e infraestrutura que tem ali (...) então nós temos que ter as pessoas que oriente, explique primeiro o que é o parque, nós vamos começar a produzir vídeos institucionais, vamos passar em todas as escolas né do município, o que que é um parque, o que que é uma unidade, qual é a relação que ela tem com a cidade, que a partir daí, nós vamos conseguir fazer que as pessoas tenha outro entendimento do que é o parque. Eu tenho exemplo de colegas e outras unidades aqui que tão trazendo as escolas para dentro do Parque e tão tendo retorno positivo (Roberto, 51 anos, SFP).

Outra entrevistada alinha-se a ideia de que o parque isolado não é preservado e que o uso e as estruturas que conferem seu cuidado, contudo, que é preciso certas restrições para sua utilização. Questiona-se sobre o modelo de gestão adotada nos parques brasileiros, pelos gestores dos parques.

O Brasil muito tempo ficou nesse modelo americano de preservação, tira todo mundo e deu, preserva assim, o homem não é bem-vindo, porque ele acaba, ele estragou com tudo, então, não tem mais essa. Pra conservar o bicho, se afasta de gente, que tem uma lógica, mas... né. Hoje existe modelos no mundo, de gestão, muito avançados, muito compartilhados. A própria África, né. Eu lá no seminário alemão, falando da gestão, aí o cara lá, não sei da onde, olhou pra mim 'Mas, *Vânia*, isso ai não se usa mais, a gente já tá em um modelo de gestão de unidade de conservação que a população participa efetivamente', né. Então, assim, qual o modelo que a gente tem de gestão? Qual o modelo que o gestor tem? Que vivências de modelo que a gente tem? (Vânia, 50 anos, SFP).

A entrevistada acredita que se o parque for ocupado com planejamento, ele será cuidado, se ao contrário, for isolado, será lugar de imprudência. Defende que a comunidade deve usar o parque, desde que respeitando seus objetivos. Tal ideia prevê que o parque não seja assegurado e preservado pelas cercas e livre de interação humana, mas ao contrário, rompendo essas fronteiras e considerando as pessoas como agentes de proteção. Assim, outros entrevistados somam a proposta de preservação sem os muros, considerando o ser

humano como parte do processo de salvaguarda, haja vista que o isolamento e o aparato de controle nunca serão suficientes mediante essa relação dicotômica.

Mas quando tu excluí as pessoas lá de dentro, né, acontece que o poder público não consegue dar conta da fiscalização, eu sou fiscal, eu sei do que eu estou falando, né. Nunca tem pessoas suficiente, tu não tem equipamento às vezes, tu não tem e aí acaba que tu perde um pouco. Enquanto essas pessoas que estão lá, que estão vivendo disso, que estão tirando seu sustento ali dos parques e tal, tu consegue fazer qualquer coisa fique mais conservado no interesse deles preservar, né. Por isso, eu tenho um pouco dessa coisa de não querer excluir as pessoas lá de dentro, sabe? De deixar as pessoas lá e trazer elas pra junto, mas, aí também já me levantaram uma questão e, aí, claro, tudo tem os dois lados, né. “Ah, porque essa geração que está ali”, “Mas depois o pessoal morre, os filhos, o que eles vão querer fazer? Vão continuar concordando com manter o interesse do parque?”. Tem toda essa coisa, né, mas, na categoria que eu coloquei ali, se isso acontecesse, aí sim, tu tem, tu tem como fazer a desapropriação, tu não tá te enquadrando, tu não tá aceitando, então, vamos te indenizar e a gente fica com a tua área e tu vai fazer o que tu quer em outro lugar. Então, uma REVIS te dá essa possibilidade. (Cíntia, 42 anos, SFP).

Para ela, uma nova categorização da unidade de conservação, prevista no Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação (SNUC) seria necessária, apontando o Refúgio de Vida Silvestre (REVIS), como essa possibilidade de conciliação dos interesses sociais sobre a área, considerando que o uso humano não seria um problema para o parque. Outra entrevistada coaduna com suas ideias, quando pontua que dificilmente as populações que tradicionalmente moram nessas regiões queiram de alguma forma tirar e destruir a floresta original. Para ela, ao contrário, “eles têm até uma dignidade de estar cuidando daquele lugar. E eles se sentem extremamente ofendidos quando tu chega e ‘não, você tem que ser’, parece que você é o intruso daquele lugar” (Vânia 50 anos, SFP). Acrescenta a gestão do parque deve ser próxima a essas pessoas, quem está dentro e no entorno.

A relação de proteção, de pertencimento, não é do pessoal que mora aqui no centro da cidade, mas tem que ser das pessoas que moram no entorno, é eles que vão cuidar, é eles que vão ter que usar, tu entendeu? É eles que vão ter que entender que sistema é aquele, que paisagem é aquela, né. (Vânia, 50 anos, SFP).

Outros entrevistados reforçam a importância das pessoas que vivem nas proximidades, ao ponderarem que quem deve cuidar do parque é principalmente a comunidade, não isolá-la. *Mas a comunidade, principalmente os bairros do entorno, tem que estar participando, vivenciando, né.* (Eduardo, 40 anos, SFP). Um entrevistado defende a proposta de ecogênese, em que uma área antropizada que não se nota a intervenção do homem. Para ele, a participação da sociedade tem que existir, apontando o controle social como uma forma mais eficaz de preservação do que o cercamento. Para ele, essa leitura de

ação pública alinha-se à democracia, que prioriza os interesses coletivos e traz resultados mais duradouros. Soma-se a tudo isso, a ideia de preservação por meio de um senso de propriedade pública. A maioria dos entrevistados não vê o poder público o único responsável por cuidar dos parques, pelo contrário, quando fica apenas na sua mão, não dá certo. Contudo, o vê como antagonista por não cumprir uma série de expectativas.

Seria muito leviano é de todos nós, é muito filosófico, que no fundo é, é uma área pública, um bem público, mas não dá desvincular o Poder Público como o proprietário como responsável. É como a gente falou, essa sensação de propriedade. É público, parece que é da prefeitura e não é meu. O que não deveria ser assim, é público, é de todos nós, eu tenho que zelar por ele, tenho que denunciar o que vejo errado, tenho que pegar no pé de quem faz errado. A gente tem que amadurecer. Eu mesmo tenho que amadurecer esse conceito dele na minha cabeça, ainda mais todo mundo, a gente está discutindo isso aqui. (Pedro, 38 anos, Americana).

Frente a tal complexidade, um entrevistado pondera que o bem público tem dono, no caso, “o povo tem que começar a entender que ele é o responsável por manter aquele Parque, por ele. Ele é responsável por manter ele junto à integridade do Parque” (Clovis, 49 anos, Americana). O importante é entender que essas leituras não são fixas, elas mudam conforme as pessoas adquirem conhecimento, amadurecem e conhecem outras perspectivas. Outro entrevistado fala de seu processo de mudança de concepção do parque, julgando a transformação positiva. Antes, gostava do modelo de parque de proteção integral e de uso restrito; no momento, acredita que uma recategorização seja pertinente.

É eu acho que eu já fui, a gente vai mudando, né. Isso é legal, assim, eu já achei o máximo esse tipo de modelo, e hoje em dia eu acho que uma recategorização daquela aérea seria pertinente, porque é o que acontece com a maioria das UC, o governo não tem grana pra comprar aquela área e não tem necessidade se tu pegar aquela área, se tu fizer uma análise bem parcial, bem técnica, o que é área de uso restrito ali hoje em dia pelo código florestal? Quase tudo, o que é APP de hidrografia? Muita coisa. O que é área de APP dentro da unidade? Grande parte. O que é vegetação em estágio inicial secundário e primário, então, tu tem vários outros dispositivos já anteriores até o SNUC que estão prevendo a conservação daquela área, então, a categoria parque poderia ser alterada, ou alguma, isso tem que ser estudado melhor. (Iuri, 30 anos, tecnólogo em meio ambiente, São Francisco de Paula).

Embora se reconheçam os diversos instrumentos de proteção do meio ambiente, tal qual prevê o sistema ambiental brasileiro, mediante os desafios atuais em choque com os interesses de mercado, do agronegócio e especulação fundiária e imobiliária, fica evidente a necessidade de múltiplos instrumentos que garantam a salvaguarda dos recursos naturais, haja vista que muitas vezes as normativas estão reféns de interpretações técnicas que muitas vezes são induzidas por uma ordem hegemônica de produção e apropriação do espaço.

Alguns entrevistados não concordam com o modelo de proteção integral para áreas ocupadas por pessoas que não estão causando conflito, reforçando que a relação gera proteção, uma vez que *a conservação se dá pelo uso, porque as pessoas tendo acesso, elas usando, elas tem aquele pertencimento, isso auxilia.* (Kamila, 36 anos, SFP). O uso restritivo e preservacionista traz algumas consequências sociais, sobretudo aos proprietários, impacta no interesse fundiário, imobiliário e econômico.

É que o cara não quis comprar. Não quis entrar numa área que tem uma série de restrição. Não vai, não vai comprar. Ele queria entrar, conseguir licença para cortar horrores e ter que cortar porque é uma mata fechada, teria que cortar. Muitos lugares até, por ser uma vegetação em estágio inicial, predominante médio, alguma coisa ia conseguir. Mas não o que ele queria fazer, com a expansão que queria fazer, por ser UC. Não sendo UC já seria difícil, mas iria conseguir nos trâmites legais. Mas por ser UC, não iria conseguir, tanto que não comprou. (Gabriel, 34 anos, SFP).

Por outro lado, o interesse comum deve ser assegurando, haja vista que às vezes os interesses privados imperam ante a questão fundiária e territorial. Uma área privada, sendo de interesse público e coletivo, não pode ser restrita por meio de um interesse exclusivamente privado e uma unidade de conservação pode responder esse conflito, priorizando o bem comum, um entrevistado traz um exemplo.

A utilização como espaço público também, né, das riquezas ambientais, por exemplo, Nova Petrópolis lá, aconteceu agora, tem uma cachoeira lá que é super antigo, o costume das pessoas irem se banhar nela, dos antepassados, um amigo meu lá, a cachoeira era pública, aí um cara de fora, comprou a terra. O alemão velho que era dono, morreu, que era uma pessoa da comunidade. Veio uma pessoa de fora, comprou e fechou a cachoeira. Se fosse uma unidade de conservação, consequentemente, isso não aconteceria. Isso eu acho importante também, nesses casos, de tornar público uma área natural que todo mundo tem dever, dever não, tem o direito de conhecer e que, talvez, se for particular, a pessoa vai fechar ou vai explorar economicamente. Quando explora economicamente ainda até é legal, se tem um preço justo, o cara faz uma estrutura. Agora tem gente que “essa cachoeira é minha, ninguém vem aqui”. (Caio, 30 anos, SFP).

Assim, a gestão do Parque, deve considerar principalmente o bem comum, dialogando com todos os atores envolvidos diretamente com a área. Alguns entrevistados colocam muitos gestores são biólogos, técnicos com visão preservacionista. Confirmando a constituição do *frame* neoconservacionista, iniciado nos anos de 1990, tal como aponta Alonso, Costa e Maciel (2007), que substitui a tônica política por uma abordagem técnica da questão ambiental.

Muitas vezes eu vejo que gestores de unidade de conservação são biólogos, que tem visão de preservação, né. Dentro disso, tem que preservar as UC, mas tem que

saber utilizar como gerar renda pro lugar e não fechar para que ninguém entre e conheça, né. Os “ecochatos” que eles chamam. Eu acho que o gestor tem que ser maleável, né, que saiba lidar com a comunidade, aceitar a visitação pública, preservar o que tem que ser preservado e por a lei quando tem que ser realmente colocada em prática. (Eduardo, 40 anos, SFP).

Assim, nessa perspectiva em evidência entre os entrevistados, a gestão dos parques e os planos de manejo devem prever um plano de visitação pública, com o controle de entrada, dentre outras coisas, para uma exploração sustentável. Os entrevistados trazem diversos valores ambientais e significados de sustentabilidade. Existem leituras com ênfase na dimensão ambiental, que consideram o desenvolvimento do ecossistema ecologicamente equilibrado, outras que se atentam aos aspectos sociais correlacionados, definindo que *a sustentabilidade e a humanização são de grande complexidade, se você não pode respeitar a natureza, também não respeita o seu próximo*. (Rosangela, 56 anos, Americana). E ainda aquelas que lembram a questão econômica como parte do tripé.

Quanto à importância da natureza e a relação com o ser humano, há vários significados e sentidos. Embora todos os entrevistados acreditem que a natureza seja um elemento importante, ponderando a importância das águas, dos animais, do uso e pertencimento, a desproteção é sempre associada ao outro, alguns notam que não há cuidado de certas pessoas, outros pontuam que alguns não acreditam na relevância de áreas verdes ou que precise de unidades de conservação. Um entrevistado traz uma referência de responsabilidade, questionando o que se entrega ao outro, numa visão holística.

Porque tu vê, tu tá num lugar ali numa determinada localidade, mas as águas que estão nascendo de ti, vai até o rio dos sinos, que vai atender toda a região metropolitana de Porto Alegre, passando por inúmeros outros lugares menores, então, quer dizer, tudo que tu colocar ali, o que está entregando pra essas pessoas? (Jorge, 36 anos, SFP).

A importância das áreas naturais ante ao modo de vida urbano é outro valor que aparece nas entrevistas. Os espaços naturais; as trilhas; a solidão e reflexão, em contraposição à vida urbana, da aceleração e repetições, parece ser uma busca na atual conjuntura. Um entrevistado acredita que essa busca por áreas naturais representa a necessidade de as pessoas estarem sozinhas para se encontrarem. Muitas vezes tais lugares são valorizados quando se distancia deles, desejando, assim, o retorno, tal como pondera Amyr Klynk, ao considerar que o homem precisa viajar, *sentir a distância e o desabrigo para estar bem sob o próprio teto*. (Klynk, 2000). Outro entrevistado diz do aconchego que sente ao voltar para essa área natural.

O vale, que só tem beleza quando tu vai pra uma cidade grande, fica dois anos, três ou quatro, tem dias que você tem vontade de sair e voltar de onde tu veio, né, porque já tive aqui, já tive em Porto Alegre, em Caxias, tenho casa em São Leopoldo, então, assim, tem dias assim que dá vontade de largar tudo e ir debaixo de uma árvore. Então ali esse lugar pra mim é um lugar especial, qual a visão do ser humano, não tem como medir a visão do que tu tem, se tu chegar naquele lugar ali e olhar sentido à mata, tu enxerga muito longe onde não tem nem imaginação da quantia que tu consegue avistar, que é um vale que pra nós é exuberante, que a gente respeita a natureza e é um lugar ótimo. Pra mim, é um lugar excelente (João, 51 anos, SFP).

Assim, constitui-se outra expectativa com relação às áreas naturais apresentada por alguns entrevistados, que é a importância e necessidade de criar unidades de conservação, haja vista o avanço do modo de produção humano e os impactos no meio ambiente, como a pressão imobiliária e do agronegócio. Muitas vezes não se apresentam os prejuízos das produções, os impactos sociais, mostram-se apenas os benefícios. “O Agro é pop” diz o comercial veiculado massivamente em horário nobre na Rede Globo de televisão. Uma entrevistada mostra que não é bem assim, como aparece na TV.

A expansão do agronegócio, da plantação de batatas, das lavouras, na sua leitura, tem trazido prejuízos sociais, como trabalhos precarizados, prostituições, dispersão aérea de agrotóxicos. Isso não aparece, só o bônus. (...) onde tem um alto índice de concentração de agrotóxicos, pessoas que cometem suicídios, que vê vários problemas sociais, problemas de moradia no município, com a questão de prostituição, com a questão social que muitas vezes, de trabalho escravo que tem na região e que não tinha, ou que pelo menos ele não era evidente e agora ficou mais evidente. (...) Então, assim, é que isso não aparece no agronegócio, só aparece o bônus. E daí os municípios não contabilizam essa parte social quanto se perde, quantas pessoas ficam no município, que dependem da saúde, que vivem em lugar de risco e que provavelmente o município vai ter que realocar e que não se tinha isso. Então, quanto a questão de violência que aumentou, então, assim, porque são pessoas que muitas vezes não são pagas, a gente sabe de histórias de muitas pessoas que não reclamam, porque no próximo mês, não reclamar porque na próxima safra não terão emprego. São pessoas de fora que vem pro município, então, são várias questões assim (Kamila, 36 anos, SFP).

É preciso considerar a relação das áreas naturais com as vidas das pessoas. Ademais, as áreas de preservação não são apenas de quem está nela e seu entorno, são do mundo. Contudo, essa não é uma percepção de todos, ademais, nem mesmo há uma leitura homogênea das áreas naturais. Se por um lado, podem ser vistas como esse lugar de refúgio, descobertas, significações e aconchego, por outro, podem ser vistas como algo não positivo. Depende do ponto de vista, uma vegetação fechada, perto de sua residência, é um problema, pois traz insegurança, questões de saúde pública, periculosidade etc.

A partir disso, destaca-se um paradoxo, pois embora as áreas naturais devam considerar as pessoas, isso não justifica que essa aproximação permita sua destruição. Um exemplo disso é a obra que interliga dois bairros do entorno do Parque da Gruta, a qual ocasionará a fragmentação do parque. Para alguns, um conflito próprio de uma área natural dentro de uma área urbanizada. Assim, nota-se que em áreas de alta densidade populacional o cuidado com os parques deve ser maior, haja vista que a pressão também será e mais elementos em disputa aparecerão em cena. Além de dividir o parque, alguns entrevistados ajuízam que considerar apenas a mobilidade é problemático, pois essa pauta tem se tornado simplista, sem considerar olhares multidisciplinares.

(...) essa questão de discutir mobilidade urbana só pensando no fluxo menor ou maior dos veículos, isso nunca existiu. Porque a discussão, né, de questões de mobilidade urbana, os veículos são apenas uma parte (...). A discussão é muito simplista, dizer que essa via melhoraria o fluxo de veículos, bastante simplista um profissional, né, que pudesse fazer essas medidas. E que teria que ser uma equipe multidisciplinar, ela não pode ter um viés de que isso é o principal (Fátima, 62 anos, Americana).

Outro entrevistado faz uma crítica à valorização do carro em detrimento ao interesse público, a importância da imagem e o urbanismo limitado à questão imobiliária, considerando duas leituras distintas com relação ao parque de Americana.

Eu sempre falo assim: 'é o Oceano Atlântico um oceano que separa África do Brasil ou é um lago que nos aproxima?'. Depende do seu ponto de vista. Para mim, seria... teria que ser um lago que nos aproxima, né? *Pra* outros, é um oceano mesmo que nos distancia. Então, a Gruta Dainese, tem essas duas visões, né”.

Essa reflexão metafórica dos territórios, espaços politicamente construídos, retrata os distanciamentos e proximidades entre os bairros do entorno do parque, onde, de um lado, observam-se as residências dos assalariados e mais abastados e, do outro, as casas inacabadas, dos trabalhadores informais e acometidos pelas vulnerabilidades sociais. Tais territorialidades, interferências no espaço, urbanismo e a mobilidade revelam como o global se estabelece no local, tal como ensina Machado (2003). Os fluxos e materialidade do mercado e modo de produção se inscrevem no espaço, com as particularidades das localidades, mas por meio de signos e forças hegemônicas.

Quanto às expectativas de futuro, a maioria dos entrevistados não gostaria que as futuras gerações conhecessem os parques como eles são hoje. *Não gostaria que as futuras gerações conhecessem o parque como ele é hoje e sim mais natural.* (Bento, 58 anos,

Americana). *Preferia que as futuras gerações conhecessem o parque como conheceu em outras épocas* (Fátima, 62 anos, Americana). Não gostaria que as futuras gerações conhecessem o parque como ele é hoje, *pois não tem uma graça, algo para as crianças se divertirem, infraestrutura*. (Jéssica, 25 anos, SFP). *Prefere que as futuras gerações o conheçam com seu potencial total, com a questão fundiária e os passivos ambientais regularizados e com pontos de educação ambiental*. (Pedro, 39 anos, SFP). *Não gostaria que as futuras gerações conhecessem o parque como é hoje, mas recuperado* (Kamila, 36 anos, SFP).

Eu gostaria de ver ele limpo, bonito, as nascentes pras famílias levar os filhos, que eu lembro muito bem quando eu cheguei aqui, tinha muita avenca ali, tinha muita coisa bonita, tinha ali, quando jogaram o esgoto lá dentro, quando relaxou tudo ali, aí acabou tudo. Então, eu gostaria que as novas gerações, que nem meus bisnetos, pode ser até os tataranetos, que eu já tenho bisnetos, né, que visse uma coisa organizada, limpa, sem destruir (Bárbara, 82 anos, Americana).

Para outros, mostrar o processo histórico, os erros e formas de salvaguarda do parque seria importante às futuras gerações, assim, gostariam que elas conhecessem como ele é hoje, como registro, de modo que pudessem fazer um comparativo, porque a expectativa é que esteja melhor no futuro. A proposta é que conheçam a área degradada e sua recuperação, notando que os mais novos precisam ser informados sobre a história do parque, o que reforça a ideia de Ansara (2008), para quem a consciência política pode ser instigada pela memória, proporcionando formas de ação coletiva.

Olha, pode parecer contraditório, acho que não precisa manter a condição de hoje para que as futuras gerações conheçam como ele está, mas a informação tem que chegar, a história dessas máximas, que as pessoas repetem, que é verdade, ou geralmente é verdade, mas a ideia de que não conhece o passado corre o risco de cometer os mesmos erros. A situação atual de degradação é algo que as pessoas precisam saber lá na frente, mas não precisa se manter esse quadro atual até lá. (Pedro, 38 anos, Americana).

Outros entrevistados confirmam a mesma ideia, alertando mesmo o parque estando depredado, poderia estar pior – e já esteve – o que mostra uma transformação ou referindo-se a importância do processo e da utopia.

Eu acho que teria que ter um histórico contando, mas eu gostaria que as futuras gerações tivessem a unidade como ela deveria ser, ter o objetivo dela, porque ele serve, usufruir dela como realmente deve ser. E saber que começou assim, começou errado, foi criada para tentar resolver os problemas, ficou um tempo sem dar a

importância devida, né, mas que quando chegasse as futuras gerações tenha a infraestrutura desejada, esteja tudo realmente... um sonho, uma utopia, é como eu acho que deveria acontecer com a Ronda (Eduardo, 40 anos, SFP).

Ao ponderarem a importância desses processos de transformação e histórias, apontam para necessidade de participação na defesa desses espaços. Uma entrevistada traz referência à pólis (do grego) e a política, as quais devem estar a serviço da qualidade de vida do cidadão. Logo, todos podem intervir nelas. Frente ao descrédito no Poder Público e seus representantes, cabe ao cidadão o exercício da cidadania e não apenas projetá-la a outrem. Nas entrevistas ficou evidente a crença de que a articulação entre secretarias no Poder Público e junto à própria comunidade é o caminho, contudo, não é o que acontece, são raras as articulações. Uma entrevistada queixa-se do distanciamento ao entrar em contato com o Poder Público.

Nós não tivemos a possibilidade de andar todo o Parque entrar e sair por conta mesmo dessa parceira e desse pedido protocolado pra se fazer isso, que eu nunca tive resposta. Então, o pesquisador fica inseguro”. Essa relação entre público e público tem que ter cuidado, pois envolve as competências de cada um. Todo mundo deve cuidar do parque. O poder público e o cidadão, seja individualmente ou representando instituições. Essa é a conscientização ambiental, um trabalho de parto, muito difícil. (Fátima, 62 anos, Americana)

Os entrevistados apontam para diferenças geracionais em relação aos Parques, enquanto para um entrevistado as gerações mais antigas têm chamado a atenção das mais jovens, que não conheceram o parque; para outro, ao contrário, acredita na juventude, a qual tem reeducado os mais velhos. Tais crenças mostram que independentemente de quem tenha assumido o protagonismo de luta em defesa do parque, todas elas precisam estar envolvidas, seja pelos repertórios e memórias acumuladas ou pelas novas propostas criativas de intervenção, de modo que ambas possam construir significados e projetos em comum. Talvez um denominador entre elas seja a afirmação do espírito público, o qual parece estar em falta, segundo alguns entrevistados. O que tem imperado nas sociedades modernas, frente à meritocracia, ao projeto de vida e destino individual, a lógica do ganho, da vantagem. Uma entrevistada vê esse presente como muito escuro, em que a maioria das pessoas não participa.

Nesse momento eu acho muito escuro. Nesse momento, eu acho que quanto mais nós luta, mais parece que não estamos fazendo nada, porque a maioria não luta junto com a gente. Acha que está tudo bom, está tudo pronto. Tá? (Bárbara, 82 anos, Americana).

Outros enxergam como um momento de exceção que tem desanimado a pessoas de sua faixa-etária, trazendo a noção de uma luta sem fim. *A gente brigou tanto e ainda falta muito, falta muito (...) e as lutas ambientais são pra sempre.* (Fátima, 62 anos, Americana). Um entrevistado aponta a banalização de alguns problemas, os quais de tão recorrentes são naturalizados, pois *a gente acaba se acostumando. O ser humano se acostuma às condições, esquece e deixa pra lá.* (Pedro, 38 anos, Americana). Diante disso, a sociedade civil organizada tem papel importante nessa luta ante ao recrudescimento e a naturalização dos problemas. Uma entrevistada traz o exemplo de atuação do conselho de meio ambiente de São Francisco de Paula, considerando-o ativo e combativo. Ou seja, não basta apenas levantar e pautar as questões ambientais, é preciso engajar-se nelas, contrapondo-se a inércia social e ascensão das pressões da atualidade. Nesse sentido, salvo suas limitações e conflitos de interesses, parece um consenso entre os entrevistados que a responsabilidade é de todos, comunidade e poder público, sendo necessário o envolvimento de todos em todo o processo de construção de uma unidade de conservação. *Tem que administrar corretamente, envolver as pessoas, elas precisam ajudar, participar do processo. Tem que ter desde o início essas pessoas do lado.* (Gabriel, 34 anos, SFP). Assim, a participação subentende a inclusão de todos aqueles interessados e seus engajamentos.

E por tratar desse envolvimento de atores sociais do entorno, cabe pontuar as diferentes concepções que existem sobre as ocupações existentes em suas áreas, afinal, trata-se de pessoas importantes no processo de defesa, proteção e salvaguarda dos parques. Os quatro entrevistados desta pesquisa que são moradores das ocupações em Americana e São Francisco de Paula, dizem gostar de residir nessas áreas. Um deles diz preferir permanecer onde está ao invés de ir para outro lugar, pois alega gostar do verde, do que o lugar oferece às crianças.

Ah, eu gosto de morar aqui, do pouco tempo que estou, eu gosto. Não tenho nada do que falar (...) Eu mesmo, se *vinhessem* alguém do lado da ‘ah, você gostaria de ficar aqui mesmo ou ir para um apartamento ou pra outro lugar?’, eu preferia ficar aqui. (...) Gosto muito do verde, da natureza, do ar. (...) Até para as crianças. Os balanços de baixo das árvores, quer lazer melhor que esse? (Claudia, 42 anos, Americana).

Outra moradora questiona os estereótipos atrelados à ocupação, à favela.

Não é porque mora em favela que é tranqueira, vagabundo. A gente veve aqui porque não tem pra onde ir. Ninguém sabe o dia de amanhã, nós tamo aqui, um dia pode ter uma casa pa gente mora com dignidade. Se tivesse a gente não taria aqui, dependendo da terra daqui. Taria na terra da gente, então, quem tem que

trabalhar nisso é o prefeito. O povo ajudando o prefeito e o prefeito ajudando o povo. Entendeu? (Raquel, 57 anos, Americana).

Aponta-se um descrédito nos interesses das pessoas que vivem nessas ocupações, bem como nas intenções do poder público. *Algumas pessoas não acreditavam que na reunião encaminhariam para legalização da área invadida.* (Jéssica, 25 anos, SFP). Outro entrevistado, ao pensar sobre a ocupação do Zincão, embora pondere que conhece pouco, traz como referencia os princípios da sustentabilidade, que envolve também as questões sociais e de mobilidade.

Então, não tenho muito o que falar, porque eu conheço muito pouco, né, mas pelo que eu conheço é uma comunidade que, ali, é ocupação, que entra a questão da sustentabilidade social e econômica, que precisa ser trabalhado desde a consciência ecologia e como a consciência da mobilidade social. (Marco, 43 anos, Americana).

No geral, os entrevistados reconhecem que as ocupações causam impactos nos parques, com prejuízos aos recursos hídricos, flora e fauna. Contudo, há também quem não identifica as ocupações como um problema ao parque e sim para as próprias pessoas que nelas vivem.

A questão da ocupação irregular eu não reconheço como um problema. Eu considero um problema para as pessoas que estão numa condição difícil lá, mas eu não considero que eles ali atrapalhem o parque e causem qualquer problema que seja para biodiversidade. Acho que é um problema a questão do problema da ocupação em si, mas enquanto assentamento, não que cause algum problema no parque. (Caio, 30 anos, SFP).

Vale ponderar que ficou evidente nas entrevistas que os moradores das ocupações não são os únicos que impactam nos parques, ainda que muito do imaginário social concentre os problemas nesses lugares. Para os entrevistados, solucionar o conflito das ocupações requer considerar políticas sociais e a seguridade das pessoas que vivem nesses lugares, considerando suas vulnerabilidades e rompendo com estereótipos, tal como visto nos interesses coletivos. Assim, soma-se aos ideais de sustentabilidade a dimensão social, além dos interesses ambientais. Pondera-se que a remoção das pessoas e famílias prevê recursos e políticas habitacionais que garantam o direito à moradia digna.

Interesses antagônicos e adversários

Com relação aos interesses antagônicos, nota-se um conjunto de argumentos em relação ao poder público e à população, sendo caracterizados como principais antagonistas

na luta pelos parques em ambos os municípios. Apareceram também distintos interesses com relação ao parque, alguns em consonância e outros em choque, ocasionando alguns conflitos, não apenas no que diz respeito aos significados, projetos e intenções, mas também aos usos. Por fim, nota-se a ausência de percepção de antagonismos em cena, bem como questões sociais mais amplas, as quais ultrapassam os conflitos diretamente ligados aos parques.

O poder público e a população aparecem nos discursos como os principais antagonistas. O descaso, desinteresse e usos depreciativos e predatórios da população são apontados como grandes barreiras e limitadores da luta pela preservação. A troca de gestão e governo, a falta de interesse e visão, a politicagem, bem como a descontinuidade das políticas e ações são os elementos que mais aparecem entre os entrevistados, inclusive, entre aqueles que ocupam ou ocuparam cargos nos poderes instituídos, tal como pondera um dos entrevistados. *Não houve interesse político maior para tocar o parque* (Oscar, 73 anos, SFP). Acrescenta que depois da criação do parque em São Francisco de Paula, não houve interesse em dar sequência ao projeto. Outro entrevistado confirma essa ideia ao falar do descaso político.

Eu acho que tem de conflito político, não é nem um conflito, é um descaso, porque aquelas coisas, mudou o governo, sabe? Eu trabalho na prefeitura, sei como é. Ah, mudou o governo, joga tudo que esse fez fora e faz diferente. Não vamos cuidar desse parque porque foi o outro que criou. Não sei se isso ocorre por fora da prefeitura aqui, não conheço bem as pessoas que estão trabalhando, mas acho que sempre rolou (Caio, 30 anos, SFP).

Uma entrevistada considera que muitas vezes, nessas trocas de governo, projetos anteriores não são bem compreendidos e lidos como problemas, assim, permanecem sem serem executados.

O que eles levaram em consideração pra demarcar aquela área, provavelmente, talvez, eles tenham pego toda a bacia da primeira ordem, então, tu delimita pela bacia da primeira ordem, depois o que aconteceu, como ele foi muito ligado a uma gestão de governo, quando virou governo o outro não tinha mais interesse, ao contrário, sentiu que criaram um pepinão, que ele tinha que resolver. Deixa aí, deixa quieto, não vamos mexer, porque vai feder, né. Então, no outro governo não fez nada, né. Ficou no papel, né. (Vânia, 50 anos, SFP).

Em Americana não é diferente, a descontinuidade das ações ou desinteresse dos governantes aparecem nas entrevistas.

Porque entra governo, sai governo, a gente sabe que alguns governos tem mais ou menos interesse (...). Não existe interesse público pela gruta, mantém a mesma política que vai degradando essa unidade de conservação. (Marco, 43 anos, Americana).

Como resposta à tal descontinuidade que caracteriza as ações do poder público, aponta-se para importância da participação de outros atores, como a universidade e as associações da sociedade civil, de modo que não se configurem políticas de governo e sim de Estado. Pois, além da falta de continuidade, quando há projetos, eles são mal planejados e executados, *não há interesse do poder público, fazem projetos para “lugar nenhum”* (Rosangela, 56 anos, Americana), visto que não há uma ação integrada entre setores da sociedade e políticas públicas de Estado, configurando-se ações forçadas, *não há ação integrada, coletiva, políticas públicas eficazes, sendo mais “faz de conta”* (Rosangela, 56 anos, Americana). A entrevistada traz como exemplo as comissões de vereadores, as quais sempre são constituídas na câmara para estudos do Parque da Gruta, entretanto, nunca estão abertas aos diálogos, parecendo fictícias. Defende ela, assim como outros entrevistados em São Francisco de Paula, que as comissões deveriam ser paritárias, com pessoas que tem conhecimento sobre o parque e com moradores interessados. Acrescenta ela que um conselho deve ser assim e não politiquês e tendencioso, como geralmente é.

Alguns entrevistados questionam e se posicionam ante aos antagonismos vistos dentro do poder público, na construção de políticas públicas versus politicagem, *fica a dúvida, o que é política e o que é politicagem? E no Brasil, tudo tem girado em torno da politicagem, não política pública.* (Rosangela, 56 anos, Americana). Para alguns entrevistados, a maioria das ações configura-se politicagem, interesses privados se evidenciados em detrimento dos coletivos, sendo as construções coletivas raras exceções.

Tem coisas que vai mais pro lado político do que pro lado democrático que tu quer ver a cidade ir pra frente, né, tu quer ver uma melhoria. Mas daqui a pouco, junto na tua equipe ali tem dois ou três que parece que não quer que o troço vai pra frente, não desenrola. (João, 43 anos, SFP).

Esses interesses pessoais aparecem, inclusive entre os gestores, os quais muitas vezes fazem o que julgam melhor ou desejam, sem dialogar com outros atores. *Os gestores fazem o que querem e não o que o povo quer, como prevê a democracia.* (Roberto, 51 anos, SFP). Não apenas os interesses pessoais, outro antagonismo é colocado em relação à gestão e gestores públicos, a intransigência ou ausência de diálogos. Nesse sentido, as entrevistas evidenciam que um dos principais desafios para gestão das unidades de conservação é conciliar interesses coletivos e promover diálogos, o que não representa uma atividade fácil para o gestor, o qual muitas vezes tem resistência em autorizar qualquer ação na área, considerando os limites de uso.

Além do fato do poder público ser visto como antagonista, fica notória como se tornou impermeável à participação popular. Outro fato observado é o processo de judicialização do poder público em geral e com uma politização da justiça, em específico.

A solução para esse diálogo parece ser uma maior abertura do poder público e dos gestores, primeiramente em alinhar a linguagem, em seguida, terem um posicionamento mais humano e empático junto a todos os atores envolvidos. Um entrevistado relata que inicialmente, no seu trabalho, não conseguia chegar às propriedades, pois era ameaçado e hoje, por haver da aproximação, consegue dialogar.

Tem que ser humano, não apenas fazer a lei e fazer valer. Tem que entender o outro lado. Muitas vezes [o gestor, poder público] não tem esse conhecimento. A lei permite trabalhar esse jogo de cintura, principalmente uma Unidade de Conservação. (Gabriel, 34 anos, SFP).

Enquanto alguns apontam a ausência de interesse em pautar o parque em campanha política, outros apontam que quando é pautado, não se concretiza o que foi anunciado e planejado. Um entrevistado relata quando trabalhou na campanha de um ex-prefeito, anos atrás, e que havia uma promessa de investimento no Parque da Gruta, todavia, após a eleição não se efetivou.

Frederico Polo Muller fez, mandou um arquiteto fazer um desenho assim, se ele tivesse feito o aquilo que ele desenhou no desenho, eu nem guardei o negócio, porque ele fez propaganda em Americana inteira falando que ia cuidar da gruta. Aí ele ficou quatro anos na prefeitura, ele ficou uma, duas três, eleições tentando se eleger prefeito, depois que se elegeu prefeito... E ele se elegeu e esqueceu o São Roque. Igual muito, né. (Bento, 58 anos, Americana).

Além disso, muitas vezes os investimentos em parques não parecem interessantes aos candidatos, uma vez que não geram visibilidade. *Os governantes não gostam de fazer esse tipo de serviço, porque não mostra muito, não dá ibope* (Bárbara, 82 anos, Americana). Logo, os interesses políticos pela eleição ou reeleição de candidatos aparecem como um elemento antagonista ligado ao poder público, ao sistema político, sendo o parque de Americana refém de interesses eleitorais. Em São Francisco de Paula, os interesses eleitorais aparecem na resolução de conflitos, os quais podem representar perda de votos e, assim, não são desenvolvidos.

Acho que não vi assim de nenhum “Ah, vamos criar o Parque, desenvolver o Parque”. Eu até fiz isso nas minhas campanhas, mas nada assim que chamou atenção, que isso vai dar voto, a comunidade quer isso. Teve uma vez, eu me lembro, no escritório que eu trabalho tinha uma moradora que foi lá conversar com o Thiago Teixeira, vice-prefeito atual hoje. Eu falei pra ela “Bah, nós temos que tirar o pessoal da Vila Jardim”. Ele pegou e falou “ninguém mexe lá, que é nosso,

não queremos”. (...) Você mexer ali com as pessoas e estão morando ali e manter elas, “vou resolver, vocês vão ficar aqui”, você ganha votos. Mas se tu pegar e tirar elas dali e não resolver, tu vai perder votos. Então, ali é uma área de interesse de votos. (Eduardo, 40 anos, SFP).

De modo geral, para a população, a percepção de que o poder público pouco ou nada faz ou que não há vontade aparece como um consenso, sobretudo para quem está de fora dele.

Não possui gestão e cuidado, apesar dele estar configurado como parque municipal. Está por implantar. Não envolve tanto recurso financeiro e sim muita vontade. E isso parece não haver, ao menos do poder público. (Fátima, 62 anos, Americana).

Em contrapartida, aqueles que estão mais próximos ao poder público ou mesmo dentro dos poderes instituídos, reconhecem que ações são feitas, mas não o suficiente. É consensual que deveria se fazer mais. A escassez de iniciativas do poder público impacta na percepção e no uso da população com relação ao parque. Frente a essa ausência, emerge uma reação daqueles que querem preservar, o que se configura um conflito. E tal omissão do poder público não se restringe às proposições e intervenções na área, mas também em contrapartidas e apoio às iniciativas alheias, tal como as propostas por pesquisadores. Uma entrevistada queixa-se da falta de suporte e informações, ponderando não apenas uma omissão, mas a limitação do poder público.

Então, primeiro embate que eu tive, como eu vou te... informações iniciais, e aí, na verdade não tive acesso a elas, mas como eu tinha um projeto já apresentado a minha instituição, já tinha alguns alunos de olho, aí nós resolvemos e tocamos (...) o projeto dentro de muitas limitações, chegamos a algum resultado, que ao menos viesse a contribuir, né. Mas, hum, a contrapartida que eu esperava do setor público, aí realmente, não houve. Não posso dizer que não houve por interseção de alguém ou por descuido de alguém, desinteresse, não. Simplesmente não existia mesmo. Então, essa foi uma surpresa minha, porque eu via notícias na mídia, via recursos financeiros que podiam tá vindo, recursos financeiros que vieram, né. E, no entanto, tudo isso, assim, sem registros. (Fátima, 62 anos, Americana).

A desinformação aparece em outras entrevistas em que se pontua a inexistência de estudos de macrodrenagem na cidade de Americana, que era para ter sido feito há mais de duas décadas e não foi realizado. Para o entrevistado, isso se deve ao sucateamento do Departamento de Água e Esgoto (DAE), na sua leitura, por um interesse antagônico em privatizar a autarquia. Em sua crítica, considera a cooptação do poder público por interesses neoliberais, em que o Estado transfere suas responsabilidades à iniciativa privada, a qual faz dos direitos dos cidadãos, a água e o saneamento, por exemplo, bens de consumo, com a possibilidade de lucro.

Então, eles não vão nunca mexer no esgoto na Gruta Dainese, porque não vão ter interesse político, é um custo muito alto que eles vão jogar pra iniciativa privada, que vai ganhar rios de dinheiro com a água, que é uma necessidade humana, entendeu? (...) a taxa do DAE é simplesmente pra fazer a manutenção e ampliação, não é pra ter lucro. O DAE não pode ter lucro, o DAE é uma autarquia estatal, não é pra ter lucro. (Carlos, 50 anos, Americana).

Os interesses atrelados aos setores produtivos e seus lobbies políticos também são reconhecidos como antagonismos junto ao poder público. Tais leituras coadunam com os postulados de Harvey (2007), considerando que o neoliberalismo, na reestruturação do capitalismo, reduz o Estado e as garantias sociais, pois estes são cooptados pelos interesses mercantis. Essa pressão exercida nos poderes instituídos e nas tomadas de decisões é caracterizada como um desafio frente à efetivação das áreas protegidas, não apenas pelos desafios atuais apresentados na seção acima, mas também pelos entrevistados reconhecerem que existem múltiplas pressões ocasionadas pelo modo hodierno. Para alguns, são necessárias leis mais rigorosas que barrem essa coação, que considerem outros fatores além dos interesses econômicos.

Eles têm que ter leis um pouco mais rigorosas para questão da liberação, de derrubar toda a mata para plantar pasto, tem ali as bancadas ruralistas, bancadas ambientais. Eu acho que o momento que o congresso, enfim, os deputados trabalhem nisso, na preservação, não só nos rendimentos. Por que isso não é sustentável, né, só estão pensando no momento do agora. E eles se enriquecerem, o empresário, enfim, não pensando realmente no povo. Nós, o povo, é só trabalho. (Eduardo, 40 anos, SFP).

Ao falar sobre a pressão do agronegócio, aponta-se a fragilização da legislação ambiental, a qual impacta nas unidades de conservação e nas formas de proteção e salvaguarda dos ambientes naturais. *Eu não sei até quanto tempo a gente vai ter uma legislação ambiental que nos ampare ter uma Unidade de Conservação, ter essas remanescentes com a pressão do agronegócio.* (Kamila, 36 anos, SFP).

Outros antagonismos relacionados ao poder público, identificados pelos entrevistados, estão ligados à questão fundiária e da terra. Americana é uma das poucas cidades onde o loteamento deve ser aprovado pela câmara dos vereadores, contudo, isso abre caminho para corruptores e corruptos. Um entrevistado pondera que *o maior desafio é ter gestões públicas que olham para essa área com valor de uso e benefício para sociedade* (Carlos, 50 anos, Americana), ao invés de ser tomada como uma sobra dos loteamentos, um

espaço descartado e sem valor imobiliário. Em outras palavras, reconhecer a importância do espaço como lugar de investimento e bem público, de valor social e não como sobra. Contudo, cabe ao Estado e às pessoas sua gestão, não à iniciativa privada. Alguns entrevistados apontam a inferência neoliberal como outro antagonismo, quando essas áreas naturais e de parques são encaminhadas à iniciativa privada, significando prejuízos às futuras gerações, pois sendo privado, já não é mais público, tira o direito de ir e vir por um recorte econômico. Em São Francisco de Paula, a questão fundiária congrega boa parte dos interesses antagônicos. O poder público aparece aos entrevistados como instituições burocráticas sem proximidade com a sociedade civil e interessados no parque. Essa falta de proximidade e comunicação leva um conjunto de conflitos, polêmicas e desentendimentos, tal como relata um entrevistado sobre uma audiência pública para delimitação da área.

A audiência pública que eu mais lembro foi a da reformulação da poligonal porque foi eu que conduzi, então, tava lá falando sobre a poligonal e tomei um soco da galera que “não, porque agora você tirou as terras do meu vizinho”, daí o pessoal não entendia. “Mas agora tu mudou o limite do parque, as terras do meu vizinho não estão mais dentro, agora as minhas estão”. Mas eles não entendiam que aquilo ali não tinha nenhuma ligação com quem era quem, era uma questão pura e simplesmente de melhor aproveitamento do espaço. Então, isso na reformulação da poligonal, da audiência pública foi bem polêmica, e a audiência de criação eu acredito que foi mais polêmica ainda, não lembro se participei dela. (Caio, 30 anos, SFP).

Tal narrativa denota um outro aspecto, a relação de memória e esquecimentos, quando o entrevistado não lembra de um evento, mas recorda que foi polêmico, o que revela como a memória é historicamente construída, não necessariamente por evidências e fatos concretos.

A questão da comunicação ou falta dela é observada em outras entrevistas. Para vários entrevistados não há proximidade, nem comunicação eficaz entre o poder público e a população. *O poder público não tem proximidade com os proprietários.* (Durval, 75 anos, SFP). *E teve um conflito muito grande, tudo que ele [um proprietário] buscou tentar, nunca teve respaldo da prefeitura, nunca.* (Gabriel, 34 anos, SFP). Os relatos mostram que muitas vezes a população não entende o processo de instituição de uma unidade de conservação, como se configura.

Porque [o proprietário] não entendia a situação. O que estava acontecendo, o que é unidade de conservação, o cara nunca tinha visto falar na vida. O que é Unidade de Conservação, Parque, para que é um parque turístico, um parque ecológico, é um parque do que? Não tinha, ninguém tinha ouvido falar, eu nunca tinha ouvido falar. Ai, que nós fomos procurar. [o proprietário] procurou um advogado e “está

acontecendo isso e isso”. Não, pera lá, aí, procurou a prefeitura, reunião com prefeito, com secretário (Gabriel, 34 anos, SFP).

A falta de diálogo do poder público frente aos interesses dos cidadãos denota interesses antagônicos. *Por isso que ninguém ficou sabendo, acho que criaram, fizeram entre dois ou três e ninguém sabia por uma dessa.* (Durval, 75 anos, SFP). Outro entrevistado completa: *lei criada de cima para baixo, isso é um problema. O mínimo é que todos os moradores, proprietários saibam da intenção.* (Gabriel, 34 anos, SFP). Ademais, notou-se que mesmo quando há discussões sobre os parques e unidades de conservação, na maior parte das vezes, não chegam aos proprietários.

Nem sabia o que era audiência pública, à época. Audiência pública? De que? De parque? O que é isso? É a mesma coisa que estar falando grego, japonês, não tem... Exatamente isso, ter esse levantamento, fazer as audiências públicas, falar quais as intenções do órgão público de fazer. Claro que tu vai ter proprietário que vai dizer que não, aí tem que ver o que a maioria entende, subentende sobre isso, né. Porque se escuta muito em Unidade de Conservação quem está fora, mas não quem está dentro. Agora vai se construir um conselho e isso é em todas unidades ou na maior parte das unidades, tu busca órgãos que vão participar, ok, ok, ok. Quem tá levando essa informação pro proprietário que está lá dentro? A maioria não leva. Pode ser ONG, pode ser empresa tal, empresa X, não leva a informação pro proprietário. Essa informação que acontece não chega no proprietário, não chega. E quando chega, chega distorcida. Entendeu? (Gabriel, 34 anos, SFP).

Como se observa, fica evidente o distanciamento do poder público com os proprietários. E muito desse distanciamento, parece ser elevado mediante a burocracia, a qual tanto impacta na proximidade quanto interfere nas ações em prol dos parques.

Eu acho que a burocracia é muito grande, né, pra gente poder, pra gente seguir, refazer algumas coisas, a burocracia que maioria das vezes acaba impedindo de tu concluir alguma coisa que tu quer fazer, né, daqui a pouco tu quer fazer outra coisa, outro lá vai, te denuncia, acaba adiando uma tentativa de melhoria que a organização queria fazer, né. Que é fazer uma melhoria (João, 43 anos, SFP).

Há que se considerar que poder público possui outras demandas e estabelece suas prioridades e que muitas vezes o desinteresse aparente, na realidade, deu-se pro uma priorização de necessidades. Nesse sentido, o poder público deve equacionar e equilibrar esses interesses, sendo transparente em suas ações e escolhas, considerando principalmente o bem comum. Nesse sentido, destaca-se uma possível armadilha, quando as prioridades e interesses públicos respondem interesses hegemônicos. Um entrevistado pontua que na busca por recursos para o Parque da Gruta é incluso em outras demandas, por exemplo, a despoluição da Represa do Salto Grande. Ou seja, ao disputar os recursos, pode ser preterido

ou deixado de lado quando não é tratado como uma pauta individual. Ou ainda quando a opinião pública defende a intervenção numa área natural com a finalidade de melhorar a mobilidade urbana. Em ambos os casos as prioridades são definidas num jogos de forças díspares, logo, podendo significar escolhas arbitrárias. Além disso, antes de ser priorizada, uma causa precisa ser pautada, o que demanda engajamento para tanto.

E para serem pautadas, é preciso congregiar significados coletivos, pertencimento e valores que mobilizem o engajamento. Nas entrevistas, observa-se um conjunto de interesses e percepções antagônicas com relação aos parques. Existem muitas opiniões diferentes, *para muitos uma área degradada de depósito, mas existe muita gente brigando por esse aspecto histórico, ambiental, de realmente existir um parque e ser ícone na cidade.* (Pedro, 38 anos, Americana). *Pra mim, é muito importante aquela área verde ali, tá, apesar de ter muita gente que não respeita, mas a gente respeita.* (Bárbara, 82 anos, Americana). Mediante essas distintas e antagônicas percepções do parque, um entrevistado propõe que o parque possibilite aproximações e restrições.

Por isso que eu sempre pensei nessas camadas de cebola. Fazendo aproximar. Uma vez eu vi uma discussão muito interessante sobre áreas que são ocupadas por usuários de drogas e crime e as pessoas vão se afastando e cada vez mais vai cedendo espaço pra que aquilo que afasta pessoas domine. Sendo que o processo deveria ser o contrário. Então, ah, não, está sendo usado assim, vamos iluminar melhor, vamos colocar mais gente, vamos começar a ocupar mais pra que isso que afasta as pessoas eles saiam, isso espante as pessoas ali. Mas é uma área complicada, não adianta colocar um monte de pessoas lá dentro, isso só vai aumentar o impacto, sendo que ela tem uma função natural ali de preservação, por isso que tem que ir nessas camadas e limitando ali. As pessoas precisam se aproximar, mas tem que ter certo limite. O acesso lá mesmo tem que ser mais controlado. (Pedro, 38 anos, Americana).

Outro antagonismo ante essas diversas percepções com relação ao parque, advém das expectativas com relação à área, seus usos, orientações, governança e zeladoria do poder público. Um exemplo é o uso da área para plantação, seja de espécies frutíferas, exóticas e mesmo nativas sem planejamento e a construção de hortas. Disso decorrem vários problemas, como transformação no ecossistema local, descaracterização dos biomas originais, empobrecimento do solo e, quando mal executados, até processos erosivos. Esse antagonismo em si traz uma complexidade para a disputa política, a qual se inscreve numa luta territorial e de significado da área. Alguns entrevistados de Americana exemplificam esse dilema quando se referem às hortas que existiam nas bordas do Parque da Gruta. A população queria usar a área para plantio de hortaliças, o poder público não podia autorizar

e validar, mas também não conseguir investir e proteger a área. Legalmente, o poder público não pode oficializar o que está errado.

Ali era uma área de conflito. Existe esse conflito da sensação de área abandonada, então vou pegar esse cantinho, fazer uma horta e isso é um conflito, porque para o poder público, ele está infringindo a lei, está sendo omissivo na ocupação de uma área de APA, mas por outro lado, a gente como técnico, sempre ficava entre a cruz e a espada, no fio da navalha. Ele sim está ocupando uma área de APA, mas num impacto muito menor do que deixar a área abandonada. Sem recurso, sem material pra ocupar a área, por que não deixar? Mas concordo que não pode deixar, não pode oficializar o que está errado, mas isso era, é um conflito surreal, surreal assim, Então, acabava virando isso mesmo, fazer vista grossa, até que o Ministério Público fala, 'ó você tem que entrar', a população se revolta, isso é um absurdo, isso está, por exemplo, em todos os parques, até mesmo dos Ipês a gente tem esses processos. Agora não tem ocupação, só tem uma mulher que deixa as galinhas soltas lá e está nesse processo de vista grossa. Mas que é difícil de limitar. Tem lugar do cara romper a grande, colocar uma cerca e botar um cadeado que só ele tem a chave. E, aí, você fala, e aí? Rs. (Pedro, 38 anos, Americana).

Outro entrevistado pensa da mesma forma, *antes fazer uma horta, plantar lá dentro do que o abandono*. (Carlos, 50 anos, Americana). Esse exemplo mostra os conflitos de uso em unidades de proteção integral. Ambos os parques desta pesquisa são dessa categoria, gerando uma série de disputas que se antagonizam em cena. Maristela Rosa (2015), ao pesquisar os conflitos no Parque da Ronda, propõe nova categorização mediante os conflitos fundiários e de usos. Assim, antagonizam aqueles que aspiram desocupar a área do parque e as pessoas que desejam continuar no lugar, onde residem e/ou já possuem algum afeto.

O pessoal que foi [na audiência], os poucos que foram ali, que tem propriedade ali, eles têm uma preocupação muito grande, eles não ficam à vontade, né, quando tem qualquer coisa no Parque da Ronda, eles vão, mas, com pra 'ver o que tão tramando contranós', sabe? Aquela coisa. E eu me lembro de quando falei da possibilidade de recategorizar e tal, né, alguns deles aplaudiram, assim, eles queriam me abraçar. Eu falei o que eles queriam ouvir. (Cíntia, 42 anos, SFP).

O relato mostra que há sempre uma desconfiança para com o poder público e as ações a serem realizadas nos parques, justamente por uma falta de comunicação e proximidade. Ademais, as intenções em desocupar ou manter os proprietários em suas terras levam a considerar as duas perspectivas de conservação em choque, uma preservacionista e a outra de uso sustentável. Embora, há que se considerar que não necessariamente quem deseja manter-se no lugar, está consciente e comprometido com a conservação, outro ponto de atenção, que pode se converter num antagonismo frente aos ideais de preservação da área. Assim, a regularização fundiária também traz alguns dilemas, em que posições adversas se confrontam. Um exemplo é uma área privada que está dentro da poligonal do Parque da Ronda, em que de um lado, por estar dentro de uma unidade de conservação de proteção

integral, o proprietário deve ser indenizado, contudo, ele pode não querer, por fazer uso da área ou por ter uma relação de pertencimento, assim, o Estado precisa equacionar tais interesses que por vezes se chocam. Uma entrevistada exemplifica com o Parque das Oito Cachoeiras, que está dentro da poligonal do Parque da Ronda.

É uma área privada, dentro de um parque público. Mas, daí, teria que ter indenização, mas assim, pelo que eles recebem de visitantes, pelo potencial que tem aquilo ali, eu duvido muito que algum dia eles se interessem em ser indenizados, muito pelo contrário, para indenização tem várias questões, ela precisa concordar, senão vai pro final da fila, tem várias coisas da regularização fundiária, então, assim, tem o lucro, a exploração daquela área, então acho que ali vai ser bem complicado. É bem difícil a implementação na prática. Se for ver, o SNUC, na prática ele é muito difícil de ser aplicado. Primeiro porque se começa tudo errado sem consulta da população, as pessoas não entendem o que está acontecendo, elas não entendem as audiências públicas, muitas vezes no conselho elas não entendem o que está acontecendo e acabam desistindo. (Kamila, 36 anos, SFP).

Assim, observa-se que os instrumentos de preservação que compreendem o Sistema Ambiental Brasileiro também têm suas limitações. O SNUC prevê uma série de conjunturas, mas as soluções serão sempre localizadas, particulares de cada área.

Outro ponto de antagonismo em ambos os parques, por serem de proteção integral, é que devem ser desocupados, de modo a respeitar a legislação. Assim, não podem existir ocupações dentro de suas áreas, pois não se efetivando a desocupação, não se institui o parque, haja vista o não cumprimento dos requisitos. O caminho previsto é criar políticas habitacionais que possibilitem a saída das famílias desses locais, o que não parece uma tarefa fácil, visto que concorre com outras demandas para o Estado. Tal ação demanda políticas intersetoriais, num trabalho conjunto entre a assistência social, a área ambiental e habitação. Logo, internamente ao poder público, há negociações que impactam na eficácia de tal intento, sobretudo quando demanda alto financiamento. Assim, no processo, podem mudar os interesses e propostas relacionadas ao parque e sua proteção, tal como descreve um entrevistado. *Inicialmente a prefeitura queria retirar as famílias e realocar e não mexer na poligonal, o que ficou inviável pela falta de dinheiro e aumento das famílias.* (Jorge, 36 anos, SFP).

As unidades de conservação, sobretudo os parques que são passíveis de visitação, abrem possibilidade para distintos interesses, uma entrevistada aponta uma preocupação em relação ao desejo demasiado em reverter tudo em interesse econômico, citando o argumento do turismo.

Tão tentando tornar tudo uso público, pra vê se consegue, dentro desse conceito, tudo vira turismo. Ah, será que não dá pro turismo? Sempre nessa ideia de turismo, sabe? Olha, será que ele não poderia ser um centro de formação? Será que ele não poderia ter um horto florestal, tu entendeu? Será que ele não poderia gerar renda pra aquela população? Será que o Guarda Parque não poderia sair dali? Quantos Guardas parques que eu conheci que eram caçadores e depois foram convidados e se tornaram extremamente protetores da fauna, sabe? (Vânia, 50 anos, SFP).

A entrevistada apresenta uma série de questionamentos quanto às expectativas para o parque, ao que parece, a excessiva argumentação em prol do turismo, em outras palavras, dos ganhos financeiros, parece invisibilizar outras possibilidades de uso e desenvolvimento do parque e das pessoas envolvidas com ele.

Dos conflitos apontados pelos entrevistados, os usos diversos denotam interesses contraditórios, antagônicos entre si. Enquanto alguns reivindicam o direito de plantar na área e outros lutam pela proteção dos recursos naturais, há também quem jogue lixo e descarte resto de construção e, ainda, aqueles que usam para fins ilícitos, como utilização de drogas proibidas, furtos etc. Em Americana, são mencionados os abusos que acontecem no Parque e seu entorno, como as queimadas, o depósito de lixo e o entulho, a liberação de esgoto, a colocação de animais domésticos na área, o pisoteamento decorrente da entrada sem controle, a destruição das nascentes, a malandragem, a caça e a ligação clandestina de esgoto em galerias de água pluvial, que acaba caindo no Parque. Curiosamente, desses conflitos de uso, destaca-se um fato paradoxal. Enquanto algumas nascentes são destruídas com o soterramento, desflorestamento e canalização, decorrentes dos problemas mencionados e da urbanização, outras nascentes ainda hoje são de uso para uma necessidade vital aos humanos, beber água e hidratar-se.

Em São Francisco de Paula, o antigo lixão e o deslizamento dos resíduos peral abaixo, bem como a contaminação das águas e a ocupação irregular são apontados por unanimidade entre os entrevistados. Alguns mencionam o conflito fundiário, a invasão de espécies exóticas, a criação de animais na área, extração de pinhão, a caça, a falta de saneamento no município, uma edificação dentro do parque que seria lar para idosos e que hoje é ocupada e um aviário que estava dentro da primeira poligonal do Parque. Contudo, uso antagônico mais elencado, o antigo lixão, não possui soluções claras identificadas, haja vista a inexistência de estudos aprofundados sobre os impactos e as possíveis soluções ambientais. A regularização fundiária também não parece factível em curto e médio prazo para os entrevistados.

Muitas vezes, por esses maus usos, a própria população é vista como antagonista e inimiga do Parque. Os usos contraditórios demandam uma conscientização das pessoas de modo que pensem nas futuras gerações. *Um dos principais desafios é conseguir conversar*

com as pessoas da vila, muitos nem querem saber, por que para eles, ter a casa é o que conta, não pensa na frente, nos seus filhos. (Jéssica, 25 anos, SFP). Ainda em relação aos interesses antagônicos associados aos usos, os ganhos secundários que podem aparecer mediante algumas práticas, como os sistemas de recompensas. Há que se evidenciar o objetivo do Parque, não reforçar outras formas de consumo e intencionalidades. É preciso avaliar a relevância de determinadas propostas de para os parques, justificando-as em equilíbrio com as demais.

Não pode virar sistema de recompensa, ‘ah, porque daí vocês vão fazer canecas, vocês vão fazer camisetas pra vender, porque aqui vai te um café, vocês vão ganhar dinheiro’. Não, isso aqui é um bem comum, esse lugar é um lugar para os seus filhos, os seus netos, para as próximas gerações. (Vânia, 50 anos, SFP).

Nesse sentido, a construção de um pórtico de ferro na entrada do Parque da Ronda é questionada. De tal forma, uma obra em andamento tem gerado uma série de interesses antagônicos e polêmicos no caso de Americana. Trata-se da interligação de dois bairros por meio de uma via que cruzará o parque. Enquanto alguns a defendem como uma intervenção necessária para mobilidade urbana e que pode, inclusive, beneficiar o parque, outros a entendem como um problema ambiental, com prejuízos ao Parque da Gruta. A obra, autorizada pela prefeitura de Americana e licenciada pela CETESB, é realizada por uma empresa privada, como compensação ambiental em decorrência de um loteamento a ser construído em sentido noroeste ao Parque. Trata-se de um Termo de Compromisso Ambiental (TAC). Para alguns, a obra ao invés de configurar-se uma compensação ambiental, na realidade, representa um ganho de valor fundiário atrelado ao projeto imobiliário de loteamento, uma vez que a via ampliará o acesso da região supracitada. *Agora a prefeitura quer fazer a rua lá, por causa do loteamento industrial, da família Zanaga. O interesse dele é isso aí, né.* (Bento, 58 anos, Americana). Outra entrevistada contesta a autorização da obra, *a CETESB aprova tudo que é conveniente pra classe dominante (...) ali seria uma ponte pênsil, porque não destrói o fluxo da água da Gruta.* (Rosangela, 56 anos, Americana). Outros entrevistados coadunam com a mesma leitura.

(...) na época já manifestei contrariamente porque eu acho que vai ter uma interferência negativa na própria questão ambiental ali, né. E eu me lembro que na ocasião a gente até propunha que fosse um pouco mais pra adiante, perto de onde tem os barracos ali e que ali pela antiga Fibra e faria daí a ligação com o Parque da Liberdade, então, acho que esse traçado, é negativo, e corre-se o risco de ao invés de preservar, provocar, de dar, não permitir, mas... vai trazer como consequência

um descaso pelas pessoas que vão poder estar usando ali de maneira errada. (Rubens, 62 anos, Americana).

Uma entrevistada reforça sua opinião a partir do que notou na ocasião da audiência pública.

Quando *nóis* fomos naquela reunião pra dizer que nós não aceitávamos a ponte do jeito que *tava* sendo programada, isso já é um conflito, porque eu discordo daquele jeito que estava sendo programado (...) Eu queria que fosse programada sim, que tivesse uma saída, mas lá pro Zinção, que fica bem perto da saída da avenida, e não agredir a natureza e nem os animais (...) O erro maior é que vai desmatar uma região, eu não concordo. Do jeito que está sendo feita, ia dividir e até pros animais que vem de longe, porque ali vem de longe, fica difícil. (Baárbara, 82 anos, Americana).

Pondera-se a importância de se preservar o parque, questionando o tipo de progresso implicado e tensionando os argumentos em prol da mobilidade e do meio ambiente.

É péssimo, né, porque a gente tem que colocar os pesos, né. Se é uma unidade de conservação, então, unidade que se deve preservar. Agora, a gente precisa questionar essa mobilidade urbana é realmente uma necessidade coletiva maior do que você modificar, transformar uma natureza, né. Ainda mais sendo uma unidade de conservação. Pra mim, eu sou contra e faço de tudo pra que isso não ocorra, né, porque pode ter o progresso, mas eu acho que o maior progresso, a maior mobilidade urbana, maior progresso seria recuperar esse parque, né. Que aí o poder público não tem dinheiro, né. Eu acho que não é uma das mobilidades urbanas mais necessárias que você tem que um impacto no meio ambiente, né. (Marco, 43 anos, Americana).

Para alguns, a obra representa uma má administração, fechada para posições divergentes e com interesses populistas.

Não é simplesmente asfaltar, passar o trator e asfaltar, que esse é o caminho mais óbvio dessa administração burra que nós temos, que é reduzir custo e trabalhar com populismo e isolar aqueles que estão lutando. (Carlos, 50 anos, Americana).

Por outro lado, outros entrevistados pensam diferentemente, vêem a obra como uma proposta de menor impacto, alegando que a alternativa mencionada por outros argumentos, por ampliar o trajeto, ocasionaria maior impacto.

A obra trará visibilidade para o parque. (...) Nem existia o parque, apenas os recursos. Houve estudos de alternativas, alguns com impactos maiores. A CETESB concordou que era a alternativa com menos impacto. Os veículos andando no entorno, circulando, causariam mais impacto. (Clovis, 49 anos, American).

Alguns entrevistados defendem a obra como uma necessidade e demanda social, já prevista no planejamento urbano. Três argumentos aparecem em suas falas, um deles que nenhuma posição significa o descuido e desinteresse na preservação do parque; outro que a discussão referente à obra deva ser técnica e que, na leitura de vários técnicos, uma ponte e suas sapatas teriam mais impacto do que o aterro com aduelas e que uma obra como uma ponte seria interessante para visibilidade do parque e que contrapor-se a ela pode gerar mais efeitos negativos. Contudo, o entrevistado que apresentou o último argumento, ao saber que o projeto não era mais o previsto, de uma ponte e sim um aterro com aduelas, posiciona-se ao contrariamente, refazendo sua colocação. O entrevistado pondera que isso mostra alguns desvios e mudanças no projeto, possivelmente influenciados por alternativas economicamente mais interessantes e vantajosas.

Além da obra, as ocupações irregulares trazem significados diversos, alguns entendidos como antagônicos à preservação dos parques. Existe a demanda do poder público em tirar as famílias de dentro das áreas dos parques, contudo, não tem onde colocar tantas famílias e recursos disponíveis para tanto. Alguns concordam com essa demanda, de que as famílias devem desocupar a área por conta dos impactos que geram. Embora em geral os entrevistados reconheçam as ocupações como um conflito e problema ao parque, inclusive, um entrevistado reconhece como um loteamento clandestino, todos avaliam que políticas sociais são necessárias. Para alguns, nem todos precisam estar nessas ocupações, outros – a maioria - consideram que muitos que vivem nessas áreas é porque não tem condições de pagar um aluguel. Ademais, se não possuem dinheiro para pagar um aluguel, como financiariam um imóvel, mesmo que a baixo custo? Certamente, políticas públicas habitacionais seriam necessárias, considerando as múltiplas condições sociais das famílias que estão alocadas nas duas ocupações, do Zinão e da Vila Jardim.

Por fim, alguns entrevistados reconhecem a inexistência de interesses antagônicos ligados aos Parques, haja vista o abandono de ambos, pela falta de identidade, constituindo-se quase como um não lugar. Pondera-se o desinteresse em se investir e de sempre estarem em segundo plano. Todavia, ainda que os usos sejam contraditórios, há algo em comum, *todo mundo está de acordo que aquilo ali tem que preservar mesmo*. (Caio, 30 anos, SFP).

Eficácia política

O sentido de eficácia política está atrelado à participação, quando os indivíduos ou grupos optam por lutarem em prol de alguma bandeira, compondo um movimento social ou

implicando-se numa ação coletiva. Agem considerando a eficácia de suas ações, constituindo uma das dimensões da consciência política. Contudo, nesse estudo, uma vez que nem todos os atores estão engajados numa ação coletiva, mas todos estão ligados ou próximos a conflitos sociais, identificou-se assim que a eficácia política pode ser observada como um elemento motivador ou não de participação, como avaliação das políticas públicas e das atividades do poder público, bem como nas intervenções nos parques e na comunicação. Certamente, esses significados podem mobilizar insurgências ou cerceá-las.

A eficácia com relação à participação aparece em diversas narrativas, desde o reconhecimento de transformações sociais advindas da atuação, quando, por exemplo, uma entrevistada nota mudanças de comportamento na escola, onde não se joga mais lixo após as ações de educação ambiental. Observa-se a eficácia do seu trabalho por meio de uma premiação em reconhecimento de sua gestão educacional e do projeto de educação ambiental. Outros entrevistados apontam a importância e engajamento daqueles que compõem os coletivos locais, considerando-os ótimos. Por outro lado, notam que a falta de associativismo dificulta a eficácia dos coletivos. Em Americana, os entrevistados mencionam a dificuldade em aumentar a aderência na associação Amigos da Gruta e em São Francisco de Paula alguns entrevistados relatam que tentaram formar coletivos sem sucesso. Muitas ações não parecem ter o efeito esperado, contudo, nem por isso, não há interesse e articulações de pessoas e grupos.

Houveram sim intervenções nessa área, teve esse processo de calçamento, pequenas praças, bancos, etc. Apesar de sempre parecer que acaba sendo sempre um desperdício, as coisas se deterioram e quando você for fazer vai ter que começar do zero. É, mas isso mostra, assim, que houve, existem grupos, pessoas, que estão buscando fazer, mas por algum motivo externo ou pelo sistema, ou sabe lá Deus por que, parece que as soluções nunca vêm completas, definitivas, aí sempre acaba perdendo o investimento feito etc. (Pedro, 38 anos, Americana).

Alguns entrevistados reconhecem a eficácia de seus estudos e pesquisas, os quais trouxeram consequências positivas ou ajudaram avançar no conhecimento das áreas ou em intervenções. Inclusive, um entrevistado menciona que muitos trabalhos acadêmicos realizados na UERGS auxiliaram no processo de investigação dos problemas e nas ações civis públicas da promotoria local. As ações práticas, em geral, facilitam a observação de seus efeitos, independentemente se for o esperado. O engajamento presencial e direto materializa e dá corpo às ações coletivas e aos movimentos sociais, pois nos embates, confrontos e enfrentamentos que os desafios e atravessamento de barreiras ficam mais claros, conferindo, assim, o sentido de eficácia.

(...) quando eu levanto de manhã e vejo o sol brilhando, me junto de energia e preparo uma nova ação aí, de preferência as ações diretas, e não ações verbais, né. *Vamo pra ação direta, né.* E geralmente eu me dou muito bem, assim, eu me sinto muito bem nessas ações. Espero um dia contribuir um pouco mais com a Gruta Dainese.(Carlos, 50 anos, Americana).

Certamente, esse espírito público acontece quando os indivíduos e grupos reconhecem a importância do coletivo, do público, vendo-se como parte dele. As pessoas participam daquilo que elas sentem parte, nesse sentido, cumpre aos movimentos sociais reconhecer que todos sejam protagonistas e ativos no processo, de modo que se sintam parte da luta.

A atuação do poder público muitas vezes é associada à falta de eficácia, associando-a várias à morosidade, *por exemplo, eu estou com carro, a caminhonete parada quase, que tá na hora de trocar o óleo e ter que trocar o filtro de óleo e aí estamos encaminhando para licitação.* (Roberto, 51 anos, SFP). A burocracia, a ineficiência e descontinuidade são outros qualitativos atrelados à ineficácia do poder público. Pondera-se a perda de projetos e ações por conta disso. Frente às descontinuidades e interesses de governo, que ora mudam, ora se mantém, uma alternativa é a participação de outras instituições no processo de gestão do parque, de modo a garantir alguns trabalhos nas negociações, visto que disputas internas ocorrem dentro dos poderes instituídos. A falta de gestor, de recursos, de informações e de instrumentos de proteção nos parques, bem como a má aplicação dos recursos disponíveis, todos eles são apontados como condicionantes da ineficácia das ações.

Aí, eu vi a surpresa, que esses projetos que eu esperava de fato não estavam à disposição pra serem consultados. Eu não sei se exatamente por eles inexistirem ou se foram as descontinuidades de secretários de meio ambiente. Que Americana teve época que um ou dois anos passaram três, quatro secretários, né.(Fátima, 62 anos, Americana).

A escassez de funcionários, o acúmulo de funções e o excesso de demandas são apontados por alguns entrevistados como fatores da ineficácia. Inclusive, aponta-se uma frustração por não conseguir fazer o planejado devido ao quadro reduzido.

Não, porque quando eu entrei na secretaria, a proposta era trabalhar muito com projetos, por conta da experiência que eu já tive, fazer inovações, daí a gente sempre acaba, quando chega para trabalhar, a gente vê que são pepinos diários, que os projetos ficam sempre para depois. (Kamila, 36 anos, SFP).

Outra barreira atrelada à falta de eficácia atribuída ao poder público é quando algumas pessoas centralizam alguma atividade, ação e expertise e, quando saem, o projeto e as ações não têm continuidade. Dois entrevistados de São Francisco de Paula dão o exemplo de um funcionário que atuava no horto. Quando saiu de lá, as atividades pararam. Assim, alguns entrevistados ponderam que é preciso que os profissionais sejam técnicos e qualificados, concursados e não comissionados. E que, além disso, dialoguem com a comunidade e outros atores. A gestão do parque não pode estar associada a um cargo político, pois pode ficar refém de mudanças de gestão ou ser pressionado a tomar determinadas atitudes, as quais nem sempre são as mais assertivas.

Posto isso, a falta de eficácia descredibiliza o poder público, muitas vezes projetando suas responsabilidades à iniciativa privada ou à própria comunidade. *Tudo isso que eu acho não vai dar conta da gestão, talvez não seja a Prefeitura a grande gestora, né, e sim a comunidade.* (Vânia, 50 anos, SFP). Ainda que seja positiva a participação e corresponsabilidade da comunidade em gerir o parque, certamente essa responsabilidade legal é do poder público e o mesmo precisa fazer cumprir.

Contudo, a ineficácia do poder público não é um consenso. Muitos entrevistados, por outro lado, reconhecem sua eficácia, sobretudo aqueles que atuam nos poderes instituídos, ou seja, que não são atravessados pelos estereótipos e senso comum, pois acompanham na prática. Um dos exemplos foi uma audiência pública, realizada na câmara dos vereadores de Americana, em que teve uma adesão importante da população. Para um entrevistado, que era do poder público, tanto a audiência quanto as comissões de estudos impactaram nos trabalhos do poder executivo. Os levantamentos ainda representam insumos para elaboração de projetos, os quais são necessários para captação de recursos junto às outras esferas de poder, outras pastas e junto aos deputados. A audiência pública, esta ocorrida em São Francisco de Paula, em que foi discutida a mudança da poligonal do parque da Ronda, é outro exemplo de reconhecimento da eficácia. Outro entrevistado menciona as ações de reflorestamentos realizadas por meio de compensações ambientais, intervenções e encaminhamentos do poder público, as quais surtiram efeito na paisagem local, perceptível na sobreposição de mapas com imagens de satélite, fazendo comparativos entre o presente e o passado. A atuação da promotoria de São Francisco de Paula também deu andamento em compromissos firmados pela prefeitura no passado, bem como outras ações civis públicas.

A promotoria cobra isso, não deixa que a administração municipal feche os olhos para esse tipo de problema, talvez, a partir daí eles, então, viram algo em potencial e deram o próximo passo. (Ricardo, 39 anos, SFP).

Também é ponderado que o Parque da Ronda foi o único parque de administração municipal que captou recursos de compensação ambiental no estado, sendo base para outras unidades municipais, graças ao trabalho do poder público. O pioneirismo de São Francisco de Paula em outro projeto de roteiro turístico, que congrega outras unidades de conservação, sendo a única de administração municipal, é outro indicador dessa eficácia. Os municípios têm algumas facilidades na gestão e flexibilidade para algumas ações. Assim, observa-se o sentido de eficácia nas ações que estão sendo desenvolvidas em nível local, ainda que nem todos notem esses avanços.

É consensual entre todos os entrevistados que desde as instituições dos parques, tanto o de São Francisco de Paula, quanto o de Americana, pouco ou nada foi feito em relação a eles, nesse sentido, as normativas constituem instrumentos frágeis e pouco eficazes para consolidação das unidades de conservação. Contudo, há que se considerar que elas não são os únicos instrumentos e que o fato delas existirem é um avanço, ainda que singelo. Alguns entrevistados apontam para essa relevância e consideram o progresso. Para aqueles que não notam qualquer avanço desde a instituição, fica a ideia de um *paper park*, como alguns mencionam, um parque que está apenas no papel e não se concretiza, considerando, por exemplo, a falta de projetos.

A falta de projetos. Tu tem uma área, tu tem uma situação e tu não consegue dentro da situação identificar soluções para gerar projetos, né, que consigam solucionar essas demandas. Então essas são as preocupações, já se passaram dez anos desde a instituição do parque enquanto parque municipal e nada de ações foram tomadas, justamente por isso, né. (Jorge, 36 anos, SFP).

Outros entrevistados notam apenas retrocessos desde os Decretos que criaram os parques: *eu não tinha visto nada acontecer, bem pelo contrário, o retrocesso, que estavam largando lixos, tal, denúncias de retirada de mata nativa (...)*. (Cintia, 42 anos, SFP). Em contrapartida, alguns reconhecem pequenos avanços após as instituições dos parques, as normativas em si, as quais não foram em vão; no caso de Americana a mudança na paisagem e a noção de processo gradual de médio e longo prazo. Um entrevistado relata que os demais parques, instituídos pelo mesmo Decreto de Americana, estão em condições parecidas, exceto um, o Parque dos Ipês, o que mais se efetivou. Assim, observa-se que a normativa foi importante, mas que diferentes pressões se estabelecem conforme o contexto e território. O fato deles não estarem efetivados, não significa uma ineficácia, mas talvez que ainda falte tempo de maturação da proposta e da própria sociedade. No caso do Parque da Ronda, um

entrevistado considera que a primeira normativa foi um avanço para época, contudo, foi *pro forma*, uma formalidade que nem foi divulgada, ainda assim, uma proposição inovadora à época.

Em São Francisco de Paula o Conselho de Meio Ambiente é muito citado pelos entrevistados como um conselho atuante, combativo e propositivo. O senso de eficácia desse conselho pode ser um exemplo para o conselho do parque que está se formando. Em Americana, não existe nem quem coordene alguma gestão, tampouco um conselho do parque. A experiência de São Francisco de Paula mostra que o conselho de meio ambiente da cidade pode reivindicar a gestão enquanto não se institui o próprio, tal como prevê o SNUC. Contudo, o Conselho de Meio Ambiente é pouco citado nas entrevistas em Americana, inclusive, pouco tem pautado o Parque da Gruta, ainda que sempre apareça em informes e junto a outras demandas. A expertise de outros conselhos e competência das pessoas envolvidas possibilita a eficácia da gestão. Por envolverem diversos atores, representantes de várias instituições, segmentos e setores, congregando poder público e sociedade civil, possibilitam diálogos, aproximações, convergência de interesses e inovação.

Por fim, o fato dos Parques serem recentemente pautados, seja pela mídia, por grupos de defesa, pelas promotorias e em instituições de ensino, quer dizer que as ações em algum grau tem sido eficazes.

(...) às vezes, eu percebo que o assunto 'Parque da Gruta' volta um pouco pra alguma discussão ou na imprensa ou mesmo em reuniões de pessoal que gosta e que se dedica às questões ambientais. Isso mostra grande importância do parque, que mesmo descuidado, ele é, ali, uma joiazinha. (Fátima, 62 anos, Americana).

A comunicação e a linguagem são outros pontos que aparecem em relação à eficácia das negociações ou agravamento de conflitos. Quando há um distanciamento pela linguagem entre população, técnicos, especialistas e poder público, a comunicação converte-se em barreiras nas negociações. Vários entrevistados apontam tais barreiras, tornando a gestão ineficaz. Assim, é necessário um trabalho de aproximação e alinhamento da linguagem, conforme pondera um entrevistado.

Aproximar é tudo, cara. As pessoas precisam saber o que está acontecendo, entender. E uma outra coisa que acontece muito e tu tem que ter essa visão e a pessoa, um administrador, quando tem essa visão que eu vou falar agora, já muda completamente. Tu não consegue conversar em termos técnicos com 90% dos proprietários, não conseguem, não te entende. Acha que tu tá enrolando ela, grosso modo é isso. Tem que jogar no popular, no jargão do dia a dia. Deixa os termos técnicos e vamos conversar teti a teti, bem simples assim, linguajar que usa no interior afora, é assim, assim. (...) É a roça, a colônia, a perambeira... Araucária

angustifolia, o que é isso? Não, esse pinheiro aqui. “Ah, tá”. Esse linguajar que tu tem que ter. Essa simplicidade faz tu ter uma aproximação. (Gabriel, 34 anos, SFP).

Atesta ele que a simplicidade faz a diferença ao dialogarem com os moradores e proprietários que vivem nessas áreas. *É a simplicidade, parece simples, é simples e é o que faz a diferença, te digo aqui com toda a certeza em 99,9% dos casos é o que vai fazer te aproximar é isso aí.* (Gabriel, 34 anos, SFP). Assim, observa-se que a eficácia das ações depende da comunicação que se estabelece nas relações, visto que ela produz tanto sentimentos, quando representações, podendo converter-se em más interpretações e barreiras.

Emoções e sentimentos de justiça e injustiça

Vários sentimentos e emoções apareceram transversalmente às outras dimensões. Destaca-se o saudosismo de alguns que tiveram referências passadas nos parques, sobretudo nas narrativas de Americana; a esperança associada à vontade de mudança; o afeto aos lugares como espaços de memória, dentre outros. Por outro lado, sentimentos ruins também foram enunciados, como a frustração por não alcançar alguns objetivos; o medo de estar nos parques; a mágoa por não ser escutado e incluído no processo de construção dos parques etc. O distanciamento do poder público e a falta de comunicação, apontados acima, para alguns entrevistados geraram sentimentos de indignação, raiva e tristeza.

Em relação aos sentimentos de justiça e injustiças, se destacaram três conjuntos de injustiças percebidas, as pessoais, as quais os próprios entrevistados foram acometidos; injustiças em relação ao parque, ao ponderarem aqueles que são prejudicados ou beneficiados com ele, bem como os conflitos e problemas e, por fim, as injustiças sociais, notadas numa perspectiva mais ampla, estrutural.

Embora as injustiças pessoais possam estar atreladas ao parque ou às questões estruturais, optou-se por especificar aquelas em que o entrevistado apresentava a injustiça em primeira pessoa, em que se sentia diretamente injustiçado. Em Americana, é mencionada a falta de apoio para produção de um livro e o preço pago por isso, um empréstimo pessoal; a falta de socorro dos bombeiros de Americana quando pegou fogo na ocupação do Zinco; o furto de materiais e ferramentas pessoais dentro da área do parque, onde faz reflorestamento voluntário; a destruição das plantações e a insegurança em ir aos finais de semana na área do Parque, uma vez que o comércio do entorno está fechado e o lugar fica isolado. Em São Francisco de Paula, a injustiça pessoal em destaque foi a proibição de retirada de madeira em

área privada dentro do parque. No caso, o próprio proprietário havia plantado as árvores e tinha a licença de retirada. Não foi notificado sobre a instituição do Parque da Ronda e, ao retirar a madeira, foi multado e proibido de continuar a extração. Ele fala sobre a injustiça sentida por ele, diferente de outros proprietários que não se sentiram prejudicados, por terem condições diferentes.

Cada um, ninguém mora mais lá, mas estão cuidando lá. Vão de fim de semana, mas como não pode derrubar mais nada, um tem parte de pinheiros também que plantaram, mas como não foram prejudicados, ficaram quietos. Mas eu falei e entrei na justiça porque fui prejudicado, né. Eu tirei a licença, eram meus os pinheiros, né e não me deixaram tirar, né. E estou na mesma, governando lá, mantendo as casinhas lá pelo menos, do mesmo jeito. (Durval, 75 anos, SFP).

No caso, ele entra com uma ação contra o poder público por sentir-se injustiçado, tanto por não ter sido notificado sobre a instituição do parque quanto por aquilo ser sua forma de sobrevivência. Aponta ele que desejava ser indenizado por suas terras, visto que desistiu de tudo após as restrições. Tal sentimento de injustiça não foi apenas dele, mas também daqueles que estavam ao seu lado e notavam a dimensão do problema.

(...)por ter sido prejudicado, sofreu muito, tá? Sofreu muito com isso. Hoje com uma indenização que ele recebeu, proporcionalmente o que realmente merecia ter recebido, é eu sinto nele o alívio que ele teve por saber que ele conseguiu tirar de lá o que ele tinha por direito, de uma luta a vida inteira lá. Mas uma coisa que eu digo é que na época [ele] foi muito prejudicado, sofreu muito, [ele], a família (...) a gente precisava muito na época, e não teve esse retorno, né? Não conseguimos ter esse retorno. E ainda foi prejudicado com o pouco que podia tocar lá, já não deu pra continuar, né. E aí, aquilo desanima, a verdade é essa, sabe? (...) Na época [ele] tinha mais de 40 anos e simplesmente é um baque, chega é uma cacetada, uma paulada que a pessoa leva. E por mais que conseguisse fazer alguma coisa, cara, aquilo desanima. O pouco de força que [ele] tinha pra tocar lá, desanimou. Desanimou! E eu te digo, assim, a pessoa, se não tem a cabeça bem centrada, entra em depressão. Essa é a palavra. Tô certo ou tô errado? (Gabriel, 34 anos, SFP).

Os relatos mostram que a injustiça sofrida não acometeu apenas o proprietário, mas toda família por se ver impotente diante da situação. Vários sentimentos emergem nas falas, como mágoa, sensação de prejuízo, incômodo e indignação. Ao tratar do processo de instituição do Parque da Ronda, mesmo considerando a importância da preservação, crítica a forma como são conduzidos os processos, sem diálogos, portanto, injustos.

[sobre a instituição do parque] Uma porcaria. Te explico porquê. Mesmo sabendo da questão ambiental, da preservação de uma área fundamental para preservar, só que a forma que foi feita, foi muito errada, e por ter sido prejudicado, me sinto prejudicado, por ser [quem era], eu tinha ligação diretamente, então, eu vejo que foi feito muito errado, não tivemos a atenção mínima do órgão municipal para com nós, não tivemos nada. Então, hoje, mesmo sabendo da importância de ser preservado, de trabalhar na área e saber que sim, tem que preservar, mas da forma

que ocorreu ali, é uma sensação muito ruim que ficou isso dessa situação. Muito ruim. Mesmo hoje sabendo que o [ele] foi indenizado, mas até chegar esse momento ficou uma sensação muito ruim. E uma mágoa muito grande que se tem. Não com quem criou ou pelo parque, é uma mágoa geral, um contexto geral, porque foram varias situações que aconteceram e tu não tem esse respaldo, não ser comunicado, não saber de nada, isso é bem ruim, bem ruim. (...) porque assim, foi decretado, [ele] foi prejudicado e nada aconteceu. [Ele] teve que entrar com ação, gastar, se incomodar. E o parque, se ao menos soubesse que a coisa estava funcionando, não, criaram, [ele] foi prejudicado, mas no contexto geral do meio ambiente, tá tendo um retorno. “Não, que bom, formos prejudicados, [ele] foi prejudicado, mas bah, tão trabalhando a área, tão buscando essa preservação, tão vindo nos procurar, não iam nos indenizar, sabe, mas a ação está correndo, vamos ver de que forma”. Não teve nada, se tivesse isso teria amenizado, mesmo tendo começado errado, iria amenizar. A sensação [dele] seria essa, né. (Gabriel, 34 anos, SFP).

Essa falta de diálogo com a população evidenciada é balizada em outro exemplo apontado por alguns entrevistados, quando houve a demarcação das terras nos Aparados da Serra, sendo que uma delas teve repercussão negativa em toda região. O governo instituiu e ordenou que a população saísse, sem conversa. *Alguns receberam o que o governo quis pagar, não teve negociação. Alguns não aceitaram e resistiram lá. Isso trouxe uma péssima imagem aos Parques* (Vânia, 50 anos, SFP). Essa falta de comunicação acarreta uma incompreensão das circunstâncias e conjunturas, como mostra outro relato.

Eu não plantei os pinheiros para tirar, mas eu vi que ia prejudicar a parreira, eu tirei. Uma que precisava e outra pra ter a visão para o parreiral, foi meu caso. Não foi eu queria derrubar porque plantei tudo. Não. Meu caso era bem diferente. Uma área de pinheiro está tudo lá, tudo. É bem que o Gabrielfalou, tá mais explicado que precisa. (Durval, 75 anos, SFP).

Além das injustiças pessoais, outras foram mencionadas em relação aos Parques de Americana e São Francisco de Paula. De modo geral, aparece como um consenso entre os entrevistados que as pessoas mais prejudicadas são aqueles moram e/ou atuam nas áreas. Um exemplo apontado por duas entrevistadas foi o adoecimento de uma pessoa, após sua retirada da área, o que consideram uma injustiça.

Ela saiu de lá, morreu de depressão, simplesmente porque o poder público, a secretaria de meio ambiente, mandou uma notificação e mandou ela sair. Ela chamava Cleusa. A horta sustentava a família, o marido era cadeirante. (Rosângela, 56 anos, Americana).

Questiona-se a falta de diálogo e de alternativas, ponderando outro sentimento, a crueldade. O poder público solicitava a desocupação e voltava no estado de abandono, outra injustiça. Contudo, o poder público não poderia oficializar o erro e acabava sendo vista injustamente como vilão.

Assim, outros problemas como o despejo de esgoto industrial numa área de grande importância ambiental e histórica; a ausência do que desfrutar no parque; o agravamento dos problemas frente ao descaso de diversos atores; os plantios perdidos pelas queimadas; a mortalidade e o risco de desaparecimento de animais; as consequências do lixo para flora e fauna; o mato alto ao invés de árvores frutíferas, a falta de investimentos científicos e em lazer, tudo isso se configura injustiça para os entrevistados, na qual toda população é prejudicada, uma vez que não tem para onde ir, passear e perde um patrimônio ambiental. Em contrapartida, ter instituído aquela área como um lugar de preservação, traz o senso de justiça, de conservação das espécies que ali habitam, de salvaguarda de um bem comum. Para alguns entrevistados, relacionar todos os problemas e conflitos aos parques e não aos maus usos também se constitui uma injustiça, pois os parques em si não trazem prejuízo a ninguém, o que traz é o uso indevido, descaracterizando a beleza original e seu valor histórico. Frente aos múltiplos usos, a própria população pode ser prejudicada ou beneficiada, trazendo os sentimentos de justiça e de injustiça.

A própria comunidade. Ela pode se beneficiar, como pode ser prejudicada, como o pessoal da vila jardim, eles estão prejudicando o parque, mas se tiver uma gestão para tirar ela dali e colocar num local adequado, serão beneficiados também, né. (Eduardo, 40 anos, SFP).

Ante ao descaso em relação ao Parque, sentimentos como o estranhamento aproximam-se desse senso de injustiça, notar que as mudanças pioraram a conjuntura.

Então, pra mim, eu tenho um carinho especial, assim, eu não acompanhei muito o processo, só me causa, assim, à vezes, uma não sei se uma estranheza, porque eu vi como tinha um horto ali, como se iniciou, com as saídas de campo que a gente fez com a universidade, muito a questão do lixo, aí você vê que muita coisa ao invés de melhorar, piorou. O horto já não tem mais ali, tinha uma escola de turno integral, tu tinha o horto, uma pessoa com um carinho muito especial (...) tu tinha minhocário, tu tinha... era um horto mesmo, era algo que funcionava ali. (Kamila, 36 anos, SFP).

Outra injustiça assinalada é o prejuízo dos proprietários em geral, os quais podem ter suas terras comprometidas pela restrição de uso e perda de valor fundiário. Muitos podem se sentir injustiçados, pois a regularização fundiária é demorada e as pessoas que moram dentro de uma unidade de conservação podem ter seu modo de vida restringido e, ao mesmo, não serem indenizadas. A injustiça se dá quando as pessoas são privadas de manter seu modo de vida ou quando a morosidade do Estado prejudica suas demandas. Ao que parece, a maioria dos proprietários que possuem terras na área do parque da Ronda não precisam dela para

subsistência, não mora, nem se sustenta do lugar, logo, não são diretamente prejudicados, ao contrário do entrevistado, pois era sua fonte de sobrevivência.

Eu não tinha nada, era só aquilo lá. Sair de lá sem ter o que construir nada, é mais pesado, né. Mas uns tinham condições melhor, podiam até construir sem aquilo lá, então, não se importaram, né. Deixaram lá como ladeira aquilo lá, a maior parte, né. (Durval, 75 anos, SFP).

Alguns proprietários são prejudicados pela forma como foi conduzida a instituição do parque, bem como aquelas pessoas que estão nas áreas de banhado, na ocupação da Vila Jardim, haja vista que à época não foi dialogado com esses atores. Nesse sentido, a maioria acredita que os proprietários deveriam ser ressarcidos com um valor justo pelas terras, o que não se configuraria uma indenização, uma injustiça e sim uma compra da terra. Já a multa paga pelo proprietário pela retirada de madeira, uma vez que não foi adquirida a área pelo poder público, é considerada uma injustiça. Um dos caminhos para equacionar essas injustiças, na visão de alguns entrevistados, seria a mudança de categoria, pois há um consenso de que não é justo e legítimo que uma unidade de conservação prejudique proprietários e seus herdeiros.

Agora, uma resolução, mais pra esse conflito, ao invés de comprar essas áreas e talvez desagradar essas pessoas, que talvez tenham e não usam a área, mas tem um apego afetivo, “era do meu avô, do meu bisavô”, sei lá, pega então e faz uma unidade de conservação que concilie. Acho que é um caminho bem melhor do que esse outro. (Caio, 30 anos, SFP).

Assim, nota-se que a instituição de um parque pode trazer uma série de sentidos de injustiças, os quais muitas vezes somam-se entre si ou defrontam-se mediante diferentes formas de perceber os fatos e conjunturas. Na dimensão mais estrutural, o sentimento de injustiça aparece, por exemplo, comparando a ação do poder público em diferentes bairros. Para um dos entrevistados, as obras e equipamentos se concentram em outras áreas adjacentes ao Parque da Gruta, em detrimento do bairro São Roque. Contudo, há que se considerar que a maior parte do entorno do parque que se situa no neste bairro, perfaz-se na divisa com residências e não espaços públicos. Ainda assim, confirma-se a ideia de que as territorialidades evocam diferentes investimentos, por exemplo, ao comparar parques que diferem entre si por estar em regiões centrais, espaço das elites ou nas periferias, as sobras urbanas.

Acho que esse é o maior inimigo do Parque da Dainese não ter transformado ele em algo rentável, igual fizeram com o horto ali. Será que o horto é rentável hoje em dia? Dá alguma renda para o município? Pra aquela população em volta ali? No fórum, SESI, aquele pessoal da indústria ali, tem pouco poder econômico, imagina aqui que é periferia. (Bento, 58 anos, Americana).

O mesmo pode ser observado em São Francisco de Paula. A região do lago São Bernardo, por ser mais central, tem mais atenção do poder público, ao passo que o Parque da Ronda, por estar mais afastado do centro, é negligenciado. Essa disparidade não se limita à atuação do poder público, mas se inscreve também na configuração dos bairros e da representação que tem o Parque da Gruta mediante esse contexto.

(...) e você tiver de carro e você olhar, você subir sentido aqui por trás, se você entrar na Av. Europa, você vai ver o mar de telhados nos dois lados. Aqui casas melhores, se vê que são trabalhadores de carteira assinada, tem gente que trabalha nas fábricas ou tão se aposentando agora, né, ainda bem. No fundo da Gruta, tem toda uma parte mais simples, economicamente mais... uma sociedade mais precarizada, com muito traficante, tráfico de molecada, vendendo droga na rua à noite. Lá é um pouco perigoso... você vai ver importância dela [Gruta], né. Por isso que eu falo, o Parque não pode ser um objeto, um obstáculo, tem que ser um espaço de integração, né. (...) Porque lá tem que circular gente, os animais, mercadorias, menos carros, lógico. Mas o restante (...) tem que ser um espaço de integração entre esses dois lados, não pode servir como *apartheid* urbano, como é hoje, né. (Carlos, 50 anos, Americana).

Esse *apartheid* urbano é uma injustiça que retrata um distanciamento de classes, uma negligência com os problemas sociais e dificuldades de integração e formação de laços comunitários. Coaduna com a ideia de Bauman (2003) de que as sociedades da modernidade líquida restringem-se aos seus iguais e semelhantes, destituindo um princípio básico da comunidade, que é a vivência e relação entre os diferentes. Ademais, tais distanciamentos reforçam uma série de estereótipos, carregados de generalizações. Uma entrevistada chama atenção para o cuidado em associar a periculosidade de algumas áreas às pessoas de baixa renda.

Ah, perigoso porque eles falam de assalto, enfim, daí, tu vê a sujeira de coisas jogadas, usuários, mas isso porque, daí, remete uma situação de abandono, não só daquele lugar, como também da condição social daquelas pessoas que estão ali. Porque muitas vezes a questão de assalto ali, aquelas pessoas de baixa renda que estão marginalizadas e não é isso. É muito daquela coisa também desse boato que vai passando, né. Mas eu sempre fui ali e nunca tive problema. (Kamila, 36 anos, SFP).

Alguns entrevistados apontam a injustiça de quando as respostas dadas às elites econômicas, que modificam o meio ambiente e a configuração territorial, não é a mesma com outras parcelas da sociedade. Em Americana cita-se a região da pós-represa, em que a

plantação de cana-de-açúcar rebaixou em 1,2m o nível do solo com a erosão laminar e tem ocasionado o deslizamento de componentes químicos e agrotóxicos nos cursos d'água. Em São Francisco de Paula são mencionadas as lavouras de batata e o conseqüente aumento das marginalidades decorrentes dessa produção.

Em relação às ocupações, uma série de injustiças sociais é referida pelos entrevistados, a começar pela falta de infraestrutura básica, como acesso a água encanada, iluminação e saneamento, bem como a ineficácia das políticas habitacionais.

Eu nasci e fui criada aqui em Americana, então por isso que, sei lá, as turma, todo mundo vem de longe, chega aqui, cata, faz o cadastro e ganha casa. Eu que nasci aqui, até hoje não tenho uma casinha para morar. Tem que viver desse jeito que você tá vendo. Então, não sei o que tem aí, nós não sabemos". (Raquel, 57 anos, Americana).

A entrevistada levanta uma injustiça social em relação à divisão e propriedade da terra, questiona o porquê alguns a possuem e outros não, não havendo empatia com aqueles que não têm onde morar. *A gente tem medo de tira a gente daqui, num tê lugar, com tanta terra nesse mundão e a turma aí num ajudar os próximos, né.* (Raquel, 57 anos, Americana). Outra entrevistada tensiona a justiça atrelada à propriedade da terra, considerando que todas elas em algum momento foram invadida.

Mas eu penso que não tem como ser dele se é dentro do parque. Ele comprou de quem, esse pedaço que ele diz que é dele? Não tem como ele fazer uma extração sem procurar saber, há quanto tempo ele está ali dizendo que é dele? Se todo mundo que eu conheço fala que aquilo ali é uma área verde. Ele comprou de quem? Ele é invadido como nós da vila. Então, não tem como ele dizer que é dele. (Jéssica, 25 anos, SFP).

Para outra entrevistada, a única diferença entre proprietário e pessoas em áreas ocupadas é apenas uma escritura, uma matrícula de propriedade.

(...) eles [proprietários] se sentem injustiçados porque vão perder a sua área, num sei que vão perder e mesmo com essa coisa da indenização, né, tu indeniza o valor dali da propriedade, mas tu não indeniza teu apego ao lugar, tua história, lembrança de infância, enfim, né. E eles se sentem injustiçados, eu não sei se essa palavra, sabe? Mas eu, eu me sensibilizo (risos). E me sensibilizo também com o pessoal ali daquela área irregular, porque eles também, tem muita gente que nasceu, se criou e já construiu a sua casa, a sua família ali, né, eles não são diferente dos outros, que eles não tem ali a matrícula do imóvel, né (risos). Por isso a minha proposta de deixar eles ali e só fazer a infraestrutura necessária. (Cintia, 42 anos, SFP).

Nem todos são vistos como injustiçados, contudo tanto os proprietários quanto os moradores das ocupações são atores importantes no processo, que devem ser escutados e incluídos no processo de construção do parque, de modo a não cometer injustiças. Para tanto, é preciso olhar as questões estruturais que se inscrevem. Todos acreditam que a remoção das pessoas, caso seja a proposta, deve ser feita de forma planejada e justa.

Mas se for para tirar nós pa joga na rua, então, é mió nós fica aqui. Pa onde nós vai? Quem não tem condições vai pa onde? Se tem vez que nem um arroz e feijão tem pa cume, que é os outros que vem e faz aquela mutirão, traz cesta pra nós. Quem tem serviço muito bem e quem não tem? Eu tenho 57 anos, tenho tudo meus papel do médico, eu tenho pobrema nas pernas, nos ruins, na coluna, tudo isso. Como pago um aluguel? Eu recebo bolsa família de 80 reais, e o que cê faiz com isso? (Raquel, 57 anos, Americana).

Alguns acreditam que, ao menos em São Francisco de Paula, nem sempre as pessoas que vivem nessas áreas ocupadas estão por necessidade. *Muitas vezes não estão por necessidade social, mas porque veem oportunidade de criar mais uma moradia para si, acabam construindo no local.* (Ricardo, 39 anos, SFP), o que configuraria outra injustiça.

No geral, as entrevistas trouxeram um ideal de justiça social relacionado ao cuidado e à atenção, pontuando os entrevistados, que as pessoas devem ser incluídas no parque ao invés de expulsá-las. A construção identitária das ocupações pode trazer um ideal de justiça, em contraposição ao modo como é feita atualmente, em que elas estão apartadas da realidade social e ambiental e carregadas de estigmas. A ocupação do Zincão, em Americana, faz referência a uma antiga área de depósito de matérias para de reciclagem, com um nome homônimo. Já a ocupação Vila Jardim, por configurar-se em um trecho linear e estreito, ficou conhecida como Vila Tripa, para muitos, um termo pejorativo. Além das ocupações, frutos das desigualdades, outros aspectos e processos sociais são vistos como injustos, como as distorções urbanísticas, a falta de planejamento e a desintegração das pessoas e áreas naturais. Pondera-se uma compreensão equivocada de desenvolvimento urbano na atualidade. *O prefeito bom é aquele que recapeia a rua e não é aquele que termina com o esgoto da Gruta Dainese* (Carlos, 50 anos, Americana). A falta de condições financeiras de uma parte da população para construir elevatórias que direcionem o esgoto em rede coletora ou construam fossas ecológicas são outros exemplos. Além disso, a cobrança de tarifas para entrada nos parques é vista como uma injustiça, posto que não contempla toda municipalidade, restringindo o acesso de um bem público e comum.

A escolha daqueles que vão gerir os parques muitas vezes é tida como injusta, quando fica a critério de interesses partidários e politiqueros. *Perdeu-se a oportunidade de ter um gestor ambiental fazendo a gestão da unidade. Tem que conhecer as políticas públicas que envolvem as unidades. O próprio aluno perdeu.* (Vânia, 50 anos, SFP).

Frente a todas essas injustiças, problemas, conflitos e prejuízos, um entrevistado pondera que o que falta é um conhecimento aplicado, a busca por soluções. Todavia, não é possível afirmar que não se tem buscado soluções, visto que muitos outros entrevistados relataram um conjunto de iniciativas e ações. Certamente, mais correto é afirmar que pouco tem sido feito para responder as injustiças estruturais e que as ações têm se limitado ao seu escopo de intervenção.

Vontade de agir coletivamente

A vontade de agir coletivamente aparece no desejo de agir, em prol dos parques e em prol de uma melhor qualidade de vida para si. Esse desejo se vê potencializado quando esses atores buscam se inspirar em outras experiências de atuação que lhes servem de modelos para seu próprio exercício político em busca de direitos ou ainda reconhecendo o agir coletivamente como um valor. Valorizando, por exemplo, o associativismo.

Quando a gente fez a limpeza lá na Guarapiranga, mas eu chorava, eu falava ‘gente, eu não acredito’, como a gente consegue. Primeiro, você olha, diz ‘não é possível mudar isso’ (...) mas aí vai vendo que você é capaz. (Rosângela, 56 anos, Americana).

Por sua experiência, nota a relevância da ação coletiva, pondera os avanços possíveis e percebe transformações por conta de uma ambição comum. Vale destacar como ela descreve os avanços, como conquistas em primeira pessoa do plural, do *nós*.

Se pegar a Gruta como era, nós estamos conseguindo mudar. Apesar de todos os conflitos, de todas as divergências que a gente tem, nós temos um sonho em comum, que nós vamos conseguir mudar essa realidade, fazer essa gruta renascer. (Rosângela, 56 anos, Americana).

Além de idealizadora de vários projetos envolvendo diversas pessoas, essa entrevistada, é reconhecida e lembrada por vários entrevistados, tendo feito parte de diversos coletivos. Um deles, em Americana, que congregava algumas pessoas mais próximas a ela se chamava “Olhos da Gruta”. Esteve na formação da ACAEDUC Amigos da Gruta, contudo, por divergências políticas se afastou do coletivo, mantendo-se presente nas ações

conjuntas. Destaca-se seu exercício em sempre congregar outras pessoas, o que denota a vontade de agir coletivamente.

Uma pessoa vai sonhando, difundindo esse sonho, outras pessoas se somam a ela. Acredito que esse parque seja possível, tanto que você está falando dele, eu estou falando dele. Se nós sonharmos juntos, como diz Paulo Freire, um sonho sozinho é um sonho sozinho, um sonho coletivo ganha asas. É um sonho comum. (Rosângela, 56 anos, Americana).

A importância dada aos colegas que compartilham o mesmo projeto também denota a vontade de agir coletivamente. Os entrevistados reconhecem a potência da ação coletiva, um deles considera os Amigos da Gruta e o coletivo Olhos da Gruta como faíscas, gotinhas no oceano, os quais dissolvem-se no todo e são capazes de se tornarem gigantes.

Ah, uma fagulhazinha, né. Igual nós dos amigos da gruta, o olhos da gruta, nós somos uma gotinha no oceano e a proteção do parque da gruta é uma fagulha que de vez em quando pega fogo e queima todo o parque. (Bento, 58 anos, Americana).

Muitos defendem o parque e engajam-se em ações por amor ao lugar. A topofilia motiva agir *coletivamente*. *É porque eu tenho amor aquilo ali, eu amo ali. E não porque eu tenho lá aquele pedacinho conservado, eu queria ver todo conservado.* (Bárbara, 82 anos, Americana). Pondera-se que há muita vontade de fazer na associação, de fazer mais do que já faz, mas falta participação, faltam pessoas. Os movimentos sociais, ainda que tenham avançado em conquistas nas últimas décadas, sobretudo após o processo de redemocratização e nos governos de centro-esquerda, atualmente, a sociedade civil e suas entidades estão fragilizadas, sentindo uma impotência diante disso, o que impacta na vontade de agir coletivamente.

Se sente impotente hoje, a sociedade e suas entidades estão fragilizadas, as sociedades civis organizadas estigmatizadas de forma negativa. Infelizmente nos governos do PT os movimentos se tornaram chapa amarela, isso amorteceu a luta, enfraqueceu os movimentos sindicais, sociais e de luta por moradia. Foram entidades aparelhadas. (Carlos, 50 anos, Americana).

Em ambas as cidades notam-se poucos grupos engajados, talvez por suas limitações. *A população do entorno não tem autonomia para atuar ali, como pesquisadora de uma instituição pública também não tem por sua própria iniciativa.* (Fátima, 62 anos,

Americana). Talvez seja necessária uma abertura do poder público para que diferentes atores se mobilizem coletivamente. Em Americana os coletivos são lembrados em algumas entrevistas e em São Francisco apenas dois identificaram um grupo. E tal engajamento pode ser de caráter informal, como nos movimentos sociais e ações coletivas, bem como de caráter formal, em que setores de uma instituição, por exemplo, interseccionam atividades. Quando os servidores do poder público apontam a importância de fazer ações junto à sociedade civil, a outras esferas e agentes políticos revelam a relevância do agir coletivo.

Nas ocupações, tanto em Americana quanto em São Francisco de Paula, não parece que a vontade de agir coletivamente apareça entre as pessoas e famílias ocupadas, tanto que não existe qualquer coletivo ou associação que os represente. *Não tenho nada que falar, né, eu fico na minha, cada um no seu quadrado, então, é assim, cada um faz sua parte e todos vai viver, né.* (Claudia, 42 anos, Americana). Os moradores não são articulados politicamente em coletivo para pleitearem suas demandas.

Vários entrevistados pontuam que contribuem menos do que gostariam e ficam limitados às suas atuações individuais ou profissionais. A vontade de agir coletivamente é limitada quando a população não é empoderada, quando não sente que o parque a pertence, quando se sente incapaz de resolver os problemas. Alguns entrevistados apontam que a falta de associativismo tem impactado na vontade de agir coletivamente dos entrevistados. Mesmo com um projeto de educação ambiental em andamento, com apoio para formação de uma associação de condutores, não se sustentou por não congregar interesses. Assim, a vontade de agir coletivamente está ligada ao empoderamento das pessoas, quando elas se sentam parte do processo, quando são reivindicadas a agir e estão motivadas a engajar-se.

Em São Francisco de Paula, diferente de Americana, não existiu nenhuma associação de defesa do parque. Contudo, outras institucionalidades apontam uma vontade de agir coletivamente, como a ação da promotoria em buscar dados e informações levantados pela universidade. Essa abertura para compartilhamento e atuação coletiva também aparecem em outras entrevistas, por meio da participação em conselhos, pelas ações intersetoriais no poder público, pelas atividades acadêmicas envolvendo diversas áreas e disciplinas. É preciso criar e evidenciar a corresponsabilidade, sendo determinante para ação coletiva. A falta de associativismo é um dos limitadores da prática cidadã e comunitária.

Não existe muito associativismo aqui, nem cooperativismo, não é prática, diferente de outros lugares, assim, tu vai num vale, por exemplo, de Cantado, é comum as comunidades serem comunidades. (...) Talvez essa seja uma das tarefas mais difíceis e fazer com que faça participarem da gestão. (Vânia, 50 anos, SFP).

Em linhas gerais, a vontade de agir coletivamente advém de outras dimensões da consciência política, como a eficácia; a identidade coletiva; as crenças e valores sociais; as emoções e os sentimentos. Sua falta aparece quando as pessoas não enxergam capacidade de intervir na conjuntura, não se sentem aptas para mudança; quando não há proximidade com o poder público; quando não se vê reconhecido ou quando não se estabelece uma comunicação entre os envolvidos.

Eu acho que falta muito trabalho, com as comunidades, elas não participam dos conselhos, mas muitas vezes não se sentem aptas. As reuniões são de dia, quando as pessoas estão trabalhando, então, assim, sempre... Não só pelo tempo de trabalho, mas pela linguagem mesmo que a gente utiliza. Eu acho que a gente não fala a língua deles, a gente fala, por mais que a gente se policie, a gente ainda fala uma linguagem técnica, eles sentem extremamente incomodados, eles acham que não são capazes de opinar ou se eles vão falar, às vezes tem medo de falar alguma coisa que, tem medo de tirar as dúvidas. (Kamila, 36 anos, SFP)

Além das experiências de atuação coletiva ou percepção da falta dela, nota-se também um conjunto de expectativas relacionadas à vontade de agir coletivamente. Primeiramente, há expectativas com relação às ações no Parque, em que as pessoas se mobilizem em atividades de plantio, retiradas de lixo, visita etc. Nesse sentido, diversos atores são vislumbrados, seja da sociedade civil, da iniciativa privada e do poder público. Há também expectativas com relação aos trabalhos conjuntos, entre instituições, de modo que o poder público se aproxime das universidades, bem como de coletivos e associações da sociedade civil. Nesse sentido, há a esperança de maior proximidade do poder público com a população, de modo a estimular a vontade de agir coletivamente. Também se espera que as pessoas se mobilizem, independentemente do poder público, de modo a fazer o que queira, *se o povo tivesse mais organização, não precisava a prefeitura fazer, o povo mesmo fazia*. (Bárbara, 82 anos, Americana). Assim, uma expectativa compartilhada entre alguns entrevistados é que haja uma organização de ações coletivas e movimentos sociais.

Gostaria que tivesse um movimento mais organizado, mais amplo, mais forte. Vê o esforço de algumas lideranças, de algumas pessoas. Até brigam com alguns moradores pela preservação. (...) Mas tem aquela “são ecologistas, maconheiros, petistas”. “Vai trabalhar vagabundo”. Há muito preconceito. (Carlos, 50 anos, Americana).

Tal organização prevê uma aproximação constante entre os atores envolvidos, de modo a mantê-los engajados e motivados no coletivo. Há que se reunirem todos os atores. A ação coletiva depende da corresponsabilidade de todos, não como coadjuvantes ou depositários de ideias, mas como protagonistas e propositores de opiniões. Pressupõe

reconhecer a importância do papel de cada um frente ao outro. O trabalho conjunto possibilita uma cocriação, a qual impacta na vontade de agir coletivamente, podendo gerar respostas inesperadas e eficazes.

Se o problema é saneamento, nós temos tecnologia sociais que sabem. E a gente tá lutando pra conseguir dinheiro pra indenizar as terras. Mantém essas terras, vamos criar junto o sistema de saneamento, junto com eles, né. Hoje tu faz o saneamento com piscinas disso, com pneus, nossa, não precisa nem rede de tratamento. Qual é a prioridade? (Vânia, 50 anos, SFP).

Nesse sentido, os entrevistados trazem um conjunto de valores para ação coletiva, certamente um elemento motivacional que impacta na vontade de agir. O aprendizado por meio de uma intervenção crítica, coletiva e não individualista; as políticas públicas construídas de forma democrática; o compromisso ético; o reconhecimento da diversidade de opiniões e divergências políticas como complementares, ainda que antagônicas. Certamente isso denota um reconhecimento do adversário, não como inimigo, mas ator do processo democrático, tal como descreve Mouffe (2015). Um entrevistado exemplifica pontuando o dissenso e a busca por consenso nas inter-relações, considerando o adversário.

É um patrimônio nosso, patrimônio ambiental, em algum momento a gente tem algumas divergências, isso é normal, faz parte, porque você precisa ter. Você analisa, eu analiso. Eu analiso com o olhar da administração, eu vejo um aspecto ou espectro (risos...) até um aspecto e um espectro maior, você analisa dentro do sistema, dentro do sistema de uma ONG, que é importantíssimo, que sempre foram parceiros, sempre na administração pública, sempre trabalhou com parcerias, inclusive. É importante, assim, que nós caminhemos mais próximo. Por quê? Porque exatamente o que vocês pensam de preservação é o que a gente quer. (Clovis, 49 anos, Americana).

As entrevistas mostram que os sentimentos de pertencimento com o lugar e a identificação podem incidir na vontade de agir coletivamente, tal como quando alguns entrevistados mencionam os afetos que projetam nos coletivos, identificando-se com seus pares e motivando-se a participar.

Repertórios e metas de ações

Quanto aos repertórios de ações, notam-se os institucionalizados e os informais, não institucionalizados. Em se tratando das metas, observam-se as pessoais e aquelas direcionadas ao Parque.

Os repertórios institucionalizados estão diretamente ligados ao trabalho e atuação profissional dos atores da pesquisa, desde os professores, por meio de suas práticas pedagógicas, pesquisas e projetos, aos servidores públicos nos poderes constituídos, com os projetos de lei, comissões de trabalho, investigação e estudo, ações judiciais etc. Em Americana, observou-se repertórios como a articulação de projetos no âmbito da educação ambiental; pesquisa; estudos demandados pelos poderes constituídos; elaboração de materiais e produções em mídias, como um vídeo sobre as condições do Parque da Gruta em todo curso d'água; trabalhos de reflorestamento e cultivo de mudas; comissão de trabalho, investigação e estudos na câmara; requerimentos encaminhados ao executivo pelo legislativo; audiências públicas; busca de recursos junto a outras esferas e parlamentares e elaboração de projetos para tanto; trabalho intersetorial de licenciamento ambiental; monitoramento ambiental pelo poder executivo; reunião junto à associação de moradores; parcerias com o Ministério Público para reflorestamento e outras ações por meio de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). Em São Francisco de Paula, destacam-se as execuções do promotor de justiça local, ações civis públicas, encaminhamento de TAC e investigação. Notam-se as pesquisas universitárias em vários níveis de estudo, de graduação, especialização e mestrado, inclusive, tendo sido usadas nos repertórios da promotoria; o trabalho do executivo, como a solicitação de um plano de manejo, levantamento fundiário e a negociação com outras esferas de poder para regularização da área; a resposta do poder executivo em processos ambientais e ao Ministério Público; a atuação proativa do conselho de meio ambiente, inclusive reivindicando a gestão do Parque da Ronda e as visitas de campo com instituições de ensino, configuram outros exemplos, mesmo que não sejam reconhecidos por todos. Ainda assim, um entrevistado, discente egresso da UERGS, queixa-se da escassez de visitas no Parque.

(...) a UERGS trabalha muito pouco o Parque Natural Municipal da Ronda, não se tem muito, de repente por não ter uma parceria direta com o município. Agora que está começando a trabalhar e eu me formei na UERGS, bacharel em gestão ambiental, eu não pisei em todas as saídas de campo uma vez se quer no PNMR, dentro do município. Nunca tivemos uma saída de campo pra lá. Tu saia em UC estadual, federal, Parque Estadual do Tainhas; Estação Ecológica Estadual Aratinga; a FLONA, Floresta nacional; os cânions nos Aparados da Serra e Serra Geral. (Gabriel, 34 anos, SFP).

Outros repertórios de ação como o plantio e manutenção de um horto e viveiro de mudas, que hoje não mais existe; a captação de recursos; criação de marco legal; criação de conselho do Parque; participação no mesmo e educação ambiental no Centro de Integração Social (CIS) e as negociações políticas por meio de audiência pública. Ao que parece, os

repertórios observados chegaram ao seu limite de intervenção, sendo necessárias outras ações. Um entrevistado aponta para intervenções pragmáticas do poder público como uma meta.

Aquilo já teve mais foco, esses estudos que já citei da UERGS, teve estudos da FEVALE, teve o lance da UNISINOS, teve vários trabalhos de conclusão focados lá, inclusive trabalhos parecidos com o seu, nessa questão mais social, assim, teve vários trabalhos, agora eu acho meio parado, assim, essa questão, talvez porque tenha estudado o suficiente, falta mais implementar, botar gestor, mudar a categoria, fazer alguma coisa. (...) Poder publico, prefeitura, né. Tem que abraçar isso aí, porque, acho que a UERGS já fez o bastante pra aquela área a nível de conhecimento, né, instrumentalizar a prefeitura com conhecimento. A prefeitura fez um ótimo plano de manejo, é muito bom, então, falta mesmo o poder publico comprar mesmo essa ideia, né, botar um gestor, ou sei lá, ter dentro do departamento de meio ambiente uma dedicação pra isso, comprar umas arezinhas de terra para começar, algo assim. (Caio, 30 anos, SFP).

Além dos repertórios institucionalizados, os entrevistados trouxeram em suas falas outros repertórios não institucionalizados. Em Americana, foram apontadas experiências como a elaboração, publicação e compartilhamento de livros didáticos e lúdicos; a construção de uma página virtual da associação Amigos da Gruta; ações voluntárias dessa associação; petição pública; confecção de informativo em formato de boletim distribuído em escola; trabalho informativo junto à comunidade; acompanhamento de pessoas e grupos dentro do parque, auxiliando na abertura do mato; ações de cuidado no entorno do parque, a *gente que pegou a enxada e carpiu. O que a gente pode fazer é limpar*. (Claudia, 42 anos, Americana). Pondera-se como estratégia o marketing repetitivo para sensibilização e conscientização.

Usava um marketing repetitivo, nos seus termos, para reforçar a importância da Gruta nas reuniões de pais. “Ih, lá vem a diretora falar da Gruta de novo, porque para eles não tinha importância”. (Rosangela, 56 anos, Americana).

A sensibilização ocorre tanto por meio de repertórios não institucionalizados, como conversas com a vizinhança, quando em trabalhos institucionalizados, de educação ambiental na escola.

Sim, eu converso com as pessoas, falo da importância desse parque, inclusive, há uns dois anos, levei meus sobrinhos, entramos lá para conhecer, porque meus sobrinhos não conheceu a gruta, né e eu sempre comentei com ele, converso com as pessoas, trabalhei numa escola como coordenador, próximo da gruta e nessa

escola tinha um trabalho de educação ambiental com os alunos, então, nós, eu, a diretora da escola, o professor de educação física, a gente procuramos uma das nascentes, do córrego da gruta, que talvez seja a principal, né, em termos de metragem do córrego, e a partir daí nós levamos os alunos para conhecer a nascente. (Marco, 43 anos, Americana).

Em São Francisco de Paula, aparecem alguns repertórios não institucionalizados semelhantes. Embora não tenham uma página ou associação civil, já editaram e compartilharam um vídeo-documentário sobre o Parque da Ronda produzido no Projeto Eco Serra. O acompanhamento de grupos para atividades pedagógicas voluntárias; as denúncias junto ao Ministério Público feitas pelos munícipes; a ação judicial por indenização; a participação em projetos sociais de educação e o plantio nas áreas privadas são outros exemplos de repertórios observados.

Respondendo à eficácia política, a aproximação do poder público com a população tem sido uma estratégia de ação importante apontada nas entrevistas em ambos os municípios, visto que muitas vezes não há diálogo. A tática tem sido adequar e alinhar a linguagem, evitando terminologias técnicas e formalidades. Também é comum nas duas cidades narrativas que ponderam o cuidado com o próprio lixo como uma estratégia, bem como a retirada voluntária de resíduos dentro dos parques durante as visitas.

Com relação às metas, como dito, dividem-se entre as pessoais e em relação aos parques. Dentre as pessoais, aparece a proposta de lançamento de outros livros; ser contemplado em uma política habitacional; a indenização atrelada à propriedade; contribuir com a cidade onde mora e o reconhecimento pelo trabalho. Um exemplo do último caso é o promotor de SFP, que busca ser reconhecido por seu perfil investigativo e no campo ambiental e social. Sobre as metas em relação ao Parque, aparece a regularização fundiária; a captação de recursos para tanto e outras ações; projetos de educação ambiental nas áreas; a retomada de projetos como o horto e viveiro de mudas; as denúncias; a retirada do lixo e do esgoto nos parques; a construção de infraestrutura e barreiras ecológicas contra depredação; bem como a edição e compartilhamento de vídeos institucionais, *nós vamos começar a produzir vídeos institucionais, vamos passar em todas as escolas, né* (Roberto, 51 anos, SFP). Outras metas apontadas são ações que congreguem e unem setores do poder público e sociedade civil; como a confecção de cartilhas a serem distribuídas para população e a definição de uma pauta comum de luta. Em exemplo dado em Americana é o esgoto, *essa bandeira uniria a sociedade do entorno, a cidade de americana como um todo e fortaleceria o movimento Amigos da Gruta*. (Carlos, 50 anos, Americana).

Desenvolver a vontade política; conseguir recursos; criar novos roteiros, inclusive pensando na regionalização do turismo e incluindo outras unidades de conservação; adquirir terras privadas; criar projeto de voluntariado; criar estação de tratamento de esgoto; estabelecer o conselho gestor e mantê-lo ativo e ações de visibilidade são outras metas que aparecem nas entrevistas, contudo, há que se considerar que algumas delas são de médio e longo prazo. Uma meta que merece destaque é a ideia de criar um núcleo de aproximação das unidades municipais, que são incipientes, pois embora se tenha interfaces com os estados e união, é preciso uma aproximação das gestões municipais, trocar expertises, experiências, entraves e desafios. *Uma das minhas ideias é criar uma espécie de, não sei se é associação, é difícil fazer em forma de associação, mas um núcleo de aproximação das unidades municipais.* (Roberto, 51 anos, SFP). Outra meta aprontada por um entrevistado à promotoria é auxiliar na construção de um fundo para regularização fundiária, considerando as dificuldades para tanto, como para juntar recursos para a indenização de proprietários.

5.2 Comparativos e representações dos Parques

É importante reforçar que cada cidade desenvolve diferentes institucionalidades de luta e repertórios de ação. Enquanto em Americana destacam-se as ações da câmara municipal, por meio das comissões de estudo e a formação de uma associação da sociedade civil em defesa do parque, em São Francisco de Paula nota-se o trabalho da promotoria por meio das investigações e ações civis públicas e da universidade com as diferentes pesquisas.

Em comum entre as duas localidades, percebe-se que não há identidade coletiva notória entre os entrevistados, sendo mais evidentes alguns traços dessa identidade compartilhada e construída em processos de negociação. Em São Francisco de Paula a participação de jovens é mais visível do que em Americana. Além disso, em relação aos conselhos de meio ambiente, na primeira cidade ele parece mais articulado, combativo e propositivo no que tange ao Parque da Ronda, ao passo que na segunda parece que o conselho não pauta o parque diretamente, na maioria das vezes o toma junto às questões transversais.

As ocupações possuem diferentes proporções em cada cidade. Em Americana, o número de famílias é maior, enquanto a área do parque é menor que do segundo, o que significa um maior impacto nessa cidade. Em São Francisco de Paula parece haver pessoas que lá residem e não estão em condição de vulnerabilidade, tanto que aparecem casos de segunda residência.

As discontinuidades dos projetos e ações a percepção de morosidade e falta de eficácia do poder público é outro ponto em comum entre os entrevistados das duas cidades. Ao mesmo tempo, em ambas as localidades aqueles que estão mais próximos da administração pública, reconhecem seu trabalho. Ou seja, muitas percepções são reforçadas no senso comum por estereótipos e generalizações.

Em se tratando de interesses políticos, nota-se que enquanto o Parque da Ronda nem aparece nas campanhas eleitorais, o Parque da Gruta só aparece em campanhas, mas depois das eleições nada é feito, ou seja, de fato, nenhum dos parques em seus históricos converteu-se em bandeira política.

Na dimensão urbanística, enquanto que em Americana a pressão imobiliária e os interesses de mobilidade estão diretamente ligados aos prejuízos do Parque, em São Francisco de Paula, a regularização fundiária junto aos proprietários configura-se um dos principais conflitos. As normativas em Americana são mais frágeis e a pressão tem incidido com maior força, ao passo que São Francisco de Paula está mais avançado nos instrumentos de proteção, desde a lei que institui o parque ao plano de manejo e formação do conselho gestor.

Frente aos múltiplos interesses de uso e dificuldades em se instituir toda área do parque da Ronda como sendo de proteção integral, devido à ausência de recursos para indenização, ajuíza-se em algumas entrevistas a possibilidade criar dois núcleos, um com a expectativa original, de proteção integral e outro de uso sustentável, uma APA. Em Americana, o Plano Diretor do Parque da Gruta, ainda que sem aprofundamentos legais, prevê duas áreas, o parque propriamente dito e as áreas adjacentes, do seu entorno. Recentemente saiu uma matéria no jornal O Liberal em que o secretário de meio ambiente sugere a mudança de categoria.

Enquanto em Americana poucas pessoas são citadas individualmente, exceto quando em alguns casos que aparece a mesma pessoa, com ressalvas de esquecimentos, em São Francisco de Paula todas as referências de atuação são pessoas, as quais eram indicadas para entrevista.

No que se refere às representações dos Parques, há várias lembranças, significados e sentidos atrelado a esses lugares. Dividem-se em dois conjuntos de representações, as memórias pessoais e coletivas e as percepções dos parques.

Parque Natural Municipal da Gruta

Muitas recordações são associadas ao Parque da Gruta, as lembranças da infância, de que no passado era um lugar turístico, por suas quedas d'água. Lembram-se das excursões que vinham de outras cidades do entorno, quando não havia bairros no entorno. Caminhava-se do centro, na região do Bairro São Domingos e atravessava-se um bosque de Eucaliptos. Muitos que moram no entorno tem a lembrança de como era no passado.

A maioria da turma que mora por ali, “fi”, tem a lembrança de quando era, a gente podia descer lá, eu pescava até lambari, tinha vez que eu ia essas horinhas da tarde lá pra baixo, levava uma varinha ali naquele lugar ali onde tem os pés de jabuticaba, aquela moita de bambu pra cima, era chácara do André, tinha uma marmoraria antiga ali, até o pessoal ali faliu a fábrica de mármore e a família foi tudo embora para os Estados Unidos e ficou ali, acho que até vendeu para outras pessoas, tem uma parte loteada, outra parte não, que uma fonte que eles tiravam ali enchia piscina, usava para tomar água, tudo, aterraram aquela fonte ali (...) Aquilo era uma fonte de água limpa, corria água igual cai na outra cachoeira, mas com o tempo foi tacando entulho, foi entupindo, enchendo e terra, acho que a fonte muda para outro lugar. (Bento, 58 anos, Americana).

Recorda de uma área de nascentes que costumava ir, mas que hoje não existe mais devido uma construção.

Ali onde tem aquele campo de futebol, tinha uma nascente assim, uma assim, e depois ali na rua em cima, ali, eu mostrei pra você onde tem uma galeria fluvial que cai uma mina d'água, a gente escuta o barulho. Falei procê e pro Netto, eu falei “aqui era a mina das negrinhas, que a gente falava, né”. Tinha umas negrinhas que moravam lá no fundo e a gente falava “Vamos lá na mina das negrinhas” e a gente ia lá. Aquela área ali tinha três ou quatro nascentes. Construíram um prédio residencial, não sei se é residencial ou comercial lá. Sei que era tudo, passo lá de vez em quando e vejo a turma trabalhando lá. (Bento, 58 anos, Americana).

Recorda também de experiências vividas na área da gruta, não mais criança, morando no bairro São Roque.

Nossa, quando teve um tempo que nós foi até caçar o tatu lá, via tatu, ouriço, na época que podia a gente ia, tatu, ouriço, cobra, vixe. Eu até corri de cobra ali na gruta (risos). (...) acho que aquela Jararacuçu dourada, né. Ela tava acho que, nós foi tentar tirar um mel de abelha num cupim lá, eu e o Marcelo aqui, um vizinho aqui, tio do Rogerião. Nós fomos tentar tirar um mel de cupim lá, quando nós foi chegando perto, acho que ela tava tomando sol, ela fez aquele barulho e deu aquela levantada, aquele negócio que a cobra faz, acho que ela se assustou com nós, e nós piorou. Na hora que o Marcelo viu, ó (risos). Largamo mel, abelha, tudo lá no cupim. Ficou lá. (Bento, 58 anos, Americana).

Muitos recordam com saudosismo dos tempos de infância. *E pra mim, o parque é uma coisa, é talvez pela memória que eu tenho de quando a criançada ia lá, eu sinto assim um carinho e sinto com saudade de como era.* (Rubens, 62 anos, Americana). Outra entrevistada lembra-se da infância e adolescência, comentando que era muito comum nas décadas de 60 e 70 ir até a área do parque em família e que a cidade era menor. *Na época, chegava lá de mochilinha nas costas. Era uma região sem ruas de acesso e transporte. Eram estradas de terra.* (Fátima, 62 anos, Americana). Nas suas lembranças, a família Dainese tinha cuidados com a área. Era um local de passeio aos finais de semana, para realização de piquenique e não era um parque propriamente dito. Embora fosse um lugar de lazer, não era nada instituído. Certamente, por ter menos pessoas, não havia necessidade e muitas leis ambientais, aliás, nem existiam na época.

(...) era um local pra passeio mesmo, fim de semana, *brincar*, fazer piquenique, e aí é que eu acho interessante, né, também não havia uma organização da área, num é um Parque. Não era uma área tombada de conservação, nada disso, mas era uma área onde todo mundo podia ir. Tranquila e, de fato, servia ao lazer, não tinha a degradação que a gente vê hoje, de modo algum, né. (Fátima, 62 anos, Americana).

Um entrevistado cresceu e passou a infância morando no entorno da gruta e traz uma série de lembranças de como era no início dos anos de 1980. Morava ele ao final da Rua Solimões, próximo da maior queda d'água, onde se forma a gruta.

Era um espaço onde tinha convivência de várias pessoas, piquenique, existia gramas, vinham até ônibus na gruta, da região, Sumaré, Campinas, várias partes da região. (...) Lembro, os ônibus não eram tão frequentes, mas vinham mais era carro, moto, entrava um pouco de tudo. E o parque, esse parque, simboliza voltar às características, né, do que foi e o que era o lugar, ainda simboliza um espaço para convivência. (Marco, 43 anos, Americana).

Conta que ia brincar lá num areião que tinha, na gruta, nos córregos, de ir pegar girino e aprender que não era peixe. Ia a pé. Foi nesse período que começou a notar as mudanças, inicialmente sutis, a água não ainda tinha odor, mas já não era confiável, mesmo com várias minas, como chamavam as nascentes.

O odor não era forte, mas, assim, a água não era confiável, algumas áreas ainda existia as nascentes, né, que a gente chama de minas, as minas tinha ainda que a gente tomava água, porque a gente conhecia. Inclusive, existe até uma passagem que foram visitantes, tava eu, meu irmão, meus irmãos todos mais velhos que eu, aí perguntou se naquele lugar poderia beber, um dos meus irmãos falou que podia, o visitante bebeu, daí o outro irmão que já sabia, só que não falou pro visitante. Depois, só que falou pro meu irmão “essa água não pode beber”, então, já existia

essa dúvida, se a gruta era um lugar apropriado ou não. (Marco, 43 anos, Americana).

Lembra também que foi o lugar onde aprendeu a nadar, do seu contato com a natureza e de brincadeiras que fazia na área do parque.

Indiferente disso ai, eu era criança, existiam várias possas próximas das cachoeiras, que foi o local onde eu aprendi a nadar, aproximadamente, seis, sete anos, oito anos. Aprendi a nadar na gruta, né. Já que por minha condição financeira também não tive oportunidade de aprender numa escola de natação. Então, todas essas passagens aí, a minha memória que tenho da gruta, também é uma memória da minha infância, né, que foi muito boa e eu convivi com a natureza, diretamente com a natureza, samambaia a gente retirava, mas não como forma de degradação, porque existiam várias samambaias lá e a gente acabava criando em casa também. Cipó, a gente brincava de cipó, dentro da gruta, a gente costumava já com oito, nove anos de idade, a gente já escolhia os lugares para nadar. (Marco, 43 anos, Americana).

As lembranças da infância remetem também à sociabilidade que tinha à época entre outras crianças e os adultos quando iam passear no Parque da Gruta e passavam a tarde juntos.

O pai de um de nossos colegas de infância, ele conhecia um lugar, uma nascente que não era dentro da parte da voçoroca, mas era uma das nascentes que interligavam o córrego na gruta, e a gente costumava, ia meu pai, meus irmãos, o pai desse colega nosso e outros colegas e a gente ficava, ia tipo uma hora da tarde e ficávamos até cinco, seis horas da tarde, quando o sol começava a se pôr. A gente voltava, andava na trilha, ai os adultos iam na frente com a varinha, então, são lembranças e recordações da gruta. (Marco, 43 anos, Americana).

Junto às memórias e também parte dela, existem as fantasias, as lendas que muitos ponderam, sobre animais avistados e mortes que ali ocorreram.

E tem também o aspecto histórico, ela está presente na história, na memória das pessoas, existe muita fantasia criada sobre aquele ambiente. Conforme você vai conversando com as pessoas ali em volta, nos trabalhos, você vê história de gente que achou osso de dinossauro, de escritores que no seu livro relatam aquele ambiente, etc. Até hoje eu não fui a fundo nessas histórias. Osso de dinossauro eu posso dizer que não é (...). (Pedro, 38 anos, Americana).

Diversas riquezas são identificadas no parque pelos entrevistados, os recursos hídricos, as quedas d'água, a vegetação, a biodiversidade em geral, a sedimentação, a formação geológica, a paisagem e a fisionomia específica, os quais afetam o ar, o microclima e a vida das pessoas. Apesar disso tudo, hoje não tem tido todas essas funções, na verdade, ao contrário, concentra problemas que só afastam a população e traz prejuízos ao meio ambiente. Esse paradoxo é percebido no conjunto de percepções apresentada pelos

entrevistados. A área é tida como privilegiada num município pequeno territorialmente, contudo, nota-se que seu cuidado não tem se efetivado. O parque sempre foi reconhecido por sua relevância, *o parque da gruta, desde a memória de infância, adolescência e profissional, é um lugar fabuloso que merece cuidado.* (Fátima, 62 anos, Americana). *Um oásis verde pra quem tá chegando lá* (Clovis, 49 Americana). *Uma das maiores jóias de Americana. É o futuro de Americana, nenhum lugar da região tem algo parecido.* (Giovani, 43 anos, Americana).

O Parque Natural Municipal da Gruta é uma área de reserva que conseguiria manter um ambiente natural mais próximo da cidade. É uma área de recarga de lençol freático, de elevação da umidade do ar e do micro clima. Tem um potencial não trabalhado de recreação. Tem uma diversidade interessante no local, de pássaros e outros animais. Tem potencial ambiental interessante a ser preservado. Tem muita história, muita memória. (Pedro, 38 anos, Americana).

Enquanto alguns acreditam que foi uma ação nobre da família Dainese doar aquela área ao poder público, uma ingenuidade, outros avaliam que a doação da área se deu por ser um fundo de vale, de pouco valor imobiliário, como uma sobra urbana do processo de loteamento. Ao que parece, a segunda interpretação parece mais coerente, uma vez que no processo de loteamento da área não parece ter havido qualquer preocupação com os recursos naturais ali presentes. Foram deixadas apenas áreas ciliares aos cursos d'água e locais de difícil construção.

O parque também é visto como um sonho não concretizado. *Ainda que se fale parque, pra mim é o Sítio da Gruta, porque é uma coisa que não transformou em parque. Assim as pessoas o conheceriam.* (Rubens, 62 anos, Americana). Alguns reconhecem como um sonho impossível, por não existir o engajamento esperado ou porque as mudanças parecem insignificantes frente ao descaso e negligência social, muitos não acreditam que o Parque da Gruta vai acontecer. Mesmo a população do entorno, que deveria estar preocupada com o parque por sentir seus impactos diretamente, não dá seu valor e contribui com sua degradação. *Muitos põem fogo e lixo. Muita gente não dá valor, até vizinhos.* (Giovani 43 anos, Americana). Contudo, isso é comum na população em geral, muitos não dão importância.

Muita gente e não dá importância, assim como não dá atenção para questão ambiental, muita gente desconhece o sítio da gruta, ou porque veio de fora ou porque quando nasceu já começou ficar mais preso, sendo seguro pela família. (Rubens, 62 anos, Americana).

Uma parte dos moradores vê a Gruta Dainese como um obstáculo, não como um território de integração. Muitos não se importam e depreciam por não ter consciência do que ele é e representa, assim, são indiferentes. Ao contrário, quem tem consciência, crê que se deve preservar. Outra percepção é que não acreditam que as políticas públicas vão melhorar, pois se fala de reforma da gruta desde a década de 1990, sem efeito. Alguns enxergam o Parque da Gruta é um patrimônio local e outros um bem mundial, reconhecendo sua relevância ambiental, histórica e econômica. Também nota-se diferentes percepções com relação às gerações.

Uma parte consciente das pessoas mais jovens vê como um potencial de desenvolvimento ambiental, econômico, de lazer e turismo. Outra parcela mais velha vê o parque como depósito de lixo, obstáculo. (Carlos, 50 anos, Americana).

Outro entrevistado, ao contrário, vê mais engajamento nas gerações mais velhas. Ainda assim, para os entrevistados, são poucos aqueles que olham para o Parque da Gruta Dainese com carinho, independentemente da faixa-etária. Uma entrevistada observa moradores mais antigos reclamando das condições e moradores mais jovens sem entender o que é o parque. Observa também grupo de pessoas que se envolvem porque sempre viveram na região e percebem a degradação, bem como pessoas que não conheciam, não entendiam o que era aquele espaço e se engajaram. Seus alunos adultos conheciam o parque, os mais jovens nem conheciam, nem chamava a atenção na paisagem. Ela comenta sobre essa percepção na sala de aula.

Aí, eu comentava [sobre o parque] e eles diziam ‘Ah, meu ônibus passa por lá’. Então, nem mesmo marcante era a paisagem do Parque para eles. Então, isso me assustou um pouco, mas eu não sei, é difícil, né, dizer. Mas, assim, quem conhece o Parque, de fato, não tem dúvidas da importância dele. (Fátima, 62 anos, Americana).

As águas e seus fluxos são mencionados por alguns entrevistados como a maior riqueza, transpondo as fronteiras políticas, dando uma dimensão holística, considerando sua importância nos ciclos, para a vegetação e animais. Ponderam também ser um lugar não esquecido, que deveria servir para preservação da vida. Contudo, por outro lado, vê uma área morta, com uso de drogas, descarte de lixo e esgoto nas cachoeiras. As pessoas usam, sobretudo, as bordas do parque, a partir das grades que perfazem seus limites. *Você entra ali com riscos de acidentes e de não saber o que vai encontrar, pode passar por inseguranças.*

(Fátima, 62 anos, Americana). *Hoje, do jeito que está, não é saudável ir.* (Giovani, 43 anos, Americana).

Ah, hoje o parque apresenta como um lugar não acessível, a turma sabe, reconhece que é um espaço lindo. Infelizmente, muitas pessoas que a partir da década de 90 nasceram, talvez em 95, talvez 2000, que são jovens, têm mais de 20 anos e nunca tiveram, até 30 anos, nunca tiveram acesso. Muitos só ouviram falar, não tem nem consciência, nem imaginam como que o espaço, esse parque. E muitos que conhecem eles têm a mentalidade que não é um lugar acessível, mentalidade não, não é um lugar acessível hoje, ninguém entra dentro da gruta, porque é um lugar que têm muita contaminação, somente a parte do córrego da água. (Marco, 43 anos, Americana).

Enquanto alguns consideram que o parque só piorou drasticamente, outros acreditam na sua melhoria, que já esteve pior. Para alguns entrevistados, o parque ficou abandonado por muitos anos e agora as pessoas estão novamente se aproximando, caminhando em suas margens. Essa percepção corrobora com uma expectativa do poder público em explorá-la como camadas de cebola. Assim, em certa medida, tem se atendido, o que foi planejado pelo poder executivo na ocasião da construção das pistas de caminhada. Essa atenção notada pelo executivo, também era percebida pelo legislativo local, que sempre teve a intenção de mostrar que o lugar não estava abandonado ou esquecido. Contudo, mesmo que não estivesse abandonado, o descaso é apontado por unanimidade entre os entrevistados. Para alguns, a não afetividade se dá pela má administração dos recursos. Citam um exemplo recente, em que o município não prestou conta corretamente dos recursos recebidos pelo estado de São Paulo e está devolvendo a parte do montante que havia recebido. (Ver anexos 05 e 06). Nota-se que nas percepções dos entrevistados o parque sofre muita pressão antrópica, uma delas as ocupações, instaladas em áreas do parque e adjacentes, como praças.

Por outro lado, o parque da Gruta também é identificado como um lugar de lazer para população e pertencimento. *A única coisa que eu sei, se um dia eu tiver que sair daqui, vai deixar saudade, NE*. (Antônio, 60 anos, Americana). Contudo, atualmente, o único lazer possível é o informal, não planejado e marginal. Pondera-se a importância do lazer no parque, haja vista que os bairros do entorno são todos bairros dormitórios. Muitos moradores do entorno usam as bordas do parque para fazer churrasco, brincar, caminhar, passear de bicicleta e com os cachorros e ficar sentado. O parque é uma opção de lazer gratuito quando não há recursos para outras atividades, como ir num shopping, num parque aquático, entre outros que são pagos. Para tanto, pondera-se que seria necessária uma infraestrutura de

segurança. Inclusive, uma entrevistada não vê como uma área de lazer, por apenas ter mato e água, não ter o que observar ou lugar para as crianças brincarem e se divertirem. Certamente, ela considera a falta de infraestrutura, *playground* e áreas específicas com brinquedos infantis. *Parque que eu conheço memo é parque onde você leva as crianças pra brincar, mai ali não pode. Ali é muito sujo, né, mato, é perigoso.* (Raquel, 57 anos, Americana). Esse imaginário de perigo mostra outra percepção relacionada às áreas naturais. Ao mesmo tempo em que elas podem representar um espaço de proteção, manutenção de espécies, é muitas vezes, e historicamente associadas aos problemas de saúde pública, desde perspectivas sanitaristas da época de emergência das cidades, aos dias de hoje, quando tais espaços acumulam lixo ou são locais de proliferação de animais peçonhentos e transmissão de doenças. Um entrevistado traz um exemplo dessa dicotomia.

(...) pode ver por dois aspectos, uma que é uma área que consegue manter essas espécies de migração que saem lá do Canadá e vem pra cá. Mas por outro lado, cria outro ponto de atenção e interesse, a migração de doenças, etc. Na época da gripe aviária, aí teve que fazer um trabalho de monitoramento dessas espécies, quais estão vindo, quais podem estar trazendo algum tipo de patógeno de regiões que não chegaram aqui, então, a área de mata tem seus prós e contras. Podem trazer também problemas de saúde pública. (Pedro, 38 anos, Americana).

O parque também é usado e reconhecido como um lugar de residência para as pessoas ocupadas. Contudo, embora vivam dentro do parque, em uma de suas margens, e notem sua beleza, ficam restritos à área ocupada. As entrevistadas de lá não conhece a dimensão do parque, apenas faz referência à Praça da Neblina, tratando em “parque da neblina”, que é anunciada pela prefeitura. A ocupação está situada ao final da Rua Serra do Mar, em parte, numa área pública adjacente ao parque da Gruta, na qual seria uma praça. Mesmo pouco conhecendo a área, uma entrevistada reconhece o direito de visitar como cidadã. *O parque é pra nois, pra quem visita. Nois somos visitantes também.* (Raquel, 57 anos, Americana).

Muitos pontuam a flora, a fauna e aos recursos hídricos como elementos que mais gostam e riquezas do parque.

O que eu mais gosto? Sim. Aquelas árvores bonitas que eu adoro, aquelas nascentes que eu amo de coração, apesar de não poder descer muito, mas eu desço com a ajuda de vocês, a coisa que eu mais amo ali é aquela floresta linda, aqueles ipê quando está florado, aquilo pra mim eu tô no céu. Pra mim, ó, sem as árvores a gente não sobrevive nunca, não. Tanto é que você viu o tanto de árvore que eu plantei. Ali fui tudo eu que plantei, tudo, Paineira, Jambolão, pras formigas. Aquele chama chapéu de sol, tudo fui eu. Ipê, Ipê mirim, tudo fui eu que plantei. (Bárbara, 82 anos, Americana).

Outra percepção relacionada ao parque é a falta de informação e conhecimento sobre ele, há poucos estudos sobre o parque. No geral, as pessoas conhecem pouco de suas singularidades e características, logo, poucos entendem sua importância.

Olha eu acho que o primeiro desafio é esse Parque ser de fato entendido, porque, pra mim, falta muita informação. Como eu te disse, eu conheço aquela região, conheço o Parque, é da minha infância e tal. Mas se hoje eu fosse um pesquisador, até profundo conhecedor de Parques e chegasse em Americana e quisesse me informar, não teria informações, né. Então, eu acho que o grande desafio é a gente conhecer aquele Parque e documentar, ter documentos, ter memória daquilo. Até pra você ter parâmetros, ‘olha, farei isso, não farei aquilo’. E, assim, ponto de vista do que uma equipe precisaria conhecer, né. Pra poder implementar uma ação correta, que tivesse alguns resultados rápidos, outros mais demorados. Teria que conhecer e se eu fosse hoje uma pessoa de fora que chegasse, até com essa tarefa, por onde eu iria começar? Fica difícil. Então, não temos registros, de fato, daquela área (Fátima, 62 anos, Americana).

Esse entendimento tanto ampliou as percepções já relatadas acima quanto trouxe novas informações, leituras e descobertas. Um lugar tão pouco estudado e com tanta riqueza, certamente carrega uma série de dados relevantes à região, ao meio ambiente e ao entendimento de processos de atropização. Um entrevistado chama atenção para o aspecto geológico, pouco investigado.

Tem um certo interesse geológico que não foi explorado ainda. Durante esse processo de levantamento de fauna, em algumas áreas do rio, existe uma limpeza de uma área de arenito lá e ele tem a presença do que a gente chama de “seixo caído”, a formação geológica daquela região está relacionada a história do planeta em que os continentes americano e africano estavam juntos e estavam mais deslocado para região do polo sul, então, tínhamos grandes geleiras aqui, que formou um tempo depois o Varvito em Itu etc. (Pedro, 38 anos, Americana).

Outra percepção, já evidenciada, é do parque configurar-se como uma sobre urbana. O Decreto que instituiu o Parque da Gruta oficializou outros três parques, curiosamente todos eles fundo de vale, com pouco valor imobiliário. Isso denota não apenas um interesse público em preservar a área, mas, sim, um encaminhamento urbanístico ante os interesses fundiários. Alguns entrevistados ponderam que o mercado imobiliário descarta certas áreas, quando, na verdade, deveriam valorizar para uso social. Cita-se que na época de criação dos parques, havia um projeto ambicioso de interligação dos mesmos por meio de ciclovias, o que não se concretizou. Existiam muitos interesses na época, sobretudo de equipamentos sociais para comunidade e retirada de esgoto, contudo, não houve debates e diálogos amplos. Não houve pressão política à época para mudança do decreto original, do qual foram extraídos alguns artigos, considera-se que tenha sido ajustes jurídicos. Quando à percepção sobre fauna local,

muitos mencionam os pássaros, os animais noturnos como os morcegos e os gambás, répteis como cobras e lagartos, dentre outros.

A maioria dos respondentes vê o turismo como um meio de preservação e educação ambiental. Nesse sentido, consideram a exploração do parque importante, desde que seja responsável, com segurança e sem trazer prejuízos. Considera-se o lazer e educação ambientais como meios de uso sustentável. *Exploraria de forma consciente para ser mais valorizado, de um modo que não degradasse.* (Giovani, 43 anos, Americana). Para alguns, do jeito que está não é possível, pois traz risco à saúde e integridade das pessoas. Contudo, embora tenha potencial turístico, alguns não identificam o retorno com potencial econômico. Alguns ponderam querer voltar a usar e explorar o parque como no passado.

Parque Natural Municipal da Ronda

Muitos trazem a lembrança de quando visitavam no passado o parque, conhecido como Cascata da Ronda, sempre se referindo às águas. (...) *Me criei ali naquela volta do parque e antigamente era um lugar que a gente tomava banho, né, a água era limpa, tinha uma beleza, assim, exuberante (...).* Lembra-se de *uma trilha que percorria quando era guri* (João, 43 anos, SFP). Outro entrevistado, quando chegou em São Francisco de Paula, na década de 1990, o levaram para conhecer a Cascata da Ronda, um dos lugares mais bonitos da cidade. Conta ele sobre o histórico do lugar e o porquê do nome.

A Cascata da Ronda, ela foi o principal atrativo turístico de São Francisco de Paula, tanto que quando eu vim pra em 1990, eles foram me levar para conhecer o local mais bonito e foi a Cascata. O nome Ronda vem do seguinte, na época, vindo até os anos 40, mais ou menos, todo o produto que era comercializado aqui na serra ou era em carroças ou era em lombo de mula, aquelas chamadas de tropa de mulas arreadas. Ou seja, as mulas com cargueiros e com produto em cima. (...). Esses tropeiros que vinham com mulas arriadas tempos mais próximos, eles ficavam alojados aqui na cidade, só que as montarias deles, as mulas, no caso, tinha que ter um local pra largar. Como na época não tinha muito local cercado para deixar, a Ronda era própria pra isso, porque como você vai ver depois lá, a parte de cima do campo quase toda ela é um cânion, toda volta é um cânion, o outro lado é um banhado enorme e intransponível e só tem um localzinho que dá para ter acesso. Então, apenas uma pessoa podia fazer a Ronda ou a vigia de todas essas tropas, então, era um local ainda dentro da cidade. (...) o nome é centenário lá no local, então, em função dessa ação de guardar. (Roberto, 51 anos, SFP).

Uma entrevistada lembra quando ia com seu pai brincar na área, que *ele pegava umas câmeras de pneu, fazia as crianças entrarem na água e era divertido, ele entrava na água.* (Jéssica, 25 anos, SFP). Recorda de uma história que escutava quando criança, mas que não sabe se era verdade ou se era apenas para assustar as crianças.

Um tempo atrás, muitos anos atrás, não sei se é história dos antigos, mas me falaram uma vez que poderia ter leão. Mas eu nunca vi de ninguém comentar agora, desse pessoal de agora. Mas eu já ouvi história, mas às vezes os mais antigos gostam de contar história para os mais novos se assustar. (Jéssica, 25 anos, SFP).

O processo de instituição do parque aparece em algumas narrativas, as quais trazem um pouco do seu histórico.

(...) entre todos os coordenadores dos trabalhos, nós tínhamos uma meta de transformar um decreto de 1996 em lei, que seria a criação de um Parque Ecológico. Como em 96 não tinha formatação, porque o Sistema Nacional de Unidade de Conservação foi feito a partir de 2000, então, em 2005, a gente já tinha uma noção de como alterar essa lei e transformar então num Parque Natural Municipal, que é a mesma modelagem dos (Parques Nacionais) das unidades de proteção integral. E a partir dessa implementação a gente começou a criar os marcos legais e conseguimos recursos, até foi a única unidade municipal que conseguiu recursos através do Governo Estadual, através de medidas compensatórias de obras Estaduais, aqui do Rio Grande do Sul. Então, até a gente serviu de base para unidades municipais a conseguirem recursos do estado através de compensatórias. Ede posse desse recursoa gente começou a planificar quais seriam as primeiras partes a aplicar o recurso na implementação do parque, que foi, então, a contratação do plano de manejo o levantamento fundiário, um diagnóstico socioeconômico e aquisição de veículos e equipamentos. (Roberto51 anos, SFP).

A partir desse levantamento fundiário, constatou-se que o parque é compreendido por áreas devolutas, uma área da união cedida ao município e áreas privadas. Um entrevistado diz conhecer a área desde criança, cresceu na área onde hoje é proprietário. Lembra-se de quando era menor, de andar pelo parque, conhecer uma por uma das cachoeiras. É o que mais gosta. Outro também recorda de ir desde criança ao Parque da Ronda, quando a água era limpa, notando o parque sempre muito bonito. Conta que, inicialmente, quando o parque foi pensado da primeira vez, nem se tinha a ideia de unidade de conservação como tem hoje, a proposta era ser uma área de lazer mesmo. Outra entrevistada julga que não foi pela beleza cênica, mas, sobretudo, para recuperar a área degradada e cuidar dos recursos naturais, principalmente a água. O apelo para construção do parque à época era para responder o problema do lixo que havia sido depositado por anos. Conta que outras iniciativas foram feitas, como a criação de uma usina de reciclagem e uma cooperativa, mas não deu certo. Além disso, não só os proprietários, muitos munícipes usavam a área para lazer.

Antigamente era um lugar muito bonito, quando nós era pequena, vinha minhas primas, meus primos de fora, meu pai levava nós lá. Porque era limpinho, desce a cachoeira, tinha um riachinho. Era muito bom. No tempo da minha infância era muito bom. (Jéssica, 25 anos, SFP).

Um ator importante mencionado em algumas entrevistas é o falecido “Sr. Anildo Bistrot”, antigo proprietário do Parque das Oito Cachoeiras, que possui uma área dentro da poligonal do Parque da Ronda. *Ele sempre teve esse trabalho de conscientização com relação ao lixo dentro do Parque, né.* (Eduardo, 40 anos, SFP). Lembra-se de histórias que escutava no passado, de que um delegado do passado que usava o parque para o assassinato de meliantes. Aproveitava-se alta neblina e o penhasco para a efetivação do ato.

E aí também, não sei se o cara era capitão do mato, um negrão, tinha família aqui e era meio que tipo um delegado. E o cara que incomodava na cidade, ele prendia, deixava uns cinco dias preso, num dia de serração, ele colocava numa carroça, dava uma volta com o cidadão, chegava na beira da Ronda, fechava a serração, abria a carroça, dava uns tiros no pé do cara, “te manda que não quero te ver mais em São Chico”. O cara saía correndo e (...). Já ouviu falar dessa história? (Eduardo, 40 anos, SFP).

Os casos de suicídios também são mencionados por vários entrevistados; um deles, inclusive, lembra-se de ter atendido umas três pessoas que tentaram o suicídio lá, comentando sobre um ideal romântico associado à prática. *Era uma coisa que ficava mais romântica, se atirar no parque da Ronda.* (Oscar, 73 anos, SFP). Outra entrevistada diz que *história que mais tem é de pessoas que se atira dali, né. Às vezes, não está de bem com a vida e pã.* (Jéssica, 25 anos, SFP). Somam-se aos imaginários outros fatos, como a realização de despacho enquanto ritual religioso.

Um entrevistado lembra que ao chegar em São Francisco de Paula, em 2010, deparou-se com uma unidade de conservação de proteção integral criada pelo município, numa área de grande relevância ambiental, que possuía um passivo ambiental incompatível com essa proposta, um antigo lixão na área. Foi o primeiro enfrentamento que fez. No processo de investigação, encontrou um termo de ajustamento de conduta (TAC), firmado entre a Prefeitura de São Francisco de Paula e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), a qual faz os licenciamentos ambientais no estado, que estava com os prazos vencidos, sem ter sido executado. Assim, entrou com uma ação de execução desse plano de recuperação de área degradada. Explica ele que a área a ser recuperada do antigo lixão estava situada dentro do Parque da Ronda, contudo, havia uma inconsistência, pois os resíduos sólidos não estavam depositados num só lugar. Aponta ele que tais resíduos teriam sido empurrados, transportados para um desfiladeiro, onde é formado, inclusive, pelas águas das cachoeiras do Parque da Ronda. Sem saber os motivos, supondo esconder o lixo, o mesmo foi emburrado com retroescavadeira peral abaixo. Assim, ficaram dois locais com passivo ambiental, duas áreas degradadas, a primeira que era a área do lixão em si e objeto do TAC

firmado junto à FEPAM e a segunda área, que não tinha nenhum termo de ajustamento de conduta prevendo sua recuperação. Ajuíza-se que tal passivo ambiental nem deveria ter existido, outra irregularidade descabida. Nesse processo, entrou com uma ação civil pública para pedir ao Juiz que se fosse feito também ali naquela área um projeto de recuperação de área degradada. Relata que o lixo ali presente tem descido junto aos cursos d'água. E não apenas o meio ambiente é prejudicado, mas os empreendimentos turísticos que estão no caminho, bem como outras localidades. Diversos sacos eram cheios com o lixo que se desprendia dessa segunda área e descia com o córrego. Foi deferido pelo Juiz e na época da entrevista estava encaminhando a execução do termo firmado junto a FEPAM, bem como as liminares da ação judicial proferida nessa ação civil pública referente ao segundo lugar. Certamente esses processos fazem parte da memória do Parque, das lutas e conflitos que marcam seu processo de atropização.

Alguns falam do carinho que têm pela área. Uma entrevistada recorda de quando visitou pela primeira vez o Parque das Oito Cachoeiras e foi até a cachoeira da Ronda, ficando encantada.

(...) eu me lembro a primeira vez que eu vim pra cá, eu fui visitar o parque das 08 cachoeiras e uma das cachoeiras foi a da Ronda, sem saber que era da Ronda. E eu fiquei tão encantada, porque eu não tinha esse contato com natureza, assim. Gostei, mas não tinha esse contato. (Kamila, 36 anos, SFP).

Outra entrevistada lembra quando ia com o atual companheiro, na época namorado, fazer rapel na Cascata da Ronda, quando era seguro o lugar. Inclusive, lembra que quase foram furtados. *Uma última vez que a gente foi lá, por exemplo, a gente desceu, as cordas ficaram lá em cima e tal, quando a gente subiu já tinha uma gurizadinha com as coisas, sabe? (risos).* (Cíntia, 42 anos, SFP). Muitos têm a percepção de que Parque da Ronda não oferece segurança, por isso, não há uma atividade turística, ao passo que na área privada, no Parque das 08 Cachoeiras, tem segurança e assim é possível fazer trilhas em grupos. Uma entrevistada cita a insegurança associada à percepção de um lugar inóspito, sujo em decorrência do esgoto. *Muitas pessoas têm medo de pegar bactéria hoje* (Jéssica, 25 anos, SFP).

Um entrevistado lembra quando começou a estudar a área, pois embora conhecesse há mais anos, foi no período da graduação que passou a pesquisar a região do vale, por meio de um projeto chamado Monalisa.

Então, ali é bem interessante que começou esse envolvimento da UERGS com aquele vale ali, não com a unidade e conservação, mas com o vale, no projeto

Monalisa, que foi um projeto da Unisinos, que Monalisa era o nome fantasia para monitoramento de alteração em leitos de arroio. Então, o projeto consistia em caminhamento em todos os cursos hídricos e anotação dos impactos, das alterações nos arroios. E isso aí foi bem quando eu entrei na UERGS e eu já entrei de cabeça nesse projeto. A gente fazia campo quase todo dia, ia pra lá à é e caminhava e fui criando mais familiaridade com o local e depois disso veio o Parque da Ronda, veio o Parque da Ronda institucionalizado, porém criado de uma forma muito amadora vamos dizer assim, muito pouco embasamento técnico. (Caio,30 anos, SFP).

Nesse processo de estudo e caminhadas pelos cursos d'água, lembra-se da ocasião em que se perdeu e passou uma noite no parque. Relata que primeiro teve uma relação afetiva com o lugar, depois acadêmica e com o tempo foi conhecendo mais tecnicamente. Lembra com carinho de vários projetos realizados na área, como o Eco Serra, que consistia na visita educativa e monitorada com escolas e um vídeo-documentário que editou junto ao Eco Serra denominado “Parque Natural Municipal da Ronda: um passeio de contrastes”, para caracterização do parque, falando de suas singularidades, problemas e conflitos. Curiosamente, esse material foi utilizado pela promotoria de São Francisco de Paula para reconhecimento de área e motivação para as ações civis públicas. Ao saber disso durante a entrevista, demonstrou uma positiva surpresa. Lembra-se de um episódio, quando estava com um grupo escolar na área, junto ao Projeto Eco Serra, e uma professora explicava que o lixão depositado na década de 1990 porque não se tinha o conhecimento e visão ambiental da atualidade.

Teve até uma vez que teve um episódio engraçado que eu levei junto lá pra ver o lixão e a professoras acompanharam e uma das professoras eu não conhecia e ela era filha do ex-prefeito que tinha praticamente criado aquele lixão. E eu vi que eu falava mal do lixão e ela “não, mas tem que ver que é num outro momento”, eu vi que ela tentava justificar, mas quem será essa mulher? Eu cheguei pro [Eduardo] e perguntei: quem é essa mulher? [E ele responde] Filha do ex-prefeito (risos). (Caio, 30 anos, SFP).

Assim como outras pessoas, alguns entrevistados ponderaram que começaram a visitar a área por meio do Parque das 08 Cachoeiras. Caio (30 anos, SFP) lembra-se de ir com um grupo de escoteiros e depois com seu pai, que é topógrafo, começando a conhecer. Considera um lugar de sociabilidade e congregação entre amigos. Além disso, traz outras informações importantes quanto à história do lugar, de que a área já foi devastada e não é uma vegetação primária. Lembra-se que haviam grandes plantações de um vegetal base para o Pireto, um inseticida e repelente natural, que deram origem à Roça Nova. Posteriormente a área foi recuperada por meio da silvicultura.

Apensar de que aquele vale ali, o mato dele a grande maioria daquela vegetação ali não é uma vegetação primária, que aquilo ali teve muita na década de 40, os inseticidas eram à base de piretro, e ali se plantavam muito a flor que produz o piretro, antes de ser produzido sinteticamente. Então, aquele vale ali na década de 30, 40, era todo devastado. (...) É Roça Nova por isso, porque aquilo ali era muito utilizado para agricultura, tanto que muito plantio de pinos que existem lá dentro, que são plantio muito antigos, com árvores de 40, 50 anos ou mais talvez, tão lá dentro assim e foram plantados esses pinos, essa silvicultura justamente depois das lavoura. (Caio, 30 anos, SFP).

Explica que vegetação primária é apenas as áreas não agricultáveis, reforçando que os nomes dados aos lugares têm muita relação com seus usos, todo topônimo, origem de um nome geográfico, faz referência aos seus usos e significados, por isso “Roça Nova”, em outras palavras, um novo lugar para agricultura.

O Parque da Ronda, conhecido também como Cascata da Ronda ou Peral da Ronda, traz uma série de sentidos pelas memórias acima mencionadas e pelos usos observados no passado e na atualidade. *É um lugar único, de relevância ecologia, geológica e geográfica. É o encontro de três ecossistemas, uma transição entre o planalto e a planície litorânea.* (Jorge, 36 anos, SFP). Assim como nos livros que contam a história da cidade e mencionam a área, muitas vezes a história do Parque da Ronda se confunde com o Parque das Oito Cachoeiras, o qual nasceu da ideia de um pesquisador, tal como contam alguns entrevistados.

Pois é, o Parque das Oito Cachoeiras é uma coisa interessante, como tu comentava, o Parque das Oito cachoeiras a história dele se confunde com o parque da Ronda, não sei se tu tem conhecimento ali daquele parque, tinha um professor Arnildo Bistrot, que era um cara de uma cabeça de conservação, assim, ele era muito pirado nas coisas de pequenas centrais de hidrelétrica, tanto que lá tem duas PCH [Pequena Central Hidrelétrica] desativadas da época dele. E ele tinha, tem ainda, tinha, ele faleceu, uma área de terras enorme. Essa história também da conservação do parque da Ronda se confunde com o parque das Oito Cachoeiras. (Caio, 30 anos, SFP).

No geral, para os entrevistados, as pessoas não enxergam o parque. A parte superior, na área de campo e onde está a cascata da Ronda, que é mais conhecida e não o todo. Muitos enxergam como uma área de preservação, mas não um parque. Conhecem ou referem-se ao lugar como Cascata ou Peral da Ronda ou o Vale da Roça Nova. *Eu me conheci, me criei sendo peral da Ronda. Eu fui saber que era parque depois que eu vi a placa.* (Jéssica, 25 anos, SFP). Uma entrevistada pontua que muitos de seus alunos viam o lugar como um buraco e que ela explica ser uma fenda, uma fratura geológica. Assim, a palavra e o conhecimento vão dando outros nomes e significados, conferindo uma identidade. O mesmo ocorre no parque em Americana, por também se constituir um fundo de vale. A falta identidade do lugar é mencionada em outras narrativas. Pondera-se que não foi construída.

O parque ainda não se apresenta. As pessoas sabem que existe, mas não tem identidade. Não foi construída. (Jorge, 36 anos, SFP). Vislumbra-se que a atribuição de sentido e significados coletivos são processos sociais que devem ser despertados. Esse reconhecimento e criação de sentido pode se dar a partir de visitas, por meio das quais, vai se conhecendo aos poucos e se identificando, criando afeto.

E aí lá dentro eu pude conhecer o que era, onde aquele censo estava inserido, aí eu fui tomar conhecimento do Parque da Ronda, né. E aí tomando conhecimento do Parque da Ronda, do tamanho dele, da significância dele, fui me apaixonando pelo lugar e cada vez procurando conhecer mais sobre ele e somente in loco, olhando, observando.(Jorge, 36 anos, SFP).

Alguns entendem ser uma área de preservação por não ser agricultável e não por ter sido instituído um parque.

Acho que elas nem enxergam, de fato, elas enxergam como uma área de preservação, mas não no conceito que a gente tem, eles enxergam como uma área. Um pai de um amigo meu é dono de uma terra lá e ele disse uma coisa que eu concordo e tá dentro desse debate de áreas de preservação, proteção, né, que é o lance do uso sustentável contra a proteção integral. Ele falou “bah, mas pra que criaram esse parque, tenho umas terras lá, não vou mexer nunca, é declividade”. Então, acho que o pessoal enxerga como uma área de preservação não agricultável. (Caio, 30 anos, SFP).

Jéssica (25 anos, SFP) nota que hoje as pessoas enxergam e usam o parque para o lazer, contudo considera que diminuiu bastante o uso se comparado com o passado. Pondera que as pessoas *vão pra sentar, levam uma cerveja, assam uma carniinha. Agora, faz muito tempo que eu não desço lá, não sei como que está, mas volta e meia eu vejo fotos do pessoal lá.* (Jéssica, 25 anos, SFP). Outros entrevistados reconhecem o parque como um lugar de descanso, agradável e tranquilo.

Pra mim, é como vou te dizer, um lugar de descanso, se tu quiser descansar tem uma cascata bonita, né, que tu pode passar um fim de semana bem agradável, bem tranquilo, sabe? Pra mim, é um lugar especial de conviver com a natureza. Desde que eu me conheço por gente, eu adoro o peral da Ronda. Para nós era o peral da Ronda. Hoje estamos tentando montar um parque. (João, 43 anos, SFP).

Quanto à percepção espacial, visto como uma área grande, muitos reconhecem suas proporções e sabem alguns de seus limites, mas boa parte não conhece sua poligonal completa e não conhecem algumas de suas fronteiras. Muitos o associam ser próximo ao centro de São Francisco de Paula. Curiosamente, alguns entrevistados relatam estar em meio

um centro urbano. Contudo, há que se considerar que parte significativa dos munícipes de São Francisco de Paula vive nas áreas rurais, tendo a cidade uma densidade demográfica baixa, com, aproximadamente, seis habitantes/km². Por ser um lugar que é próximo à cidade, atrai algumas pessoas e o acesso é fácil. Contudo, não há uma visitaçãõ significativa, visto que muitos reconhecem como um lugar perigoso, sinistro, de abandono e de assalto. É uma percepçãõ comum entre os entrevistados. O parque não dispõẽ de uma infraestrutura que simbolize um parque, entãõ, as pessoas não entendem como parque e sim apenas como um lugar com cachoeira e cheio de usos paradoxais. Muitos, inclusive, referem-se ao Parque da Ronda como *paper park*.

Enquanto uma entrevistada acredita que a proposta de transformar a área em uma unidade de conservaçãõ surgiu na universidade, outros identificam como uma sugestãõ levantada por alguns servidores do poder pùblico, como resposta aos passivos ambientais. Ao que parece, foi um conjunto de discursividades e desejos em comum que culminaram na transformaçãõ da área, que já era parque, em uma unidade de conservaçãõ, de modo que pudesse se estruturar melhor. O fato de ter instituído o parque, não significa que a percepçãõ de todos esteja alinhada. Na realidade, pelo contrário, o significado de um parque para conservaçãõ parece ser mais o entendimento dos técnicos, acadêmicos e servidores pùblicos, ao passo que a populaçãõ em geral vê como uma área com recursos naturais e potencialmente aberta ao lazer.

Para alguns, o Parque da Ronda em si não diz nada, é um lugar esquecido. Ou seja, não há uma identidade. Há um consenso quanto à falta de infraestrutura, sem gestão, sede, portaria, recursos humanos, fiscalizaçãõ, atividades programadas etc., bem como a negligência por anos daquela área. Para alguns não existe parque, pois não tem nada, não tem um significado para as pessoas. Muitas não sabem o que é uma unidade de conservaçãõ e tem uma confusãõ, não fazem diferenciaçãõ entre o parque das oito cachoeiras e o da Ronda, exceto aqueles que estudam ou sãõ técnicos na área.

Conhecem como Cascata da Ronda e Cascatas do parque das 08 cachoeiras, que é parque das oito cachoeiras, né. Entãõ, se tu falar parque das 08 cachoeiras, nessa mesma porcentagem de 100 pessoas, 98, 99, se não 100, vãõ saber. Parque das 08 cachoeiras. Vou lá, vou visitar, vou conhecer, o lugar é bonito, é lindo. É lindíssimo. É um dos lugares mais incrível do Brasil, com aglomerado de cascatas, próximas umas das outras e dificilmente outro lugar do Brasil, tantas cascatas, quedas pequenas, altas, médias, gigantescas, tão próximas, mas é isso que as pessoas tem, não unidades de conservaçãõ parque, isso aí pra eles não existe, aqui em São Chico não existe. A não ser quem trabalha na área, quem tem estudo na área, que de certa forma estudou isso (...). (Gabriel, 34 anos, SFP).

No geral, as pessoas percebem duas áreas, a parte de cima da serra, conhecida como Parque da Ronda e as de baixo, como os parques privados das Oito Cachoeiras e do Terra do Sempre. Não há a leitura de que é tudo parte do Parque Natural Municipal da Ronda.

Na verdade, assim, como parque ele não tá implantado ele não se apresenta como Parque Natural Municipal da Ronda, ele se apresenta como a “terra do sempre”, o Parque das cachoeiras ou a Ronda (...) Lá em cima é a Ronda e lá em baixo é os Parques particulares, dificilmente tu vê as pessoas falar. De um pouco tempo pra cá é que as pessoas começaram a pipocar isso, fazer audiências e *Facebook* e tal, que começou a surgir mais assim, mas a sensação que tu tem ouvindo as pessoas falar, elas não se referem ao Parque Natural Municipal da Ronda, é a Ronda e os outros parques particulares, assim, e a grande maioria não sabe toda a área do parque o que ela abrange assim. (Cíntia, 42 anos, SFP).

Considera-se o grande potencial florestal para conservação, a biodiversidade, os corredores de mata fechada que interligam outras unidades de conservação e a paisagem como riquezas ecológicas. *Pra mim, ele se apresenta, como eu te falei, esse grande potencial, essa área protegida de um bioma extremamente agredido e reduzido no que já foi há muito tempo atrás.* (Ricardo, 39 anos, SFP). Contudo, as pessoas não se apropriaram do parque como uma área que deve ser valorizada. *Ainda não tem a noção de importância do local. Eu acho que muito por essa forma como a administração local tratou por tanto tempo, menosprezando, sem dando o devido valor, sem recuperar a área.* (Ricardo, 39 anos, SFP). No seu processo histórico existiram investimentos na área, inclusive de infraestrutura. Um dos entrevistados menciona quando foi construída a escada de concreto em substituição a natural, para garantia da segurança. Contudo, nunca houve uma ação sistematizada de uso para educação ambiental como se tinha no Projeto Eco Serra, uma proposta de levar escolas para conhecimento do meio.

Muitos entrevistados olham para o Parque como uma unidade de conservação que está se consolidando e embora tenha vários problemas jurídicos para que se torne uma referência para o município, está no processo de encaminhamentos. Nota-se que apesar dos problemas e dos passivos ambientais, o parque tanto congrega seu potencial de preservação quanto a singularidade de possuir áreas ainda intocadas.

Eu gosto da perspectiva do potencial dele de além de ser unidade de conservação integral, que vai garantir a proteção do Bioma Mata Atlântica, que é um dos biomas mais atingidos, que resta do bioma Mata Atlântica do Brasil é 07, 08%. E isso tá lá, é bem presente, porque não só existe essa área degradada, esses problemas todos, mas é que tem outra área muito grande, muito maior que essa que faço referência que é onde existem os problemas, vegetação provavelmente primária ali, nunca tocada. Então, na verdade, a maior parte do parque está extremamente protegida, né. A gente fala desse ponto ali que é os problemas que a gente acaba

enfrentando pelo meu trabalho e minha função, mas com certeza. Como, assim, a área destinada à proteção de um bioma extremamente atingido e animais em risco de extinção. Nossa, o potencial e o serviço ambiental que o Parque vai prestar, e já presta, é enorme. (Ricardo 39 anos, SFP).

Dentre os problemas do Parque, cita-se a ocupação da Vila Jardim; a regularização fundiária e o depósito de galhos, os quais têm demandado ações da promotoria. Para alguns, a mudança de categoria seria benéfica ao parque, pois equacionaria os entraves fundiários. Quanto à ocupação, situada na entrada do Parque Municipal Natural da Ronda, Ricardo (39 anos, SFP) relata que é uma área da união e foi cedida para uso do município. Pondera que é necessária uma regularização urbanística, o que não é sua atribuição, pois compete a Procuradoria de República, haja vista ser terras da união e não do município. A promotoria tem cobrado diretamente o município com relação à expansão dessa ocupação, alertando para seu crescimento em direção ao parque. A proposta é que o município entre com ação de reintegração de posse e que retire as residências irregulares e faça o encaminhamento social das famílias. Outros não enxergam a ocupação como um problema, visto que existiam poucas residências.

Além das percepções sociais do Parque da Ronda, muitos trazem a importância da biodiversidade, dos três ecossistemas da Mata Atlântica presentes no parque.

Nós temos uma, uma zona de tradição de ecossistemas, a parte de cima, é campos de cima da Serra, na borda e Floresta Ombrófila Mista, que eu chamo de Floresta com Araucárias, e da metade pra baixo é Floresta Semidecidual. (Julio, 51 anos, coordenador de gestão do Parque, São Francisco de Paula).

Um conjunto de riquezas é atrelado ao parque, alguns entrevistados apontam a formação geológica, a fauna e os recursos florestais e hídricos, contudo, as águas são o principal destaque. Consideram-se os impactos da contaminação dos arroios em São Francisco de Paula e suas consequências para outros rios e localidades por meio de uma visão holística. Alguns se referem ao município como a caixa d'água do Rio Grande do Sul. *O Parque da Ronda tem ali uma grande quantidade de água que vai ajudar muito a bacia dos Sinos*(Vânia, 50 anos, SFP). Assim, entende-se que o parque serve para preservação e manutenção das nascentes.

Em relação à atitude ou ação do poder público, em geral os entrevistados apontam que a área ficou esquecida por muito tempo, mas alguns ponderam que tem acontecido uma série de ações.

Hoje a gente está tentando botar um portão lá, controlar a entrada e saída de pessoas, principalmente com reboque, né, caminhonetes com a lona em cima, não vai estar atacando todas as pessoas que entram lá no parque, mas tem que ter um cuidado para não ter descarte lá. Um tempo atrás a gente acabou juntando lá lixo de fábrica de calçado que foi descartado lá. Isso é um desrespeito que a pessoa acaba tendo que a gente quer evitar, fazendo essa parte, a gente quer evitar disso acabar acontecendo. (João, 43 anos, SFP).

Por vezes, nem mesmo o poder público tem um alinhamento do que é o parque, o que ele representa. *Eu tenho a impressão que nem eles [administração pública] entendem o que é o parque.* (Vânia, 50 anos, SFP). O que parece é que as ações ligadas ao parque ficam limitadas a determinados governos, não se configurando como políticas de Estado. Ainda que não seja um consenso, para alguns os entrevistados, a visitação por meio do turismo ecológico é uma possibilidade que congrega múltiplos interesses, sociais, ambientais e econômicos. Contudo, aparecem duas ressalvas, a primeira, de que é preciso equacionar os problemas ambientais e, a segunda, que a expectativa demasiada no turismo pode desconsiderar outras alternativas.

Durval (75 anos, SFP), mesmo sem conhecer as características técnicas, demonstra apego afetivo pela área, onde cresceu e gostaria de estar nesse momento, se não fossem as limitações e dificuldades de mobilidade. Ele se refere ao lugar como Colônia ou Roça Nova. A propósito, é curioso notar que originalmente esses espaços naturais, antes de serem instituídos com um nome, já eram nomeados de outras formas, não com terminologias urbanas, mas associadas ao ambiente rural: colônia e roça, no caso de São Francisco de Paula e sítio, em Americana. Alguns proprietários têm essa relação de pertencimento com a área e após a instituição do parque, mudaram os usos e, atualmente, só usam para visitação. Não são todos apresentam uma relação de topofilia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir uma tese, colocar um ponto final, quiçá é a tarefa mais complexa do processo doutoral. Nem sempre é possível expressar, marcar, explicitar tudo aquilo que se vive e se aprende no processo. Pessoas, vidas, experiências, contradições nos atravessam, nos transformam e nos põem em cheque. Entra-se de uma maneira, saindo de outra. Tudo que se pôde falar nestas páginas não passam de retratos academicamente orientados e simplificados de situações, certamente, mais complexas. Nesta tese não se pretende de maneira alguma concluir nada ou aquilo que se concluí existe na provisoriedade do conhecimento. Os recursos teóricos e metodológicos ajudaram a ler realidades de outros que são interpretadas por mim. Os seus sentidos aqui destacados são sentidos que falaram a mim mesmo como pesquisador. Não se pretende aprisionar pessoas ou limitar seus sentidos nas interpretações aqui registradas, mas dar liberdade às suas discursividades e registrá-las num documento. Cada uma delas é muito mais do que aquilo que foi possível apreender.

Admitir esta provisoriedade das análises é manifestar meu respeito e admiração por quem, com seus depoimentos, me permitiram chegar até aqui. Nem por isso, as análises são menos importantes. Elas simplesmente são o resultado da interação entre as curiosidades de um pesquisador e aqueles que viviam suas vidas em ambientes socialmente construídos e carregados de condicionantes. Do ponto de vista ético, compartilha-se, nesta tese, muitas certezas e incertezas, as quais ora caminham para consensos ora se afastam por meio de dissensos. E, desta maneira, foi possível contribuir para construção de uma Psicologia Política Ambiental, que focaliza a produção da consciência política a partir das lutas de mulheres e homens por direitos, direitos humanos, que nem sempre são reconhecidos por agentes estatais ou mesmo pelas parcelas dominantes da sociedade e são negociados no tempo e espaço.

Observa-se que as dinâmicas entre o global e o local se inscrevem nas localidades, tal como apresenta Machado (2003). Os desafios atuais em salvaguardar e proteger o meio ambiente são emergentes ante o acelerado processo de destruição e exploração dos recursos naturais. Os impactos não são apenas atuais, contudo, nos dias de hoje tomam proporções em que a sustentabilidade é questionada. As pressões neoliberais tem imposto uma série de mudanças ao Estado e às populações. Certamente num contexto de crise política, econômica e social, um conjunto de direitos são postos em cheque, dentre eles, de um ambiente saudável. Embora a questão ambiental tenha galgado a universalização de suas pautas, por vezes é

dissolvida na busca pelo desenvolvimento, pelo progresso e visando a atender as necessidades do mercado.

Os fluxos, as informações e os interesses mercantis operam um conjunto de transformações no espaço, bem como nas identidades dos atores sociais (Castells, 1999; Bauman, 2003 e Harvey, 2005). Embora os repertórios de lutas possam orientar as ações coletivas, não dão conta das respostas ante uma conjuntura cada vez mais complexa. Em ambas as cidades desta pesquisa os entrevistados não estão engajados num movimento social que alçou forças para constituir-se coletivamente.

Por meio do campo, foi possível identificar que: a) ambas as cidades trazem representações depreciativas em relação aos Parques; b) a maioria dos entrevistados reconhece um conjunto de mitos, crenças e superstições atreladas à memória sobre os parques; c) existe um complexo descrédito nas mudanças, contudo, e ao mesmo tempo, uma esperança num cenário melhor e d) alguns repertórios de ação são diferentes e outros similares entre as cidades. Confirmou-se a hipótese de que a consciência política de atores sociais está ligada aos processos de desproteção desses parques municipais, visto que as dimensões da consciência política se constituem ante os processos conflituosos de antropização das áreas naturais.

A identidade coletiva não é evidenciada entre os entrevistados, revelando apenas traços de uma identidade em construção por meio de inter-relações. Logo, não parece uma dimensão da consciência política incisiva na participação. As lutas em defesa dos parques adquirem diferentes institucionalidades, muito a partir de engajamentos individuais, o que corrobora a ideia de Bauman (2003) em que a comunidade parece dissolver-se em meio às buscas biográficas de soluções para vida.

Os interesses coletivos apareceram transversalmente às demais dimensões congregando quatro representações, a participação democrática; a eficácia da política; a salvaguarda do meio ambiente e a defesa dos valores e direitos sociais. Quanto às crenças e valores sociais, notam-se as expectativas com relação à educação ambiental; as distintas leituras da relação ser humano e natureza e de modelos de salvaguarda de áreas naturais; valores ambientais; diferentes expectativas quanto ao futuro para as novas gerações e olhares diversos para as formas de participação política e para as ocupações. Com relação aos interesses antagônicos e adversários, nota-se o poder público como o principal antagonista, diferentes interesses e usos, bem como a ausência de antagonismos na percepção de alguns, visto estarem os parques abandonados.

Uma vez que nem todos os atores estão engajados numa ação coletiva, identificou-se que a eficácia política pode ser observada como um elemento motivador ou não de participação, na avaliação das políticas públicas e das atividades do poder público, bem como nas intervenções nos parques e na comunicação. Vários sentimentos e emoções apareceram transversalmente às outras dimensões. Destaca-se o saudosismo; a esperança; o afeto; a indignação; o medo; a raiva; a mágoa etc. Em relação aos sentimentos de justiça e injustiças, se destacaram três conjuntos de injustiças percebidas: as pessoais; aquelas em relação aos parques no que tange aos conflitos e às de ordem estrutural. A vontade de agir coletivamente aparece no desejo de agir, em prol dos parques e em prol de uma melhor qualidade de vida para si. Esse desejo se vê potencializado quando esses atores buscam se inspirar em outras experiências de atuação que lhes servem de modelos para seu próprio exercício político em busca de direitos ou ainda reconhecendo o agir coletivamente como um valor. No que se refere aos repertórios de ações, notam-se os institucionalizados e os informais, não institucionalizados. Em se tratando das metas, observam-se as pessoais e aquelas direcionadas ao Parque, o que parece orgânico aos movimentos sociais e coletivos, visto que um projeto coletivo tanto congrega os desejos e anseios pessoais, quanto pontos e demandas em comum.

Ao que parece, assumem uma identidade legitimadora, ao passo que uma identidade de projeto seria mais válido à luta, visto que os atores sociais constroem uma nova identidade em negociação demarcando sua posição na sociedade e buscando a transformação de toda conjuntura social. A projeção dessa identidade e do futuro deve ser orientada por meio de pontes que harmonizem a desconstrução social, a favor do humano e do social, tal como prevê Tassara (2016). Tais pontes devem se dar congregando as diversas institucionalidades vistas nesta pesquisa, de modo que diversos atores negociem a fim de formar uma identidade coletiva e unir forças ante a desproteção dos parques, estes reconhecidos como patrimônios históricos e ambientais.

Frente à hegemonia global é preciso que tais atores reforcem a importância dos lugares, significando-os por meio da memória, do pertencimento e das identidades. É mister que as comunidades, ainda que horizontes utópicos, estimulem o engajamento, o associativismo, o bem comum e o encontro dos diferentes em contraposição aos esquecimentos sistemáticos e apagamento de memórias nos territórios. Os parques municipais, além de espaços de proteção do meio ambiente, salvaguarda dos recursos naturais e educação ambiental, são também tecnologias de preservação das memórias. O presente estudo teve como justificativa registrar todos esses aspectos, de modo a

contextualizá-los frente à consciência política. Entende-se que é no processo de construção de uma consciência política ambiental que será possível contrapor a leitura dicotômica entre ser humano e ambiente, considerando que ambos constituem mutuamente.

Tal como ensina o histórico dos movimentos ambientalistas, ficou evidente na pesquisa que a democracia é o regime político mais adequado para participação e desenvolvimento dessa consciência (Costa e Silva, 2012). Assim, tal como postulam Mouffe (2015) e Rancière (2018), é preciso reconhecer os dissensos, sem eliminar os adversários. Entre os diferentes *frames*, conservacionista, socioambientalista e neoconservacionista, os entrevistados apontam a importância do diálogo, de modo a romper uma série de estigmas, estereótipos e generalizações. A participação política, orientada pela consciência política ambiental, deve tensionar as discontinuidades apontadas neste estudo, compreendendo de que contextos elas são frutos. Além disso, as experiências de Americana e São Francisco de Paula denotam a existência de um modelo hegemônico de urbanismo que, aliado aos interesses de mercado, deixa espaços como sobras imobiliárias, vulneráveis ante as disputas sociais. As lutas de atores envolvidos na proteção dos parques colocam estes em posição antagônica a setores da sociedade civil e do poder público comprometidos com um modelo de cidade que tende à exclusão, à gentrificação ou mesmo a processos de higienização social que visam a eliminar da vista a pobreza e a desigualdade.

Há que se estimular proximidades, não apenas entre atores, mas também entre os atores e os espaços politicamente construídos, os territórios. Afinal, os recursos naturais são relevantes a todas as sociedades e ao globo. Os parques municipais, por estarem localizados próximos às populações, têm um papel relevante na construção da consciência política, desde trabalhos de educação ambiental crítica aos processos de negociação. As experiências sociais ligadas ao Parque Natural Municipal da Gruta e ao Parque Natural Municipal da Ronda são vistas como repertórios em que outras localidades Brasil afora podem espelhar-se em suas institucionalidades e ações não institucionalizadas de resistência, luta e defesa.

O despejo de esgoto *in natura* nos corpos d'água e a ocupação parecem ser os maiores conflitos, de difíceis resoluções em Americana, visto a escassez de recursos. Já em São Francisco de Paula, o antigo lixão e a questão fundiária parecem ser os problemas de maiores desafios. O interessante é que, mesmo considerando as diversas similitudes entre os parques, em cada uma delas as proporções se diferem, gerando diferentes priorizações de respostas.

Dito isso, entendemos acertada a escolha da Psicologia Política como posicionamento pra a compreensão de fenômenos complexos como os relativos ao ambiente. Silva, Mello-Théry e Romero (2018) recordam que *pensar em mudança social e participação política*

implica, sobretudo na atualidade, em se livrar de laços disciplinares que têm um marco dogmático (Silva, Mello-Théry e Romero, 2018, p. 85). A realidade estudada em ambas as cidades nos faz pensar acerca dos limites reais da promoção da mudança social. Esta é uma pesquisa social que, apesar de desejar contribuir para mudança social, bem sabe de seus limites reais. Sabemos que nesta pesquisa o que pudemos fazer foi refletir sobre processos de mudança e participação. Quem sabe a maior mudança que esta pesquisa possibilitou foi em mim mesmo. O contato com essas realidades me fez pensar nas dificuldades reais de agir em um mundo pautado pelo lucro, pelo mercado e pelo capital. A consciência política resulta de um conjunto de condicionantes sociais, de idiossincrasias que podem nos alçar ou nos afastar de um posicionamento mais ativo. Eu mesmo tenho procurado enfrentar as minhas próprias condicionantes e idiossincrasias durante esse processo de reflexão que a vivência e o estudo desses parques me possibilitaram. Saio melhor pesquisador, mais sensível à fragilidade da vida humana e dos desafios que a vida cotidiana impõe. Saio mais consciente, ambiental e politicamente consciente. Muitas foram as coisas que não demos conta de fazer neste trabalho, seja pelo tempo, seja pela complexidade e carência de recursos disponíveis. Disto emana um conjunto de preocupações, perguntas e curiosidades, que alimentam minha agenda de pesquisa pós-doutoral. A intervenção, a pesquisa participante, comprometida política e socialmente estão em meu horizonte de ação, exatamente por que, como disse Martin-Baró, traduzido por Fernando Lacerda: *Fazer psicologia política implica envolver-se de maneira explícita no jogo de forças políticas, com tudo o que isso significa no interior dos regimes existentes nos países latino-americanos.* (Lacerda, 20013, p. 576).

Posto isso, vislumbra-se uma agenda de estudos decorrentes da presente pesquisa. Primeiramente, o aprofundamento do que o presente estudo, não finito, no que tange à comparabilidade entre as localidades, especificando indicadores de comparação, como os lugares de atuação dos atores, apresentando mais sobre seus lugares de fala. Outra possibilidade de estudos entre a consciência política e o ambiente é aprofundar e trazer para análise as referências do self saturado de Kenneth Gergen, visto que as percepções dos conflitos podem ser seletivas e os indivíduos podem responder de formas diversas ao ambiente. Ademais, não necessariamente o enraizamento a um lugar pode significar o desejo de sua preservação.

Outra sugestão de ampliação dos estudos no campo é uma análise da consciência política de ambientalistas e servidores públicos das autarquias ambientais frente aos desafios e pressões da atualidade, posto que se nota um recrudescimento da destruição dos recursos naturais no atual governo, liderado por Jair Bolsonaro que, historicamente, se contrapõe ao

reconhecimento de terras indígenas, que tem flexibilizado normativas de proteção ambiental e tem ameaçado o Sistema Nacional do Meio Ambiente. Outra proposta seria desenvolver uma pesquisa-participante sobre educação ambiental crítica em Americana e São Francisco de Paula, junto às ocupações, ou ainda uma pesquisa-intervenção, teórico-pragmática para geração de tecnologias junto aos atores que participaram desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil?. *Novos estudos CEBRAP*, (87), 97-113, 2010.
- ALEXANDRE, Agripa Faria. A perda da radicalidade do Movimento Ambientalista Brasileiro uma nova contribuição à crítica do movimento. *Ambiente e Educação*, Rio Grande, 8,73-94, 2003.
- ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; Maciel; Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos estudos CEBRAP*, (79), 151-167, 2007.
- ALVES, José. A. L. É preciso salvar os direitos humanos! Lua Nova [online]. n.86, 51-88, 2012.
- ANSARA, Soraia. Memória política: construindo um novo referencial teórico na Psicologia Política. *Revista Psicologia Política*. 8(15), p. 31 – 56, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo:Boitempo, 2018.
- BALDIN, Nelma; Munhoz, Elzira M. Bagatin. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa *snowball* (bola de neve). *Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Universidade Federal do Rio Grande – FURG*, 2011.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução: Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARONI, Margaret. Ambigüidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, 32(2), 14-24, 1992.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BINKOWSKI, Patrícia; SOUZA, Tulio Garcia de. Participação Política e Formação do Conselho Consultivo no Parque Natural Municipal da Ronda, São Francisco de Paula, RS, Brasil. *RG&PP*, 7(1): 1-18, 2017.
- BLUME, Magali; Rechenmacher, Ciliana e Schmitt, Jairo Lizandro. *Pesquisas, Botânica* nº 61. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas. P. 219-227, 2010.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Outras Psicologias in *Psicologias*. Uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, capítulo 6, p. 88-99, 2008.
- BONFIGLIOLI, Cristina Pontes. O pensamento ecológico contemporâneo: a ciência dos ecossistemas. Em: Tassara, Eda T. de O. e Ribeiro, Sandra M. P. (Orgs.). *Política Ambiental: contribuições interdisciplinares para um projeto de futuro*. São Paulo, EDUC: FAPESP, 2016.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa Participante. Em: FERRARO Júnior, L. A. *Encontros e Caminhos, formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*.

Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. P. 221-225, 2005.

BURITY, Joanildo. Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo. Trabalhos para discussão. Fundação Joaquim Nabuco, nº 107, 2001. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121130113705/joan9.pdf>. Acesso em 20 mai. 2019.

BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZZTYN, Marcel. Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: caminhos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: *Garamond*, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço - tempo na metrópole. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011.

CARSON, Rachel. Primavera Silenciosa. São Paulo: Gaia, 2010.

CASTELLS, Manuel. O poder da Identidade (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso político. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2013.

COSTA, Guilherme Borges da. Consciência, participação e negociação: uma análise psicopolítica do processo de produção do Plano de Manejo da APA Vársea do Rio Tietê. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de mestrado em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo, 2012.

COSTA, Guilherme Borges; SILVA, Alessandro Soares da. Os desafios da Gestão Participativa de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) no Brasil e as Contribuições da Noção de Negociação Política. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, (2), 441-459, 2012.

COSTA, Jurandir Freire. A construção Cultural das diferenças dos sexos. *Sexualidade, Gênero e Sociedade*. Ano 2(3), 3-8, 1995.

COSTA, Jurandir Freire. A Ética Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública. Em: *NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Ética (seleção de textos)*. Rio de Janeiro/Brasília. *Garamond/Codeplan*, 1997.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O que é participação política. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

DALY, Herman E. Crescimento sustentável? Não, obrigado. *Ambiente & Sociedade*, 7(2), 197-202, 2004.

DAMÁSIO, António. O mistério da consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si. São Paulo: Companhia das Letras. 2ª Ed, 2015.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997..

DEWES, João Osvaldo. Amostragem em Bola de Neve e Respondent-DrivenSampling: uma descrição dos métodos. Monografia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DÍAZ, Emílio Moyano Uma exploração da especificidade e interdisciplinaridade metodológica em Psicologia Ambiental. *Psicologia USP*, 16(1/2), 141-154, 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. O mito da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. Em: Halbwachs, Maurice. *A Memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective, 1990.

FARIA, Marcelo Oliveira de. O mundo globalizado e a questão ambiental. Em: Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo. Neiman, Zysman (org.). Barueri, SP: Manole, 2002.

FERNANDEZ, Angel Gonzáles. La valoración ambiental: algunas cuestiones a tener presentes en el significado afectivo. In: Garrido, Eugenio Martín e Herrero, Carmen Alonso (orgs.). *Psicología Política, Jurídica y Ambiental*. Salamanca: Eudema, p. 397-408, 1995.

FERRO, Rogério Juvêncio. ‘Vamos lá falar’: um estudo psicopolítico de percepções sobre o fenômeno da corrupção em Moçambique. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 2014.

FREITAS, Ecléia Branquel. Identificação de conflitos pré-implantação do Parque Natural Municipal da Ronda, São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul, Brasil. Em: Printes, Rodrigo Cambará. *Gestão ambiental e negociação de conflitos em unidades de conservação do nordeste do Rio Grande do Sul/Rodrigo Cambará Printes (Org.)*. Porto Alegre: CORAG, 2012.

GARRIDO, Luciana dos Santos, & Meirelles, Rosane Moreira Silva de. Percepção sobre meio ambiente por alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental: considerações à luz de Marx e de Paulo Freire. *Ciência & Educação (Bauru)*, 20(3), 671-685, 2014..

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 2ª Ed, 1991.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. Em: Minayo, Maria Cecília de Souza (Org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 33. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (dês) caminhos do meio ambiente. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 1990.

GORENDER, Jacob. Atualidade dos direitos humanos e seus antecedentes históricos. Em: *Direitos Humanos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

GUMES, Susan Mara Lacerda. Construção da conscientização sócio-ambiental: formulações teóricas para o desenvolvimento de modelos de trabalho. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 15(32), 345-354, 2005.

GÜNTHER, Hartmut. A Psicologia ambiental no campo interdisciplinar de conhecimento. *Psicologia USP*, 16(1/2), 179-183, 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2005.

HEIDEGGER, Martin. Todos nós... ninguém: um enfoque fenomenológico do social. São Paulo: Moraes, 1981.

HERNÁNDEZ, Bernardo. Didersidad y compromiso: notas características de la psicología ambiental. In: Garrido, Eugenio Martín e Herrero, Carmen Alonso (orgs.). *Psicología Política, Jurídica y Ambiental*. Salamanca: Eudema, p. 317-326, 1995.

HOEFFEL, João Luiz.; FADINI, Almerinda. A. B.. Percepção ambiental. In: Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) e coletivos educadores. Brasília: Departamento de Educação Ambiental, v. 2, p. 253-262, 2007.

IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

JACOB, Pedro. Poder local, Políticas Sociais e Sustentabilidade. *Saúde e Sociedade*. 8(1): 31-48, 1999.

KLYNK, Amyr. Mar sem fim. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KUHN, Thomas. S.. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LACERDA, Fernando.. O Método em Psicologia Política. *Revista Psicologia Política*, 13(28), 579-592, 2013.

LEAR, linda.. Introdução. Em: Carson, Rachel. Primavera Silenciosa. São Paulo: Gaia, 2010.

LESTINGE, Sandra Regina. Olhares de educadores ambientais para estudos do meio e pertencimento. Tese (Doutorado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2004.

LHULLIER, Louise A. Psicologia Política. Em: Jacques, Maria da Graça Correa; Strey, Marlene Neves; Bernardes, Maria Guazzelli; Guareschi, Pedrinho Arcides; Carlos, Sérgio Antonio; Fonseca, Tânia Mara Galli. Psicologia Social Contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes. 5ª Edição, 1998.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, 12(25), 31-64, 2006.

LUCENA, Plínio Andrade. São Francisco de Paula. São Francisco de Paula, RS, 1971

LUCHIARI, Maria Teresa D. P. Turismo, natureza e cultura caiçara; um novo colonialismo? Em: Serrano, C. M. T. e Bruhns, H. T. Viagens à natureza (turismo, cultura e ambiente). Campinas, Papirus. P. 59-84, 1997.

Macedo, Renato Luiz Grisi. Percepção e conscientização ambientais. Lavras: UFLA/FAEPE. P. 2 -12.

MACHADO, José Alberto. La Globalización (des) Controlada. Crises globales, desajustes económicos e impactos locais. 2ª Ed. São Paulo: Tendenz; Bauru: Praxis, 2003.

MACHADO, Lucy Marion C. P. Paisagem valorizada: a Serra do Mar como Espaço e como Lugar. Em: Del Rio, V. e Oliveira, L. de. Percepção ambiental: a experiência brasileira. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MASSOLA, Gustavo Martineli e Svartman, Bernardo Parodi. Enraizamento. Em: Cavalcante, Sylvia e Elali, Gleice A. (Organizadoras). Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente. Petrópolis, RJ: Vozes, 75-88, 2018.

McADAM, Doug; McCARTHY, John D. e ZALD, Mayer N. Oportunidades, estructuras de movilización y procesos enmarcadores: hacia una perspectiva sintética y comparada de los movimientos sociales. Em: McAdam, Doug; McCarthy, John D. e Zald, Mayer N. (org.) Movimientos sociales: perspectivas comparadas. Madrid: Ediciones Istmo, 1999.

MELUCCI, Alberto. Challenging codes – collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 9-24, 1992.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. Em: Minayo, Maria Cecília de Souza (Org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 33. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MONTEIRO, Mario Bittencourt. Teoria dos Universos Circundantes: percepção, espaço e fotografia: uma abordagem metodológica. *Revista de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS*, Porto Alegre, v. 8, 251-271, 2000.
- MONTEIRO, Mario Bittencourt. Projeto Bios: a fotografia como elemento de percepção. Visão e interferência nas questões ambientais. *Revista Em questão*, Porto Alegre, v.10 (2) p. 359-372, 2004.
- MONTERO, Maritza. Para que Psicologia Política? Em: Silva, Alessandro, S. da.; Corrêa, Felipe. *No interstício das disciplinas: a psicologia política*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.
- MONTERO, Maritza. *Introducción a la psicología comunitaria. Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires, Argentina: Editorial Paidós, 2004.
- MOSER, Gabriel. *Psicologia Ambiental*. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 121-130, 1998.
- MOSER, Gabriel. *Psicologia Ambiental e Estudos Pessoas-Ambiente: que tipo de colaboração multidisciplinar?* *Psicologia USP*, 16 (1/2), 131-140, 2005.
- MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.
- NEIMAN, Zysman. Reflexos da Modernidade. Em: *Meio Ambiente, Educação e Ecoturismo*. Neiman, Zysman (org.). Barueri, SP: Manole, 2002.
- NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom, 1999.
- NÓBREGA, Lana; ELIAS, Terezinha Façanha; FERREIRA, Karla Patrícia Martins.. *Conscientização*. In: *Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 26 – 35, 2018.
- OKAMURA, C. (Coord.); SANTOS, A. O.; BLANQUES, A. M.; MORAIS, A. F.; FABRIANI, C. B. R.; ARDANS, O.; BOMFIM, L. A.; KIM, L. V.; OLIVEIRA, N. R.; MLYMARZ, R. B.. Documento síntese do fórum Olhando para o Futuro. *Psicologia USP*, 16(1/2), 271-277, 2005.
- OLIVA, Alverto. *Filosofia da ciência*. Rio de Janeiro: Zahar. 2010.
- ORTOLANO, F. e Silva Netto, J. P. Possibilidades e Desafios: Turismo no Parque Natural Municipal da Gruta, Americana, SP, Brasil. *Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, 8(III), 2016a.
- ORTOLANO, F. e Silva Netto, J. P. Paradoxos nos usos do Parque Natural Municipal da Gruta em Americana (SP, Brasil). *Simpósio de Gestão Ambiental*. Esalq/USP. Piracicaba, 2016b.
- ORTOLANO, Fábio. *Concepções de sexualidade e Direitos Humanos: uma análise psicopolítica a partir das paradas LGBT de São Paulo e Campinas*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, 2014.
- PARISÍ, Elio Rodolfo. Definiendo a la psicología política. *Boletín (Sociedad de Psicología del Uruguay*. En línea), (46), 20-38, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1(2), 3-15, 1989.

PRADO, Marco A. M. A Consciência e a Construção de Valores Comunitários. Um estudo sobre participantes de um mutirão habitacional. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. São Paulo: PUC/SP, 1994.

PUDENZI, Ana Gabriela. Protagonismo feminino e consciência política: uma análise do papel da economia solidária na ação política da União Popular de Mulheres de Campo Limpos e Adjacências. Dissertação. (Mestrado). Universidade de São Paulo, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. O desentendimento: política e filosofia. São Paulo: Editora 34.

RIBA Hernández, Elvira. (2014). Alianças trans-fronteiriças: memória política de ações de solidariedade na Costa Rica no contexto da ditadura militar somozista. Dissertação. (Mestrado). Universidade de São Paulo, 2014.

RODRIGUES, Mariana Lima, Malheiros, Tadeu Fabrício, Fernandes, Valdir, & Dagostin Darós, Taiane. A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. *Saúde e Sociedade*, 21(Supl. 3), 96-110, 2012.

ROSA, Emerson Mücke da. Avaliação das condições, com base na identificação de impactos ambientais, das áreas de preservação permanente das nascentes e trechos iniciais de cursos d'água da parte superior da sub-bacia hidrográfica do arroio Rolantinho da Areia em São Francisco de Paula, RS – Brasil. Relatório de Estágio Supervisionado do Curso Superior de Tecnologia em Meio Ambiente. São Francisco de Paula, UERGS, 2008.

ROSA, Maristela da. Parque Natural Municipal da Ronda: impasses de gestão e sugestões para a negociação dos conflitos socioambientais. Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Educação para Sustentabilidade. São Francisco de Paula, UERGS, 2015.

SÁ, Laís Mourão. Pertencimento. In: Ferraro, Luiz Antônio (org). *Encontros e Caminhos: formação de educadores (as) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

SABUCEDO, José Manuel. La Construcción Social de la Psicología Política. In: *Suma Psicológica*, 7(1), 1-14, 2000.

SANDOVAL, Salvador A. M. Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil, Em Spink, Mary Jane. (org.) *A Cidadania em Construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.

SANDOVAL, Salvador A. M. The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s. *Revista Psicologia Política*. 1(1), 2001.

SANDOVAL, Salvador A. M. A psicologia política da crise do movimento sindical brasileiro dos anos 1990: uma análise da consciência política num momento de desmobilização. Em Silva, Alessandro Soares da Silva e Corrêa, Felipe. *No interstício das disciplinas: a psicologia política*. 1. ed. Curitiba: editora Prismas. P. 175-217, 2015.

SANDOVAL, Salvador A. M. Mesa: Arquivos de Memória Política e Resistência. VII Encontro Paulista de Psicologia Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

SÃO FRANCISCO de Paula. São Francisco de Paula: ontem, hoje e amanhã. São Francisco de Paula, RS, Administração 93/96, 1996.

- SCHENINI, Pedro Carlos; COSTA, Alexandre Marino e CASARIN, Vanessa Wendt (2004). Unidades de Conservação: Aspectos Históricos e sua Evolução. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. UFSC, Florianópolis, 2004.
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval, & Mahfoud, Miguel. Halbwichs: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, 4(1-2), 285-298, 1993.
- SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 17 (2), p. 11-41, 1006.
- SICCHA, Katy Yovana Mendes; Brasil, Davi do Socorro Barros. Consciência e Percepção Ambiental dos alunos da Faculdade Estácio do Amazonas - Brasil. *Revista Espacios*. 38 (20), 1 – 7, 2007.
- SILVA, A. S. da. Memória, consciência e políticas públicas: as Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas públicas inclusivas. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 9 (27), 2011.
- SILVA, Alessandro S. da. *Psicologia Política, Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo, 2012.
- SILVA, Alessandro S. da. A psicologia política: ser/estar nos interstícios das disciplinaridades. Em: Silva, Alessandro, S. da.; Corrêa, Felipe. *No interstício das disciplinaridades: a psicologia política*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.
- SILVA, Alessandro Soares da. Consciência e participação: uma abordagem psicopolítica. *Interações*, VI (12), p. 69-90, Universidade São Marcos, 2001.
- SILVA, Alessandro Soares da. *Luta, Resistência e Cidadania: Uma análise psicopolítica dos Movimentos e Paradas do Orgulho LGBT*. 1. ed. Curitiba: Juruá, v. 1. 514 p., 2008.
- SILVA, Alessandro Soares da. e FERREIRA Júnior, Inácio. Consciência, participação política e serviço público entre agentes de apoio da Prefeitura Municipal de São Paulo, Brasil. Em Silva, Alessandro Soares da Silva e Corrêa, Felipe. *No interstício das disciplinaridades: a psicologia política*. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas. P. 175-217, 2015.
- SILVA, Alessandro, MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; ROMERO, Juan Carlos. Reflexiones acerca del cambio social y participación política como campo interdisciplinar de producción del saber. *Revista de Investigacion Psicologica*, (20), 83-96, 2018.
- SILVA, Iva da. São Francisco de Paula: a história, o povo, curiosidades e belezas. São Francisco de Paula, 117 p, 2000.
- SOLON SPANOUDIS. Apresentação. Em: Heidegger, Martin. *Todos nós... ninguém: um enfoque fenomenológico do social*. São Paulo: Moraes., 1981.
- SOUSA, Mauro Wilton de. O pertencimento ao comum mediático: a identidade em tempos de transição. *Revista Significação*, São Paulo, n. 34, p. 31-52. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/68112>. Acesso em: dezembro de 2018.
- SOUZA, Telma Regina de Paula. *Movimentos identitários contemporâneos: o duplo sentido do nós nas sociedades multiculturais*. Cadernos de Psicologia. 1 (1). Belo Horizonte: Departamento de Psicologia/UFMG, 1984.
- SPINK, Mary Jane e MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas. Em M. J. Spink (org), *Práticas Discursivas e Produção de Sentido no Cotidiano*. São Paulo: Cortez, 41-62, 1999.

TARROW, Sidney. Estado y oportunidades: La estructuración política de los movimientos sociales. Em: McAdam, Doug; McCarthy, John D. e Zald, Mayer N. (org.) Movimientos sociales: perspectivas comparadas. Madrid: Ediciones Istmo, 1999.

TASSARA, E. T. de O e ARDANS, O. Mapeamento e diagnósticos: intervenções participativas no campo socioambiental. Em: Ferraro Júnior, L. A. Encontros e Caminhos, formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. P. 221-225, 2007.

TASSARA, Eda Terezinha De Oliveira. Simpósio: Ambiente, Negociação Política e Comunidade. V Encontro Paulista de Psicologia Política. São Paulo: Universidade Nove de Julho, 2016.

TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira, ARDANS-BONIFACINO, Héctor Omar; OLIVEIRA, Nicole Nöthen de. Psicologia socioambiental: uma psicologia social articulando psicologia, educação e ambiente. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 45(3), 423-433, 2013.

TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. Sincronias e diacronias: um recorte possível da psicologia ambiental no contexto contemporâneo das questões ambientais. *Psicologia USP*, 16(1/2), 295-298, 2015.

TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira; ARDANS-BONIFACINO, Héctor Omar. Mapeamento e diagnósticos: intervenções participativas no campo socioambiental. Em: Ferraro Júnior, L. A. Encontros e Caminhos, formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. 221-225, 2007.

TAVOLARO, Sergio B. F.. Sociabilidade e construção de identidade entre antropocêntricos e ecocêntricos. *Ambiente & Sociedade*, (6-7), 63-84, 2000.

TEIXEIRA, Maria Lucia da Silva. "São Francisco de Paula: nossa terra, nossa gente". Porto Alegre: M.L.S.T./Evangraf, 2002.

THIBAUD, Jean-Paul. Psicologia Ambiental e Política Ambiental: estratégias de construção do futuro. *Psicologia USP*, 16(1/2), 205-211, 2005.

TORRESI, Susana I. Córdoba de, Pardini, Vera L., & Ferreira, Vitor F.. (2010). O que é sustentabilidade?. *Química Nova*, 33(1), 2010.

TOURAINÉ, Alain. *Iguais e Diferentes: podemos viver juntos?* Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução: Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

URBAN, Teresa. Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2001.

UZZELL, David. Questionando os métodos na pesquisa e na prática interdisciplinares da psicologia ambiental. *Psicologia USP*, 16(1/2), 185-199, 2005.

VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia. Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse? Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

Anistia Internacional (2018). Anistia Internacional – Informe 2017/18. Disponível em: <https://anistia.org.br/entre-em-acao/carta/informe-anual-20172018-o-estado-dos-direitos-humanos-mundo/>. Acesso em: janeiro de 2019.

BRASIL (2000). Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas_protegidas/snuc/Livro%20SNUC%20PNA.P.pdf Acesso em: janeiro de 2019.

BRASIL (2012). Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Comitê Nacional da Organização. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/rio-20-como-chegamos-ate-aqui/at_download/rio-20-como-chegamos-ate-aqui.pdf. Acesso em: 14 de janeiro.

GEOPROSPEC. Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Ronda – São Francisco de Paula/RS. 2012. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/parque-natural-municipal-da-ronda>. Acesso em: 04 de jan. 2018

GLOBAL WITNESS. (2018). A que preço? Negócios irresponsáveis e o assassinato de defensores da terra e do meio ambiente em 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Defenders_report_portuguese-7_WVVwc95.pdf. Acesso em: janeiro de 2019.


MARTINS, Leila Chalub. Memória e Meio Ambiente: a experiência das mulheres das Águas. Fonte: I Encontro Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS, 2002. Disponível em: https://odonto.ufg.br/up/133/o/Leila_Chalub_Martins.pdf. Acesso em 30 de maio de 2019.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por> Acesso em: janeiro de 2019.

PORTUGAL (1994). I Congresso Mundial da Transdisciplinaridade. Convento de Arrábida. Disponível em: http://www.ufrj.br/leprans/arquivos/Arquivo_14_Carta_Transdisciplinaridade_I_CONGR_ESMUNDIAL.pdf. Acesso em: junho de 2019.

ANEXOS

Anexo 01 – Denúncia do coletivo Olhos da Gruta à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo



Prezado(a)s,

SIGAM
Centro de Gestão de Documentos
03 SET. 2015
Nº 1384396
Visto: *domador*
(11) 3133-3731


Americana, 20 de agosto de 2015
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CAICED - CENTRO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS
03 SET 2015
NOME: *Zulucá*

Considerando a importância de salvaguarda dos patrimônios naturais às futuras gerações, bem como a necessidade de preservarmos a flora e fauna dos biomas compreendidos em nosso município e estado, nós abaixo-assinados, cidadãos americanenses, denunciemos o descaso crônico do poder público para com o Parque Natural Municipal "Gruta Dainese". Este apresenta relevância regional e estadual, haja vista sua singular topografia formada por fendas e grutas distribuídas numa área de 490.925,00m², a qual abriga cinco nascentes e outras áreas de várzea, formando um córrego que desagua diretamente no rio Piracicaba. No local há sete quedas d'água, cuja altura varia de 5 a 18 metros, envoltas por vegetação típica de mata atlântica e cerrado, formando uma área de transição. Representa o maior parque natural urbano do município, tendo sido ponto turístico na década de 1980. É possível encontrar espécies de epífitas (bromélias e orquídeas) e espécimes centenárias de Jequitibá, árvore-símbolo do Estado de São Paulo. Sobre o alarmante estado de degradação, destacam-se: invasão em grande parte da área pelo capim *brachiaria*; despejo de esgoto não tratado em 4 pontos do córrego; depósito de lixo e entulhos; ocupação irregular próximo às avenidas Serra do Mar e Tietê; queimadas clandestinas e construção de logradouros irregulares dentro do parque (Rua Índia e outra em projeto), comprometendo o corredor ecológico e a saúde ambiental do Parque.

À Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

1 de 3

Rua Tunísia, 420 - Parque das Nações - Americana/ SP
Contato: eduardocoienca@hotmail.com - celular: (19) 98148.5752
Grupo no facebook: Olhos da Gruta



Anexo 02 – Requerimento de Audiência Pública



CÂMARA MUNICIPAL DE AMERICANA

Câmara Municipal de Americana Estado de São Paulo

PROTÓCOLO nº 18/10/2016-16128-007437-1/1

Gabinete do Vereador Celso Zoppi

REQUERIMENTO 806 / 2016

Autores: Vereador Celso Zoppi

Assunto: Requer da Câmara Municipal a realização de Audiência Pública sobre os impactos no Parque Natural da Gruta Dainese pelo prolongamento da Avenida Florindo Cibin.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Requeremos providências do Presidente desta Casa e da Mesa Diretora para a realização de Audiência Pública no dia 11 de novembro de 2016 para debates sobre a questão do “prolongamento da Avenida Florindo Cibin, que trará impactos ambientais negativos irreversíveis ao Parque Natural Municipal da Gruta Dainese”.

Diante do início das obras de prolongamento da Avenida Florindo Cibin, anunciado em 30 de agosto pela Prefeitura do Município de Americana, conforme matéria do jornal O liberal, chama-se atenção para os problemas socioambientais decorrentes de tal ação.

Convém informar que meses atrás conforme a Lei de Transparência protocolado na Prefeitura de Americana um pedido de cópia do projeto de construção da mencionada via dentro do Parque, e seu respectivo estudo de impacto ambiental. Entretanto, não foi obtida nenhuma resposta do Poder Público.

| | | |
|-------------------------|----------------------------------|--|
| PROTÓCOLO 18/10/2016 | CÂMARA MUNICIPAL DE AMERICANA | |
| | DATA: 18/10/2016 | |
| | HORA: 16:28 | |
| | Requerimento nº 806/2016 | |

Praça Divino Salvador Nº 5 - Bairro Girassol - CEP 13465-689 - Fone: (19) 3472-9700 - Americana - SP
www.camara-americana.sp.gov.br

5228 10/15
08



Câmara Municipal de Americana
Estado de São Paulo

Em tempo, aponta-se uma alternativa a tal projeto de modo a atender às expectativas de mobilidade urbana, sem prejuízos ao Parque. Ao invés do prolongamento da Avenida Florindo Cibin, propõe-se a duplicação da Avenida São Jerônimo (a 900 metros de distância), com ligação na continuidade da Florindo Cibin ao final do Parque, na divisa com o loteamento industrial.

Dentro de um princípio democrático e participativo, esse debate deve ter a participação de vários segmentos representativos da sociedade civil e dos Poderes Constituídos e de Órgãos institucionais que direta ou indiretamente tenham interesse na questão.

Assim exposto, ouvido o plenário e atendida as formalidades de praxe, **Requeremos** a realização de Audiência Pública no dia 11 de novembro de 2016, às 19:00 horas, no Plenário Dr. Antônio Álvares Lobo, sob a coordenação do vereador Celso Zoppi, e que a Mesa da Câmara coloque à disposição a Assessoria de Comunicação e suas Unidades de Cerimonial e Eventos, Jornalismo e Rádio e TV Câmara, para gravação, a Assessoria Técnica Legislativa, e os demais funcionários necessários para a sua realização, bem como a estrutura física e de materiais da Casa, como data show, notebook, convites, divulgação, som, fotógrafo, serviço de copa.

É o Requerimento

Plenário Dr. Antonio Lobo, em 18 de outubro de 2016.


Celso Zoppi
Vereador - PT

ipf

Anexo 03 – Solicitação do Projeto de prolongamento da Avenida Florindo Cibin

Americana, 28 de janeiro de 2015

Solicitação de documento

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA
PROTOCOLO GERAL
5.760/2016
28/01/2015 13:42 hr
FABIO ORTOLANO
Ass.: EMISSÃO DE 2ª VIA



A/C Cláudio Rodrigues Amarante

Prezado secretário,

Solicitamos uma cópia do projeto de construção de via na área do Parque Natural Municipal "Gruta Dainese", Unidade de Conservação de proteção permanente, bem como a respectiva análise de impacto ambiental.

Atenciosamente,

COPIA
ÃO DEVE SER TRAMITADA

Fábio Ortolano

Membro do coletivo *Amigos da Gruta*
Professor no Senac São Paulo
Pesquisador na Universidade de São Paulo

(11) 953939042

Rua das Poncianas, 751. Jardim Glória. Americana, SP.
CEP 13468-180

Amigos da
Gruta



Anexo 04 – Carta Aberta



Americana, 08 de agosto de 2016.

Carta aberta à sociedade americanense, à sociedade paulista, à sociedade brasileira, ao Ministério Público do Estado de São Paulo, à Justiça Federal e aos gestores municipais de áreas naturais protegidas sobre o Parque Natural Municipal da Gruta¹.

ACAEDUC "Amigos da Gruta"²

O Parque Natural Municipal da Gruta, situado no município de Americana, estado de São Paulo, é uma unidade de conservação de proteção integral de acordo com o Decreto 6.980/06, alterado posteriormente pelo Decreto 7.003/06. Entretanto, apresenta diversos impactos socioambientais negativos como, por exemplo, o lançamento de esgotos sem tratamento nos corpos d'água, descarte de lixo, entulho e desflorestamento, sobretudo em sua zona de amortecimento.

Numa das áreas mais sensíveis do Parque, situada à margem direita da primeira e maior queda d'água da unidade de conservação e onde forma-se a gruta, precisamente na continuidade da Avenida Tietê em confluência com a Rua Benedito das Chagas, há uma série de irregularidades. Denominada como quadra 5 no processo original de loteamento do bairro São Roque, caracteriza-se como zona de amortecimento.

Zona de amortecimento é a área situada na borda de uma unidade de conservação (municipal, estadual ou federal) e tem como objetivo filtrar e diminuir impactos negativos de atividades antrópicas que ocorram fora dela. Definida pelo artigo 2º da Lei 9.985/2000³ (lei que regulamente o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza), inciso XVIII, zona de amortecimento é "o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade".

O artigo 25 da Lei 9.985/2000 estabelece que "unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos". De acordo com os respectivos parágrafos 1º e 2º do artigo 25 da mencionada Lei, "o órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de

¹ Disponível em: <http://amigosdagrta.blogspot.com.br/2016/08/carta-aberta-sociedade-americanense.html>. Acesso em 08 de agosto de 2016.

² Associação Cultural, Ambiental e Educacional de Proteção do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável "Amigos da Gruta". Rua Tunísia, 420. Parque das Nações. Americana-SP.

³ Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?colegi=322>. Acesso em 08 de agosto de 2016.

| | |
|------------------------------------|------------------------------|
| Promotoria de Justiça de Americana | |
| Recebido em | 09/08/2016 |
| Protocolo | 614/16 1430 |
| Por | Maria Inês dos Santos Junior |
| Administrativo | |
| Matr. nº 7968 | |

1

Maria Inês dos Santos Junior



uma unidade de conservação" e "os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o § 1º poderão ser definidas no ato da criação da unidade ou posteriormente".

Segundo o § 1º do artigo 27 da Lei do SNUC, "o Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas".

O artigo 36 dessa Lei deixa claro que "nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei". Em seu parágrafo 3º estabelece que "quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o *caput* deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo".

O parágrafo único do artigo 46 desta Lei (que estabelece que "a instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infra-estrutura urbana em geral, em unidades de conservação onde estes equipamentos são admitidos depende de prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental e outras exigências legais) diz que "esta mesma condição se aplica à zona de amortecimento das unidades do Grupo de Proteção Integral, bem como às áreas de propriedade privada inseridas nos limites dessas unidades e ainda não indenizadas".

O artigo 49 estabelece que "a área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona rural, para os efeitos legais", complementando em seu parágrafo único que "a zona de amortecimento das unidades de conservação de que trata este artigo, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana".

Por fim, o artigo 57-A da Lei em questão (Lei 9.985/2000) define que "o Poder Executivo estabelecerá os limites para o plantio de organismos geneticamente modificados nas áreas que circundam as unidades de conservação até que seja fixada sua zona de amortecimento e aprovado o seu respectivo Plano de Manejo".

A área situada à margem direita da primeira e maior queda d'água do Parque Natural Municipal da Gruta vem sendo degradada com o auxílio de tratores e está passando por processo de divisão dos lotes sem considerar a Lei supracitada.

Conforme constatado em diversas visitas *in loco*, trata-se de uma área de transição do Cerrado em regeneração para a Mata Atlântica e compreende a zona de amortecimento do Parque. Isto se constitui, além de crime ambiental, num desrespeito à unidade de conservação e à capacidade de resiliência do Parque já bastante degradado.



Outro agravante é que diversas plantas do Cerrado foram arrancadas e estão sendo soterradas, como verificado e registrado fotograficamente no dia 08 de agosto de 2016. Este fato também não leva em conta a Lei 13.550⁴, de 2 de junho de 2009, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Cerrado no Estado de São Paulo, dando providências correlatas.

De acordo com o artigo 4º da Lei de Proteção do Cerrado, mencionada no parágrafo anterior, "é vedada a supressão da vegetação em qualquer das fisionomias do Bioma Cerrado nas seguintes hipóteses: ... Inciso IV – Localizada em zona envoltória de unidade de conservação de proteção integral e apresentar função protetora da biota da área protegida conforme definido no plano de manejo". O Cerrado é o bioma mais antigo da Terra e no Estado de São Paulo resta apenas 0,013%⁵, merecendo que todo e qualquer fragmento de vegetação, ainda mais quando situado próximo a uma unidade de conservação, seja preservado.

Convém pontuar que a atual configuração dos lotes não respeita a planta original, sendo ela subdividida, certamente negligenciando as leis. E, segundo informações de moradores do entorno, é prevista a construção de quatro edifícios na área supracitada, um dos motivos pelos quais a zona de amortecimento do Parque vem sendo destruída.

CONCLUSÃO

Por meio desta carta aberta, viemos denunciar o descaso recorrente da gestão pública e de proprietários particulares com o Parque. Apelamos para que as autoridades de todas as instâncias intervenham efetivamente para que a área do Parque e a zona de amortecimento sejam integralmente recuperadas; que a população e prefeitura parem imediatamente de lançar todo tipo de resíduos humanos na área, evidenciando o eminente risco de perda irreversível desse patrimônio natural; e que o setor privado não construa casas e edifícios na frágil zona de amortecimento do Parque, área de Cerrado, que deve ser recuperada.

Entendemos que, diante do atual cenário de degradação, é dever moral, ético e legal que a administração pública salvide esse patrimônio, com ricos componentes da flora e fauna do Cerrado paulista e da Mata Atlântica, bem como seu valor paisagístico, geológico, científico, cultural e educacional; singularidades de gabarito regional que justificam a proteção integral e o manejo adequado. É necessário que a polícia ambiental tenha uma atuação mais efetiva, que os ministérios públicos sejam mais sensíveis à relevância do Parque, que seja ampliada a fiscalização dos recursos destinados à área com implementação urgente de ações de preservação.

⁴Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2009/lei-13550-02.06.2009.html>. Acesso em 08 de agosto de 2016.

⁵Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento da UFG. Disponível em: <https://www.lapig.iesa.ufg.br/lapig/>. Acesso em 08 de agosto de 2016.

HT
A. L. S.



As Imagens 1 e 2 mostram as raízes dos biomas Cerrado e Mata Atlântica arrancadas recentemente da zona de amortecimento do Parque Natural Municipal da Gruta. Ao que tudo indica, essas raízes serão soterradas tal como observado noutras áreas do Parque.



Imagem 1



Imagem 2

Fotos: Joviniano Netto, 08/08/2016.

As Imagens 3 e 4 revelam como a vegetação tem sido destruída e soterrada pelo atual proprietário da área situada na zona de amortecimento do Parque.



Imagem 3



Imagem 4

Fotos: Joviniano Netto, 08/08/2016.



As Imagens 1 e 2 mostram as raízes dos biomas Cerrado e Mata Atlântica arrancadas recentemente da zona de amortecimento do Parque Natural Municipal da Gruta. Ao que tudo indica, essas raízes serão soterradas tal como observado noutras áreas do Parque.



Imagem 1



Imagem 2

Fotos: Joviniano Netto, 08/08/2016.

As Imagens 3 e 4 revelam como a vegetação tem sido destruída e soterrada pelo atual proprietário da área situada na zona de amortecimento do Parque.




Imagem 3



Imagem 4

Fotos: Joviniano Netto, 08/08/2016.

4-
Helo
Netto



A Imagem 9 retrata o aspecto geral da zona de amortecimento do Parque tratada nesta Carta. A área de Cerrado encontra-se em regeneração, mas apesar disto, está em processo de destruição por conta da intervenção humana.



Imagem 9

Foto-montagem panorâmica: Joviniano Netto, 08/08/2016.

Joviniano Pereira da Silva Netto
Membro da ACAEDUC "Amigos da Gruta"
joviniano@usp.br
(11) 983527001

Fábio Ortolano
Vice-presidente da ACAEDUC "Amigos da Gruta"
fabio.ortolano@usp.br
(11) 953939042

Anexo 05 – Lei 6.171/2018 que autoriza o Poder Executivo celebrar o termo de rescisão, bem como o reconhecimento e parcelamento de débito com o Estado de São Paulo

Autor do Projeto de Lei C. M. nº 33/2018 – Poder Executivo – Omar Najar.

“Autoriza o Poder Executivo a celebrar termo de rescisão, reconhecimento e parcelamento de débito com o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Casa Civil, tendo por objeto a rescisão de convênio e o reconhecimento e parcelamento de débito resultante de sua inexecução parcial, referente aos serviços da primeira etapa de recuperação da Gruta Dainese, e dá outras providências.”

Omar Najar, Prefeito Municipal de Americana, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar termo de rescisão, reconhecimento e parcelamento de débito com o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Casa Civil, tendo por objeto a rescisão de convênio e o reconhecimento e parcelamento de débito resultante de sua inexecução parcial, referente aos serviços da primeira etapa da recuperação da Gruta Dainese.

Parágrafo único. O instrumento será celebrado nos termos da minuta anexa, que da presente lei faz parte integrante, ficando o Poder Executivo autorizado a firmar aditivos que tenham por objeto prorrogação de vigência, ajustes e adequações direcionadas para a consecução de suas finalidades.

Art. 2º As despesas assumidas pelo Município, decorrentes da celebração do instrumento de que trata o art. 1º desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias nº 02.06.01.4690.71.0001 e nº 02.06.01.3290.21.0004.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de abril de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Americana, aos 7 de maio de 2018.

Publicado na mesma data na Secretaria de Administração.

Omar Najar
Prefeito Municipal

José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores
Secretário Municipal de Administração Interino

Alex Niuri Silveira Silva
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

Ref. Prot. PMA nº 66.387/2017



TERMO DE RESCISÃO, RECONHECIMENTO E PARCELAMENTO DE DÉBITO DECORRENTE DO DESCUMPRIMENTO PARCIAL DO CONVÊNIO Nº 1006/2010, DATADO DE 01 DE JUNHO DE 2010, QUE CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA CASA CIVIL, E ESTA PELA SUBSECRETARIA DE RELACIONAMENTO COM MUNICÍPIOS, E O MUNICÍPIO DE AMERICANA.

Pelo presente instrumento, o ESTADO DE SÃO PAULO, por sua Casa Civil, CNPJ nº 10.979.446/0001-63, neste ato representado por seu Secretário-Chefe SAMUEL MOREIRA, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.899.029-6 e inscrito no CPF sob nº 068.133.438-46, doravante denominada SECRETARIA, devidamente autorizado pelo Governador do Estado, por despacho exarado em 16/3/2017, DOE de 17/3/2017, às fl. 907 e 927 dos autos do Processo CC nº 122818/2015 – Volumes I, II, III e IV (antigo processo SEP nº 1352/2010 – Volumes I, II, III e IV), com a participação de sua Subsecretaria de Relacionamento com Municípios, representado por MURILO MACEDO, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.843.667-1 e inscrito no CPF sob nº 366.502.738-13, e o Município de AMERICANA, CNPJ nº 45.761.176/0001-66, que passará a ser designado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito, OMAR NAJAR, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.574.643 e inscrito no CPF sob nº 013.784.818-87, firmam o presente termo, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido o Convênio nº 1006/2010, celebrado em 01 de junho de 2010, entre o ESTADO DE SÃO PAULO E O MUNICÍPIO, tendo por objeto a transferência de recursos financeiros estaduais para a execução dos serviços da Primeira Etapa da Recuperação da Gruta Dainese, localizada no Parque Natural Municipal da Gruta Dainese, rescisão essa que se dá com fundamento na Cláusula Sétima do ajuste, por descumprimento, por parte do MUNICÍPIO, das obrigações estabelecidas nas alíneas "b" e "f" do inciso II da Cláusula Terceira e parágrafo primeiro da Cláusula Quinta.

Processo CC nº 122818/2015 – Vol. I, II, III e IV.

35/112
Cmbr

CLÁUSULA SEGUNDA: O MUNICÍPIO reconhece o débito resultante da inexecução parcial do Convênio nº 1006/2010, na importância de R\$ 656.382,65 (seiscentos e cinquenta e seis mil, trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), acrescida de R\$ 217.272,31 (duzentos e dezessete mil, duzentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos), perfazendo o total de R\$ 873.654,96 (oitocentos e setenta e três mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos), conforme cálculo de fl. 932 dos autos do Processo CC nº 122818/2015 – Volumes I, II, III e IV (antigo processo SEP nº 1352/2010 – Volumes I, II, III e IV), obrigando-se a restituir referida quantia ao Tesouro Estadual na forma que segue abaixo.

CLÁUSULA TERCEIRA: O ressarcimento da quantia referida na cláusula anterior será feito em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 36.402,29 (trinta e seis mil, quatrocentos e dois reais e vinte e nove centavos) cada uma, reajustável anualmente pela variação do IGPM-FGV, ou outro índice que, em substituição, venha a ser adotado pelo Estado de São Paulo para a correção de débitos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O recolhimento será efetuado até o dia 10 (dez) de cada mês, em guia apropriada, junto ao Banco do Brasil S/A.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O MUNICÍPIO encaminhará o comprovante de recolhimento de cada parcela à Unidade de Relacionamento com Municípios – URM, da SUBSECRETARIA DE RELACIONAMENTO COM MUNICÍPIOS, situada na Rua Boa Vista, nº 150, 12º andar, Centro, São Paulo – Capital.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As parcelas recolhidas com impuntualidade serão acrescidas de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês.

CLÁUSULA QUARTA: O descumprimento do presente Termo de Rescisão, Reconhecimento e Parcelamento de Débito ensejará o vencimento antecipado da dívida.

CLÁUSULA QUINTA: Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir as dúvidas oriundas do presente acordo e na eventual cobrança judicial do débito, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Anexo 06 – Lei 6.172/2018 que autoriza o Poder Executivo celebrar o termo de rescisão, bem como o reconhecimento e parcelamento de débito com o Estado de São Paulo

LEI Nº 6.172, DE 7 DE MAIO DE 2018.

Autor do Projeto de Lei C. M. nº 34/2018 – Poder Executivo – Omar Najar.

“Autoriza o Poder Executivo a celebrar termo de rescisão, reconhecimento e parcelamento de débito com o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Casa Civil, tendo por objeto a rescisão de convênio e o reconhecimento e parcelamento de débito resultante de sua inexecução parcial, referente aos serviços de recuperação da Gruta Dainese – Praça anexada, e dá outras providências.”

Omar Najar, Prefeito Municipal de Americana, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar termo de rescisão, reconhecimento e parcelamento de débito com o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Casa Civil, tendo por objeto a rescisão de convênio e o reconhecimento e parcelamento de débito resultante de sua inexecução parcial, referente aos serviços de recuperação da Gruta Dainese – Praça anexada, definida pela Rua Potengi, Avenida Tietê e Rua Mamoré, e Trecho “U”, definido pelo entorno das Ruas Rega Ceotto Santa Rosa, Segundo Mori e Benedito das Chagas.

Parágrafo único. O instrumento será celebrado nos termos da minuta anexa, que da presente lei faz parte integrante, ficando o Poder Executivo autorizado a firmar aditivos que tenham por objeto prorrogação de vigência, ajustes e adequações direcionadas para a consecução de suas finalidades.

Art. 2º As despesas assumidas pelo Município, decorrentes da celebração do instrumento de que trata o art. 1º desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias nº 02.06.01.4690.71.0001 e nº 02.06.01.3290.21.0004.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de abril de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Americana, aos 7 de maio de 2018.

Publicado na mesma data na Secretaria de Administração.

Omar Najar

Prefeito Municipal

José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores

Secretário Municipal de Administração Interino

Alex Niuri Silveira Silva

Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

Ref. Prot. PMA n° 66.387/2017.



TERMO DE RESCISÃO, RECONHECIMENTO E PARCELAMENTO DE DÉBITO DECORRENTE DO DESCUMPRIMENTO DO CONVÊNIO Nº 001/2014, DATADO DE 25 DE MARÇO DE 2014, QUE CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA CASA CIVIL, E ESTA, PELA SUBSECRETARIA DE RELACIONAMENTO COM MUNICÍPIOS, E O MUNICÍPIO DE AMERICANA.

Pelo presente instrumento, o ESTADO DE SÃO PAULO, por sua Casa Civil, CNPJ nº 10.979.446/0001-63, neste ato representado por seu Secretário-Chefe SAMUEL MOREIRA, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.699.029-6 e inscrito no CPF sob nº 086.133.438-46, doravante denominada SECRETARIA, devidamente autorizado pelo Governador do Estado, por despacho exarado em 16/3/2017, DOE de 17/3/2017, às fl. 349 e 354 dos autos do Processo CC nº 143303/2015 – Volumes I e II (antigo processo SPDR nº 0013/2014 – Volumes I e II), com a participação de sua Subsecretaria de Relacionamento com Municípios, representado por MURILO MACEDO, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.843.667-1 e inscrito no CPF sob nº 388.502.738-13, e o Município de AMERICANA, CNPJ nº 45.781.176/0001-66, que passará a ser designado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito, OMAR NAJAR, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.574.643 e inscrito no CPF sob nº 013.784.818-87, firmam o presente termo, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido o Convênio nº 001/2014, celebrado em 25 de março de 2014, entre o ESTADO DE SÃO PAULO E O MUNICÍPIO, tendo por objeto a transferência de recursos financeiros estaduais para a recuperação da Gruta Dainese – Praça anexada, definida pela Rua Potengi, Avenida Tietê e Rua Mamoré, e o Trecho “U” definido pelo entorno das Ruas Rega Ceotto Santa Rosa, Segundo Mori e Benedito das Chagas, rescisão essa que se dá com fundamento na Cláusula Oitava do ajuste, por descumprimento, por parte do MUNICÍPIO, das obrigações estabelecidas nas alíneas “a” e “c” do inciso II da Cláusula Terceira.

Processo CC. nº 143303/2015 – Vol. I e II.



CLÁUSULA SEGUNDA: O MUNICÍPIO reconhece o débito resultante da inexecução total do Convênio nº 001/2014, na importância de R\$ 387.500,00 (trezentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais), acrescida de R\$ 145.618,24 (cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e dezoito reais e vinte e quatro centavos), perfazendo o total de R\$ 533.118,24 (quinhentos e trinta e três mil, cento e dezoito reais e vinte e quatro centavos), conforme cálculos de fl. 359/360 dos autos do Processo CC nº 143303/2015 – Volumes I e II (antigo processo SPDR nº 0013/2014 – Volumes I e II), obrigando-se a restituir referida quantia ao Tesouro Estadual na forma que segue abaixo.

CLÁUSULA TERCEIRA: O ressarcimento da quantia referida na cláusula anterior será feito em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 22.213,26 (vinte e dois mil, duzentos e treze reais e vinte e seis centavos) cada uma, reajustável anualmente pela variação do IGPM-FGV, ou outro índice que, em substituição, venha a ser adotado pelo Estado de São Paulo para a correção de débitos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O recolhimento será efetuado até o dia 10 (dez) de cada mês, em guia apropriada, junto ao Banco do Brasil S/A.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O MUNICÍPIO encaminhará o comprovante de recolhimento de cada parcela à Unidade de Relacionamento com Municípios – URM, da SUBSECRETARIA DE RELACIONAMENTO COM MUNICÍPIOS, situada na Rua Boa Vista, nº 150, 12º andar, Centro, São Paulo – Capital.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As parcelas recolhidas com impontualidade serão acrescidas de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês.

CLÁUSULA QUARTA: O descumprimento do presente Termo de Rescisão, Reconhecimento e Parcelamento de Débito ensejará o vencimento antecipado da dívida.

CLÁUSULA QUINTA: Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir as dúvidas oriundas do presente acordo e na eventual cobrança judicial do débito, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Anexo 07 - Solicitação de providências à CETESB quando à obra de prolongamento da Avenida Florindo Cibin

São Paulo, 13 de janeiro de 2017

ANA LUZ
Téc. Administrativo
Reg. 01.7416

Solicitação de intervenção pela salvaguarda do Parque Natural Municipal da Gruta, Americana, SP.

O Parque Natural Municipal da Gruta, situado no município de Americana, estado de São Paulo, é uma unidade de conservação de proteção integral de acordo com o Decreto 6.980/06, alterado posteriormente pelo Decreto 7.003/06. É o maior parque urbano do município e área preservada em seus biomas originais. Possui sete quedas d'água, diversas nascentes e uma gruta. O Parque é singular por sua beleza cênica, por estar situado num fundo de vale; pelas características geológicas com afloramentos d'água e estratificações de arenito; pela paisagem e pela presença dos biomas Mata Atlântica e Cerrado (Ortolano & Silva Netto, 2016)¹.

Num levantamento da fauna em 2007, realizado pelo Grupo de Estudos da Fauna (GEFAU) da Faculdade de Americana, foi constatada a presença de três mamíferos: tatu, gambá e capivara, bem como dezenas de aves, o que faz do Parque um refúgio para espécies selvagens no espaço urbano. Com efeito, outro logradouro (a obra em questão) cruzando a área do Parque, tal como a Rua Índia, comprometerá o corredor ecológico e destruirá a fauna e flora locais.

A conexão entre os limites da Avenida Florindo Cibin perfaz uma via que estará sobreposta/próxima a uma queda d'água de cinco metros de altura (foto anexa), nas proximidades do bairro Parque da Liberdade; nascentes e um lago próximos ao bairro Morada do Sol, afetando os recursos hídricos e ambiência do Parque.

Outro agravante é que diversas plantas do Cerrado serão arrancadas e/ou soterradas. Este fato também não leva em conta a Lei 13.550, de 2 de junho de 2009, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Cerrado no Estado de São Paulo, dando providências correlatas. De acordo com o artigo 4º da Lei de Proteção do Cerrado, mencionada no parágrafo anterior, "é vedada a supressão da vegetação em qualquer das fisionomias do Bioma Cerrado nas seguintes hipóteses: ... Inciso II - exercer a função de proteção de mananciais e recarga de aquíferos; e Inciso VI - estiver situada em áreas prioritárias para conservação, preservação e criação de unidades de conservação determinadas por estudos científicos oficiais ou atos do poder público em regulamentos específicos". Convém apontar que o Cerrado é o bioma mais antigo da Terra e no Estado de São Paulo resta apenas 0,013%, merecendo que todo e qualquer fragmento de vegetação, ainda mais quando situado dentro de uma unidade de conservação, seja preservado.

Em tempo, aponta-se uma alternativa a tal projeto de modo a atender às expectativas de mobilidade urbana, sem prejuízos ao Parque, sua flora e fauna. Ao invés do prolongamento da Avenida Florindo Cibin, defende-se a duplicação da Avenida São

¹ ORTOLANO, F. e SILVA NETTO, J. P. Possibilidades e Desafios: Turismo no Parque Natural Municipal da Gruta, Americana, SP, Brasil. Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade, 8(III), 2016. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/415>

13/1

jerônimo (a 900m de distância do logradouro em questão), com ligação na continuidade da Florindo Cibin ao final do Parque, na divisa com o loteamento industrial. Na imagem, são apresentadas duas propostas de vias, a primeira (traço amarelo), contornando os limites do Parque e a segunda (traço azul), torcendo o loteamento industrial.

(Esboço disponível em: <http://amigosdagruta.blogspot.com.br/2016/09/peticao-providencias-quanto-obra-de.html>)



Figura 1- Traçados das vias. Google Maps, 2016.

Por meio de dois abaixo-assinados compartilhados pelas redes sociais, foram coletadas, aproximadamente 600 assinaturas contra a obra dentro do Parque.

Em dezembro de 2016, foi organizada uma audiência pública com representantes da Secretaria de Meio Ambiente, Planejamento e CETESB para esclarecimentos. Contudo, na interpretação e fala dos técnicos, a área do Parque predomina vegetação de Mata Atlântica, portanto, não se aplica a Lei do Cerrado; os animais ali presentes não estão em extinção e uma obra suspensa traria mais impactos ambientais do que diretamente sobre o solo. Ademais, alegam que a Unidade de Conservação, criada por meio de Decreto, não está inscrita na Secretaria de Meio Ambiente do estado, o que parece um problema jurídico local.

A "Associação Amigos da Gruta" tem promovido uma série de discussões junto à sociedade civil e ao Poder Público, posicionando-se contra a obra, juntamente, com os 600 (aproximadamente) cidadãos que assinaram as petições. Entretanto, a Prefeitura de Americana, por meio de uma parceria público-privada, segue na realização das obras. Curiosamente, na área da obra teve uma queimada no início desse mês.

DF
2017

Anexo 08– Solicitação de providências à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo quando à obra de prolongamento da Avenida Florindo Cibin



São Paulo, 13 de janeiro de 2017

Solicitação de intervenção pela salvaguarda do Parque Natural Municipal da Gruta, Americana, SP.

O Parque Natural Municipal da Gruta, situado no município de Americana, estado de São Paulo, é uma unidade de conservação de proteção integral de acordo com o Decreto 6.980/06, alterado posteriormente pelo Decreto 7.003/06. É o maior parque urbano do município e área preservada em seus biomas originais. Possui sete quedas d'água, diversas nascentes e uma gruta. O Parque é singular por sua beleza cênica, por estar situado num fundo de vale; pelas características geológicas com afloramentos d'água e estratificações de arenito; pela paisagem e pela presença dos biomas Mata Atlântica e Cerrado (Ortolano & Silva Netto, 2016)¹.

Num levantamento da fauna em 2007, realizado pelo Grupo de Estudos da Fauna (GEFAU) da Faculdade de Americana, foi constatada a presença de três mamíferos: tatu, gambá e capivara, bem como dezenas de aves, o que faz do Parque um refúgio para espécies selvagens no espaço urbano. Com efeito, outro logradouro (a obra em questão) cruzando a área do Parque, tal como a Rua Índia, comprometerá o corredor ecológico e destruirá a fauna e flora locais.

A conexão entre os limites da Avenida Florindo Cibin perfaz uma via que estará sobreposta/próxima a uma queda d'água de cinco metros de altura (foto anexa), nas proximidades do bairro Parque da Liberdade; nascentes e um lago próximos ao bairro Morada do Sol, afetando os recursos hídricos e ambiência do Parque.

Outro agravante é que diversas plantas do Cerrado serão arrancadas e/ou soterradas. Este fato também não leva em conta a Lei 13.550, de 2 de junho de 2009, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Cerrado no Estado de São Paulo, dando providências correlatas. De acordo com o artigo 4º da Lei de Proteção do Cerrado, mencionada no parágrafo anterior, "é vedada a supressão da vegetação em qualquer das fisionomias do Bioma Cerrado nas seguintes hipóteses: ... Inciso II - exercer a função de proteção de mananciais e recarga de aquíferos; e Inciso VI - estiver situada em áreas prioritárias para conservação, preservação e criação de unidades de conservação determinadas por estudos científicos oficiais ou atos do poder público em regulamentos específicos.". Convém apontar que o Cerrado é o bioma mais antigo da Terra e no Estado de São Paulo resta apenas 0,013%, merecendo que todo e qualquer fragmento de vegetação, ainda mais quando situado dentro de uma unidade de conservação, seja preservado.

Em tempo, aponta-se uma alternativa a tal projeto de modo a atender às expectativas de mobilidade urbana, sem prejuízos ao Parque, sua flora e fauna. Ao invés do prolongamento da Avenida Florindo Cibin, defende-se a duplicação da Avenida São

¹ ORTOLANO, F. e SILVA NETTO, J. P. Possibilidades e Desafios: Turismo no Parque Natural Municipal da Gruta, Americana, SP, Brasil. Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade, 8(III), 2016. Disponível em: <http://www.uca.br/eto/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/415>

jerônimo (a 900m de distância do lago em questão), com ligação na continuidade da Florindo Cibin ao final do Parque, na divisa com o loteamento industrial. Na imagem, são apresentadas duas propostas de vias, a primeira (traço amarelo), contornando os limites do Parque e a segunda (traço azul), torcendo o loteamento industrial.

(Esboço disponível em: <http://amigosdagruta.blogspot.com.br/2016/09/peticao-providencias-quanto-obra-de.html>)



Figura 1- Traçados das vias. Google Maps, 2016.

Por meio de dois abaixo-assinados compartilhados pelas redes sociais, foram coletadas, aproximadamente 600 assinaturas contra a obra dentro do Parque.

Em dezembro de 2016, foi organizada uma audiência pública com representantes da Secretaria de Meio Ambiente, Planejamento e CETESB para esclarecimentos. Contudo, na interpretação e fala dos técnicos, a área do Parque predomina vegetação de Mata Atlântica, portanto, não se aplica a Lei do Cerrado; os animais ali presentes não estão em extinção e uma obra suspensa traria mais impactos ambientais do que diretamente sobre o solo. Ademais, alegam que a Unidade de Conservação, criada por meio de Decreto, não está inscrita na Secretaria de Meio Ambiente do estado, o que parece um problema jurídico local.

A "Associação Amigos da Gruta" tem promovido uma série de discussões junto à sociedade civil e ao Poder Público, posicionando-se contra a obra, juntamente, com os 600 (aproximadamente) cidadãos que assinaram as petições. Entretanto, a Prefeitura de Americana, por meio de uma parceria público-privada, segue na realização das obras. Curiosamente, na área da obra teve uma queimada no início desse mês.

5/17

Anexo 08 – Resposta da CETESB referente à solicitação de providências quando à obra de prolongamento da Avenida Florindo Cibin





INFORMAÇÃO TÉCNICA

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 06450-600 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.778.491/0001-70 - Insc. Est. nº 109.081.375-118 - Insc. Munic. nº 8.030.213-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 002/2018/CJA

Data: 05.01.2018

PROCESSO: PA 018/17
INTERESSADO: Diretoria C
MUNICÍPIO: Americana
ASSUNTO: "Associação Amigos da Gruta" - Abaixo assinado - Prolongamento da Avenida Florindo Cibin (Gruta Dainese)

1 - INTRODUÇÃO

Trata-se de atendimento à Diretoria C para manifestação sobre o documento denominado "Solicitação de intervenção pela salvaguarda do Parque Natural Municipal da Gruta, Americana, SP".

O referido documento apresenta argumentos para não realização da obra de interligação da Rua Florindo Cibin, entre os bairros Parque da Liberdade e Morada do Sol, aponta alternativas técnicas e solicita intervenção da CETESB para a não realização da obra, uma vez que as petições não surtem efeito junto ao município.

2 - ALEGAÇÕES DO INTERESSADO

- Ressalta que o "Parque Natural da Gruta", foi criado pelo Decreto Municipal nº 6.980/06, alterado pelo Decreto 7.003/06. Ainda; ressalta que a Unidade de Conservação não estaria inscrita na Secretaria de Meio Ambiente do Estado, o que parece um problema jurídico local;
- Aponta, com base em estudos realizados por Orotano e Silva Netto, 2016, que no local estão presentes os Biomas Mata Atlântica e Cerrado. Declara que em audiência pública realizada no município os técnicos presentes declaram tratar-se de vegetação da mata Atlântica, não se aplicando a Lei do Cerrado
- Reporta a existência de 3 espécies de mamíferos, e dezenas de aves, com base em levantamento realizado pelo Grupo de Estudos da Fauna (GEFAU) da Faculdade de Americana, que podem ser prejudicados com o cruzamento de nova via pública, sobre o parque, devido ao rompimento do corredor ecológico, além de alegar que isto destruirá fauna e flora locais.
- Informa que a obra interferirá em queda d'água de 5 (cinco) metros de altura, nascentes e lago.
- Expõe que serão arrancadas e/ou soterradas plantas do Cerrado, desconsiderando a Lei nº 13550/09 que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado de São Paulo;
- Defende que devido à baixa cobertura restante do bioma Cerrado sobre o estado (0,013%), deve ser preservado todo e qualquer fragmento em especial quando dentro de unidade de conservação;
- Defende a duplicação da Avenida São Jerônimo a 900 metros de distância do logradouro em questão, apresentando duas alternativas;
- Informa que os técnicos presentes em audiência pública descrevem não existir animais em extinção; que uma obra suspensa seria mais danosa que por aterro;
- Informa que a Associação Amigos da Gruta, tem se posicionado contra a obra mediante apresentação de petições, que não estão sendo acatadas pelo município e as obras estão em continuidade, tendo parte da área objeto da obra, sofrido queima no início do mês de janeiro;
- Informa que fez denúncia ao Ministério Público e encaminhou abaixo assinados ao município.

Cod.: 80387103 10/1082100

12



INFORMAÇÃO TÉCNICA

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr. 345 - CEP 05418-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.778.491/0001-70 - Ins.º Est. nº 109.981.375-118 - Insc. Munic. nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 002/2018/CJA

Data: 05.01.2018

Mediante o exposto, sem efeito sobre a continuidade da obra, o interessado solicita a intervenção da CETESB, via Diretoria de Controle, no caso, devido à relevância da área.

3 - ANÁLISE /CONSIDERAÇÕES

O citado decreto de criação do parque define em seus artigos 5º e 8º, que o Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMA) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMA), são responsáveis pela elaboração e aprovação dos planos de manejo respectivamente, bem como aprovação de projetos de reflorestamento, sendo, o CONDEMA, o conselho consultivo.

Ainda que não tenha sido promulgado o plano de manejo da área e não haver o cadastro no Ministério do Meio Ambiente (MMA), a SMA é responsável pela gestão da área e a responsável pela solicitação e tendo fé pública, entende-se que toda a questão sobre a possibilidade de uso da área para a atividade objeto da autorização foi devidamente discutida e aprovação na esfera municipal e/ou oportunamente será/foi discutida no CONDEMA, conforme § 1º do artigo 14 da Lei Federal 11.428/06, regulamentada pelo Decreto nº 6660/08.

A respeito da vegetação incidente na área, conforme levantamento florístico realizado pelo município, em: http://www.americana.sp.gov.br/v6/download/meioAmbiente/D099_etapa2_inventario_da_flora.pdf, incidem nos fragmentos existentes, espécies indicadoras de fitofisionomias de floresta estacional semidecidual e Cerrado, caracterizando a transição, ecótono ou tensão ecológica entre Cerrado-Mata Atlântica, incluindo espécies generalistas (passíveis de serem encontradas nas duas fisionomias).

De acordo com o § 2º do artigo 1º do Decreto 6.660/08 "o regime jurídico de conservação, proteção, regeneração e utilização estabelecido na Lei nº 11.428" e no citado decreto é que rege este tipo de vegetação (tensão ecológica descrita no caput do referido dispositivo legal). Portanto, não cabe aplicação da Lei nº 13550/09 que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado de São Paulo.

Referente à fauna, os levantamentos apresentados, não apontam espécies em extinção, que impeçam a autorização das intervenções e supressões solicitadas. Contudo, para mitigação do obstáculo imposto pela obra, foi solicitada a implementação de passagens de fauna. E para correta condução da supressão, o município deve realizar o corte em uma única direção dando tempo para a fuga da fauna.

Com relação à interferência em queda d'água de 5 (cinco) metros de altura, nascentes e lago, esta Agência, não encontrou indícios em campo ou cartográfico que indiquem a presença e nascentes ou lagos, bem como queda d'água, devendo a localização geográfica do mesmo ser realizada pelo município para verificação de possível intervenção e tomadas de ações pela municipalidade referente ao fato, uma vez que a obra não foi licenciada pela CETESB, mas apenas as intervenções supressões.

Sobre as alternativas apontadas para a interligação dos bairros, a partir da Avenida São Jerônimo a 900 metros de distância do logradouro em questão, ambas acrescentam, no mínimo, 3 quilômetros ao percurso entre bairros. Cabe ressaltar que a alternativa autorizada justifica-se por este fato, sendo que o município ainda apresentou justificativa de custos ao erário público, bem como informação que as intervenções para implantação de ponte seriam praticamente as mesmas que por aterro.

Referentes às petições não acatadas pelo município, entende-se que a CETESB recebe a reclamação e verifica a legalidade de seus atos, devendo o interessado realizar questionamentos junto ao Ministério Público sobre a legalidade dos atos administrativos municipais.



4 – CONCLUSÕES

A CETESB/Agência Ambiental de Americana tem a informar que toda a documentação foi devidamente analisada para emissão da Autorização para intervenção em APP e supressão de vegetação, junto ao processo 34/11075/15, não havendo indícios de quaisquer ilegalidades nos atos administrativos referentes ao empreendimento.

Ressalta-se que o reclamante pode apresentar as petições junto ao CONDEMA, órgão consultivo, referente aos fatos noticiados sobre a existência de queda d'água e não acolhimento por parte do município da solicitação de não fazimento da via, bem como sobre aceitação da supressão e forma de uso da área.

Eng. Carolina Alves Licarião Beraldi
CREA nº 5061931100/D – Registro nº 6812-0
Agência Ambiental de Americana

De acordo,

Eng. JOSÉ FERREIRA ASSIS
Gerente da Agência Ambiental de Americana
CREA 0682382291 - Reg. 34.3002-0

Anexo 10 – Solicitação de providências ao MP quanto à mortalidade e gambás em logradouro irregular

Amigos da Gruta



Americana, 05 de janeiro de 2018.

Ao Ministério Público de Americana

Solicitação de responsabilização pela mortalidade do gambá-de-orelha-preta no Parque Natural Municipal da Gruta e de providências por parte da Prefeitura Municipal de Americana.

Entre dos dias 11 e 13 de dezembro de 2017, moradores do entorno do Parque Natural Municipal da Gruta e membros da Associação Amigos da Gruta, compartilharam em redes sociais (*facebook* e *whatsapp*), imagens de gambás atropelados na Rua Índia, logradouro irregular, construindo dentro do Parque para interligar os bairros São Roque e Parque das Nações.



Figura 1 - gambá-de-orelha-preta (*Didelphis aurita*) atropelado na Rua Índia em 11/12/2017. Fotografia: Amigos da Gruta.

Trata-se do gambá-de-orelha-preta (*Didelphis aurita*), também popularmente conhecido como saruê, uma espécie de mamífero marsupial endêmico na Argentina, Brasil e Paraguai. É muito parecido com o gambá-de-orelha-branca (*Didelphis albiventris*), este encontrado em mais países da América do Sul. Segundo Cáceres (2012), os marsupiais são animais generalistas que vivem em habitats distintos, podendo apresentar comportamento notívago. Em sua dieta, os gambás consomem invertebrados, pássaros, pequenos mamíferos, cobras, lagartos, anfíbios, frutas e cereais, consumindo também lixo quando disponível (Oliveira et al., 2010).

| | |
|------------------------------------|----------------------------------|
| Promotoria de Justiça de Americana | |
| Recebido em | 09/01/2018 |
| Protocolo | 03/18 14:15 |
| Por | Mário Alves dos Santos / Ass / - |
| Administrativo | |
| Matric. nº 7958 | |



Sabidamente, esses mamíferos têm se reproduzido nas proximidades da Escola Marcelino Tombi, na extremidade sul do Parque. Assim, certamente, para se alimentarem, caminham pelo Parque, à procura de alimentos, tais como as árvores frutíferas e lixos que se acumulam nas bordas.

Por terem hábitos noturnos, se locomovem pela área à noite, o que dificulta sua visualização, aumentando o risco de atropelamento no caso de atravessamento da via.

A morte de mais de um gambá-de-orelha-preta na mesma semana aponta para necessidade de medidas urgentes. Para tanto, enquanto sociedade civil, demandamos que o Poder Público seja responsabilizado pela morte desses animais e que, para tanto, desenvolvam ações compensatórias na área, bem como providências para diminuir o risco de mortalidade.

Convém pontuar que o local de atropelamento se trata de uma rua irregular que fragmenta o Parque, onde habitualmente o alambrado sede por conta da fragilidade do solo.

Apesar de não serem animais ameaçados de extinção, estudos apontam sua vulnerabilidade em áreas próximas de locais onde há trânsito de automóveis (Cherem et al., 2007).

Referência

CÁCERES, Nilton Carlos. (Org). Os Marsupiais do Brasil: Biologia, ecologia e conservação, 2 ed. Editora UFMS, 2012.

CHEREM, Jorge J.; KAMMERS, Marcelo; GHIZONI-JR, Ivo R.; MARTINS, Anderson. Mamíferos de médio e grande porte atropelados em rodovias do Estado de Santa Catarina, sul do Brasil. Revista Biotemas, 20 (3), setembro de 2007.

OLIVEIRA, Márcio L. de et al . Estudo populacional de gambás, *Didelphys albiventris* (Mammalia, Didelphidae), em um pequeno fragmento florestal. *Mastozool. neotrop.*, Mendoza , v. 17, n. 1, p. 161-165, jun. 2010 .



Eduardo Coienca

Presidente da ACAEDUC "Amigos da Gruta"
eduardocoienca@hotmail.com
(19) 98148-5752



Fábio Ortolano

Vice-presidente da ACAEDUC "Amigos da Gruta"
fabio_ortolano@hotmail.com
(11) 953939042

Anexo 11 – Solicitação de informações quanto à ocupação do Zincão



À Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano e à Secretaria de Ação Social e Desenvolvimento Humano

Solicitação de Informação

Tenho desenvolvido uma pesquisa de doutorado junto ao Programa de Psicologia Social da Universidade de São Paulo sobre a consciência política de atores sociais em relação ao Parque Natural Municipal da Gruta.

Para tanto, gostaria de saber se existe algum levantamento do número de famílias que vivem na comunidade do Zincão, bem como se há algum cadastramento das mesmas em políticas habitacionais e de promoção social.

Atenciosamente,

CÓPIA
NÃO DEVE SER TRAMITADA

Fábio Ortolano

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da USP
Professor no SENAC São Paulo
(11) 953939042
fabio.ortolano@usp.br

Anexo 12 – Decreto 6980/2006

15/03/2016

DECRETO Nº 6.980, DE 18 DE AGOSTO DE 2006.

DECRETO Nº 6.980, DE 18 DE AGOSTO DE 2006.

Alterado pelo Decreto nº 7.003, de 5/9/2006 "Cria os Parques Naturais Municipais que especifica e dá outras providências."

Dr. Erich Hetzl Júnior, Prefeito do Município de Americana, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Considerando o disposto no artigo 11, § 4º da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

Considerando o que consta do processo administrativo PMA nº 47.804/2006,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam criadas no Município de Americana as seguintes Unidades de Conservação de Proteção Integral em faixas do território do Município remanescentes de vegetação denominada Mata Atlântica, objeto dos seguintes cadastros:

I – Parque Natural Municipal Hércule Giordano
Cadastros: 36.0231.0010.000; 36.0231.0040.0050; 36.0231.0040.0060; 36.0231.0080.000, e 36.0231.0090.000;

II – Parque Natural Municipal Balneário Riviera
Cadastro: 26.0186.1788.000;

III – Parque Natural Municipal dos Ipês
Cadastros: 24.0080.0567.000 e 24.0081.0595.000, e

IV – Parque Natural Municipal da Gruta
Cadastros: 16.0083.0641.000; 19.0162.0591.000; 19.0161.0425.000 e 19.0150.0933.000.

Parágrafo único. Os Parques Naturais Municipais de que trata o caput deste artigo objetivam preservar o remanescente da vegetação denominada mata atlântica e sua fauna característica, bem como preservar os ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e turismo ecológico.

(Ver nova redação deste artigo no Decreto nº 7.003/2006)

Art. 2º Aplicam-se aos Parques Naturais Municipais ora instituídos todas as disposições contidas na legislação federal, estadual e municipal.

Art. 3º Em toda a área territorial dos Parques Naturais Municipais fica vedado qualquer forma de parcelamento do solo.

Parágrafo único. A colocação de equipamentos públicos de recreação, lazer e educação ambiental deverão ter seus projetos e edificações autorizadas pelos órgãos competentes da Administração Municipal devendo ser integrados à paisagem e compatíveis com a preservação do patrimônio natural.

Art. 4º O acesso, a circulação e a permanência temporária de visitantes nas áreas compreendidas pelos Parques Naturais Municipais somente serão admitidas nas condições fixadas em regulamento próprio.

Art. 5º O manejo da flora e da fauna dos Parques Naturais Municipais serão precedidos de estudos técnicos elaborados pelos órgãos competentes da Administração Municipal, no prazo estabelecido pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

§ 1º O plano de manejo, cuja elaboração será acompanhada e revista quando for o caso pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, será aprovado mediante portaria

do Secretário Municipal de Meio Ambiente.

§ 2º Até que seja estabelecido o plano de manejo de que trata este artigo, o Poder Público procederá ao reflorestamento das áreas degradadas com o plantio de espécies nativas, podendo atuar em parceria com o setor privado, desde que os projetos obtenham parecer favorável da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

Art. 6º Na área territorial dos Parques Naturais Municipais serão permitidos os seguintes usos e atividades:

- I – estudos científicos;
- II – lazer e recreação;
- III – educação ambiental;
- IV – turismo ecológico, e
- V – administração.

Art. 7º Fica o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA designado como Conselho Consultivo das unidades de conservação de proteção integral de que trata este decreto.

Parágrafo único. O COMDEMA, quando no uso das atribuições outorgadas por este artigo, será presidido pelo Secretário de Meio Ambiente.

Art. 8º Caberá à Secretaria Municipal de Meio Ambiente a gestão técnica e à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos – Unidade de Parques e Jardins a gestão administrativa e operacionais dos Parques Naturais Municipais.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Americana, aos 18 de agosto de 2006.

Dr. Erich Hetzl Júnior
Prefeito Municipal

Publicado na mesma data na Secretaria de Administração.

Dr. Carlos Fonseca
Secretário Municipal
de Administração

Publicação oficial: jornal O Liberal, de 24/8/2006

Observação: cópia autenticada do original deste ato oficial será fornecida mediante requerimento e pagamento de taxa.

Jusbrasil - Legislação

10 de junho de 2019

Decreto 7003/06 | Decreto nº 7003 de 05 de setembro de 2006

Publicado por Câmara Municipal de Americana (extraído pelo Jusbrasil) - 12 anos atrás

"QUE ALTERA O DECRETO Nº 6.980, DE 18 DE AGOSTO DE 2006."

Dr. Erich Hetzl Júnior, Prefeito do Município de Americana, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei; Considerando o que consta do processo administrativo PMA nº 47.804/2006, DECRETA:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto nº 6.980, de 18 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação: *Ver tópico*

"Art. 1º Ficam criadas no Município de Americana as seguintes Unidades de Conservação de Proteção Integral em faixas do território do Município remanescentes de vegetação denominada Mata Atlântica, objeto dos seguintes cadastros:

I - Parque Natural Municipal Hércule Giordano Cadastros: 36. 36. 36. 36. 36. e 36. *Ver tópico*

II - Parque Natural Municipal Balneário Riviera Cadastro: 26. *Ver tópico*

III - Parque Natural Municipal dos Ipês Cadastros: 24. e 24., e *Ver tópico*

Anexo 14 – Decreto 1761/1996



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

D E C R E T O Nº 1.761,

de 29 de fevereiro de 1996.

CRIA O PARQUE DAS CACHOEIRAS E ESTABELECE PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL.

MOACIR CASTELLO BRANCO DE ALBUQUERQUE, Prefeito Municipal de São Francisco de Paula, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

CONSIDERANDO a necessidade de preservar a Mata Atlântica

CONSIDERANDO a conveniência de impulsionar o turismo ecológico

CONSIDERANDO a existência de 5 (cinco) cachoeiras no local

D E C R E T A

Art.1º Fica criado o Parque das Cachoeiras, localizado na sede do município próximo da localidade de Moinho Velho onde com a implantação de trilhas poderá ser permitida a visitação das cachoeiras existentes.

Art.2º Integra o Parque das Cachoeiras uma área de terras de aproximadamente 150 ha, de propriedade do município, toda coberta de mata nativa não explorada, localizada na sede do município, limitada ao sul pelo arroio Rolantinho da Areia, onde confronta com propriedade de Eneu Alves Ubirajara da Silva; ao leste com o arroio do Padre, onde confronta também com terras de Eneu Alves Ubirajara da Silva; ao norte e a oeste com o "perau" denominado Perau da Roça Nova.

Art.3º A área descrita no artigo anterior passa a ser PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Francisco de Paula, 29 de fevereiro de 1996.

Anexo 15 – Decreto 166/2006



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Decreto nº 166/2006

de 12 de abril de 2006.

CRIA O PARQUE MUNICIPAL DA RONDA.

Décio Antônio Colla, Prefeito de São Francisco de Paula, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO que a área do parque está localizada dentro da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;

CONSIDERANDO a necessidade de criar unidades de conservação;

CONSIDERANDO a beleza cênica do local.

DECRETA

Art. 1º- Fica criado o Parque Municipal da Ronda, situado no local denominado "Ronda", na sede do município.

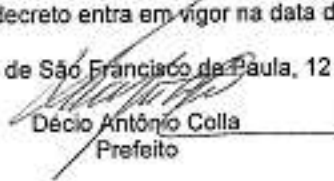
Art. 2º- Integra o Parque Municipal da Ronda uma área de terras de aproximadamente 1.200 ha, com representação de área dos campos de cima da serra e área de mata atlântica, fazendo frente com a Avenida Benjamim Constant, pelo lado norte; limita-se aos fundos com uma estrada vicinal, que liga a Estrada da Roça Nova com a Estrada do Caconde, ao sul; limita-se ao leste com a cota 900, deste dita Estrada Vicinal até a cerca de propriedade do Sr. Dinarte Monteiro Guimarães e seguindo até a propriedade da "SOGIPA" Sociedade Ginástica Porto - Alegrense; limita-se ao oeste com o Arroio Rolantinho da Areia e com área de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º- A área descrita no artigo anterior passa a ser denominado PARQUE MUNICIPAL DA RONDA.


Art. 4º - Fica revogado o Decreto n. 1.671, de 29 de fevereiro de 1996.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São Francisco de Paula, 12 de abril de 2006.


Décio Antônio Colla
Prefeito

Registre-se e Publique-se.


Rudimar Caberlon.
Secretário de Administração.



Anexo 16 – Lei 2425/2007



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Lei nº 2425/2007,

27 de março de 2007,

CRIA O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RONDA

Décio Antônio Colla, Prefeito de São Francisco de Paula.

Faz Saber, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

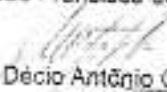
Art. 1º - Fica criado o Parque Natural Municipal da Ronda, situado no local denominado "Ronda", na sede do Município.

Art. 2º - Integra o Parque Natural Municipal da Ronda uma área de terras de aproximadamente 1.200 ha (um mil e duzentos hectares), com representação de área dos campos de cima da serra e área de mata atlântica, fazendo frente com a Avenida Benjamin Constant, pelo lado norte; limita-se aos fundos com uma estrada vicinal, que liga a Estrada da Roça Nova com a Estrada do Caconde, ao sul; limita-se a leste com a cota 900, desta dita Estrada Vicinal até a cerca de propriedade do Sr. Dinarte Monteiro Guimarães e seguindo até a propriedade da "SOGIPA" – Sociedade Ginástica Porto – Alegrensê; limita-se ao oeste com o Arroio Rolantinho da Areia e com área de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º - A área descrita no artigo anterior para a ser denominado PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RONDA.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São Francisco de Paula, 27 de março de 2007.


Décio Antônio Colla
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Rudimar Caberlon
Secretário de Administração

Anexo 17 – Lei 2744/2011

Seção de Legislação da Câmara Municipal de São Francisco de Paula / RS

◀ ANTERIOR | PROXIMO ▶ | Arq. ORIGINAL | VOLTAR ↶ | IMPRIMIR ☰ | Mostrar o Art. [A+] [A-]



- Home (Legislação)
- Lei Orgânica Mun.
- Regimento Interno
- Leis Municipais
- Resoluções Legislativas
- Emendas à LOM
- Decretos Municipais
- Pesquisa
- Leg. Estadual (ALRS)
- Leg. Federal (Planalto)

LEI MUNICIPAL Nº 2.744, DE 17/05/2011

ALTERA O ART. 2º DA LEI MUNICIPAL 2.425 DE 27 DE MARÇO DE 2007 PARA DISPOR SOBRE A SUPERFÍCIE DE ÁREA TERRAS DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RONDA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

FAÇO SABER que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei Municipal 2.425 de 27 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Integra o Parque Natural Municipal da Ronda, uma área de terras de 1.448,2021 ha (hum mil quatrocentos e quarenta hectares e dois mil e vinte um centiares), conforme descrito no Memorial Descritivo do Levantamento Georreferenciado e Levantamento Fundiário, executado pela empresa AGROS - Assessoria Agrônômica, tendo como Responsável Técnico o Engº Agrônomo Luciano Bastos Franco, INCRA AME - CREA/PR 41.740/D, ART nº 5196705."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São Francisco de Paula, 17 de maio de 2011.

Décio Antônio Colla
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Sandro Eduardo Zini Reolon
Secretário de Administração

Anexo 18 – Proposição 626/2013 solicitando informações referentes ao Parque Natural Municipal da Ronda



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO FRANCISCO DE PAULA - RS**

Proposição nº 626/2013

São Francisco de Paula, 14 de outubro de 2013.

Apresentada pelo Vereador Proponente: **Alexandre Coruja – PSB**

Dirigida ao Presidente do Legislativo Municipal, Vereador Cláudio Alves Ponte (Caduco) - PP.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA.

O VEREADOR QUE ESTA SUBSCREVE REQUER QUE, APÓS TRAMITAÇÃO REGIMENTAL, SEJA APROVADA A SEGUINTE:

PEDIDO DE INFORMAÇÃO:

Que seja encaminhado ao Excelentíssimo Prefeito Municipal o seguinte **QUESTIONAMENTO:**

Solicito informações referentes ao Parque Municipal da Ronda.

- 1) Há Conselho Municipal constituído para o Parque?
- 2) Se afirmativo, há previsão de Audiência Pública para aprovação do Plano de Manejo?
- 3) Se negativo, há previsão para instituir este Conselho Municipal e quais profissionais poderão fazer parte?
- 4) Há um Gestor nomeado para o Parque? Se afirmativo, solicito nome e portaria do mesmo e quais ações estão sendo desenvolvidas.
- 5) Se não há um Gestor, qual a previsão para nomeação do mesmo?
- 6) Há um Plano de Manejo para o Parque? Se afirmativo, solicito cópia do mesmo.
- 7) Se negativo, há previsão para a elaboração deste Plano de Manejo?

JUSTIFICATIVA:

Oral.


Alexandre Coruja - (PSB)


Câmara Municipal São Francisco de Paula
APROVADO
14/10/13
Presidente

**Anexo 19 – Resposta da Secretaria Municipal de Proteção Ambiental à proposição
626/2013**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Secretaria Municipal de Proteção Ambiental

Ofício SEMPA 263/2013

São Francisco de Paula, 30 de outubro de 2013.

Prezado Vereador,

Resposta ao pedido de informações referente ao PNMR (Parque Natural Municipal da Ronda):

O Parque Municipal Natural da Ronda foi criado pela Lei Municipal 2425/2007 e não teve desenvolvimento da sua parte estrutural, como contratação de funcionários, gestor ou mesmo de guarda-parque.


O conselho do Parque ainda terá que ser criado.

Quanto ao gestor, não há um gestor nomeado ou alguém com portaria, mas a administração provisória está a cargo da SEMPA.

O Plano de manejo provisório está disponível na SEMPA, em forma digital, contém mais de 300 páginas e está sujeito a alterações.

A SEMPA e o Departamento Jurídico da Prefeitura estão cuidando de questões administrativas, como o empréstimo da área da União de 200 Há onde se encontra a Cascata da Ronda, pois este prazo terminou no ano de 2012. A solicitação foi protocolada no Departamento de Patrimônio da União e está sendo analisada.

Cordialmente


Flávio Leandro Prestes Alves
Secretário Municipal de Proteção Ambiental
Prefeitura de São Francisco de Paula
Portaria 001/2013

Flavio Leandro Prestes Alves
Secretário de Proteção Ambiental
Secretaria Municipal de Proteção Ambiental

Anexo 20 – Inquérito Civil



Ministério Público do Rio Grande do Sul
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA



PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

INQUÉRITO CIVIL N.º 00882.00050/2014

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por seu Promotor de Justiça signatário, com base no artigo 129, inciso III e § 3º, da Constituição da República, no artigo 111 da Constituição Estadual, no artigo 8º, §1º, da Lei Federal n.º 7.347/85, no artigo 25, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625/93, no artigo 32, inciso II, da Lei Estadual n.º 7.669/82, e no Provimento PGJ n.º 26/2008, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, instaura o presente INQUÉRITO CIVIL com o fim de investigar o presente:

OBJETO: IRREGULARIDADES AMBIENTAIS E FUNDIÁRIAS DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DA RONDA - PNMR.

INVESTIGADO:

1. MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, Av. Júlio de Castilhos, nº 444, centro, São Francisco de Paula/RS. Telefone: 54-3244-1175.
 - a) Autuação e registro do presente expediente no Sistema Gerenciador de Promotorias – SGP;
 - b) nomeação dos servidores da área administrativa desta Promotoria de Justiça para secretariarem o presente expediente, em especial, Marta Noll Martins Silva, Secretária de Diligências e Potiberê Vieira de Carvalho, Agente Administrativo;
 - c) afixação, no átrio da sede do Ministério Público, de cópia da presente Portaria, pelo prazo de 15 dias, consoante artigo 8º inciso VI, do Provimento PGJ n.º 26/2008, alterado pelo Provimento PGJ n.º 43/2008;

Anexo 21 – Solicitação de trabalhos da UERGS



**Ministério Público do Rio Grande do Sul
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA**



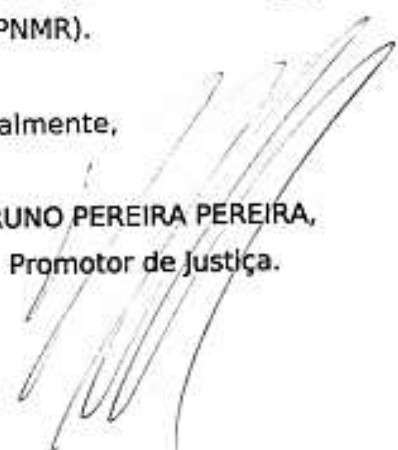
Ofício n.º DL00882.02003/2014 São Francisco de Paula, 17 de setembro de 2014.
Fazer referência na resposta ao ofício n.º DI 00882.02003/2014/ RD 273/2014

Prezado Senhor:

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria, no prazo de 20 dias, a remessa de cópia dos trabalhos científicos produzidos tendo como objeto de investigação o Parque Natural Municipal da Ronda (PNMR).

Cordialmente,

BRUNO PEREIRA PEREIRA,
Promotor de Justiça.



Ilmo. Sr.

COORDENADOR DA UERGS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

POLO DA UERGS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Rua Assis Brasil, nº 842

São Francisco de Paula - RS

Anexo 22 – Formação do Conselho do Parque Natural Municipal da Ronda



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

MEMORANDO SEMAS 222/2017

De: **Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS**
Para: **PGM**
Data: **17/10/2017**
Assunto: **Solicitação de Parecer jurídico**

Prezados,

Considerando determinação da Lei 9.985/2000, do Sistema Nacional de Unidade de Conservação- SNUC, que foi regulamentada pelo Decreto 4.340/2002, com finalidade de contribuir com ações voltadas ao planejamento e desenvolvimento do Parque Natural Municipal da Ronda, principalmente no que concerne a implantação e implementação do seu Plano de Manejo e de ações que venham a fortalecer essa Unidade de Conservação Municipal;

Considerando o interesse em ampliar a participação na gestão e contribuir com as ações voltadas ao planejamento e desenvolvimento do Parque; Segue abaixo as entidades que manifestaram interesse a participar do processo seletivo para compor o conselho consultivo nas respectivas vagas disponíveis conforme edital:

- a) **Órgão ambiental do poder público municipal-** Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
- b) **Órgão ambiental do poder público estadual-** Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- c) **Órgão ambiental do poder público federal –** Vaga em aberto
- d) **Organização da sociedade civil de cunho social –** Sociedade Ginastica de Porto Alegre- SOGIPA
- e) **Organização da sociedade civil da área ambiental –** Fundação Projeto Terra

Handwritten signature: L. da PGM



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

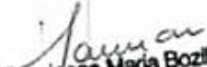
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

- f) **Organização da sociedade civil da área de turismo**- Vaga em Aberto
- g) **Escola entorno da Unidade de Conservação** – Escola Presidente Castelo Branco
- h) **Ensino superior público** – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul- UERGS
- i) **Ensino superior privado**- Vaga em aberto
- j) **Representação municipal de Turismo** – Vaga em aberto
- k) **Representação dos proprietários rurais** – Sindicato Rural de São Francisco de Paula
- l) **Representação da comunidade diretamente afetada** – Representantes indicados conforme edital, em anexo no processo.
- m) **Representação de trabalhadores rurais da agricultura** – Vaga em aberto
- n) **Representação dos madeireiros** - Sindimadeiras
- o) **Representação de comitê de bacia** – Vaga em aberto

Portanto venho através deste solicitar um parecer jurídico referente à criação e composição deste conselho para posterior legalização via decreto municipal.

Cordialmente,


Daminiane Maria Boziki
Chefe do Dep. de Licenciamento e
Fiscalização de Meio Ambiente
Daminiane M. Boziki

Chefe do Dep. De Licenciamento e Fiscalização Ambiental
Portaria 630/2017

Anexo 23 - Documentos referentes ao processo de desocupação de construção ilegal dentro do Parque Natural Municipal da Ronda

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Secretaria Municipal de Proteção Ambiental - SEMPA

LAUDO DE VISTORIA FISCALIZAÇÃO 04/2015

1. Motivo: Vistoria Denúncia Construção de edificação sem licença ambiental em área de Unidade de Conservação Municipal- Parque Natural Municipal da Ronda (PNMR).

2. Denunciado: Desconhecido.

3. Local: Entrada da Estrada da Ronda – Santa Isabel
Coordenadas Geográficas WGS 84: S 29°26'42.7" WO 50°33'78.0"

4. Município: São Francisco de Paula/RS.

5. Situação: Em vistoria no dia 21/01/15 foi possível averiguar que:

- No lado de uma edificação construída sem licença ambiental há uma demarcação para construção de uma nova residência (esquadro);
- Não havia ninguém no local no momento da vistoria e a moradora ao lado não sabe informar quem iniciou a construção;
- Houve uma roçada no local retirando vegetação característica de área úmida (banhado);
- Também há uma área ao lado que se encontra roçada podendo indicar que mais uma construção está sendo planejada;
- A marcação encontra-se na área do Parque Natural Municipal da Ronda- Unidade de Conservação Municipal.

6. Responsável pela Vistoria: Jaqueline Brocker Zimmer - Fiscal Ambiental Municipal (Matr. 3047).

7. Caracterização Ambiental: Zona Urbana.




Imagem 1 - Documento de vistoria do imóvel ilegal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
 ASSESSORIA EM HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO
 SECRETARIA MUNICIPAL de TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL



Cópio nº 122/2009, -

São Francisco de Paula - RS,
 15 de dezembro de 2009.

De: Assessoria em Habitação e Regularização,
 Para: CORSAN - São Francisco de Paula - RS.,
 RGE - São Francisco de Paula - RS.,



Ao cumprimentar cordialmente, venho por este instrumento, autorizar, como autorizado fui pelo Poder Executivo, à que estas empresas realizem ligação de ramal de fornecimento de água tratada e de fornecimento de energia elétrica, serviços prestados pela CORSAN e RGE, respectivamente, tais serviços deverão ser feito em residências conjugadas, sendo que as mesmas ficarão por conveniência municipal da seguinte forma identificadas e caracterizadas:

Rua João Goulart, nº 372 . . . : Apto nº 01:

TAMARA JUCIANA PAZINE SILVEIRA,
 brasileira, solteira, maior, capaz, do lar,
 CPF nº 028.960.450-82;

Apto nº 02:

JUREMA DOS SANTOS DA SILVA
 Brasileira, solteira, maior, capaz, operária,
 CPF nº 953.667.090-91;

Certo de que ficamos desta forma ajustados e concordados, coloco-me a disposição para qualquer esclarecimento a mais que se ache necessário.

Atenciosamente,

[Handwritten signature]
Luiz H. Hugentobler (Hit)

ASSESSORIA EM HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO,
 HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

[Handwritten notes:]
 16/12/2009
 SAN
 15 DEZEMBRO DE 2009
 Hit
 para P/Equipe (CORSAN)



v. Júlio de Castilhos, 444 - Centro - São Francisco de Paula - RS - 95400.000
 Fone: (54) 244.1175 - Fax: (54) 244.3649 - www.saofranciscodepaula.rs.gov.br

Imagem 2 - Documento referente à autorização dos serviços de energia e água na localidade



Ministério Público do Rio Grande do Sul
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA



COMARCA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS - VARA ÚNICA
Processo: 066/1.15.0000266-1
Autor: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Ré: TAMARA JULIANA PAZINE SILVEIRA
PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MM. Juiz de Direito:

Trata-se de **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**, com pedido liminar, ajuizada pelo MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA em face de TAMARA JULIANA PAZINE SILVEIRA, em razão de esta ter construído irregularmente uma residência em área de Unidade de Conservação Municipal (Parque da Ronda), sem possuir licença de construção, tampouco licença ambiental. Narra o autor que a referida construção fora embargada em 15 de janeiro de 2015, mas que, não obstante, a requerida ignorou o embargo e prosseguiu na realização da obra, sendo que em 21 de janeiro de 2015 constatou-se que a obra estava concluída, sendo identificada, ainda, a demarcação para a construção de outras duas residências no local. Ao final, postulou a concessão da antecipação de tutela para determinar à requerida que recupere a área degradada, com a demolição das obras, fixando-se multa diária para o caso de descumprimento da decisão; ou, subsidiariamente, na hipótese de a edificação não ser demolida pela requerida, para autorizar ao Município de São Francisco de Paula que realize a demolição das edificações. Juntou documentos (fls. 12/33).

Vieram os autos.

RUA CEL. SERRANO, 161 - CEP 95400000 - SÃO FRANCISCO DE PAULA, RS
Fone: (54)32441688 e-mail: mpsfpaula@mp.rs.gov.br



**Ministério Público do Rio Grande do Sul
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA**

É o breve relatório.

Os requisitos a serem preenchidos para a concessão da antecipação de tutela são a prova inequívoca da verossimilhança do alegado - o que não significa que deva inculir certeza ao julgador, mas a impressão de uma probabilidade alta de sucesso na demanda - e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Tais pressupostos devem ser aferidos com base em cognição sumária.

No caso em análise, os elementos existentes nos autos são suficientes para satisfazer os requisitos previstos no artigo 273 do Código de Processo Civil. A verossimilhança vem demonstrada pelos documentos juntados pela parte autora, em especial pelo auto de infração ambiental (fl. 23).

Além disso, a vistoria realizada no dia 21 de janeiro de 2015 confirma que já houve o início de construção de outras duas moradias no local, uma delas, inclusive, sobre área de preservação permanente (banhado). Configurado, pois, o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

Por fim, ressalta-se que o documento juntado na fl. 30 dos autos demonstra que a requerida já foi beneficiária de programa de moradia do Município, sendo que, contudo, o referido imóvel foi alienado a terceiros.

ANTE O EXPOSTO, preenchidos os requisitos legais o **Ministério Público**, por seu agente signatário, opina pelo **DEFERIMENTO** da antecipação de tutela pleiteada, para o fim de determinar à ré que, no prazo de 05 (cinco) dias, desocupe a

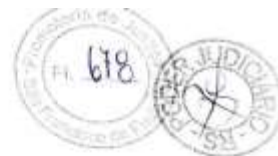


**Ministério Público do Rio Grande do Sul
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA**

residência construída de forma irregular, sob pena de fixação de multa diária no caso de descumprimento; autorizando-se, após o decurso do referido prazo, o Município de São Francisco de Paula a realizar a desocupação forçada do referido imóvel, ou de outros que tenham sido ou venham a ser construídos na área, assim como sua posterior demolição.

SÃO FRANCISCO DE PAULA, 03 de fevereiro de 2015.

BRUNO PEREIRA PEREIRA,
Promotor de Justiça.



COMARCA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
VARA JUDICIAL

Av. Júlio de Castilhos, 184 - CEP: 95400000

Fone: 54-3244-3064

**MANDADO DE CITAÇÃO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA
COM LIMINAR**

Oficial de Justiça: Thiago Geremias Stenzel - Zona 2 - Foro de São Francisco de Paula
- Oficial substituto

Processo nº: 066/1.15.0000266-1 (CNJ. 0000472-16.2015.8.21.0066)
Natureza: Ação Civil Pública
Valor da Ação: R\$ 1.420,50
Autor: Município de São Francisco de Paula
Adv: Fabricio Azevedo dos Santos - RS/85479
Adv: Monia Betina Moschem - RS/60906
Réu: Tamara Juliana Pazine Silveira

O(A) Doutor(a) Juiz(a) de Direito **MANDA** ao(a) Oficial(a) de Justiça que, em cumprimento ao presente mandado, proceda, de imediato, a que a parte Ré preste a atividade devida ou a cessação da atividade nociva, constante da inicial anexa e despacho transcrito sob pena de execução específica, ou cominação de multa diária.

Proceda, em seguimento a **CITAÇÃO** da parte Ré, de todo o conteúdo da petição inicial, cuja cópia, devidamente autenticada, fica fazendo parte do presente, para contestar, querendo, advertindo-se o(a)(s) citando(a)(s) de que, caso não contestada a ação, no **PRAZO de QUINZE (15) DIAS**, serão presumidos como verdadeiros os fatos articulados na inicial.

DESPACHO: "Vistos.Cuida-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Município de São Francisco de Paula em face de Tamara Juliana Pazine Silveira, aduzindo, em síntese, a construção, de forma irregular, em área de preservação ambiental.Refero o embargo da obra em 15.01.2015, quando a residência ainda estava na fase inicial da construção, situação que foi ignorada pela requerida, que veio a concluir a moradia, conforme fotografias de 21.01.2015.Refero o autor, ainda, a demarcação para a construção de duas novas residências no local.Postula a concessão de medida de antecipação de tutela para determinar à requerida que recupere a área degradada, com a demolição das obras,

eda 1
66-1-066/2015/5722 066/1.15.0000266-1 (CNJ. 0000472-16.2015.8.21.0066)



fixando-se multa diária para o caso de descumprimento da decisão; ou, subsidiariamente, na hipótese de a edificação não ser demolida pela requerida, seja o Município autorizado a realizar a demolição das edificações. O Ministério Público exarou parecer. Decido. Inicialmente, observo presentes os requisitos do art. 273 do CPC, considerando o evidente risco de dano ao irreparável ou de difícil reparação, tendo em conta que a invasão ocorreu em Unidade de Conservação Municipal. Ainda, há verossimilhança nas alegações do autor, considerando a farta documentação juntada. Observo que a construção, bem como os indícios de novas edificações, estão localizadas em banhado, considerado área de preservação permanente, e dentro de unidade de conservação. A Lei Orgânica Municipal n.º 2425/2007 comprova a criação da unidade de conservação, denominada Parque Natural Municipal da Ronda, implementada dentro de área pública pertencente a União, cedida ao Município, conforme contrato de fls. 14/16, que prevê, como finalidade única, a cessão do imóvel para a instalação e manutenção do Parque. Ainda, observo que a requerida foi beneficiada, conforme documentos de fls. 31/33, por programa social, tendo recebido um imóvel popular neste município, que, conforme informações, teria sido vendido pela mesma. Ante o exposto, preenchidos os requisitos do art. 273 do CPC, defiro o pedido liminar determinando que a requerida Tamara Juliana Pazine Silveira desocupe o imóvel, no prazo de 10 dias, contados da intimação da mesma, bem como promova a recuperação da área degradada e a demolição das obras construídas pela mesma na unidade de conservação. Decorrido o prazo sem a efetiva demolição do imóvel, expeça-se mandado de desocupação, solicitando-se meios ao Município para a diligência, bem como a demolição do imóvel construído irregularmente, além de outros que venham a ser construídos na área pela requerida. Cite-se. Intimem-se. arlos Eduardo Lima Pinto, Juiz de Direito."

DESTINATÁRIO(S):



066/2015/5723

Tamara Juliana Pazine Silveira, ré
 End: Estrada da Ronda, s/n, São Francisco de Paula, RS,
 95400-000
 CP CN PC NC



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA JUDICIAL DA
COMARCA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA-RS:

Processo nº 066/1.15.0000266-1

URGENTE!

Pedido de reconsideração!

TAMARA JULIANA PAZINE SILVEIRA já qualificada nos autos, vem à presença de Vossa Excelência, respeitosamente, pelo Defensor Público signatário, nos autos da Ação Civil Pública que lhe move o Município de São Francisco de Paula, apresentar **CONTESTAÇÃO**, pelas razões de fato e de Direito que passa a expor:

I – PRELIMINAR – DA INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO ESTADUAL LOCAL:

Muito embora compreensíveis as razões que levaram o Juízo a determinar a desocupação liminar do imóvel objeto da lide, certo é que o exame do mérito pressupõe a superação de todas as prefaciais de ordem pública, dentre as quais a competência do Juízo.

O documento acostado aos autos pelo próprio demandante (fls. 14/16) deixa claro que o imóvel objeto da lide pertence à União, fazendo incidir, na espécie, a regra de competência disposta no art. 109 da CF, *verbis*: “**Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho**”.

De efeito, trata-se de regra objetiva e de interpretação

Avenida Taquara, nº 470,
Guarujá - Parobé - RS
Brasil - Cep 95.630-000
Telefone: (0xx51) 3523-2610



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Assim, considerando que a competência delegada da Justiça Federal à Estadual é restrita à matéria previdenciária (CF, art. 109, § 3º), e diante do inequívoco interesse da União no feito, pois o litígio versa sobre bem de sua propriedade, deveria o Juízo de primeira instância ter indeferido a inicial, pela incompetência absoluta da Justiça Estadual, relegando o exame do mérito ao Juízo competente – a Justiça Federal.

De se ressaltar, ademais, que o fato de a União ter cedido a posse do imóvel ao Município, autorizando a criação do Parque da Ronda no local, não retira a propriedade da União sobre o imóvel (não se cuida de doação, e sim de cessão de uso, sempre precária) e, via de consequência, não abala o seu interesse no deslinde processual.

Destarte, requer-se o pronunciamento expresso do Juízo acerca da sua competência para o processamento do feito, revogando-se a decisão liminar, porquanto proferida por Juízo Incompetente, e determinando-se a remessa dos autos à Justiça Federal.

II – PRELIMINAR – DA ILEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*:

Com a máxima vênia, percebe-se que o Município está a pleitear o direito alheio (da União) em nome próprio, sem a devida autorização legal.

Poderia o ente público valer-se da Ação de Reintegração de Posse, para o que a cessão de uso encartada aos autos lhe daria legitimidade – posse é fato e independe da circunstância de quem seja o proprietário do bem.

Mas, em qualquer caso, deveria o Município pleitear a proteção de seu direito de posse (decorrente do instrumento de cessão) junto à Justiça Federal, pelo interesse subsistente da União na causa, já que sua a propriedade do imóvel em litígio.

Vale dizer, porque a pretensão possessória é desgarrada do direito de propriedade, seria legítimo ao Município dirigir o pleito ao Juízo competente, mas, ainda assim, teria de comprovar que já estava na posse da área no momento em



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



uyj

PLEITEADA NESSE SENTIDO, DESCABIDA A MANUTENÇÃO DA POSSE SOBRE A ÁREA ORIGINAL, QUE HOJE É OCUPADA POR OUTRAS PESSOAS. ADEMAIS, LEVANDO EM CONTA O TEMPO DECORRIDO (MAIS DE 25 ANOS) E A VOLATIBILIDADE DAS POSSES NOS ASSENTAMENTOS INFORMAIS URBANOS, NÃO HÁ COMO, NO CONCRETO, PROFERIR O DECRETO DE PROCEDÊNCIA PERSEGUIDO. RECURSOS IMPROVIDOS E SENTENÇA DECLARADA." (Apelação Cível Nº 70052805793, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Elaine Harzheim Macedo, Julgado em 03/04/2013)

Todavia, percebe-se que a parte autora optou pelo ajuizamento de Ação Civil Pública, invocando a titularidade de bem que não lhe pertence, o que remete à carência da ação pretendida.

III – MÉRITO:

A demandada reconhece que estabeleceu sua residência no local informado na inicial, área de preservação permanente pertencente à União.

Todavia, o fez por não ter onde morar. A demandada é pessoa miserável. Seu companheiro está preso, circunstância que a obrigou a encarregar-se sozinha do sustento e cuidado de seus quatro filhos menores.

Sua casa, construída na área de preservação permanente da União, sequer está dotada do abastecimento de água potável, o que comprova a situação de penúria vivida pela ré.

De outro lado, insta salientar que, embora o Município informe às fls. 31 e seguintes que concedeu unidade habitacional à suplicada, os fatos não são tão simples assim.

Tamara passou por gravidez de risco e teve de ser internada. Após o parto, ficou na Cidade de Arroio do Sal, aos cuidados de sua sogra, e, quando recuperou seu estado de saúde, em condições para retornar à sua casa sozinha, constatou que seu tio havia vendido os direitos de posse do imóvel situado à Rua João Goulart, nº 372, para terceira pessoa, que, sob a ameaça de atos violentos, recusou-se a devolver o imóvel à demandada, porque pagara o preço ajustado como o tio da

Avenida Taquara, nº 470,
Guarujá - Parobé - RS
Brasil - Cep. 95 630-000
Telefone (0xx51) 3523-2610



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

contestante.

Ora, trata-se de imóvel cedido pela Prefeitura, sem qualquer documento formal (vide a documentação da fl. 31), que sequer permitiu a defesa possessória a ser realizada pela ré, à época.

Posteriormente, tentou a ré residir no imóvel situado na Rua Ernesto Dorneles, nº 240, conforme documento da fl. 32, porém a obra que realizava para a construção da sua casa de madeira foi embargada, como se vê da fl. 33.

Em verdade, a ré perambula pela cidade em busca do seu direito à moradia com dignidade, mas disso jamais tratou de ocupar-se o Município.

Impossível não ter sensibilidade para o caso presente: o cumprimento imediato da ordem de desocupação deixará uma mãe solteira e seus quatro filhos sem teto e sem o mínimo de dignidade, em clara situação de vulnerabilidade social, quando o Município pouco fez, no passado, para resguardar aquela família.

IV – DOS PEDIDOS:

ISSO POSTO, requer-se a Vossa Excelência:

a) o recebimento da presente contestação, com os documentos que a instruem, concedendo-se os auspícios da gratuidade de justiça à parte ré, nos termos da Lei 1.060/50, haja vista não poder suportar as custas e demais despesas processuais sem prejuízo de seu sustento próprio e de sua família;

b) a reconsideração da decisão liminar, pelo risco de dano irreparável inverso, determinando-se a suspensão do cumprimento do mandado de desocupação do imóvel e designando-se, com urgência, audiência de conciliação para a manutenção de diálogo entre os litigantes;

c) a produção de todos os meios de prova em Direito admitidos;

Avenida Taquara, nº 470,
Juarujá - Parobé - RS
Brasil - Cep. 95.630-000
telefone: (0xx51) 3523-2610



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



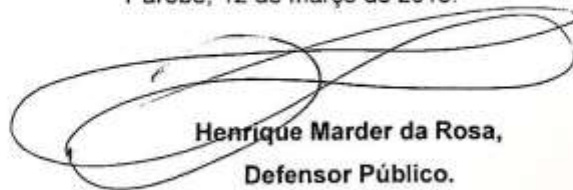
d) ao final, o julgamento de improcedência integral da demanda e o julgamento de procedência da reconvenção anexa;

e) a condenação da parte adversa aos ônus de sucumbência, inclusive honorários advocatícios a serem recolhidos ao FADEP, código de receita nº 0712 do BANRISUL;

f) a intimação pessoal do Defensor Público, a contagem em dobro de todos os prazos processuais, bem como a observância das demais prerrogativas insertas na Lei Complementar n. 80/94.

Termos em que pede deferimento.

Parobé, 12 de março de 2015.



Henrique Marder da Rosa,
Defensor Público.

Imagem 11–Contestação da Ação Civil Pública pela Defensoria Pública

Anexo 24 - Matérias sobre o Parque Natural Municipal da Gruta veiculadas nas mídias



Matéria de 2019, O Liberal.



Matéria de 2019, O Liberal.



Matéria de 2019, O Liberal.



Matéria de 2016, O Liberal.



Matéria de 2016, O Liberal Online.

Estudo aponta ações para área

Crédito:

03/02/2016 23:13:54 Atualizado em 03/02/2016 23:13:47



A arquiteta Beatriz Rezende, de Americana, realizou em 2014 e 2015 uma série de pesquisas sobre a Gruta Dainese para seu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Com base em dados fornecidos pela prefeitura e de análise in loco, a profissional aponta três elementos que precisariam ser trabalhados para recuperar o local e fazer dele um ponto turístico.

"Primeiro é despertar um sentimento de posse nos moradores do bairro para com a gruta, para que eles se imponham a preservar o local. Os bairros cresceram 'de costas' para a gruta, e não há essa identificação. O segundo ponto é tratar aquele esgoto que cai diretamente nas nascentes, para preservar o corpo d'água", explicou.

Matéria de 2016, Todo Dia Online.

O abandono da Gruta Dainese

Crédito:

ANDRÉ ROSS/AMERICANA | 08/02/2016 23:13:54 Atualizado em 04/02/2016 00:36:03



A primeira coisa que vem à cabeça de alguém quando pensa em uma gruta são imagens de cachoeiras, quedas d'água, belezas naturais e tranquilidade. Esse pensamento já foi a realidade da Gruta Dainese, no bairro Parque das Nações, em Americana, porém, não é isso que se vê no local atualmente. A área recebe esgoto e está completamente tomada por lixo e mata, o que faz com que seja quase impossível para alguém que não conheça o espaço chegar até a gruta.

Morador do bairro Parque das Nações há 38 anos, o aposentado José Pedro Sanchez, 57, lembra da época em que a gruta era referência na região. "Isso aqui era um lugar turístico. Vieram excursões de Campinas, Limeira, Passoaçu. A região inteira frequentava aqui para ver a gruta. Inclusive, a gente tomava banho na cachoeira, de tão tempo que era (...) Agora está tudo abandonado, cheio de esgoto. Faz mais de 20 anos que não desço lá pra gruta", contou.

Matéria de 2016, Todo Dia Online.

o LIBERAL

Vice-prefeito discute sobre ETE em Brasília

Roger Willians (PSDB) esteve com o ministro das Cidades, Bruno Araújo, para tratar da construção da Estação de Tratamento de Esgoto da Balsas.

O vice-prefeito de Americana, Roger Willians (PSDB), esteve nesta quarta-feira (23) com o ministro das Cidades, Bruno Araújo, em Brasília, para tratar da construção da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) da Balsas.

O encontro foi intermediado pelo deputado federal Vanderlei Maeta (PSDB). O vice-prefeito propôs uma programação de recursos do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) para que sejam repassados para a construção da nova ETE.

Matéria de 2016, O Liberal Online.



Matéria de 2015, O Liberal.

o LIBERAL

Gruta Dainese tem 4 pontos de despejo de esgoto

Levantamento sobre situação do local foi enviado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, já que Americana perdeu verba.

Um levantamento elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente apontou que a Gruta Dainese tem atualmente pelo menos quatro pontos de descarte irregular de esgoto. A área ainda sofre com processos de erosão no entorno de sete galerias de água pluvial. O documento sobre a situação atual do parque natural foi apresentado ao governo do Estado, já que Americana perdeu a verba que previa a revitalização da gruta por falta de CND (Certidão Negativa de Débitos).

Matéria de 2015, O Liberal Online.

o LIBERAL

Administração desviou R\$ 2,6 mi da iluminação

Parte da verba cobrada na conta de energia foi destinada ao caixa geral da Prefeitura de Americana somente em 2014.

Todo mês, há cinco anos, o morador de Americana que consome mais de 140kw/h de energia elétrica tem um acréscimo de R\$ 7,68 na conta mensal. O valor recebido é nome de CIP (Contribuição de Iluminação Pública) e deve ser destinado ao custeio desse serviço e também à realização de melhorias na rede.

Matéria de 2015, O Liberal Online.

o LIBERAL

Amigos mudam local no Parque da Liberdade

Após conviver mais de 20 anos com lixo na porta de casa, aposentado transformou área de descarte em praça.

Depois de conviver mais de vinte anos com um lixo na porta de casa, o aposentado José Pires de Santana, 66 anos, contou. Cultivos, floresta e bairro de porta em porta até conseguir doações para transformar o espaço de descarte em uma praça, na Avenida Serra do Mar, no bairro Parque Liberdade.

Matéria de 2015, O Liberal Online.

o LIBERAL

Prefeitura quer acabar com barracos no Liberdade

Secretário de Habitação confirmou que região tem pelo menos 58 unidades e pretende evitar a chegada de outras famílias.

A Prefeitura de Americana está elaborando uma força-tarefa para dar fim à invasão de moradores em uma área de preservação ambiental no Parque da Liberdade. Uma visita já foi feita por técnicos da Secretaria de Habitação, que constataram a presença de pelo menos 58 barracos na Avenida Serra do Mar.

Matéria de 2015, O Liberal Online.



Matéria de 2015, O Liberal.



Americana anuncia construção de Estação de Tratamento de Esgoto

31 Outubro - 15/06/2014 - 09:00 | De (1) Prefeitura | gpreville@rac.com.br

O prefeito Diego De Nader anunciou a construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na região da Baía. O investimento, previsto no Programa de Aceleração do Crescimento PAC 2, é de mais de R\$ 20 milhões, sendo R\$ 20 milhões de repasse do governo federal e R\$ 2,3 milhões em contrapartida da prefeitura.

Matéria de 2014, RAC.



Matéria de 2013, RAC.



Matéria de 2010, O Liberal.



Matéria 2008, O Liberal.



Matéria de 2008, Correio Popular.



Matéria de 2008, Correio Popular.



Matéria de 2007, O Liberal.



Matéria de 2007, O Liberal.



Matéria de 2006, O Liberal.



Matéria 2006, O Liberal.



Matéria de 2006, O Liberal.



Matéria de 2005, O Liberal.



Matéria de 2005, O Liberal.



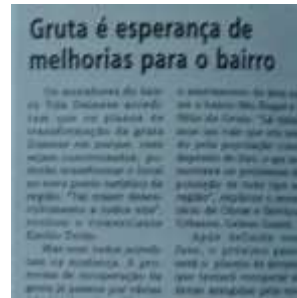
Matéria de 2005, O Liberal.



Matéria de 2005, O Liberal.



Matéria de 2005, O Liberal.



Matéria de 2005, O Liberal.



Matéria 2003, O Liberal.



Matéria 2001, O Liberal.



Matéria 2001, O Liberal.



Matéria 2001, O Liberal.



Matéria 2000, O Liberal.



Matéria 2000, O Liberal.

Anexo 25 - Obras que retratam ou mencionam o Parque Natural Municipal da Gruta



Americana. Prefeitura Municipal de Americana. 1974-75.



O Guia de Americana. Associação Comercial e Industrial de Americana. 1978



Olhos da Gruta. Angela Tavares. São Paulo: Scortecci, 2011.



Olhos da Gruta: suplemento técnico para educadores. Angela Tavares. São Paulo: Scortecci, 2011.

Anexo 26 - Obras que mencionam o Parque Natural Municipal da Ronda



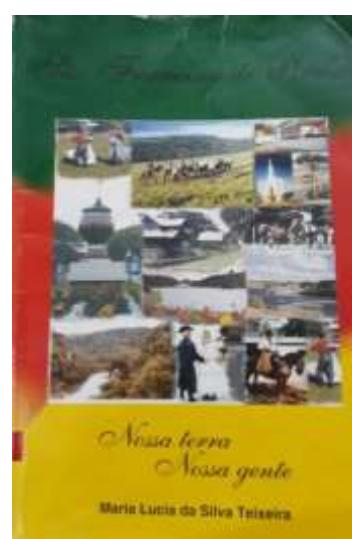
São Francisco de Paula. Monografia. Plínio A. Lucena. 1971



Paula: ontem, hoje e sempre. Prefeitura Municipal de SFP. 1996



Conservação da Biodiversidade e desenvolvimento sustentável em São Francisco de Paula. Martha Richter (Org.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.



São Francisco de Paula: nossa terra, nossa gente. Maria Lucia da Silva Teixeira. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

Anexo 27 – Lei que Institui o Conselho do Parque da Ronda



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA Estado do Rio Grande do Sul

Lei nº3406/2018

31 de outubro de 2018

Institui O Conselho Consultivo Do
Parque Natural Municipal Da Ronda.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA.

FAÇO SABER, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica criado o Conselho consultivo do Parque Natural Municipal da Ronda - COMPAR, órgão consultivo de representação preferencialmente paritária do Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 2º Compete ao COMPAR:

- I - Acompanhar a gestão do Parque Natural Municipal da Ronda em assuntos relativos ao seu funcionamento e aplicação do Plano de Manejo, baseando seus pareceres na legislação vigente e fazendo-o por escrito;
- II - Propor diretrizes para o aperfeiçoamento e aplicação do Plano de Manejo, bem como acompanhar sua implementação;
- III - Colaborar nos estudos e elaboração dos planejamentos, planos, programas e ações de desenvolvimento do Parque Natural Municipal da Ronda;
- IV - Estimular e acompanhar o inventário de bens que deverão constituir o patrimônio do Parque Natural Municipal da Ronda;
- V - Avaliar, definir e propor normas (técnicas e legais), critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, de acordo com a legislação pertinente, supletivamente ao Estado e à União;
- VI - Promover e colaborar na execução de programas de proteção ambiental no Parque Natural Municipal da Ronda e no seu entorno;
- VII - Promover e colaborar em campanhas educacionais de formação e mobilização ambiental;
- VIII - Estabelecer e manter intercâmbio com as entidades públicas e privadas de pesquisa e atuação na proteção do meio ambiente;
- IX - Identificar e comunicar aos órgãos competentes as agressões ambientais ocorridas no Parque Natural Municipal da Ronda e no seu entorno, auxiliando na elaboração de soluções mitigatórias e reparadoras;
- X - Incentivar a parceria do poder Público com os segmentos privados para implantação e implementação de programas e projetos na área do Parque Natural Municipal da Ronda, bem como garantir o cumprimento do Plano de Manejo;
- XI - Zelar pela divulgação das normas, diretrizes, dados e informações ambientais inerentes ao patrimônio do Parque Natural Municipal da Ronda;
- XII - Acompanhar e opinar sobre processos de licenciamento ambiental na Zona de Amortecimento (ZA) do Parque Natural Municipal da Ronda, em todas as suas etapas, e no monitoramento de atividades e empreendimentos potencialmente geradores de degradação ambiental;
- XIII - Realizar, no âmbito de suas competências, audiências públicas;
- XIV - Solicitar ao Poder Público a realização de audiências públicas, quando conveniente;
- XVI - Elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Anexo 28 – Decreto que nomeia novos conselheiros do Conselho do Parque da Ronda



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Estado do Rio Grande do Sul

Decreto nº 1.846/2019,

06 de setembro de 2019

Declaro que o ato foi publicado na
imprensa oficial no dia

10/09/19 *Pereira V.*

Lei municipal nº 3162/2015

Dispõe sobre a nomeação dos novos
membros do Conselho Consultivo do
Parque Natural Municipal da Ronda –
Conselho PNMR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Memorando SEMAS nº 220/2019 da Secretaria Municipal De Meio Ambiente e Sustentabilidade,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os Conselheiros e Suplentes abaixo relacionados para compor o Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal da Ronda, do Município de São Francisco de Paula/RS, pelo período de 2 (dois) anos:

I- Órgão ambiental do poder público Municipal

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS

Titular: Damiane Marla Boziki

Suplente: Gladis Campos dos Santos

II- Órgão ambiental do poder público Estadual

Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA

Titular: Ketulyn FÜster Marques

Suplente: Everson Elenilton Fleck

III- Órgão ambiental do poder público Federal

Floresta Nacional de São Francisco de Paula – FLONA

Titular: Rodrigo Cambará Printes

Suplente: Edenice Brandão de Ávila Souza

IV- Organização da Sociedade Civil de cunho Social

Sociedade de Ginástica Porto Alegre – SOGIPA

Titular: Ricardo Altair Schwarz

Suplente: Carlos Roberto Wuppel



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Estado do Rio Grande do Sul

V- Organização da Sociedade Civil de cunho Ambiental

Fundação Projeto Terra

Titular: Emerson Mücke da Rosa

Suplente: Adão Samir Eger

VI- Organização da Sociedade Civil da área de turismo

Associação Pró-Turismo de São Francisco de Paula RS - ASTURIS

Titular: Geraldo Gil

Suplente: Vanessa Spindler

VII- Escola do entorno da Unidade de Conservação

EMEF Presidente Castelo Branco

Titular: Mateus Barcelos

Suplente: Alex Jacques

VIII- Ensino Superior Público

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

Titular: Patrícia Binkowski

Suplente: Professora Francielle Paulina de Araújo

IX- Ensino Superior Privado

VAGO

X- Representação Municipal de Turismo

Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desporto

Titular: Rafael Castello Costa

Suplente: VAGO

XI- Representação do Sindicato dos Empregadores Rurais.

Sindicato Rural de Francisco de Paula

Titular: Margarete Medeiros Marques

Suplente: Jairo Medeiros

XII- Representação da comunidade diretamente afetada

Moradores da Vila Jardim

Titular: Magriane da Silva Hoffmann

Suplente: Erni Batista dos Santos Souza



MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Estado do Rio Grande do Sul

XIII- Representação da Associação de moradores e proprietário de terra na área rural do Parque da Ronda

VAGO

XIV- Representação da Associação de moradores e proprietário de terras rurais no entorno do Parque da Ronda

VAGO

XV- Representação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

VAGO

XVI- Representante do Setor Madeireiro

Sindicato Intermunicipal das Indústrias Madeireiras, Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Esquadrias, Marcenarias, Móveis, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeiras do Estado do Rio Grande do Sul – SINDIMADEIRA/RS

Titular: Eduardo Righi dos Reis

Suplente: Nelson Benjamin Caldas

XVII- Representação do Comitê de Bacia

VAGO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São Francisco de Paula, 06 de setembro de 2019.


Marcos André Aguzzolli
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.


Roberto Monaco Lopes
Secretário de Administração

APÊNDICES

Apêndice 01 – Flora e Fauna do Parque Natural Municipal da Gruta (GEFAU – Grupo de Estudos da Fauna da Faculdade de Americana – FAM, 2007)

| FAUNA AVES Nome comum (Nome científico/família) |
|---|
| Andorinha-de-casa (<i>Notiochelidon cyanoleuca</i> / Hirundinidae) |
| Andorinha-grande-doméstica (<i>Progne chalybea</i> / Hirundinidae) |
| Andorinha-serradora (<i>Stelgodypteryx ruficollis</i> / Hirundinidae) |
| Anu-branco (<i>Guira-guira</i> / Cuculidae) |
| Anu-preto (<i>Crotophaga ani</i> / Cuculidae) |
| Avoante (<i>Zenaida auriculata</i> / Columbidae) |
| Beija-flor-bico-vermelho (<i>Chlorostilbon aureoventris</i> / Trochilidae) |
| Beija-flor-de-rabo-branco (<i>Melanotrochilus fuscus</i> / Trochilidae) |
| Beija-flor-marrom-de-garganta-rajada (<i>Phaethornis eurynome</i> / Trochilidae) |
| Beija-flor-marrom-de-sobre-amarelo(<i>Phaethornis pretei</i> / Trochilidae) |
| Beija-flor-tesoura (<i>Eupetomena macroura</i> / Trochilidae) |
| Bem-te-vi (<i>Pitangus sulphuratus</i> / Tyrannidae) |
| Bem-te-vizinho (<i>Myiozetetes similis</i> / Tyrannidae) |
| Bico-de-lacre (<i>Estrilda astrild</i> / Estrildidae) |
| Cambacica (<i>Coereba flaveola</i> / Emberizidae / Coerebinae) |
| Corruíra (<i>Troglodytes (aedon) musculus</i> / Trogodytidae) |
| Coruja-buraqueira (<i>Speotyto cunicularia</i> / Stringidae) |
| Garça-branca-grande (<i>Casmerodius albus</i> / Ardeida) |
| Garça-vaqueira (<i>Bulbucus ibis</i> / Ardeida) |
| Gavião-carcará (<i>Polyborus plancus</i> / Falconidae) |
| Gavião-carijó (<i>Buteo magnirostris</i> / Accipitridae) |
| Gavião-de-cauda-curta (<i>Buteo brachyurus</i> / Accipitridae) |
| Gavião-de-coleira (<i>Falco femoralis</i> / Falconidae) |
| Gavião-quiri-quiri (<i>Falco sparverius</i> / Falconidae) |
| Gralha (<i>Cyanocorax cristatellus</i> / Corvidae) |
| Inhambu-guaçu (<i>Crypturellus obsoletus</i> / Tinamidae) |
| João-de-barro (<i>Furnarius rufus</i> / Furnariidae) |
| João-porca (<i>Lochmias nematura</i> / Furnariidae) |
| Maria-cavaleira (<i>Myiarchus ferox</i> / Tyrannidae) |
| Maritaca (<i>Aratinga leucophthalmus</i> / Psittacidae) |
| Maritaca (<i>Pionus maximiliani</i> / Psittacidae) |
| Martim-pescador-grande (<i>Ceryle torquata</i> / Alcedinidae) |
| Pardal (<i>Passer domesticus</i> / Passeridae) |
| Pato-criolo (<i>Carina moschata</i> / Anatidae) |
| Periquito-verde (<i>Brotogeris tirica</i> / Psittacidae) |
| Pica-pau-branco (<i>Leuconerpes candidus</i> / Picidae) |
| Pica-pau-de-cabeça-vermelha (<i>Dryocopus lineatus</i> / Picidae) |
| Pica-pau-do-campo (<i>Colaptes campestris</i> / Picidae) |
| Pomba-asa-branca (<i>Columba picazuro</i> / Columbidae) |
| Pomba-doméstica (<i>Columba Livia</i> / Columbidae) |
| Quero-quero (<i>Vanellus chilensis</i> / Characriidae) |
| Risadinha (<i>Camptostoma obsoletum</i> /Tyrannidae) |
| Rolinha (<i>Columbina talpacoti</i> / Columbidae) |
| Sabia-do-campo (<i>Mimus saturninus</i> / Mimidae) |
| Sabia-pardo (<i>Turdus leucomelas</i> / Muscicapidae / Turdinae) |
| Saíra-azul (<i>Dacnis cayana</i> / Emberizidae / Thraupinae) |
| Sanhaço (<i>Thraupis sayaca</i> / Emberizidae / Thraupinae) |
| Sebino-relógio (<i>Todirostrum cinereum</i> / Tyrannidae) |
| Sebino-relógio (<i>Todirostrum cinereum</i> /Tyrannidae) |
| Tesourinha (<i>Muscivora tyrannus</i> / Tyrannidae) |

| |
|--|
| Tiziu (<i>Volatinia jacarina</i> / Emberizidae / Emberezinae) |
| Tucano-toco (<i>Rhamphastos toco</i> / Ramphastidae) |
| Tuim (<i>Forpus xanthopterygius</i> / Psittacidae) |
| Urubu (<i>Coragyps atratus</i> / Cathartidae) |
| FAUNA RÉPTEIS Nome popular (Nome científico / ordem) |
| Cascavel (<i>Crotalus durissus</i> / serpentes) |
| Cobra-cega, cobra-duascabeças, cecília (<i>Amphisbaenea alba</i> / amphisbaenidae) |
| Cobra-cega, cobra-duascabeças, cecília (<i>Amphisbaenea mertensis</i> / amphisbaenidae) |
| Cobra-verde (<i>Philodryas olfersii</i> / serpentes) |
| Jararaca (<i>Bothrops jararaca</i> / serpentes) |
| Lagartinho (<i>Kentropyx pauloensis</i> / sauria) |
| Lagartinho, calango (<i>Tropidurus itambere</i> / sauria) |
| Lagartixa (<i>Hemidactylus mabouia</i> / sauria) |
| Lagarto, teiú (<i>Tupinambis meriani</i> / sauria) |
| FAUNA ANFÍBIOS Nome popular (Nome científico/família) |
| Perereca (<i>Hypsiboas bischoffi</i> / hylidae) |
| Rã pimenta (<i>Leptodactylus labyrinthicus</i> / leptodactilidae) |
| Sapo cururu (<i>Chaunus schneideri</i> / bufonidae) |
| Sapo ferreiro (<i>Hypsiboas faber</i> / hylidae) |
| FAUNA MAMÍFEROS Nome popular (Nome científico/ordem) |
| Capivara (<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i> / rodentia) |
| Gambá de orelha branca (<i>Didelphis albiventris</i> / didelphimorphia) |
| Gambá de orelha preta (<i>Didelphis marsupialis</i> / didelphimorphia) |
| Morcego das frutas (<i>Artibeus lituratus</i> / chiroptera) |
| Tatu-galinha (<i>Dasypus novemcinctus</i> / xenarthra) |
| FLORA Nome vulgar (família/Gênero/epíteto específico) |
| Abacateiro (Laminaceae/ <i>Persea americana</i>) |
| Açoita-cavalo (Malvaceae/ <i>Luehea divaricata</i>) |
| Almecegueira (Burseraceae/ <i>Protium heptaphyllum</i>) |
| Amendoim (Fabaceae- Faboideae/ <i>Lonchocarpus cultratus</i>) |
| Amendoim falso (Fabaceae- Faboideae/ <i>Acosmium subelegans</i>) |
| Amendoim-bravo (Fabaceae- Faboideae/ <i>Platypodium elegans</i>) |
| Amendoim-bravo (Fabaceae-Caesalpinioideae / <i>Pterogyne nitens</i>) |
| Amoreira (Moraceae/ <i>Morus nigra</i>) |
| Aroeira-mansa (Anacardiaceae / <i>Schinus terebinthifolius</i>) |
| Assa-peixe (Asteraceae / <i>Vernonia</i> / membranacea) |
| Baga-de-morcego (Meliaceae/ <i>Trichilia pallida</i>) |
| Bananeira (Musaceae/ <i>Musa x paradisíaca</i>) |
| Bico-de-pato (Fabaceae- Faboideae/ <i>Machaerium nyctitans</i>) |
| Branquilha (Euphorbiaceae/ <i>Sebastiania commersoniana</i>) |
| Cabreúva vermelha (Fabaceae- Faboideae/ <i>Myroxylon peruiferum</i>) |
| Camboatã (Sapindaceae/ <i>Cupania Vernalis</i>) |
| Camboatã (Sapindaceae/ <i>Matayba elaeagnoides</i>) |
| Canafistula (Fabaceae-Caesalpinioideae / <i>Pelthophorum dubium</i>) |
| Candeia (Asteraceae/ <i>Gochnatia /polymorpha</i>) |
| Canela-côrvo (Lamiaceae/ <i>Ocotea corymbosa</i>) |
| Canela-ferrugem (Lamiaceae/ <i>Nectandra oppositifolia</i>) |
| Canela-frade (Lamiaceae/ <i>Endlicheria paniculata</i>) |
| Canelinha (Lamiaceae/ <i>Nectandra megapotamica</i>) |
| Canjambo (Meliaceae/ <i>Guarea kunthiana</i>) |
| Canjarana (Meliaceae/ <i>Cabrlea canjerana</i>) |
| Capitiú (Siparunaceae/ <i>Siparuna guianensis</i>) |
| Capixingui (Euphorbiaceae/ <i>Croton floribundus</i>) |
| Caputuna-preta (Rutaceae/ <i>Metrodorea stipularis</i>) |
| Castanhola, sete copas (Combretaceae/ <i>Terminalia catappa</i>) |
| Cedro-do-brejo (Meliaceae/ <i>Cedrela odorata</i>) |
| Chal-chal (Sapindaceae/ <i>Allophylus Edulis</i>) |
| Chico-pires (FabaceaeMimosoideae / <i>Leucochloron incuriale</i>) |

| |
|---|
| Cinzeiro (Vochysiaceae/ Vochysia tucanorum) |
| Copaíba (Fabaceae-Caesalpinioideae/ Copaifera langsdorffii) |
| Crumarim (Rutaceae/ Esenbeckia febrifuga) |
| Embaúba (Urticaceae/ Cecropia pachystachya) |
| Embira-de-sapo (Fabaceae- Faboideae/ Lonchocarpus muehlbergianus) |
| Espinheira-santa (Celastraceae/Maytenus aquifolium) |
| Eucalpto limão (Myrtaceae/ Eucalyptus cf. citrodora) |
| Figueira-branca (Moraceae/ Ficus guaranítica) |
| Goiabeira (Myrtaceae/ Psidium Guajava) |
| Gongonha (Cardiopteridaceae/ Citronella paniculata) |
| Grandiúva (Cannabaceae/ Trema micrantha) |
| Guaçatunga (Salicaceae/ Casearia sylvestris) |
| Guamirim (Myrtaceae/ Eugenia florida) |
| Guamirim-do-preto (Myrtaceae/ Myrcia Fallax) |
| Guaperê (Cunoniaceae / Lamanonia ternata) |
| Guatambú-de-sapo (Sapotaceae/ Chrysophyllum gonocarpum) |
| Imbiruçu (Malvaceae/ Pseudobombax grandiflorum) |
| Ingazeiro-feijão (FabaceaeMimosoideae / Inga laurina) |
| Injuva-branca (Lamiaceae/ Nectandra membranacea) |
| Ipê-felpudo (Bignoniaceae/ Zeyhera / montana) |
| Ipê-roxo (Bignoniaceae/ Handroanthus/ heptaphyllus) |
| Jaboticabeira (Myrtaceae/ Myrciaria jaboticaba) |
| Jacarandá- mimoso (Bignoniaceae/ Jacaranda mimosifolia) |
| Jacarandá- paulista (Fabaceae- Faboideae/Machaerium villosum) |
| Jameloeiro (Myrtaceae/Syzygium Cumini) |
| Jequitibá (Lecythidaceae/ Cariniana estrellensis) |
| Jerivá (Arecaceae/Syagrus/ romanzoffiana) |
| Jobo (Anacardiaceae / Tapirira / guianensis) |
| Leiteiro (Euphorbiaceae/ Sapium glandulatum) |
| Leucena (FabaceaeMimosoideae / Leucaena leucocephala) |
| Lixa (Verbenaceae/ Aloysia Virgata) |
| Louro-pardo (Bignoniaceae/Cordia/ trichotoma) |
| Mamica-de-porca (Rutaceae/ Zanthoxylum rhoifolium) |
| Mamica-de-porca (Rutaceae/ Zanthoxylum riedelianum) |
| Manduirana (Fabaceae-Caesalpinioideae / Senna macranthera) |
| Mangueira (Anacardiaceae / Mangifera / indica) |
| Maria-mole (Araliaceae/ Dendropanax/ cuneatus) |
| Maria-mole (Nyctaginaceae/Guapira Noxia) |
| Miconia (Melastomataceae/ Miconia sp) |
| Morototo-falso (Araliaceae/ Schefflera/ venosa) |
| Mutambo (Malvaceae/ Guazuma ulmifolia) |
| Nespereira (Rosaceae/ Eriobotrya Japonica) |
| Olho-de-boi (Ebenaceae/ Diospyros obovata) |
| Olho-de-cabra (Fabaceae- Faboideae/ Ormosia arbórea) |
| Paineira (Malvaceae/ Ceiba speciosa) |
| Pata-de-vaca (Fabaceae-Cercideae/ Bauhinia forficata) |
| Pata-de-vaca rosa (Fabaceae-Cercideae/ Bauhinia variegata) |
| Pau-terra-de-flor-miudinha (Vochysiaceae/ Qualea parviflora) |
| Peroba-poca (Apocynaceae/ Aspidosperma cylindrocarpon) |
| Pessegueiro bravo (Rosaceae/ Prunus myrtifolia) |
| Pimentinha (Monimiaceae/ Mollinedia schottiana) |
| Pinho-comum (Pinaceae/ Pinus Elliottii) |
| Sangra-d'água (Euphorbiaceae/ Croton urucurana) |
| Santa-bárbara (Meliaceae/ Melia azedarach) |
| Sassafras (Lamiaceae/ Ocotea odorifera) |
| Sete-capotes (Myrtaceae/Campomanesia guazumaefolia) |
| Taiuva (Moraceae/ Maclura tinctoria) |
| Tamanqueiro (Lamiaceae/ Aegiphila sellowiana) |

| |
|--|
| Tapiá (Euphorbiaceae/ Alchornea glandulosa) |
| Tapira-coiana (Fabaceae-Caesalpinioideae/ Cassia ferrugínea) |
| Tarumã do cerrado (Lamiaceae/ Vitex polygama) |
| Tarumai (Rhamnaceae/ Rhamnidium elaeocarpum) |
| Tipuana (Fabaceae- Faboideae/ Tipuana tipu) |

Apêndice 02 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa: **Consciência política de atores sociais em relação ao Parque Natural Municipal da Gruta, em Americana (SP) e ao Parque Natural Municipal da Ronda, em São Francisco de Paula (RS)**, como parte de uma pesquisa de doutorado realizada no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). O objetivo desse estudo é analisar a consciência política de diferentes atores sociais nos municípios supracitados a partir de suas percepções e identificação de conflitos.

No caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento e indicar a forma como devo identificá-lo(a) na pesquisa. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento.

Ao participar, você responderá, aproximadamente, 25 questões. A entrevista será gravada e os arquivos gravados serão confidenciais.

Assinatura do Pesquisador: Fábio Ortolano
Pesquisador: Prof. Doutorando Fábio Ortolano – (011) 953939042
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social
Endereço profissional: SENAC Aclimação - (011) 37951299. Ramal: 2884

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DO RESPONDENTE

Eu, Victor Clunaghio Junior, RG 17 461 648, declaro que li ou foi-me lido as informações contidas nesse documento e fui devidamente informado(a) pelo pesquisador(a) responsável sobre os objetivos dessa pesquisa, da confidencialidade, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

Preservar minha identificação
 Usar nome fictício.

Americana, 26 Junho de 2018.

[Assinatura]
Nome:

Apêndice 03 – Passos de análise

Categorias de análise – Análise de Conteúdo

Entrevistado: Adriana, (Codinome)

Cidade: Americana

| <i>identidade coletiva</i> | <i>crenças, valores e expectativas societais</i> | <i>Interesses coletivos</i> | <i>interesses antagônicos e adversários</i> | <i>eficácia política</i> | <i>Emoções / sentimentos de justiça e injustiça</i> | <i>vontade de agir coletivamente</i> | <i>repertórios e metas de ações</i> | <i>Representações do Parque</i> |
|---|--|--|--|---|---|--|--|--|
| Ambientalista, ambientalista política. A relação com as comunidades escolares e dos lugares. Inclusive de topofilia. | Natureza e as águas como dimensões importantes da vida. Grande importância atribuída. Educação que transforma. Projeto político pedagógico que impacte na realidade. Crítica à educação bancária, depositária de conteúdos, baseada apenas num currículo que não se comunica com a | Política mais transparente, políticos que tenham credibilidade, ter espaços democráticos e participativos nos poderes instituídos. Considerar a população nas negociações. Há muito que se fazer, tem lugar para todos. Respeito à natureza significa respeito ao próximo. A política deve estar à serviço da qualidade de vida e do | Os políticos entram e saem. Não há interesse do poder público, fazem projetos para "lugar nenhum". Não existe vontade de fazer política pública, porque comprar vacina é mais rentável do que prevenir a doença. Não há ação integrada, coletiva, políticas públicas | Participação de um pai em ações junto à escola, e número de visitantes do blog que o mesmo ajudou a construir. Por meio de um prêmio de Gestão Educacional, o projeto de educação ambiental ganhou visibilidade entre as melhores escolas do Estado, deu visibilidade para o parque em dimensão estadual. Mudança de comportamento da comunidade escolar. Não se loja mais lixo na | Não tem ganhou o prêmio pela escola não ter "qualidade" em outras dimensões, como a infraestrutura. O sistema foi comprometido. Pontua uma reforma superfaturada que não assinou. Retirada de famílias que faziam horta sem que fosse feito outra coisa no lugar. Eu levava alunos para conhecer. Ela saiu de lá, | Participou de alguns coletivos. Surgimento de coletivos "movimentos", amigos da gruta. Participou de alguns plantios. Movimentos e trabalhos voluntários, palestras em escolas, oficinas de teatro, não só em Americana e no entorno, mas nos municípios vizinhos também. | Participação por meio de uma série de ações junto às várias instituições de ensino que fez parte. Ferramenta: educação ambiental. Elaboração de um livro como recurso didático, trazer elementos diversos para uma compreensão mais diversa da natureza, para explicar a vida, a | Não é parque ainda, é um sonho. Uma área morta, com traficante, que as pessoas jogam lixo. Um ideal, um patrimônio mundial, não só de Americana. As pessoas não acreditam que o Parque da gruta vai acontecer. Saudosismo de pessoas que usavam a área. Algumas |

Quadro 9 - Primeiro passo da análise

Crencas, valores e expectativas societais

| <i>Entrevistado</i> | <i>Conteúdo</i> |
|---------------------------|--|
| Adriana* *Codinome | Natureza e as águas como dimensões importantes da vida. Grande importância atribuída. Educação que transforma. Projeto político pedagógico que impacte na realidade. Crítica à educação bancária, depositária de conteúdos, baseada apenas num currículo que não se comunica com a realidade. Não leva à reflexão. A educação é uma metodologia que leva o indivíduo a refletir. Metodologia de campo. Soterramento de nascente em frente à escola como Curso Ambiental. Traz referências de moradores que pegavam água na gruta. "Algumas pessoas acham... olham com cinismo, procuram, mas a grande maioria não acredita que eles podem, que os políticos... os políticos estão descreditados, aí vai vir dinheiro de novo e eles não vão fazer nada. Por que sabemos que o que veio de dinheiro, foi feito o máximo do máximo". "Não tem transparência, não tem orçamento participativo, houve um retrocesso muito grande em Americana, infelizmente". O sucesso [do documentário] garante o parque, o ecoturismo, a vida no planeta. Acredita nesse trabalho. O só nasce para todo mundo, tem trabalho para todo mundo de bem, pessoas de boa vontade que queiram realmente atuar para transformar, há muito que se fazer. "O que é sustentabilidade? Sustentabilidade é uma situação que permite com que pessoas e seres vivos, animais e vegetais vivam, desenvolvam o ecossistema ecológicamente equilibrado ou desequilibrado (para) [resua]". "Sustentabilidade e humanização é de grande complexidade". Você não pode respeitar a natureza se não respeita o seu próximo. "A política, diferentes ideias para construir ações que transformem a qualidade de vida, essa é a essência da política, estar à serviço da qualidade de vida do cidadão, para o ser humano". |
| Antônio* | Tem como fazer, mudar, limpar, fazer encanamento, cistaz. Não gostaria que as futuras gerações conhecessem como é hoje. Gostaria das grutas visitadas, com as águas limpas. O turismo pode gerar atração para a gruta. Ter uma UC, alguém para gerenciar, é muito importante. Cuidar e ter alguém responsável é uma forma de salvaguarda. Acredita no papel das ONGs e da educação. "O desafio era cuidar daqui, mas às vezes pode até criar uma ONG, tipo escola, né, para ensinar muito jovem que vai crescendo, o que é o botânico, o que é uma área do parque, da gruta". |
| Berto* | Não gostaria que as futuras gerações conhecessem porque como ele é hoje e um mais natural. A obra deveria ser mais planejada. Predios construídos em cima de nascentes. [sobre importância das UCs] Será que a humanidade tem futuro? As áreas verdes servem para qualidade de vida, de meio. |
| Rubens* | Expectativa quanto à educação ambiental. Tratar da Gruta nos currículos das escolas e em unidades locais. "Olha, eu acho que tem que começar pelo poder público e acho que também poderia ser em parceria, talvez, com estudantes das faculdades, da área ambiental da própria área de turismo e fazer visita monitorada. Acho que isso seria uma forma de você levar conscientização para as pessoas. Poderia abordar, abordar crianças, adolescentes e adultos. Acho que na própria gruta de cursular, no caso das escolas municipais, poderia estar enfocando o rito da gruta". |

Quadro 10 - Segundo passo da análise

Identidade Coletiva

A maioria dos entrevistados, em ambas as cidades, não trouxeram em seus discursos referências evidentes de uma identidade coletiva. Ao se apresentarem e se identificarem, falam, sobretudo, dos papéis que assumem na vida pública, como professores, pesquisadores, políticos, técnicos especialistas, líderes etc.

Podemos observar em alguns exemplos, Adriana (56 anos, Americana), que se reconhece como ambientalista e muito de sua atuação se dá em meio às comunidades escolares que participou e no entorno onde estão inseridas. Embora se destaque em seu pioneirismo, militância e dedicação com a pauta ambiental, suas ações não remetem uma identidade coletiva de atuação e sim ao seu trabalho e luta pessoal. Outro exemplo, no mesmo município, é o caso da Raquel, liderança na ocupação do Zincão, em que ela assume o papel de líder, mas não se vê como parte de um movimento. “*Todo mundo só indica eu, é pra fazer uma coisa, ‘ah, não tem, fala com a Raquel’, ‘não, vamos fazer isso’*” (Raquel, 57 anos, Americana).

Quadro 11 - Terceiro passo de análise